

A Energia na relação União Europeia-Rússia: 2000-2015

Pedro Miguel da Silva Camacho

**Dissertação de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais**

Outubro de 2016

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de outubro de 2016

Declaro que esta se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

A co-orientadora,

Lisboa, de outubro de 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Teresa Rodrigues e da Professora Doutora Carla Fernandes

Aos meus pais, por tudo.

AGRADECIMENTOS

A realização de uma dissertação comporta e exige sempre um grande esforço, empenho e dedicação pessoal, que obriga a devoção de longas horas de pesquisa e de análise em nome de uma investigação para a qual são necessárias respostas. A sua concretização é, pois, o culminar de um processo moroso de aprofundamento de conhecimentos e de mais uma fase no percurso académico de qualquer aluno, confirmando a sua aptidão para compreender e aplicar os ensinamentos colhidos durante o seu mestrado. Esse processo e esse percurso não se restringe apenas ao mestrando, pelo que me cabe dirigir o meu mais profundo agradecimento às seguintes pessoas e entidades:

Às minhas orientadoras, Professoras Doutoras Teresa Rodrigues e Carla Fernandes, agradeço por terem aceitado a orientação da minha dissertação e por me terem acompanhado ao longo deste processo, durante o qual pude contar com todo o seu apoio, disponibilidade, ensinamentos e conselhos, que enriqueceram o desenvolvimento do meu trabalho.

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, por garantir aos seus alunos um ambiente propício à investigação científica e assegurar um mestrado de qualidade na área da Ciência Política e das Relações Internacionais, com docentes competentes e dedicados, aos quais estendo o meu agradecimento, por todos os ensinamentos ao longo do período curricular do meu mestrado.

Ao Estado português, cuja bolsa de estudo permitiu dedicar-me plenamente aos estudos nos últimos cinco anos, procurando ter o melhor desempenho possível para honrar o dinheiro que me era atribuído.

À Biblioteca do Instituto de Defesa Nacional, agradeço a imensurável amabilidade e paciência das suas funcionárias, que atenderam todos os meus pedidos e permitiram-me consultar o seu importante acervo.

Aos serviços de documentação da Direção-Geral da Energia da Comissão Europeia e do Serviço Europeu de Ação Externa, agradeço pela pronta resposta a todos os meus pedidos de acesso e consulta de documentos fulcrais para a realização desta tese, que, sem os mesmos, resultaria num estudo incompleto e com imprecisões.

À Associação Portuguesa de Estudos Europeus, que com muito orgulho integro, agradeço todos os momentos de reflexão, de discussão e de convívio ao longo deste último ano, que enriqueceram o meu percurso académico.

A todas as professoras do secundário, especialmente à Professora Carmo Matias, que sempre acreditaram nas minhas capacidades e me convenceram a prosseguir os estudos na faculdade. Assim como, estendo o meu agradecimento a todos os professores da licenciatura de Estudos Europeus da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, do triénio 2011-2014, por todo o conhecimento transmitido e pelo incentivo ao desenvolvimento do espírito crítico dos seus alunos.

A toda a minha família e aos meus amigos, o meu muito obrigado por todo o apoio, carinho, força, palavras de incentivo e compreensão pela minha ausência. Em especial, quero manifestar o meu mais profundo agradecimento a cinco pessoas. Aos meus padrinhos Diamantino e Anabela, que, embora longe, sempre me ajudaram no que puderam e acreditaram em mim. À Sara, sem dúvida, uma das minhas melhores amigas e a irmã que eu nunca tive, agradeço-lhe infinitamente por todos os conselhos, pelas palavras amigas, pelos desabafos sobre a tese e a vida, pelo apoio, por solucionar as minhas dúvidas e por ter-me acompanhado ao longo deste longo processo, ainda que, ao longo do último ano, estivéssemos sempre numa roda-viva. À professora Maria João Palma, que muito admiro, estimo e respeito, agradeço-lhe todo o bem que me fez, a sua amizade, o seu carinho, as suas palavras de apoio e todos os seus conselhos, que, vindos de alguém com uma grande experiência, são valiosos. À Mariana, agradeço-lhe todo o carinho e compreensão demonstrados ao longo deste período e por não se ter esquecido de mim, mesmo quando estive tão ausente durante dias a fio, manifestando a sua preocupação, a sua vontade em ajudar e o seu bom coração.

Por último, mas o mais importante dos agradecimentos, aos meus pais, a quem dedico a minha tese. Não há palavras suficientes para exprimir o quão grato me sinto por todo o amor, carinho e sacrifício dos meus pais ao longo da minha vida. Apesar das dificuldades que passámos e a vida não ser fácil no momento presente, os meus pais sempre me inculcaram os valores necessários para enfrentar as contrariedades e vingar na vida com retidão e humildade – esta tese será mais um passo nesse longo percurso.

A Energia na relação União Europeia-Rússia: 2000-2015

Pedro Miguel da Silva Camacho

RESUMO

A energia desempenha um papel importante no quotidiano e no desenvolvimento económico da sociedade humana. O comércio internacional de energia, principalmente de petróleo e gás natural, afirmou-se, a partir do século XX, com a exportação desses produtos energéticos pelos países fornecedores, por norma com elevadas reservas e capacidade de produção, com destino a países desprovidos de fontes de energia endógenas capazes de satisfazer o seu consumo interno. Desde a década de 1960, a Rússia, então União Soviética, celebrou os primeiros contratos a longo prazo para o fornecimento de gás com países europeus. Esta relação, estritamente comercial, evidenciou a importância do comércio de recursos energéticos para as economias russa e europeia. Com a dissolução da União Soviética, a União Europeia e a Rússia aprofundaram as suas relações bilaterais, com a adoção do Acordo de Parceria e Cooperação em 1994, que consagrou a energia como uma das áreas de cooperação.

Somente em outubro de 2000, a cooperação energética foi institucionalizada com o estabelecimento do Diálogo Energético, enquadrando, oficialmente, a energia no quadro das relações bilaterais. O Diálogo tornou-se num importante fórum para as questões energéticas da União Europeia e da Rússia, reunindo diversos políticos, oficiais, técnicos, empresários e académicos para discutirem as questões mais prementes. O Diálogo simbolizou a vontade da União Europeia e da Rússia em convergirem os seus mercados energéticos e defenderem os seus interesses comuns. Porém, a cooperação energética sofreu com algumas condicionantes que a constrangeram ou impulsionaram em determinados momentos.

Com este estudo, pretendemos analisar o desenvolvimento da cooperação energética entre a União Europeia e a Rússia, durante o período compreendido entre 2000 e 2015, no que se refere ao petróleo e ao gás natural, por serem os principais produtos energéticos comercializados entre as partes e por serem determinantes na sua segurança energética.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação energética, Diálogo Energético, Energia, Rússia, União Europeia.

The Energy in the European Union-Russia relation: 2000-2015

Pedro Miguel da Silva Camacho

ABSTRACT

Energy plays an important role in daily life and economic development of human society. International trade in energy, especially oil and natural gas, has established itself since the twentieth century, with the export of energy products by supplier countries, normally with high reserves and production capacity, to countries with insufficient indigenous energy sources to meet their domestic demand. Since the 1960s, the then Soviet Union signed the first long-term contracts for the supply of gas to European countries. This strictly commercial relationship highlighted the importance of energy trade for the Russian and European economies. With the dissolution of the Soviet Union, the European Union and Russia deepened their bilateral relations with the adoption of the Partnership and Cooperation Agreement in 1994, which established energy as one of the areas of cooperation.

Only in October 2000, energy cooperation was institutionalized with the establishment of the Energy Dialogue, officially framing the energy in the bilateral relations of the European Union and Russia. The Dialogue has become an important forum for the energy issues of both parties, bringing together many politicians, officials, experts, businessmen and academics to discuss the most pressing issues. The Dialogue symbolized the willingness of the European Union and Russia to converge their energy markets and defend their common interests. However, this energy cooperation was influenced by several constraints and impulses at certain times.

With this study, we intend to analyse the development of energy cooperation between the European Union and Russia from 2000 to 2015, with the main focus on oil and natural gas, for being the main energy products traded between the parties and for playing a key role in Russian and European energy security.

KEYWORDS: Energy cooperation, Energy Dialogue, Energy, Russia, European Union.

ÍNDICE

Nota introdutória	1
Capítulo 1 - Enquadramento da investigação	4
1.1. Objeto de estudo, objetivos, pergunta principal e metodologia.....	4
1.2. Análise concetual.....	7
1.3. Estado da Arte.....	11
Capítulo 2 - Enquadramento da relação	14
2.1. Rússia.....	14
2.1.1. Posição global	18
2.1.2. Política energética	20
2.1.3. Regiões produtoras.....	25
2.1.4. Empresas	26
2.1.5. Infraestruturas.....	28
2.2. União Europeia	30
2.2.1. Política energética	31
2.2.2. Infraestruturas.....	38
2.2.3. Relação fornecimento/consumo	40
Capítulo 3 - A cooperação energética UE-Rússia	43
3.1. Acordo de Parceria e Cooperação (1997).....	43
3.2. Diálogo Energético (2000).....	44
3.2.1. Estrutura organizacional.....	45
3.2.2. Principais discussões e concretizações.....	60
3.3. Espaços Comuns (2005)	72
3.4. Parceria para a Modernização (2010)	72
Capítulo 4 - Impulsos e constrangimentos na relação	74
4.1. O Tratado da Carta de Energia.....	74
4.2. Alargamento da UE e da OTAN a leste.....	76
4.2.1. Disputas entre a Rússia e os Estados-membros da UE	78
4.2.2. O papel da Ucrânia.....	80
4.3. Projetos de diversificação das rotas de fornecimento	93
4.4. Riscos e diferenças sobre aspetos contratuais e regulamentares	95
4.5. Perspetivas sobre um novo acordo.....	102

Considerações finais	109
Bibliografia.....	121
Anexos.....	171
Apêndice A - Enquadramento da Relação.....	173
Apêndice B - Dados estatísticos	183
Apêndice C - Rede de infraestruturas	227
Apêndice D - Diálogo Energético.....	235

LISTA DE ABREVIATURAS

APC – Acordo de Parceria e Cooperação

bcm – Biliões de metros cúbicos

km – Quilómetro(s)

mcm – Metro(s) cúbico(s)

Mtoe – Milhões de toneladas de equivalentes de petróleo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB – Produto Interno Bruto

UE – União Europeia

NOTA INTRODUTÓRIA

A presente dissertação, resultado da frequência do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na área de especialização em Relações Internacionais, versa sobre a energia na relação União Europeia-Rússia entre 2000 e 2015. O seu objeto de estudo é a cooperação energética entre a União Europeia e a Rússia no período mencionado, com enfoque para o petróleo e o gás natural, que constituem as fontes de energia mais relevantes no quadro da cooperação, por serem as mais transacionadas entre as duas partes.

A energia é indispensável para o crescimento económico e o quotidiano das sociedades. Ao longo da História, a energia, nas suas múltiplas formas, possibilitou o desenvolvimento e adaptação da sociedade humana, permitindo a sua subsistência. Com o evoluir dos tempos, o Homem conseguiu utilizar fontes energéticas naturais para alimentar as maquinarias pesadas, que permitiram revolucionar o processo produtivo, criando unidades industriais capazes de suprimir as necessidades de consumo de uma população em constante crescimento, como a indústria do têxtil, do calçado, da construção civil, das conservas alimentares, da cerâmica, entre outras. Parte desse processo industrial encontrava-se alicerçado no transporte ferroviário, que permitiu o transporte em massa de mercadorias e pessoas, alimentado por um dos recursos naturais mais importantes da época, o carvão. Posteriormente, nos finais do século XIX, os automóveis, que viriam a revolucionar o modo como as pessoas se deslocam no seu quotidiano, incrementaram a produção e o consumo de combustíveis fósseis e derivados do petróleo, essenciais para o seu funcionamento. A indústria adaptar-se-ia, posteriormente, para utilizar o petróleo e os seus produtos derivados no seu processo produtivo, substituindo, progressivamente, o carvão.

A eletricidade impulsionaria uma nova mudança no paradigma da energia, cuja geração dependia de combustíveis fósseis e, posteriormente, de fontes renováveis, como a hidráulica. A eletricidade contribuiu para o desenvolvimento de redes de transmissão e distribuição de energia, por forma a fornecer não só a indústria, como cada residência. Na indústria, a eletricidade contribuiu para o desenvolvimento das telecomunicações, da eletrónica e da tecnologia, surgindo aparelhos e dispositivos inovadores. Dentre estes, incluem-se os eletrodomésticos, que facilitaram o quotidiano da vida humana, concedendo conforto, comodidade e segurança ao cidadão comum. Em suma, a energia é indispensável para o regular funcionamento de qualquer sociedade.

Com uma sociedade cada vez mais dependente dos recursos energéticos, todos os países definem estratégias e políticas para garantirem a sua segurança energética, através da construção de infraestruturas que permitam a produção, a geração, a transmissão ou o transporte, e a distribuição de energia por todos os setores da atividade humana. No entanto, a maioria dos países não possui recursos energéticos endógenos suficientes para suprimir as suas necessidades internas, recorrendo à importação. O petróleo (em crude e refinado) e o gás natural são os recursos energéticos mais transacionados no comércio internacional. Ambos são hidrocarbonetos, formados geologicamente sob a superfície terrestre, que, após os devidos processos de exploração, extração e produção, são transportados para o mercado mundial por petroleiros ou condutas até ao seu destino final. Dentre os maiores importadores e exportadores destas fontes de energia encontra-se a Rússia. A Rússia é uma potência energética mundial, sendo o terceiro maior produtor de petróleo do mundo, com 10,98 milhões de barris por dia, e o segundo maior no que se refere ao gás natural, com 573,3 biliões de metros cúbicos (BP 2016c). Cerca de 40% da sua produção destina-se à exportação, gerando uma contribuição de 13,2% para a sua riqueza interna (cf. Apêndice B, p. 201).

A produção petrolífera na Rússia, plenamente desenvolvida na segunda metade do século XX, representou uma solução para o fornecimento energético de alguns países da Europa Central e de Leste, numa altura em que a Europa, após o duro processo de reconstrução a partir dos escombros da II Guerra Mundial, tinha vindo a assistir a um franco desenvolvimento económico. Assim, a década de 1960 marcou o início das relações energéticas entre a Europa e a Rússia, com a assinatura de vários contratos com países europeus para o fornecimento de gás natural e petróleo. Estes contratos eram estabelecidos enquanto acordos bilaterais de longo prazo, que permitiam a partilha dos riscos e asseguravam o financiamento necessário para o desenvolvimento da rede de infraestruturas, respeitando as diferenças institucionais das partes contratantes.

No entanto, dois aspetos alteraram essa dinâmica na década de 1990: a reforma do mercado russo, em virtude da desintegração da União Soviética, e a liberalização da indústria petrolífera na União Europeia, com o intuito de se avançar, progressivamente, para um mercado único de gás. Embora diferindo na sua extensão, a Rússia implementou medidas para reestruturar o seu setor: o aumento de preços no mercado interno, o surgimento de um sistema dual de regulação e a permissão de algum grau de competição entre as empresas públicas e privadas (Boussena e Locatelli 2013, 182).

Segundo dados de 2014, a produção primária de crude e de gás natural na União Europeia apenas suprime 11,7 e 34,1 por cento das necessidades de consumo desses produtos, respetivamente (Eurostat 2014e). A União, que importa 87,9% da sua energia, é obrigada a recorrer a diversos fornecedores no mercado internacional, entre os quais a Rússia, que exporta 61,7% do seu crude e 65% do seu gás natural para a União Europeia. A Rússia, cujo crude e gás natural representam 27 e 29 por cento do consumo europeu, respetivamente, confirma o seu papel enquanto um dos principais parceiros da União Europeia. O gás natural é um dos principais recursos energéticos para a União, confirmando o seu papel no desenvolvimento económico europeu, ao fornecer 29% da indústria, 35% das residências e 30% dos serviços (cf. Apêndice B, pp. 222-224).

A importância das relações energéticas entre a União Europeia e a Rússia é, assim, atestada pela sua interdependência: se, por um lado, a primeira depende do petróleo e do gás natural provenientes da segunda para satisfazer as suas necessidades energéticas, por outro, a segunda depende do lucro gerado pela sua indústria petrolífera no decurso das vendas à primeira, que contribuem significativamente para a riqueza interna. Assim, ambas pretendem manter as suas relações, ainda que num contexto meramente comercial, por forma a garantirem a sua segurança energética, da perspectiva do aprovisionamento e da procura, respetivamente. Mas a importância da energia nas suas relações não se esgota no plano comercial, pois representa uma oportunidade para a diplomacia económica, com a afirmação de estratégias energéticas comuns que visem o benefício mútuo. A cooperação energética confirma a Rússia como o mais importante parceiro na vizinhança da União Europeia, e vice-versa.

Por a energia exercer um papel tão demarcado nas relações bilaterais, as partes decidiram oficializar e enquadrar a sua cooperação energética ao criarem o Diálogo Energético em 2000, capaz de acondicionar as diferenças entre as partes, num período que marcou o início da política russa de renacionalização do seu setor petrolífero e de gás natural, ao mesmo tempo que a União Europeia continuou a sua política de liberalização do setor. O Diálogo Energético tornou-se num fórum de cooperação bilateral em matéria energética, até então inexistente. Para compreender o papel da energia na relação bilateral é necessário compreender o caminho trilhado pelo Diálogo Energético, que permita avaliar a evolução da cooperação energética.

CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

1.1. Objeto de estudo, objetivos, pergunta principal e metodologia

O objetivo principal da presente investigação consiste em analisar o desenvolvimento da cooperação energética entre a União Europeia (UE) e a Rússia, durante o período compreendido entre 2000 e 2015, no que se refere ao petróleo e ao gás natural, por serem os principais produtos energéticos comercializados entre ambos e serem determinantes na sua segurança energética. O balizamento temporal da nossa investigação encontra justificação na data de lançamento do Diálogo Energético, em 2000, que oficializou a cooperação energética entre as partes, sendo 2015 o último ano concluso sobre o qual nos é possível tecer alguma consideração. O objetivo principal está intimamente ligado com o cumprimento dos seguintes objetivos secundários: *i)* enquadrar a UE e a Rússia em termos energéticos; *ii)* analisar o Diálogo Energético desde a sua implementação em 2000; e *iii)* compreender em que medida os constrangimentos da cooperação têm afetado o desenvolvimento da mesma. Para a concretização destes objetivos, a investigação segue o método dedutivo e toma como referência metodológica o *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, da autoria de Quivy e Campenhoudt (2005), por forma a compreender as dinâmicas das relações bilaterais entre a UE e a Rússia em matéria energética. A abordagem imprimida na nossa análise foi, de forma geral, qualitativa, embora tenhamos recorrido a uma perspetiva quantitativa em determinados momentos.

Para analisarmos o nosso objeto de estudo, adotámos a seguinte questão principal: *Como evoluiu a cooperação energética entre a UE e a Rússia entre 2000 e 2015?* Esta questão despoletou as seguintes perguntas derivadas: *i)* Os objetivos do Diálogo Energético foram concretizados? *ii)* As iniciativas bilaterais dos Espaços Comuns e da Parceria para a Modernização contribuíram significativamente para a cooperação energética? e *iii)* Que condicionantes constrangeram ou impulsionaram a cooperação energética?

A realização da presente investigação obrigou-nos a proceder à pesquisa de diferentes fontes bibliográficas. As fontes primárias correspondem ao grosso da documentação consultada, permitindo-nos conhecer as dinâmicas da cooperação energética entre as partes, bem como os processos inerentes às relações bilaterais, cujas linhas influenciaram essa cooperação. Assim, a nossa investigação encontra-se

alicerçada em documentação oficial, ainda não tratada analiticamente, como os relatórios anuais do Diálogo Energético; os termos de referência e os relatórios das atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho do Diálogo e o Conselho Consultivo do Gás; os relatórios anuais dos Espaços Comuns e da Parceria para a Modernização; e memorandos de entendimento entre a UE e a Rússia. A maioria destes documentos encontrava-se disponibilizada em diversos sítios institucionais sob a tutela da Comissão Europeia, enquanto que os restantes foram obtidos através de vários pedidos formais de acesso e consulta aos arquivos dos organismos da UE, nomeadamente o Serviço Europeu de Ação Externa, a Comissão Europeia e a Direção-Geral para a Energia.

Procedemos, igualmente, à consulta de documentos legislativos e estratégicos da UE, que integram o acervo do portal europeu Eur-Lex, e as estratégias da Rússia para a energia, disponíveis em sítios institucionais russos. A partir da sua consulta, foi-nos possível traçar a política energética de cada uma das partes quanto aos seus objetivos e metas, segundo uma perspetiva cronológica, assim como descrever o enquadramento legal europeu no que respeita ao seu mercado interno de gás natural e na segurança do aprovisionamento, que apoiam a concretização das estratégias da União Europeia no setor energético. Ainda na documentação oficial, recorremos a comunicados de imprensa do Conselho da UE e a declarações oficiais da Comissão Europeia e do Conselho Europeu para percebermos a posição da UE sobre a crise ucraniana.

Ainda nas fontes primárias, consultámos os dados estatísticos que constituíram a base da nossa abordagem quantitativa sobre as relações energéticas entre a UE e a Rússia, permitindo-nos analisar a posição energética da Rússia a nível global, as características do seu setor petrolífero (como as empresas e as infraestruturas) e a contribuição do mesmo para a riqueza nacional. De igual modo, permitiu-nos elaborar uma análise sobre o petróleo e o gás natural na União Europeia, tomando como variáveis o fornecimento russo desses hidrocarbonetos à UE e o consumo dos Estados-membros. Sobre este último ponto, focámos a nossa análise no período entre 2000 e 2014, por este ser o último ano com dados disponíveis e confirmados oficialmente. Concorreram para esta análise os dados facultados pelo Eurostat, o Banco Mundial, a *US Energy Information Administration*, a *International Energy Agency* e a BP, bem como pelos sítios oficiais das empresas do setor petrolífero e do gás natural na Rússia, como a Gazprom. Para a concretização desta análise, efetuámos o devido tratamento dos dados e construímos gráficos e tabelas que auxiliaram a nossa leitura.

No que respeita às fontes secundárias, foram consultados vários livros, artigos, estudos e notícias. A leitura destas fontes possibilitou-nos aprofundar a compreensão acerca da temática sobre a qual nos debruçámos. As fontes secundárias ofereceram um complemento à informação veiculada pela documentação oficial, que constitui o núcleo duro da nossa investigação, mas também concederam várias perspetivas sobre as realidades e os processos que afetaram a cooperação energética, nomeadamente as condicionantes que a constrangeram e a impulsionaram. Aquando da nossa pesquisa, procurámos reunir uma panóplia de trabalhos académicos tão diversa quanto possível, quanto às nacionalidades dos autores, às instituições de origem dos mesmos e aos pontos de vista. Neste aspeto, encontrámo-nos impedidos de consultar bibliografia em língua russa por desconhecermos a mesma, pelo que as línguas utilizadas na nossa pesquisa foram o português, o inglês e o francês.

Desta forma, estruturámos o corpo desta dissertação em quatro capítulos. Após presente capítulo, que enquadra e concetualiza o nosso estudo, segue-se o segundo capítulo, *Enquadramento da relação*, onde apresentamos cada uma das partes dessa relação, a UE e a Rússia. Para cada uma delas, após uma breve caracterização histórica e económica, descrevemos a política energética prosseguida nos últimos quinze anos, com base nas suas estratégias e documentos legislativos para o setor do petróleo e do gás natural, as empresas que operam na Rússia, as infraestruturas internas da Rússia e a rede de condutas que permite a ligação entre o mercado russo e o europeu. Descrevemos, ainda, a posição da Rússia a nível global e a nível nacional, quanto à produção e exportação do seu petróleo e gás natural, bem como analisaremos a relação entre o fornecimento russo e o consumo da UE quanto a estes hidrocarbonetos.

No terceiro capítulo, *A cooperação energética UE-Rússia*, descrevemos a cooperação energética atendendo aos enquadramentos legais e institucionais nos quais assenta, nomeadamente o Acordo de Parceria e Cooperação, o Diálogo Energético, os Espaços Comuns e a Parceria para a Modernização. Estendemo-nos longamente sobre as atividades desenvolvidas no quadro do Diálogo Energético, por este consistir no principal enquadramento institucional da cooperação energética entre a UE e a Rússia e, assim, facultar dados relevantes para uma leitura mais completa sobre a evolução dessa cooperação. A leitura deste capítulo permite compreender a dinâmica do Diálogo Energético, por forma a saber em que moldes se encontrava instituído, qual era a sua estrutura organizacional, que papel desempenharam os seus grupos de trabalho e o

Conselho Consultivo do Gás, quais foram os principais temas debatidos e quais foram as suas principais concretizações. Permitiu-nos, também, compreender qual foi o papel desempenhado pelos Espaços Comuns e pela Parceria para a Modernização no quadro da cooperação energética e a sua relevância para a evolução da mesma.

O último capítulo, *Impulsos e constrangimentos na relação*, recai sobre as condicionantes que impulsionaram e constrangeram a cooperação energética, que são analisadas com o intuito de compreender a sua origem, como se desenvolveram e como afetaram a dinâmica da cooperação. As considerações sobre a evolução da cooperação energética nos últimos quinze anos, à luz do seu enquadramento institucional, são tecidas no final desta dissertação.

1.2. Análise concetual

No estudo da relação energética entre a UE e a Rússia é importante definir conceitos basilares, como o de segurança energética e de interdependência, que permite concetualizar a nossa investigação. O conceito de segurança energética é variável e dependente da perspetiva e do contexto no qual é analisado, refletindo a sua natureza multidimensional (Ang, Choong e Ng 2014, 1078; Jonsson, et al. 2015, 48-49; Kucharski e Unesaki 2015, 28; Winzer 2012, 36; Johansson 2013, 203), pelo que não existe nenhuma definição universalmente aceite (Jonsson, et al. 2015, 49). A definição do conceito depende das dimensões da segurança energética, que, por si só, são de natureza dinâmica e mutável ao longo do tempo (Ang, Choong e Ng 2014, 1078) e, conseqüentemente, alteram a perceção dos países fornecedores e consumidores (Ang, Choong e Ng 2014, 1083).

Na generalidade dos estudos sobre a matéria, essa definição cobre sete temáticas principais: disponibilidade de energia, infraestrutura, preço, efeitos sociais, ambiente, governação e eficiência energética (Ang, Choong e Ng 2014, 1079-1083). De forma a quantificá-la, têm sido construídos índices que permitem analisar o risco e o desempenho da segurança energética de um determinado país, através da combinação de vários indicadores. Apesar da dificuldade em medir a segurança energética, estes índices compostos permitem analisar e avaliar as políticas energéticas de vários países e organizações internacionais (Ang, Choong e Ng 2014, 1083-1084).

Uma das principais componentes da segurança energética é a segurança de abastecimento. A segurança de abastecimento é tida como “um importante objetivo da política energética em muitos países” (Winzer 2012, 36), nomeadamente dos países importadores/consumidores (Jonsson, et al. 2015, 49), que “também se sobrepõe em outras arenas políticas como a política ambiental, política de segurança, política externa e política comercial e de negócios” (Johansson 2013, 199). Muito embora não haja uma definição clara do conceito (Winzer 2012, 36), vários autores e organizações têm-se desdobrado sobre o tema. Checchi et al. (2009, 1) defendem que, “embora não exista uma interpretação comum, é possível identificar que uma série de características estão sempre incluídas, nomeadamente a disponibilidade física e os preços.” Esta afirmação é coerente com a lógica seguida por diversos autores, que definem a segurança de abastecimento como a disponibilidade contínua de energia a um preço justo (Intharak, et al. 2007, 6; Keppler 2012, 20; Le Coq e Paltseva 2009, 4474; Mabro 2008, 3). A UE define o conceito como “uma disponibilidade física ininterrupta de produtos energéticos no mercado, a um preço que é sustentável para todos os consumidores (privados e industriais)” (COM(2000) 769 final). Spanjer (2007, 2890) acrescenta que a “segurança de abastecimento pode ser amplamente dividida em duas partes: sistema de segurança – na medida em que os consumidores têm garantido o fornecimento de gás, em circunstâncias previsíveis – e segurança quantitativa – garantindo um adequado abastecimento de gás neste momento e no futuro, [compreendendo] não só os volumes de gás, mas também o preço e a diversificação dos fornecimentos de gás.”

A segurança de abastecimento está sujeita a uma série de riscos e vulnerabilidades, que podem comprometer o normal funcionamento do sistema energético (Keppler 2012, 20; Lieb-Dóczy, Börner e MacKerron 2003, 11). Esses riscos “reflete[m] a potencial inabilidade do sistema energético¹ para cumprir com a sua função essencial.” O risco pode ser caracterizado pela sua fonte (externo ou interno), controlabilidade (possibilidade de gestão) e temporalidade (curto, médio e longo prazo) (Kucharski e Unesaki 2015, 29-30). Os riscos internos são facilmente controláveis e são originados por algum problema técnico ou erro humano na gestão do sistema energético, enquanto os riscos externos são de natureza mais incerta e são entendidos como ameaças (Kucharski e Unesaki 2015, 31), podendo ser de natureza económica,

¹ Em linhas gerais, pode entender-se por sistema energético, o conjunto de componentes humanos, tecnológicos e de infraestruturas que interagem entre si, por forma a gerar e/ou transmitir energia.

política, ambiental, social, geológica, tecnológica e geopolítica (Kucharski e Unesaki 2015, 31; Jonsson, et al. 2015, 50; Johansson 2013, 202-203).

Para garantir a segurança de provisão é necessário que as fontes energéticas estejam disponíveis e acessíveis aos serviços de transformação, de transporte e de transmissão dessa mesma energia, sendo disposta aos consumidores a um preço sustentável, que não coloque em risco o funcionamento do sistema energético (Jonsson, et al. 2015, 49). Como resposta a esses riscos, podem ser adotadas estratégias de diversificação de fontes e fornecedores, que permitam “reduzir a sensibilidade a distúrbios no fornecimento” (Jonsson, et al. 2015, 49), a garantia de estabilidade do fornecimento face a esses distúrbios, a resiliência do sistema para conter possíveis choques e a adaptabilidade do sistema a longo prazo (Kucharski e Unesaki 2015, 32).

Outra componente da segurança energética é a segurança da procura. A procura é um fator essencial para os países fornecedores/exportadores, uma vez que o setor energético é um dos mais importantes na sua economia, contribuindo, em larga medida, para o PIB e a estabilidade orçamental (Johansson 2013, 202). Assim, os países fornecedores têm interesse em vender o seu produto e gerar riqueza (Jonsson, et al. 2015, 49), ao mesmo tempo que desejam manter a estabilidade dos preços, evitando a sua volatilidade, e do funcionamento das rotas de transporte e transmissão de energia. Este ponto de vista é partilhado pelos países consumidores, muito embora o preço seja alvo de disputas, visto que os países fornecedores desejam “manter os preços tão altos quanto possível, desde que isso não leve a significantes perdas na procura” (Johansson 2013, 202). A segurança na procura requer os mesmos pressupostos que a segurança de provisão, acrescentando-se, porém, a disponibilidade e a diversidade de consumidores que estejam dispostos a pagar aquele preço (Jonsson, et al. 2015, 49).

As relações energéticas entre países produtores e consumidores criam interdependências. Keohane e Nye (1989, 8-11) explicam os diferentes desenvolvimentos desse fenómeno à luz do neoliberalismo, através da sua teoria de interdependência, em que a relação entre dois parceiros pode ser interligada ou interdependente, podendo um deles influenciar o outro de acordo com a sua perceção de sensibilidade ou vulnerabilidade. Esta teoria aplica-se, fundamentalmente, à interdependência económica, característica do processo globalizacional, mas pode ser aplicada às relações energéticas, particularmente à segurança energética, visto que os mercados estão totalmente interconectados e os atores tornam-se mais dependentes uns

dos outros. Essas relações de interdependência podem ser analisadas através de diversos indicadores, como a balança comercial e o consumo energético de um país, e podem alterar-se ao longo do tempo, devido a mudanças na procura e na oferta de gás e de petróleo e à instabilidade política, social e económica nos países produtores (Umbach 2010, 1230). Estes fatores contribuem para reforçar a influência de um dos parceiros face ao outro, assim como a capacidade de influenciar a segurança energética do país produtor (segurança da procura) ou do país consumidor (segurança de aprovisionamento), gerando uma relação assimétrica.

Ambas as vertentes da segurança energética podem ser integradas com os conceitos de vulnerabilidade e sensibilidade desta teoria. A sensibilidade consiste na resposta às interações criadas dentro de um quadro de políticas (Keohane e Nye 1989, 12). O país que percebe a sensibilidade procurará dirimir a sua dependência face ao outro, procurando alternativas de cooperação com o mesmo ou intensificando a sua relação com outros países (Proedrou 2007, 332). Por seu turno, a vulnerabilidade é entendida como a suscetibilidade do país sofrer possíveis custos com eventos externos, que possam prejudicar a sua relação com o outro (Keohane e Nye 1989, 13). Assim, o país procurará fortalecer a sua relação de cooperação com o outro, de forma a evitar uma saída unilateral do mesmo, que pudesse agravar a situação de enfraquecimento do país (Proedrou 2007, 332). Em suma, o parceiro mais sensível tenta dirimir a sua situação de interdependência, ao passo que o mais vulnerável procura fortalecê-la.

A interdependência pode também ser categorizada como positiva ou negativa. A interdependência positiva consiste no intercâmbio de valores idênticos, onde as ações de ambos os países são recíprocas. Esta só é possível através de um diálogo bem estabelecido entre ambos os parceiros. Pelo contrário, a interdependência negativa é caracterizada pela vontade dos países rescindirem a sua situação de dependência, quando a relação não traz benefícios mútuos e cada um dos parceiros procura apenas satisfazer os seus próprios interesses (Keohane 1986, 8).

A interdependência gera cooperação. A teoria do regime (*regime theory*), da escola do pensamento liberal das relações internacionais, explica que “[q]uando os interesses estão interrelacionados, os estados são vulneráveis à conduta de outros [...] e existem incentivos para cooperar em prol de interesses comuns ou complementares” (Padgett 2011, 1067; cf. Haggard e Simmons 1987). Para que tal seja possível, os estados devem dirimir os seus próprios interesses, uma vez que esses restringem a

cooperação e são contrários ao princípio basilar de qualquer cooperação, a interdependência. Havendo cooperação, as “instituições surgem em resposta à necessidade de ‘princípios, normas, regras e processos de tomada de decisão’ para gerir os problemas da ação coletiva que ameacem minar a cooperação” (Keohane 1984, 57, cit. por Padgett 2011, 1067) e assegurarem o cumprimento dos objetivos da mesma.

1.3. Estado da Arte

As relações entre a União Europeia e a Rússia têm sido alvo de estudos desenvolvidos por inúmeros académicos a nível internacional, analisando as dinâmicas energéticas da UE e da Rússia sob diversos prismas. O aspeto mais estudado nestas relações refere-se à segurança energética de uma perspetiva europeia, como atestam, a título de exemplo, os contributos de Daniel Jonsson et al. (2015), Henryk Faas et al. (2011), Frank Umbach (2009) e Sanam Haghighi (2007). Outros autores enfatizam o gás natural na sua análise sobre a segurança energética da UE, ensaiando o impacto dos principais desenvolvimentos no mercado para a UE e a Rússia (Boussena e Locatelli, 2011; 2015), as perspetivas futuras para o gás natural russo e a sua relação com a Europa (Hartley e Medlock, 2009; Yegorov e Wirl, 2008; e Schmidt-Felzmann, 2011) e os riscos no trânsito de gás com destino à UE (Le Coq e Paltseva, 2012). Youngs (2009) analisa a segurança energética no quadro da nova política externa europeia, dedicando um capítulo à Rússia, onde tece considerações sobre as relações energéticas com a UE e o contexto geopolítico. Andreas Goldthau e Nick Sitter (2015) procuraram compreender os instrumentos políticos da UE ao serviço da sua segurança energética.

A interdependência nas relações energéticas entre a UE e a Rússia é um dos aspetos mais estudados na comunidade académica. Fredholm (2005) procurou contextualizar a estratégia energética russa à luz da dependência mútua, tese defendida por Paillard (2010), que explica quais os desafios da relação entre a UE e a Rússia e levanta questões pertinentes sobre a segurança energética europeia, os fatores de cooperação e a reorganização do setor russo. Casier (2011) questiona a interdependência nas relações UE-Rússia, analisando a politização da energia, a vulnerabilidade e a sensibilidade da UE e as dinâmicas entre os dois atores. Outros autores como Proedrou (2007), Padgett (2011), Tichý (2012) e Harsem e Claes (2013) apresentam os seus pontos de vista sobre a interdependência energética, focando-se, essencialmente, nas

diferenças entre a UE e a Rússia. As relações energéticas entre a UE e a Rússia têm sido, igualmente, enquadradas em diversos estudos sobre as dinâmicas globais da energia, salientando-se as obras de Dreyer e Stang (2014), Furfari (2012, 2007), Yergin (2011), Favennec (2007).

Os enquadramentos legal e institucional nos quais se encontram estabelecidas as relações energéticas entre a UE e a Rússia merecem a atenção de algumas publicações. Andrey Konoplyanik (2009) e Anatole Boute (2015) oferecem diversas abordagens e soluções para o novo acordo UE-Rússia, cuja tônica recai sobre os diferendos sobre aspetos contratuais e regulamentares, como os preços, o acesso não-discriminatório à rede e o *unbundling*. No plano institucional, Tichý e Kratochvíl (2014) analisam as diferentes abordagens à relação a partir do discurso político europeu e Boussena e Locatelli (2013) refletem sobre as mudanças institucionais e os riscos inerentes a essas alterações para a segurança energética da UE e da Rússia. Baev (2012), Stegen (2011), Goldthau (2008), Marshall (2008), Dellecker (2007) e Olcott (2004) complementam estes trabalhos, oferecendo-nos uma perspetiva histórica sobre as dinâmicas e as estratégias internas do mercado russo do petróleo e gás natural.

O contexto geopolítico e as relações da UE-Rússia com a sua vizinhança têm marcado a sua dinâmica política, afetando a cooperação energética. Destacam-se as publicações de Bechev (2015), Grygiel (2015), Kazharski e Makarychev (2015), Rynning (2015), Gretskiy et al. (2014), Neuman (2010), Light (2008) e Guéneq (2008), que, no essencial, denotam competição entre as partes pela sua vizinhança partilhada. Em linha com esta visão, Rumer (2007) e Brzezinski (2008) afirmam que a Rússia tem procurado recuperar o seu prestígio e estatuto na comunidade internacional. Da mesma forma, após a anexação da Crimeia, vários artigos têm sido publicados sobre a situação ucraniana e a sua influência na diplomacia euro-russa, sublinhando-se os contributos de Marten (2015), Sarkisyan (2015), Smith (2015) e Dolghi (2014).

Ainda assim, são poucas as obras que analisam o Diálogo Energético em concreto. Tatiana Romanova (2014, 2008) tem procurado analisar a sua dinâmica institucional e compreender qual é a perspetiva russa sobre esta iniciativa. Na mesma linha, Pami Aalto editou um livro em 2008, *The EU-Russian Energy Dialogue*, que reúne diversas análises segundo a perspetiva da integração europeia, do futuro da Rússia, da relação com os Estados-membros da UE e da política energética europeia.

Estes temas são frequentemente tratados em vários artigos veiculados por prestigiadas revistas científicas como a *Energy*, *Energy Policy*, *Foreign Affairs*, *Géopolitique*, *Jane's Intelligence Review*, *Journal of Common Market Studies*, *Journal of Contemporary European Studies* e *Journal of Eurasian Studies*. Alguns institutos e *think tanks* têm desenvolvido estudos sobre as relações entre a UE e a Rússia, como o *EU-Russia Centre*, a *Chantham House*, o *International Institute for Strategic Studies*, o *Centre for European Policy Studies* e o *Council of Foreign Relations*.

Em Portugal, a produção científica sobre esta temática é recente, sendo que a abordagem adotada, em geral, não foca a cooperação energética entre a UE e a Rússia, mas sim o enquadramento da relação sob a perspectiva da segurança energética europeia. Exemplos disso são os trabalhos desenvolvidos por autores e investigadores como António Costa Silva (2007; 2008; 2015), Carla Fernandes (2010; 2012; 2014; 2015), Catarina Mendes Leal (2011; 2015), José Félix Ribeiro (2010; 2011; 2015), Maria Raquel Freire (2011) e Teresa Rodrigues (2011; 2015). Na academia portuguesa, a segurança energética não se esgota na relação UE-Rússia, com a publicação de artigos sobre Portugal e as suas relações energéticas com África (Leal, 2011 e 2015; Nunes, 2015) e Espanha (Fernandes e Duarte, 2011). A questão da energia na relação UE-Rússia tem conhecido alguns avanços com o desenvolvimento de projetos de investigação, como é o caso do “Geo4Ger – A Geopolítica do Gás e o Futuro da relação Euro-Russa”, a cargo do Instituto Português de Relações Internacionais e do Instituto da Defesa Nacional (IPRI, 2016).

Da nossa pesquisa, constatámos que as publicações sobre a relação UE-Rússia na perspectiva da cooperação energética não oferecem, em geral, uma análise descritiva e concreta sobre a estrutura organizacional e as realizações do Diálogo Energético, que permita uma leitura objetiva acerca da sua evolução. Somente após essa leitura, será possível compreender as diferentes perspectivas veiculadas pelas obras e artigos publicados sobre o tema. O nosso estudo pretende, assim, contribuir para uma análise mais alargada do tema, permitindo uma análise sobre a evolução da cooperação energética desde a implementação do Diálogo Energético, que a enquadrou e desenvolveu, até ao ano de 2015.

CAPÍTULO 2 - ENQUADRAMENTO DA RELAÇÃO

2.1. Rússia

A Rússia é o maior país do mundo em termos territoriais, com 17.098.242 quilómetros quadrados de área, estendendo-se ao longo da zona norte da Eurásia, desde a Europa de Leste até ao Oceano Pacífico (cf. Apêndice A, p. 176). Apesar da sua dimensão, o país é pouco povoado para a sua enorme extensão: 142.423.773 habitantes (CIA 2016a), segundo estimativas de 2015, o que corresponde a pouco mais de 8,33 habitantes por quilómetro quadrado. A maior parte da população concentra-se entre a fronteira ocidental e os Montes Urais.

A Rússia é uma federação semipresidencial, baseada numa democracia representativa, embora com a administração de Putin a Rússia se tenha convertido num estado híbrido, marcado pelo autoritarismo e a ideia de uma “democracia soberana”, onde o Estado prossegue uma política de centralização de poder ao serviço de interesses elitistas (Wallander e Allevione 2007, 91). O poder executivo reside no Presidente e no Governo, nomeado por aquele, enquanto o poder legislativo é assegurado pela Assembleia Federal (Official Russia, n.d.). A Rússia herdou a complexidade da organização administrativa do período soviético (Blij e Muller 2010, 120), encontrando-se dividida em 85 unidades administrativas:² 47 províncias (*oblasts*), 21 repúblicas, quatro *okrugs* autónomos, nove *krais*, três cidades federais e uma província autónoma (cf. Apêndice A, p. 177). Esta hierarquia tem como objetivo combater as grandes distâncias do país, permitindo que as decisões tomadas pelo poder central sejam mais eficazmente aplicadas pelo território. Porém, a Rússia tem caminhado no sentido do unitarismo, onde o poder e a autoridade se encontram centralizados em Moscovo, que impõe as suas decisões às várias unidades administrativas (Blij e Muller 2010, 120-121; Pavlovsky 2016, 11).

A Rússia enfrentou uma grande mudança geopolítica na sua história recente, com a dissolução da União Soviética em 1991, após a perda da sua influência sobre o leste da Europa, assim como o fracasso das políticas económicas de Gorbachev e da autoridade do Partido Comunista soviético. Surgiram, assim, 15 novas repúblicas independentes, incluindo a nova Federação Russa, que elegeu Boris Yeltsin como o seu

² Estes números incluem a República da Crimeia e a cidade federal de Sevastopol, anexadas em 2014 pela Federação Russa, após a realização de um referendo no território a 16 de março desse ano.

primeiro presidente. Este impulsionou uma série de reformas económicas, marcadas por privatizações e a liberalização dos mercados, garantiu a unidade nacional da Rússia com a assinatura do Tratado Federal e tomou para si determinados poderes para a execução das suas políticas, entrando em conflito com os poderes do parlamento, o que criou uma crise constitucional em 1993. Nesse ano, dois referendos confirmaram a confiança do povo russo no presidente, permitindo-lhe dissolver o parlamento e convocar novas eleições, assim como a aprovação de uma nova Constituição, que reforçou o poder presidencial e reformou os órgãos legislativos (McFaul 2001, 180-241). O tumulto político continuou em 1994, com a guerra civil na Chechénia, resultante da invasão russa do território, após este ter proclamado a sua independência. O conflito findou com a assinatura de um tratado de paz em 1996, embora tenha sido desrespeitado anos mais tarde, originando uma segunda guerra civil em 1999 (Hughes 2001, 25-39).

Entretanto, as reformas económicas levadas a cabo por Yeltsin não surtiram o efeito desejado: o PIB estava em queda contínua desde 1990 e os preços subiram drasticamente (Cooper 2009, 2-4), não obstante os cortes na despesa pública e a criação de impostos elevados. Em 1995, a Rússia caminhava para a falência, devido ao crescente défice fiscal e o aumento da dívida externa, colocando em risco o pagamento das despesas essenciais do Estado, assim como a popularidade e possível reeleição de Yeltsin. Para resolver esse problema, Yeltsin promoveu uma nova vaga de privatizações, adotando um esquema de “empréstimos por ações”, em que os privados, através de bancos comerciais, emprestavam dinheiro ao governo russo em troca de ações nas principais empresas públicas, que mais tarde seriam recuperadas pelo Estado. No entanto, este esquema traduziu-se numa privatização efetiva, através da oferta de ativos públicos a baixo custo, que foram adquiridos por um pequeno grupo de magnatas, conhecidos como oligarcas (Goldman 2008, 63-65). Enquanto isso, o governo conseguiu o dinheiro necessário para satisfazer as suas necessidades a curto prazo e Yeltsin foi reeleito para um segundo mandato, em 1996 (Odling-Smee 2006, 154).

Porém, a crise financeira asiática de 1997 e o declínio da procura de petróleo intensificaram os problemas económicos internos, como o elevado défice fiscal, o aumento da inflação e a taxa de câmbio fixa entre o rublo e as outras divisas estrangeiras, custando a perda das reservas internacionais russas (Goldman 2008, 75). Esse impacto resultou no pedido de ajuda externa ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, em julho de 1998, para estabilizar a economia (Odling-Smee 2006,

171). O rublo continuava indexado a uma taxa flutuante em relação ao dólar, permitindo ao Banco Central russo vender ou comprar rublos, caso o valor do mesmo saísse do intervalo. Este sistema foi abandonado em setembro de 1998, quando o rublo pôde finalmente flutuar em relação ao dólar, ao mesmo tempo que o governo lidava com uma inflação muito elevada (Odling-Smee 2006, 183-187). A economia começou a recuperar no ano seguinte, por conta da subida do preço do petróleo (Goldman 2008, 77).

Yeltsin renunciou ao cargo a 31 de dezembro de 1999, sucedendo-lhe Vladimir Putin. Durante o seu mandato, Putin reforçou o papel do Estado em detrimento do poder dos oligarcas, através da extensão dos poderes presidenciais, a demissão de tecnocratas e membros da administração da era Yeltsin e o enfraquecimento dos “centros de poder independentes”, como os *media*, afastando vários oligarcas de cargos de topo (Olcott 2004, 5). O crescimento económico no início da década permitiu a Putin pagar a dívida externa e investir em projetos que visassem a melhoria das condições de vida da população russa, sanando o caos social que emergiu após o colapso da União Soviética (Lainela 2008, 11-16; Wallander e Allevione 2007, 85; Brzezinski 2008, 96). Putin considera mesmo que o colapso da União Soviética foi “a maior catástrofe geopolítica do século XX” (BBC News 2005), conduzindo-o à implementação de uma estratégia com *nuances* imperialistas, que permitisse modernizar a Rússia e recuperar o estatuto e prestígio do país na cena internacional (Wallander e Allevione 2007, 85).

A Rússia apresenta alguns traços que caracterizam uma economia de mercado, após a introdução de várias mudanças que contrariaram, assim, o sistema económico em vigor durante a época soviética, em que o Estado controlava todo o sistema económico. No entanto, apesar das reformas e das privatizações na década de 1990, a interferência do Estado na economia continua a ser bastante relevante, oferecendo vários obstáculos à internacionalização da economia, ao investimento direto estrangeiro e à iniciativa privada (Connolly 2015b, 18-21). Com efeito, o Estado controla os principais setores estratégicos do país, como a energia e a indústria metalúrgica, mostrando uma relutância veemente quanto à sua privatização (Wallander e Allevione 2007, 85). Estes obstáculos somam-se à falta de transparência e à corrupção sentida no país (Transparency International 2015), com Putin a ser acusado, frequentemente, de utilizar o seu estatuto para obter benefícios políticos e económicos (Wallander e Allevione 2007, 87).

Em 2008, Putin foi sucedido por Dmitry Medvedev, que o nomeou como primeiro-ministro, permitindo-lhe continuar com o seu domínio na política russa, e teve

lugar a guerra russo-georgiana, que garantiu o apoio russo às autoproclamadas repúblicas da Ossétia do Sul e da Abecásia (Nussberger 2009). Em 2012, Putin foi reeleito presidente para um terceiro mandato, tendo sido alvo de críticas e de protestos contra as suas políticas repressoras das liberdades e dos direitos civis, a interferência política nos *media* e sobre as organizações não-governamentais, as suspeitas de manipulação nas eleições, a limitação da atividade partidária e a propaganda ao serviço do culto da personalidade e da integridade nacional (Brzezinski 2008, 101). Esse culto tem contribuído para a ideia de uma Rússia dependente de Putin à frente dos destinos do país, muito embora não tenha conseguido alterar suficientemente as bases do sistema para que essa premissa se consubstancie em pleno (Pavlovsky 2016, 10).

Em 2014, após a realização de um referendo, a Crimeia, então parte integrante do território ucraniano, foi anexada à Rússia, perante a condenação da maioria da comunidade internacional. Nesse ano, uma nova recessão afetou o país devido à queda do preço do petróleo e às sanções internacionais pela anexação da Crimeia, levando a uma contração de 3,7% do PIB (cf. Apêndice B, p. 187). Esta tendência pressionou o rublo e disparou a inflação, afetando o poder de compra e desincentivando o investimento. Apesar das restrições de acesso ao mercado e de fluxos de capital, a política monetária flexível de depreciação do rublo face ao dólar tem facilitado os ajustamentos económicos necessários e beneficiado o desempenho das empresas e das exportações (World Bank Group 2016, 8).

Presentemente, a economia russa enfrenta três grandes obstáculos: um Estado de Direito fraco, que permite a corrupção, a regulação desmedida e o domínio do Estado sobre a economia; o impacto da descida acentuada no preço do petróleo nos últimos anos, em cerca de 70 dólares por barril; e o isolamento em relação aos mercados globais, com as sanções e contrassanções decorrentes da anexação da Crimeia (Guriev 2016, 19). A recuperação económica, com um crescimento previsto na ordem dos 1,6% do PIB em 2017, está dependente da consolidação fiscal, do sucesso de reformas estruturais, da estabilização do setor financeiro e do levantamento das sanções (World Bank Group 2016, 9; Guriev 2016, 20).

2.1.1. Posição global

A Rússia é uma potência energética mundial, sendo um dos maiores produtores e exportadores de hidrocarbonetos. O país é o terceiro maior produtor de crude, depois da Arábia Saudita e dos Estados Unidos da América, com 10,98 milhões de barris por dia (BP 2016c, 8). A sua produção esteve em declínio nos anos 90, com uma quebra de 230,6 milhões de toneladas de equivalentes de petróleo (Mtoe), recuperando progressivamente a partir de 1999. Em 2013, os valores aproximaram-se dos registados em 1990, na ordem das 518,7 Mtoe (cf. Apêndice B, p. 188).

Do seu volume de produção, a Rússia exportou, em média, 45,9 por cento desde 1990. Entre 1990 e 1998, a exportação registou um declínio crescente no início da década, alcançando o mínimo histórico de 35,2% em 1992, recuperando a partir de 1994 com valores na casa dos 40 por cento. Em 1999, o ritmo de exportação acompanhou a recuperação da produção russa: nesse ano, a Rússia exportou 43,6% da sua produção, valor que foi crescendo de forma sustentável até 2004, quando o volume de exportações atingiu o seu recorde, 56,4 pontos percentuais. Desde então, a exportação de petróleo tem vindo a registar um decréscimo progressivo na ordem dos 1,2% ao ano, salvo irrelevantes recuperações em 2007 e 2009 (cf. Apêndice B, p. 189). Os principais países de destino são os Estados-membros da UE, representando 61,7%, sendo os maiores importadores a Alemanha, os Países Baixos e a Polónia; os países da Ásia-Pacífico, donde se destacam a China (13,9%), o Japão (5,8%) e a Coreia do Sul (2,3%); e a Bielorrússia, com 9,4% (cf. Apêndice B, p. 190).

A Rússia é, igualmente, um dos maiores produtores de produtos derivados do petróleo ou petróleo refinado, ocupando o quarto lugar do *ranking* mundial, depois dos Estados Unidos da América, da União Europeia e da China (BP 2016c, 16). O ritmo da sua produção esteve em linha com a do crude. Assim, nos anos 90, a produção caiu 39,3%, passando de 269,7 Mtoe em 1990 para 163,8 Mtoe em 1998. Esses valores começam a recuperar progressivamente desde 1999, com um crescimento na ordem dos 3,4 por cento ao ano, alcançando as 269,4 Mtoe em 2013 (cf. Apêndice B, p. 191). Internamente, face às restantes fontes de energia, os produtos derivados do petróleo produzidos pela Rússia fornecem 64% do setor dos transportes, alimentam 10% da indústria e contribuem em 2% para a produção de energia, segundo dados de 2013 (cf. Apêndice B, p. 192). Em relação ao volume produzido, o petróleo refinado destinado à geração de energia tem apresentado uma tendência decrescente desde 1998, salvo

menores exceções. Em 2013, 3,6% da produção de petróleo refinado destinou-se à produção de energia (cf. Apêndice B, p. 193).

A Rússia exporta parte do seu petróleo refinado, numa média anual de 33% entre 1990 e 2013. Em 2015, o país exportou 2,99 milhões de barris por dia, tornando-o no segundo maior exportador mundial (BP 2016c, 19). Na década de 1990, verificou-se alguma instabilidade no volume de exportações, registando-se o pior valor de sempre em 1992, com 17,2%, após uma quebra progressiva nos dois anos anteriores. O volume de exportações viria a declinar novamente no final da década, atingindo os 28,3% em 1999, ano a partir do qual a exportação de produtos petrolíferos russos recupera progressivamente, crescendo a um ritmo anual de 1,47 pontos percentuais, em média, até 2010. Nesse ano, o volume de exportação alcança o máximo histórico do período em análise, 44,5 por cento. Em 2011, as exportações caem 3,83%, mantendo-se, desde então, acima dos 40% da produção (cf. Apêndice B, p. 194). Os principais países de destino são os Estados-membros da UE (54,9%), sendo os maiores importadores os Países Baixos, a Alemanha e a França; os Estados Unidos da América (9,1%); a Singapura (5,4%); a Coreia do Sul (5,2%); a Turquia (4,4%) e a China (3,9%) (cf. Apêndice B, p. 195).

No que se refere ao gás natural, a Rússia é o segundo maior produtor mundial, a seguir aos Estados Unidos da América, com 573,3 bilhões de metros cúbicos (bcm) em 2015 (BP 2016c, 22). A produção de gás natural registou um declínio contínuo entre 1990 e 2001. Apesar dos valores terem estabilizado em 1996 e da ligeira recuperação em 1999, o volume de produção caiu 19,5 por cento em onze anos. Em 2002, a produção voltou a recuperar, numa média anual de 1,69%, muito embora em 2007 e 2012 se tenham registado ligeiras descidas e em 2009 a produção tenha caído 6,28 por cento face ao ano anterior. Em 2011, a produção ultrapassou os 600 bcm anuais, atingindo o seu pico dois anos mais tarde, com 629,4 bcm (cf. Apêndice B, p. 196). Ainda assim, em relação às outras fontes energéticas, o gás natural é o recurso energético mais importante no consumo interno, contribuindo em 63% para a geração de energia e em 28% para os setores industrial e dos transportes, em 2013. Em relação ao volume produzido, o gás natural destinado à geração de energia representou entre 35 a 40 por cento da produção total. Em 2013, 40,3 por cento da produção de gás natural destinou-se à produção energética (cf. Apêndice B, pp. 197-198).

A Rússia exporta cerca de um terço do gás natural produzido, confirmando o país como o maior exportador mundial deste recurso energético, com 207,5 bilhões de metros cúbicos em 2015 (BP 2016c, 29). Em 1990, a Rússia exportou um volume recorde de 223,9 bcm, representando 34,8 por cento do gás natural produzido nesse ano. Desde então, o volume de gás natural exportado tem registado valores oscilantes entre 1990 e 2013, situando-se entre os 27,6 e os 35 por cento da produção, valores registados em 1993 e 1998, respetivamente (cf. Apêndice B, p. 199). Os principais países de destino são a Alemanha (22%), a Turquia (13%), a Itália (12%), a Bielorrússia (8%), a Bélgica e a França, com 5% cada (cf. Apêndice B, p. 200).

As atividades ligadas à extração, produção e exportação de petróleo e gás natural são determinantes para a economia russa. Em 2000, os rendimentos obtidos representavam 40,9% do PIB, o valor mais alto desde a desintegração da União Soviética, consideravelmente superior à média anual de 15,1%. A partir do ano 2000, esses valores mantiveram-se instáveis, embora acima da década anterior, com uma média anual de 25,3%. Entre 2001 e 2008, os valores oscilaram entre os 36 e os 25 por cento, contrariamente à tendência decrescente que marcou os anos seguintes, com valores abaixo dos 20%. Em 2014, o petróleo e o gás natural representavam apenas 13,2% do PIB, recuando, assim, para os valores registados 20 anos atrás (cf. Apêndice B, p. 201).

Quando comparados ambos os recursos naturais, verifica-se que a proporção dos rendimentos provenientes do petróleo é significativamente superior aos do gás natural. Desde 2002, os rendimentos obtidos do petróleo contribuem, em média, 70% do total dos rendimentos obtidos dos recursos naturais, relegando o gás natural para a segunda posição nesse período, com 25,8%. Em 2014, 96% dos rendimentos obtidos a partir dos recursos naturais russos tinham origem na atividade petrolífera, ao passo que 3,2% provinham do gás natural (cf. Apêndice B, p. 202).

2.1.2. Política energética

A Rússia entende que os recursos energéticos devem permanecer sob o controlo do Estado, quer através das empresas públicas, quer pelos direitos de propriedade pública. Apesar de existirem algumas empresas privadas, a grande maioria das empresas que operam no setor petrolífero e do gás natural são públicas e a sua coordenação é

baseada num sistema hierarquizado, onde o Estado pode “impor as suas preferências em relação à exploração e às taxas de depleção” e garante a troca de informações com os operadores (Locatelli 2015, 319). A competitividade no setor é muito reduzida e condicionada pela dualidade de preços no mercado russo: o preço do gás para os consumidores domésticos é regulado pelo Estado e encontra-se muito abaixo do preço do gás exportado. Existe alguma competição nos preços em regime de mercado livre em determinadas circunstâncias, embora a Gazprom e a Rosneft sejam as únicas empresas do setor autorizadas a competir entre si. Nas suas relações com os países consumidores, a Rússia prefere uma abordagem bilateral nas negociações e baseia a sua cooperação com empresas estrangeiras de petróleo e gás segundo o princípio da reciprocidade, ou seja, as empresas públicas russas permitem a participação de empresas de capital estrangeiro na exploração e produção no setor energético, através de licenças e acordos de produção partilhada, em troca de ativos nessas empresas (Locatelli 2015, 319).

O setor energético russo caracteriza-se, fundamentalmente, por três características: a politização dos recursos e da indústria do gás e do petróleo, em que o Estado exerce uma forte presença; a monopolização do transporte do gás pela Gazprom, entendida como uma “ferramenta de política interna e externa” da Rússia; e as alterações legislativas do Kremlin, que conferem legalidade às pretensões e estratégias russas sobre a energia (Dellecker 2007). Estas premissas tomaram forma com a implementação da reforma do setor energético, prosseguida por Putin após assumir o poder como chefe de Estado. Essa reforma traduziu-se, essencialmente, na renacionalização da maioria das empresas do setor, que tinham sido privatizadas na década de 1990.

Antes de assumir o poder, Putin tinha elaborado uma dissertação para o Instituto de Mineração de São Petersburgo, em 1997, que versava sobre os recursos naturais russos e o seu papel na economia nacional (Goldman 2008, 97). Para Putin, os recursos naturais são de elevada importância para o país, devendo, por isso, a sua exploração permanecer nas mãos do Estado para garantir o desenvolvimento económico e o papel da Rússia enquanto ator emergente na cena internacional (Olcott 2004, 16). Putin considera que os recursos naturais não são, eles próprios, totalmente rentáveis, principalmente devido ao atraso no desenvolvimento da indústria petrolífera durante o período soviético. Assim, seria vantajoso investir em larga escala na indústria, incluindo investimentos de capital estrangeiro patrocinados pelo Estado, bem como incitar a fusão de empresas públicas com privadas, através da “criação de grupos industriais

financeiros, verticalmente integrados, estabelecidos com a assistência do Estado”, que servissem os interesses russos e potencializassem os recursos (Olcott 2004, 18-19).

Putin define, ainda, nove estratégias para a “gestão e regulação dos recursos naturais”, como, por exemplo, a gestão racional dos recursos impulsionada pelos mercados e regulada pelo Estado, “a criação de um sistema eficiente de órgãos públicos de gestão”, “o desenvolvimento de uma base legal para estimular a inovação e o investimento” e “a otimização dos volumes e a diversificação crescente” das fontes desse investimento, e “o desenvolvimento da regulação pública das operações de exportação-importação” (Olcott 2004, 21). Estas estratégias seriam implementadas em duas fases distintas: na primeira fase, “o governo deve expandir a lista de recursos disponíveis para serem desenvolvidos com base em honorários, bem como a utilização desses fundos coletados para garantir um fundo para a proteção dos recursos naturais”; na segunda fase, seria desenvolvido um “sistema de garantias legais e normativas completamente unificado”, organizado o sistema fiscal, eliminadas as rendas e maximizada “a eficiência da gestão pública dos recursos naturais” (Olcott 2004, 22).

Para a prossecução destas ideias, Putin quis garantir o controlo da indústria dos combustíveis fósseis sob a alçada do Estado, colocando, maioritariamente, antigos colegas dos serviços secretos em cargos públicos estratégicos, que “converteram o seu novo acesso ao poder político no controlo sobre os ativos das maiores empresas de petróleo e gás” (Baev 2012, 179). Putin decide renovar os quadros da Gazprom, a maior empresa russa de exploração de gás natural, ao demitir Viktor Chernomyrdin do seu cargo de presidente e, um ano mais tarde, Rem Vyakhirev como presidente executivo; ambos foram substituídos por pessoas da confiança de Putin, Dmitry Medvedev e Alexei Miller, respetivamente (Goldman 2008, 100). Outros oligarcas com poder na economia russa foram igualmente afastados, alegadamente por iniciativa de Putin.

Em 2003, Mikhail Khodorkovsky, proprietário da Yukos, uma das maiores empresas petrolíferas da Rússia, foi detido e condenado a oito anos de prisão por evasão fiscal.³ No entanto, a sua prisão foi encarada como resposta à demonstração pública das suas posições contrárias às visões de Putin, como a separação clara entre a política e o

³ A posição oficial refere que a prisão de Khodorkovsky estava ligada à privatização da empresa de fertilizantes Apatit pela Menatep, detida pelo mesmo, que desde 1995 controlava a empresa pública Yukos, através do esquema de “empréstimos por ações”. Outros membros da Yukos foram detidos, sendo também eles acionistas na Menatep, empresa à qual o Procurador-Geral russo exigiu que devolvesse 2 milhões de dólares em impostos, alegadamente devidos ao Estado (Olcott 2004, 12).

setor financeiro, e aos seus planos para o setor petrolífero, como a aquisição da Sibneft pela Yukos. Após a prisão do seu proprietário, a Yukos foi vendida em vários leilões, tendo sido a maior parte do seu património adquirida pelo próprio Estado, através da Rosneft, empresa pública de exploração petrolífera (Yergin 2011, 39-40). Mais tarde, em 2005, Boris Berezovsky da Sibneft, a antiga empresa produtora de petróleo russa, foi obrigado a sair do país e a abrir caminho para a nacionalização da empresa. Roman Abramovich, que em conjunto com Berezovsky detinha o capital da empresa, vendeu 75,7% das ações à Gazprom por 13,1 biliões de dólares (Kramer 2005).

As ideias de Putin materializaram-se em 2003 com a *Estratégia para a Energia até 2020*, veiculando os planos estratégicos para os recursos energéticos do país, incluindo a melhoria da sua gestão. O documento define que o principal “objetivo da política energética é tornar mais eficaz o uso dos recursos energéticos e dos combustíveis fósseis, bem como o potencial do setor energético para o crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida” (MEFR 2003, 2). A estratégia pretendia “determinar as formas de alcançar uma nova qualidade do complexo da energia e dos combustíveis fósseis, o crescimento da capacidade competitiva da sua produção e serviços no mercado mundial”, através da “formação de um mercado de energia civilizado e de relações não-discriminatórias entre os seus membros”, vendo o papel do Estado reforçado como regulador do mercado (MEFR 2003, 2). As traves-mestras desta estratégia eram a “segurança energética, a eficácia energética, a eficácia orçamental e a segurança energética ecológica” (MEFR 2003, 2).

Seguindo essa estratégia, foram introduzidas diversas alterações. No plano legislativo, estabeleceu-se um novo sistema fiscal para os recursos naturais e a exportação de matérias-primas, ao mesmo tempo que vários empresários da indústria petrolífera foram convidados por Putin para importantes cargos no governo e na administração presidencial (Olcott 2004, 24). Em 2004, as tarifas sobre a exportação de produtos petrolíferos foram alteradas, por forma a adequá-las às flutuações dos mercados, com o objetivo de o Estado conseguir mais dividendos para impulsionar os restantes setores económicos. Aliada à subida dos preços do petróleo, esta medida foi benéfica para as grandes empresas do setor e o Estado (Olcott 2004, 25).

Seguiu-se a redefinição do regime de atribuição de licenças. As empresas privadas do setor já se encontravam prejudicadas pelo “fim das prospeções pelos novos acordos de produção partilhada”, o que levou a uma “reavaliação do potencial lucro das

empresas interessadas, ou envolvidas, no desenvolvimento dos maiores projetos de exploração a longo prazo da Rússia” (Olcott 2004, 25-26). Algumas licenças começaram a ser revogadas por não estarem de acordo com a legislação.

Adicionalmente, Putin começou a reformular as empresas públicas do setor para funcionarem segundo o modelo que ele tinha definido, servindo de plataforma para a criação dos *national champions*⁴. A primeira empresa a sofrer essa reorganização foi a Gazprom, em que foram reformulados os cargos de chefia e adquiridas ações pelo Estado para garantir o seu controlo, limitando-se o volume de ações detidas pelo capital estrangeiro. Para além disso, em 2006, foi garantido à Gazprom o monopólio do transporte dos produtos petrolíferos, embora a empresa encarregue do transporte de gás, a Transneft, continuasse a desempenhar a sua função e se tornasse num “instrumento da política do governo russo para decidir quais as rotas que serão escolhidas e que produtores petrolíferos terão acesso preferencial a essas rotas” (Olcott 2004, 28).

Desde 2010 vigora uma nova estratégia, a *Estratégia para a Energia da Rússia até 2030*. A nova estratégia pretende reforçar a anterior, considerando, porém, os desenvolvimentos económicos resultantes da crise financeira de 2008 (MEFR 2010, 5-6). A nova política energética pretende “proteger os direitos e interesses legais dos cidadãos e das empresas, assegurar a defesa e segurança do Estado, gerir efetivamente o património público, e alcançar um novo estado qualitativo para o setor energético” (MEFR 2010, 24). Esta política será implementada em três fases, considerando o progresso dos seus objetivos, a sua articulação com o desenvolvimento socioeconómico e as condições do setor, sendo elas: o “estabelecimento das fundações de uma nova economia” até 2015; a “transição para a construção de infraestruturas e o desenvolvimento inovador de uma nova economia”, apoiado na crescente eficiência energética; e o “desenvolvimento de uma economia inovadora”, baseado na “transição gradual para o setor energético do futuro com possibilidades tecnológicas fundamentalmente diferentes” (MEFR 2010, 25-27). A implementação ao longo destas fases reconhece a importância da estabilidade das empresas do setor e do investimento privado para a concretização da estratégia, cujas bases estão apoiadas na “segurança energética”, na “eficiência energética da economia”, na “eficiência orçamental do setor energético” e na “proteção ambiental” (MEFR 2010, 24).

⁴ As *national champions* são “empresas que são sujeitas a um tratamento especial por parte dos governos devido a alguma dimensão nacional na sua operação” (Neven s.d., 1).

Dentre as várias componentes da estratégia encontra-se a política externa de energia. O seu principal objetivo é “o uso máximo [e] eficiente do potencial energético russo para a integração em larga escala no mercado mundial de energia, reforçando a sua posição [nesse mesmo mercado] e obtendo o maior lucro possível para a economia nacional” (MEFR 2010, 55). Para a sua concretização, a estratégia define que a Rússia deve salvaguardar os seus interesses nacionais, através da sua contribuição para o desenvolvimento do mercado global de energia, da diversificação e da estabilidade do seu mercado energético, das relações com os seus parceiros comerciais e da cooperação em projetos internacionais (MEFR 2010, 57). A Rússia reconhece que a manutenção da estabilidade das relações com os seus parceiros tradicionais, bem como o fortalecimento das relações com novos mercados, são essenciais para a política energética do país e assegurar a segurança energética a nível mundial. Esse pressuposto encontra-se patente na construção e projeção de novas rotas de abastecimento para a Europa e no diálogo com blocos económicos e organizações internacionais (MEFR 2010, 55).

Em termos quantitativos, a Rússia almeja que esta nova estratégia consiga reduzir a dependência económica do país em relação à indústria do petróleo e gás natural de 30 para 18 por cento do PIB até 2030, bem como reduzir o consumo interno de gás natural de 52 para 46-47%, aumentando a quota dos combustíveis não-fósseis de 11 para 13-14 por cento. Além disso, o país pretende reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, resultantes da atividade do seu complexo energético, em 100 a 105 por cento, quando comparados com os níveis registados em 1990 (MEFR 2010, 128-129).

2.1.3. Regiões produtoras

O volume de produção da Rússia é assegurado pelas vastas reservas localizadas no seu território (cf. Apêndice A, p. 178). O país possui uma das maiores reservas de petróleo comprovadas do mundo, na ordem dos 102,4 biliões de barris (BP 2016c, 6). A sua maioria localiza-se na Sibéria Ocidental e na região do Volga e Urais. A primeira é a principal região produtora, produzindo 6,4 milhões de barris por dia, o equivalente a 60% da produção de petróleo russo. Os seus campos de produção encontram-se em declínio natural pela sua maturidade, muito embora o seu principal campo, Samotlor, registre um declínio menos acentuado devido ao investimento (EIA 2015). O Volga e

Urais é a segunda maior região, responsável por 22% da produção (EIA 2015), tendo o seu principal campo, Romashkinskoye, produzido 15,22 Mtoe em 2013 (Tatneft 2013).

A Rússia possui ainda outros campos de produção espalhados em outras regiões do país. A Sibéria Oriental tem um potencial de crescimento considerável, devido à descoberta de uma das maiores reservas de petróleo em Vankor, que deu origem a um importante campo de produção, onde são produzidos cerca de 420 mil barris diariamente (EIA 2015). Na região da península do Yamal e do Círculo Ártico, estão localizados os campos de Messoyakha, Suzun, Tagul e Russkoye, que têm contribuído para o aumento da capacidade de produção russa. Na região norte do Cáucaso, existe um grande potencial de produção, tendo sido criado em 2010 o campo Yuri Korchagin, responsável pela produção de 27 mil barris por dia (EIA 2015).

Por último, a ilha de Sacalina, na zona oriental da Rússia, tem duas importantes áreas de produção em regime de acordo de produção partilhada com empresas estrangeiras. A Sakhalin-1 PSA é explorada pela ExxonMobil (que detém a maior parte do consórcio, com 30%), por duas subsidiárias da Rosneft, pela indiana ONGC Videsh e por um consórcio de empresas japonesas, e possui três campos de produção. A Sakhalin-2 PSA é explorada pela Gazprom (que detém 50% mais um do consórcio), a Shell, a Mitsui e a Mitsubishi, e possui um campo de produção petrolífero, o Piltun-Astokhskoye. Ambos os acordos incluem também os campos de produção de gás natural localizados na ilha (EIA 2015).

Em relação ao gás natural, as principais regiões de produção são a Sibéria Ocidental, com os campos situados em Yamalo-Nenets, Khanti-Mansiisk e Tomsk, responsáveis pela produção de 1,63 bcm diários; a região da Sibéria Oriental e Extremo Oriente, com os campos de Sacalina, Irkutsk, Krasnoyarsk e Yakutsk, num total de 96,3 milhões de metros cúbicos por dia; e a região dos Urais e Volga, com os campos de Orenburg e Astracã, que produzem 87,8 milhões de metros cúbicos por dia (EIA 2015).

2.1.4. Empresas

O setor do petróleo e do gás natural foi alvo de uma onda de privatizações após a queda da União Soviética, revelando-se uma oportunidade para as empresas de capital estrangeiro penetrarem no mercado russo. Porém, esse processo foi invertido com a ascensão de Putin à presidência do país, como forma de o Estado ganhar novamente o

controle sobre a produção. O Estado russo assegurou, assim, o ritmo de produção do petróleo, controlando mais de 50% da mesma, através do capital público nas principais empresas petrolíferas (EIA 2015).

As principais empresas de produção de petróleo são, por volume de produção: a Rosneft, a Lukoil, a Surgutneftegaz, a Gazprom Neft e a Tatneft; enquanto que as maiores produtoras de gás natural são a Gazprom, a Novatek, a Rosneft, a Lukoil e a Surgutneftegaz. A Gazprom é a maior empresa produtora de gás natural, de capital maioritariamente público (50,23%), e detém o direito exclusivo de exportação do gás russo desde 2006 (Gazprom 2014a). Durante a presidência de Yeltsin, a Gazprom foi transformada numa empresa de capital aberto em 1993, abrindo caminho para a privatização do seu capital, que veio a ocorrer no ano seguinte, com a venda de 33% das ações, através da venda de cupões recebidos pelos cidadãos russos. O Estado passou a deter apenas 40 por cento do capital, valor que viria a decrescer para os 38%, após algumas vendas posteriores (Goldman 2008, 60). Com a chegada de Putin ao poder, este decidiu reformar a empresa, por forma a recuperar o controlo estatal sobre a mesma, destituindo o seu presidente, Viktor Chernomyrdin, e o presidente executivo, Rem Vyakhirev. Estes foram substituídos, respetivamente, por Dmitry Medvedev e Alexei Miller, antigos colaboradores de Putin (Goldman 2008, 100). Em 2005, o governo russo conseguiu obter a maioria das ações da empresa, após a venda de 10,7% do capital de subsidiárias da empresa à Rosneftgaz, detida pelo Estado (Goldman 2008, 83). Em 2013, a Gazprom produzia 73% do gás natural russo (EIA 2015).

A Gazprom tem estado envolvida em vários projetos de grande importância, nomeadamente, o domínio no consórcio internacional *Sakhalin Energy*, para desenvolver um projeto de gás natural na ilha de Sacalina, pelo qual pagou 7,5 biliões de dólares por 50% mais um, em 2006 (BBC News 2006); a compra de 62,8% de um dos maiores campos de gás natural, Kovykta, localizado na Sibéria, à *joint venture* TNK-BP, em 2007 (Kramer 2007); e o acordo em 2014 com a China National Petroleum Corporation, a homóloga chinesa, para a venda de 38 bcm anuais durante 30 anos, no valor de 400 biliões de dólares (Hornby et al. 2014).

A Rosneft opera na produção de petróleo e de gás natural. A maioria do seu capital é detida pela empresa pública Rosneftegaz⁵ (69,5%), enquanto que a BP e o Depósito Nacional de Liquidação detêm 19,75 e 10,35 por cento das ações,

⁵ Empresa pública de capital aberto, detida a 100% pelo governo federal russo.

respetivamente (Rosneft 2016a). A Rosneft é líder na produção russa de petróleo, com 4,2 milhões de barris por dia, e a terceira maior produtora de gás natural, na ordem dos 56,7 bcm em 2014 (Rosneft 2016b).

A Lukoil é uma empresa pública russa. É a segunda maior produtora de petróleo e a quarta maior empresa na exploração de gás natural, a seguir à Rosneft, em ambas as posições. Em 2014, a sua produção anual foi de 631 milhões de barris de petróleo e 2,2 milhões de metros cúbicos de gás natural (Lukoil 2014, 21). Tal como a Lukoil, a Surgutneftegaz e a Tatneft são empresas públicas. A primeira é uma empresa verticalmente integrada e de capital aberto (Surgutneftegas n.d.), ocupando o terceiro lugar na produção de petróleo, com 61,6 milhões de toneladas (Surgutneftegas 2016). A segunda é, igualmente, uma empresa verticalmente integrada, sediada na república russa do Tartaristão (Tatneft 2016), que figura como a quinta maior produtora de petróleo, com 26,1 milhões de toneladas (Tatneft 2013). Por último, e ao contrário das restantes, a Novatek é uma empresa de capital privado, sediada na Sibéria Ocidental (Novatek 2016a). Esta empresa é a segunda maior produtora de gás natural, depois da Gazprom, com 67,9 bcm em 2015 (Novatek 2016b).

2.1.5. Infraestruturas

A Rússia é dotada de uma vasta rede de oleodutos e gasodutos, que abastecem não só os consumidores domésticos, como os países importadores (cf. Apêndice A, p. 179 e Apêndice C, p. 230). A maioria da rede encontra-se direcionada para oeste, onde se localizam as antigas repúblicas soviéticas e os principais países destinatários das exportações de gás natural russo, os Estados-membros da UE. O maior oleoduto é o Druzhba, com uma capacidade para transportar 2 milhões de barris por dia, estendendo-se ao longo de cerca de 4000 quilómetros (km) desde as principais regiões produtoras russas, a Sibéria Ocidental e a dos Urais e Volga até à Europa. O Sistema Báltico de Oleodutos I e II são o segundo e terceiro maiores oleodutos do país, com 1175 e 998 km de extensão e uma capacidade para 1,3 e 0,3 milhões de barris por dia, respetivamente, ligando o Druzhba aos portos de Primorsk e Ust-Luga no golfo da Finlândia (EIA 2015).

Embora estes oleodutos estejam direcionados para oeste, a Rússia tem investido na construção de vários oleodutos a oriente, objetivando a exportação de petróleo para

novos destinos, como a China. O mais importante é o Sibéria Oriental-Oceano Pacífico, com uma capacidade atual de 2 milhões de barris por dia e prevista de 3,2 em 2020, ligando os campos de produção das regiões da Sibéria Oriental, da Sibéria Ocidental e da Yamal-Nenets ao porto de Kozmino, na costa banhada pelo Pacífico. Futuras ligações com este oleoduto estão em construção e permitirão reforçar a capacidade de exportação russa a oriente (EIA 2015).

A rede de gasodutos estende-se ao longo de 170,7 mil quilômetros, apoiada por 250 estações compressoras com capacidade equivalente a 46,1 mil megawatts (Gazprom 2014b). Os principais gasodutos são o *Soyuz* e o *Brotherhood*, com capacidade superior a 99,1 bcm por ano e estendendo-se ao longo de mais de 4500 km, que fornecem a UE, através da Ucrânia, com o gás produzido nas regiões da Sibéria Ocidental, dos Urais e da Ásia Central (EIA 2015). Este sistema foi construído durante a era soviética para fornecer a parte ocidental da Rússia e o leste europeu, sob influência da então União Soviética. Porém, a Rússia, através da Gazprom, tem encetado esforços no sentido de ampliar a sua rede de gasodutos, o denominado Sistema Unificado de Fornecimento de Gás da Rússia (Gazprom 2014b). Dentre esses investimentos estão os gasodutos que ligam os campos de produção na Sibéria Ocidental à Europa, como o Yamal-Europe e o *Nord Stream*. A Rússia tem, igualmente, apostado na expansão do seu mercado de gás natural a oriente, com dois gasodutos na ilha de Sacalina para apoio à exportação de gás natural liquefeito e a construção do gasoduto *Power of Siberia* com destino à China (cf. Apêndice A, p. 180), que, aquando da sua conclusão por volta de 2019, terá uma capacidade para transportar 62,3 bcm e estender-se-á ao longo de 4000 km (EIA 2015). Uma outra rota, a Altai/Western, está planeada e ligará os campos de produção da Sibéria Ocidental à China, ao longo de 2607 km (EIA 2015).

A suportar a capacidade de exportação de petróleo russo, estão cerca de 20 portos, que no total exportam 3.737 milhares de barris por dia (EIA 2015). O principal porto é Novorossiysk, situado na costa do Mar Negro, com uma capacidade de exportação diária de 1.332 mil barris. O segundo e terceiro maiores portos são o Primorsk e Ust-Luga, com um volume de exportação de 815 e 556 mil barris por dia, respetivamente; ambos os portos localizam-se no Golfo da Finlândia e recebem petróleo proveniente dos campos de produção das regiões ocidentais da Rússia, através do Sistema Báltico de Oleodutos (EIA 2015). Por último, o porto de Kozmino, localizado perto de Vladivostok, no extremo oriente russo, é o quarto maior porto com capacidade

de exportação, na ordem dos 487 barris por dia. Os quatro portos são responsáveis por 85% das exportações marítimas do crude russo (EIA 2015).

2.2. União Europeia

A União Europeia é um bloco político-económico constituído por 28 Estados-membros (cf. Apêndice A, p. 181). Com uma área de 4.324.782 quilómetros quadrados, a UE estende-se por praticamente todo o continente europeu, entre o Oceano Atlântico e a fronteira com a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia (CIA 2016b). A sua população é estimada em aproximadamente 514 milhões de habitantes, que vivem segundo elevados padrões de desenvolvimento humano. A UE caracteriza-se pela diversidade que encerra dentro das suas fronteiras, com os diferentes sistemas políticos, economias, línguas, religiões e culturas. À conta desta diversidade, a UE desenvolveu-se segundo um sistema político híbrido entre o supranacionalismo e o intergovernamentalismo, tornando-a única no mundo (CIA 2016b). Embora os Estados-membros permaneçam independentes na sua essência, estes têm vindo a transferir progressivamente as suas competências para a UE. O seu quadro institucional complexo, que integra instituições e vários organismos, permite-lhe exercer as suas competências. O processo legislativo da UE envolve três das suas sete instituições, onde o Parlamento e o Conselho da UE apreciam em conjunto as propostas da Comissão (Borchardt 2010).

A UE surgiu como um projeto para garantir a paz na Europa, após a Segunda Guerra Mundial. Em 1951, com o Tratado de Paris, foi criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, sob a proposta de Robert Schuman no ano anterior, com o objetivo de controlar a produção de carvão e aço (Martins da Silva 2010, 62-67). A comunidade era constituída por seis países – Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos – que, em 1957, aprofundaram a sua integração com a assinatura do Tratado de Roma, criando a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (Martins da Silva 2010, 96-111). As comunidades expandir-se-iam nas décadas seguintes, até aos 28 membros atuais.

Em 1986, o Ato Único Europeu acelerou os procedimentos para a constituição do mercado único, firmado em 1992, com a assinatura do Tratado de Maastricht, que lançou as bases para a união económica e monetária e alterou a designação da Comunidade Económica Europeia para União Europeia. Estabeleceu-se, ainda, o

mercado único, que permite a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais (Martins da Silva 2010, 215-228). Em 1999, foi introduzido o euro, a nova moeda única europeia, então adotada por onze Estados-membros. Em 2001, a Declaração de Laeken serviu de mote para a realização de uma Convenção Europeia para elaborar uma Constituição Europeia, que foi rejeitada em referendo pela França e os Países Baixos, em 2005 (Martins da Silva 2010, 270-282). Porém, o projeto foi reaproveitado para servir de base para o Tratado de Lisboa, assinado em 2007, que reformou a distribuição de poder na UE, dotando-a de personalidade jurídica (Martins da Silva 2010, 288-300).

A União Europeia consiste numa economia baseada num mercado interno comum, sendo considerada a maior economia do mundo, com um PIB nominal de 18,46 milhões de dólares (Banco Mundial 2014). Um dos fatores que mais contribuíram para a afirmação do mercado comum e o crescimento económico dos primeiros anos da década de 2000 foi a adoção da moeda única europeia, o euro, por 11 Estados-membros em 1999. Atualmente, o euro é a moeda oficial de 19 dos 28 Estados-membros da UE, tornando-a na unidade monetária mais usada na Europa. Contudo, a UE foi atingida pela crise financeira de 2007-08, originando uma grave recessão económica, que culminou com uma contração do PIB de -4,4% em 2009. Nos dois anos seguintes, a economia da UE recuperou ligeiramente, com um crescimento do PIB a rondar os 2%, para voltar a contrair para os -0,5% em 2012. Desde 2013, o crescimento económico da UE tem sido progressivo, alcançando os 1,9 pontos percentuais em 2015 (Eurostat 2015a).

A heterogeneidade das economias dos Estados-membros constitui um desafio à convergência económica e à consolidação da política monetária. A Alemanha, o Reino Unido, a França, a Itália e a Espanha são os países mais industrializados e que mais contribuem para a criação de riqueza, representando 71,8% do PIB da UE. Do lado oposto, encontram-se países como a Lituânia, a Letónia, a Estónia, o Chipre e Malta, com economias pequenas, pouco industrializadas e um PIB pouco significativo (Eurostat 2015b). O crescimento económico também é díspar, situando-se entre os -0,2% da Grécia e os 7,8% da Irlanda (Eurostat 2015a).

2.2.1. Política energética

No Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, a energia é consagrada como um dos domínios de competência partilhada entre a UE e os Estados-membros

(n.º 2, art.º 4.º). Nele se encontra um capítulo dedicado à energia, onde a UE determina como objetivos da sua política energética: “assegurar o funcionamento do mercado da energia”; “assegurar a segurança do aprovisionamento energético da União”; “promover a eficiência energética e as economias de energia, bem como o desenvolvimento de energias novas e renováveis” e “promover a interconexão das redes de energia” (n.º 1, art.º 194.º). As medidas tomadas para a persecução destes objetivos “não afetam o direito de os Estados-membros determinarem as condições de exploração dos seus recursos energéticos, a sua escolha entre diferentes fontes energéticas e a estrutura geral do seu aprovisionamento energético” (n.º 2, art.º 194.º), exceto quando estas são adotadas à luz da política ambiental (n.º 2, art.º 192.º). No campo da política económica, o Tratado estabelece, ainda, que o Conselho pode chamar os Estados-membros a entreajudarem-se “em caso de dificuldades graves no aprovisionamento” energético, “num espírito de solidariedade” (n.º 1, art.º 122.º).

A União Europeia tem encetado esforços para reformar o seu mercado interno de energia, com vista à liberalização do mercado de gás e de petróleo e à criação de um mercado único de energia (Locatelli 2015, 313). Assim, a UE pretende “criar um mercado competitivo para substituir os mecanismos de coordenação hierárquica e administrativa” e “estabelecer um mercado único que substitua os mercados nacionais” dos Estados-membros, através da “desintegração dos monopólios nacionais” e do acesso segmentado à rede por terceiros (Locatelli 2015, 316). Atualmente, a UE encontra-se a desenvolver a União da Energia, cujos princípios basilares foram firmados pela Comissão, através de uma estratégia-quadro, em fevereiro de 2015. Esses princípios consistem na garantia da “segurança energética, solidariedade e confiança”, na plena integração do mercado interno de energia, na “eficiência energética como contributo para a moderação da procura de energia”, na “descarbonização da economia” e no papel “da investigação, da inovação e da competitividade” (COM(2015) 80 final).

No diálogo com os seus parceiros energéticos, quer com os países fornecedores, quer com os países de trânsito, a UE tem procurado garantir a sua segurança energética através da exportação dos princípios do Estado de Direito e na sua preferência por um diálogo multilateral nas negociações internacionais, que se traduz, principalmente, na “disseminação do seu acervo [comunitário] em relação à regulação e à organização dos mercados energéticos”, patentes na Carta europeia da Energia (Locatelli 2015, 317). Desta forma, a UE conseguiria que a Gazprom abrisse a sua rede de condutas a

empresas russas e de capital estrangeiro que tivessem potencial para a exportação de gás e, assim, pudessem competir no seu mercado interno. Esta abertura permitiria um maior número de fornecedores de gás à Europa e, conseqüentemente, garantiria a diversificação e a segurança energética da UE (Locatelli 2015, 317-318).

A energia tem sido, efetivamente, uma preocupação constante da UE, a avaliar pelas várias comunicações e livros verdes da Comissão sobre a matéria. Em novembro de 2000, a Comissão apresenta o *Livro Verde – Para uma estratégia europeia de segurança do aprovisionamento energético*, procurando uma solução para dirimir os riscos inerentes à dependência externa (COM(2000) 0769 final). Em 2005, emite o *Livro Verde sobre a Eficiência Energética* (COM(2005) 265 final), que procura promover medidas e ações, a vários níveis, que visem melhorar a eficiência dos recursos energéticos, em resposta aos vários desafios e constrangimentos existentes. Esse trabalho viria a dar origem ao *Plano de Ação para a Eficiência Energética: Concretizar o Potencial*, que ambiciona “intensificar o processo de concretização do potencial, estimado em mais de 20%, de poupança no consumo anual de energia primária da UE até 2020” (COM(2006) 545 final, 4), através da concretização de medidas, como “estabelecer requisitos dinâmicos de desempenho energético”, correlacionar correta e justamente os preços com os custos e enquadrar as novas tecnologias de energia (COM(2006) 545 final, 9-10).

Em março de 2006, aprova o *Livro Verde – Estratégia europeia para uma energia sustentável, competitiva e segura*, identificando seis grandes eixos prioritários para a sua concretização: a “realização dos mercados internos da eletricidade e do gás”, a “solidariedade entre Estados-membros”, a “segurança e competitividade do aprovisionamento energético”, a promoção de “uma abordagem integrada para combater as alterações climáticas”, a existência de um “plano estratégico europeu para as tecnologias energéticas” e o estabelecimento de “uma política energética externa coerente” (COM(2006) 105 final, 6-18). Este seria confirmado numa comunicação posterior, onde a Comissão reconhece a importância das relações externas para a sua energia, ressaltando que uma “abordagem coerente [entre as várias políticas da União] é fundamental para que a política energética externa possa garantir a segurança do aprovisionamento”, através do reforço e da negociação dos “acordos bilaterais atuais e futuros” com a Rússia e outros países terceiros (COM(2006) 590 final, 2-7).

Em janeiro de 2007, a Comissão elabora uma nova comunicação para a concretização de uma política energética para a Europa, para responder aos desafios inerentes à sustentabilidade, à segurança do aprovisionamento e à competitividade do setor. Assim, a nova política consistiria em “combater as alterações climáticas, limitar a vulnerabilidade externa da UE face às importações de hidrocarbonetos e promover o crescimento e o emprego, fornecendo aos consumidores energia segura e a preços acessíveis” (COM(2007) 1 final, 4-6). A segurança do aprovisionamento seria alvo de uma nova comunicação em novembro de 2008, onde a Comissão procura renovar as suas convicções sobre esta matéria, através da implementação de um *Plano de Ação sobre Segurança Energética e Solidariedade*. Este plano visa complementar as medidas programadas anteriormente e servir o novo Pacote 20/20/20⁶, assentando em cinco vetores: as “necessidades em infraestruturas e diversificação do aprovisionamento energético”, as “relações externas no domínio da energia”, as “reservas de petróleo e gás e mecanismos de resposta a crises”, a “eficiência energética” e uma “melhor utilização possível dos recursos energéticos internos” (COM(2008) 781 final, 2-4).

Em março de 2010, a Comissão estabelece as alterações climáticas e a energia como um dos cinco objetivos da *Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo* (COM(2010) 2020 final, 3), salientando que a Europa deve procurar aumentar a utilização de energias renováveis e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, que irão contribuir para uma utilização mais eficiente dos seus recursos (COM(2010) 2020 final, 6-7). Em novembro do mesmo ano, é publicada uma estratégia que detalha esse objetivo, a *Energia 2020 – Estratégia para uma energia competitiva, sustentável e segura*, que se consubstancia em cinco prioridades: a “realização de uma Europa energeticamente eficiente”, a “construção de um mercado da energia verdadeiramente pan-europeu e integrado”, a “capacitação dos consumidores e garantia do mais elevado nível de segurança intrínseca e extrínseca”, o “alargamento da liderança da Europa no domínio das tecnologias energéticas e da inovação” e o “reforço da dimensão externa do mercado da energia da UE” (COM(2010) 639 final, 6).

⁶ O Pacote 20/20/20 estabeleceu três metas a serem alcançadas até 2020: a redução em 20% das emissões de gases com efeito de estufa (em relação aos valores de 1990), o aumento em 20% da quota das energias renováveis no consumo total de energia ao nível da UE e o aumento em 20% da eficiência energética. Encontra-se em vigor desde 2009, após ter sido estabelecido pelos líderes da UE em 2007 e incorporado na legislação europeia (CE 2016a). Com base nesse pacote legislativo, foi estabelecido, em outubro de 2014, o Quadro Clima e Energia 2030, que prevê uma redução até 40% das emissões de gases e um aumento de 27% no uso das energias renováveis e da eficiência energética até 2030 (CE 2016b).

As relações externas são novamente recordadas em setembro de 2011, em que a Comissão apresentou uma comunicação relativa à segurança do aprovisionamento energético e à cooperação internacional, onde salienta que “a política energética externa da UE é crucial para a realização do mercado interno da energia” (COM(2011) 539 final, 2), propondo, para tal, reforçar a dimensão externa, através da coordenação entre os Estados-membros e países terceiros, da “diversificação das fontes e vias de aprovisionamento” e da integração de Estados vizinhos no mercado, com especial enfoque no aprofundamento da cooperação com a Rússia (COM(2011) 539 final, 4-9). A Comissão procura, ainda, reforçar as parcerias com os países fornecedores e veicular os seus princípios e normas. Em dezembro, a crescente importância da energia para a UE ficou patente no seu *Roteiro para a Energia 2050*, onde a Comissão reconhece que “o bem-estar dos cidadãos, a competitividade da indústria e o funcionamento geral da sociedade dependem de uma energia segura, garantida, sustentável e a preço acessível” (COM(2011) 885 final, 2), apresentando várias respostas para “transformar o sistema energético” e “repensar os mercados de energia” (COM(2011) 885 final, 10-17).

Em maio de 2014, após os incidentes com o fornecimento de gás nos anos anteriores e à instabilidade na Ucrânia, a Comissão elabora uma *Estratégia europeia de segurança energética*. A estratégia apresenta quatro ações-chave com vista a “aumentar a capacidade da União Europeia para superar uma eventual interrupção energética importante durante o inverno de 2014/2015”, entre as quais “monitorizar os fluxos de gás natural e o nível de armazenagem de gás”, “atualizar as avaliações de riscos” e “lançar testes de esforço de segurança energética, tendo em conta os riscos de interrupção do aprovisionamento” (COM(2014) 330 final, 4-5). Na mesma linha, a estratégia estipula que “os Estados-membros são obrigados a criar e manter reservas mínimas de petróleo bruto e de produtos petrolíferos”, ao mesmo tempo que a UE promoverá a “prevenção e atenuação dos riscos de interrupção no aprovisionamento de gás”, a “proteção das infraestruturas críticas” e a utilização de “mecanismos de solidariedade entre os Estados-membros”, devendo, para tal, “ser[em] organizados e revistos com regularidade planos de emergência adequados” (COM(2014) 330 final, 5-8). Com vista a reduzir a dependência energética da UE face ao exterior, a Comissão define diversas medidas no sentido de moderar a procura energética; construir um mercado interno de energia “funcional e plenamente integrado”; aumentar a produção de energia, nomeadamente de energias renováveis e hidrocarbonetos e tecnologias

limpas do carvão; impulsionar o desenvolvimento de tecnologias energéticas; diversificar as fontes externas e as suas infraestruturas; e melhorar a coordenação das políticas energéticas nacionais (COM(2014) 330 final, 7-22).

Como meio de concretizar estas diretrizes, têm sido aprovados documentos legislativos pelas instituições da UE nos últimos quinze anos, quer no que diz respeito à regulação do mercado interno de gás natural, quer no que concerne à segurança no aprovisionamento do gás natural e do petróleo. Dois desses documentos, a Diretiva 2009/73/CE e o Regulamento 715/2009 (*vide* abaixo), integram o Terceiro Pacote de Energia⁷, um pacote legislativo para “tornar o mercado de energia completamente eficaz e criar um mercado único do gás e da eletricidade”, criado em 2009 (CE 2011).

No respeitante ao mercado interno de gás, é publicada a Diretiva 2003/55/CE, em junho de 2003, com o objetivo de regular esse mesmo mercado. A diretiva estabelece regras para a organização do setor, com vista à “realização de um mercado de gás natural competitivo, seguro e ambientalmente sustentável,” assegurando as “obrigações de serviço público” às empresas do setor, os direitos dos consumidores e a “monitorização da segurança do fornecimento” (Diretiva 2003/55/CE, art.º 3.º e 5.º). Regulamenta, ainda, os operadores das redes de transporte e de distribuição de gás natural, introduzindo, no seu artigo 13.º, uma nova regra quanto à separação dos operadores das redes de distribuição, em que estes, caso façam parte de uma empresa verticalmente integrada, devem “ser independentes, pelo menos no plano jurídico, da organização e tomada de decisões, de outras atividades não relacionadas com a distribuição” (Diretiva 2003/55/CE, art. 7.º ao 15.º). A diretiva estabelece, também, várias normas relativas ao acesso à rede e às instalações de armazenamento (Diretiva 2003/55/CE, art.º 18.º ao 25.º).

Esta foi, posteriormente, substituída pela Diretiva 2009/73/CE, que introduz novas disposições às previstas na diretiva anterior, como a solidariedade regional para garantir a segurança no abastecimento em caso de rutura grave, através da “coordenação das medidas de emergência nacionais”, “desenvolvimento ou modernização de interligações de eletricidade e gás natural” e assistência mútua. Na mesma linha, estipula a “promoção da cooperação regional”, através da “integração dos vários

⁷ O Terceiro Pacote de Energia é composto por duas diretivas e três regulamentos. Para além dos mencionados, o pacote inclui a Diretiva 2009/72/CE, sobre as regras comuns para o mercado interno de eletricidade; o Regulamento 713/2009, que estabelece a Agência para a Cooperação dos Reguladores Energéticos; e o Regulamento 714/2009, sobre o comércio transfronteiriço de eletricidade (CE 2011).

mercados nacionais” e da cooperação entre as várias entidades reguladoras e operadores das redes de transporte, a quem os Estados-membros devem garantir que “tenham uma ou mais redes integradas a nível regional, que cubram dois ou mais Estados-membros para a atribuição de capacidade e para o controlo da segurança da rede” (Diretiva 2009/73/CE, art. 6.º e 7.º). A Diretiva estabelece a separação entre os proprietários das redes de transporte e os operadores das redes de armazenamento, assim como a separação, segundo os mesmos parâmetros, entre os operadores das redes de transporte e de distribuição (Diretiva 2009/73/CE, art. 15.º). Outra novidade introduzida pela Diretiva é a designação, pelo Estado-membro, de um operador de rede independente, estabelecendo os critérios de escolha, os deveres e atribuições do operador e as normas que norteiam a atuação do mesmo quanto à fiscalização, ao investimento e ao desenvolvimento da rede (Diretiva 2009/73/CE, art. 14.º e 17.º ao 23.º).

Em setembro de 2005, foi publicado o Regulamento 1775/2005 “relativo às condições de acesso às redes de transporte de gás natural,” que estabelece normas não-discriminatórias, garantindo o “bom funcionamento do mercado interno do gás” (Regulamento 1775/2005, art. 1.º). Para tal, definiram-se os princípios que regem as tarifas de acesso às redes, os “mecanismos de atribuição de capacidade” e “os procedimentos de gestão dos congestionamentos,” assim como foram previstas disposições quanto aos serviços de acesso de terceiros à rede, aos “requisitos de transparência” dos operadores e à “transação de direitos de capacidade” (Regulamento 1775/2005, art. 3.º ao 8.º). Mais tarde, foi revogado em julho de 2009 pelo Regulamento 715/2009, que introduz novas regras referentes à Rede Europeia de Operadores das Redes de Transporte de Gás e à cooperação regional no seu âmbito, bem como aos serviços de acesso de terceiros, mecanismos de atribuição de capacidade, gestão de congestionamentos e transparência para os operadores de redes de gás natural liquefeito.

No que respeita à segurança do aprovisionamento, a UE aprovou, em abril de 2004, a Diretiva 2004/67/CE “relativa a medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento em gás natural.” Para alcançar esse objetivo, estabelece-se que os Estados-membros devem definir “o papel e as responsabilidades dos diferentes intervenientes no mercado” e “especificar as normas mínimas adequadas de segurança do aprovisionamento” por parte dos mesmos (Diretiva 2004/67/CE, art. 3.º). O documento estipula que os Estados-membros devem garantir esse aprovisionamento aos clientes domésticos, nomeadamente em caso de “rutura parcial do aprovisionamento

nacional”, “temperaturas extremamente baixas durante um período de pico” e período de procura “excepcionalmente elevada” (Diretiva 2004/67/CE, art. 4.º). A Diretiva foi revogada pelo Regulamento 994/2010, de 20 de outubro, que define que “a segurança do aprovisionamento de gás é uma responsabilidade partilhada pelas empresas de gás natural, pelos Estados-membros, designadamente através das respetivas autoridades competentes, e pela Comissão”, dependendo o seu sucesso do “elevado grau de cooperação entre esses atores” (Regulamento 994/2010, art. 3.º). O enfoque deste regulamento prende-se com o estabelecimento das normas relativas aos planos preventivos de ação e aos planos de emergência, às infraestruturas, à capacidade bidirecional e à avaliação de riscos.

Em julho de 2006, a Diretiva 2006/67/CE é aprovada, “obriga[ndo] os Estados-membros a manterem um nível mínimo de reservas de petróleo bruto e/ou de produtos petrolíferos”, que seja “equivalente a, pelo menos, noventa dias do consumo interno diário médio durante o ano civil anterior” (Diretiva 2006/67/CE, art. 1.º). Em setembro de 2009, uma nova diretiva reformulou esse limite, de forma a considerar o volume de importações, passando a corresponder ao “equivalente, no mínimo, à maior das quantidades representada, quer por 90 dias de importações líquidas diárias médias, quer por 61 dias de consumo interno diário médio” (Diretiva 2009/119/CE, art. 3.º). A nova diretiva também define as normas sobre a criação de entidades centrais de armazenagem, a constituição de reservas específicas, os procedimentos de emergência e a instituição do Grupo de Coordenação do Petróleo e dos Produtos Petrolíferos.

2.2.2. Infraestruturas

A Rússia e a União Europeia encontram-se interligadas por uma vasta e complexa rede de oleodutos e gasodutos (cf. Apêndice C, pp. 229-230). O maior e único oleoduto é o Druzhba (em russo, *Amizade*), com uma capacidade para transportar o equivalente a 2 milhões de barris por dia, estendendo-se ao longo de cerca de 4000 km desde as principais regiões produtoras russas, a Sibéria Ocidental e a dos Urais e Volga até à Europa. A fim de substituir o transporte de crude por via férrea, foram assinados acordos com vários países europeus para a construção de um oleoduto, em 1958. A construção teve início em 1960, ligando progressivamente à rede a Checoslováquia, a Hungria, a Polónia e a República Democrata Alemã até 1964, quando os trabalhos

terminaram (Heinrich 2014, 24). O seu percurso tem início em Samara, estendendo-se até Mozyr, na Bielorrússia, onde se divide em dois ramos. O ramo norte atravessa a Polónia até Schwedt, na Alemanha, onde se divide em dois pequenos ramos para Rostock e Spargau; na Polónia, um ramo secundário liga o oleoduto em Plock até ao porto de Gdansk. O ramo sul dirige-se para a cidade ucraniana de Uzhgorod, onde se divide em dois ramos com destino à Eslováquia e à República Checa (Druzhba-1) e à Hungria (Druzhba-2). Na Hungria, este continua até ao porto croata de Omisalj, através do oleoduto Adria (DGPI 2009, 34).

No que diz respeito aos gasodutos, destacam-se quatro: *Brotherhood*, *Soyuz*, *Yamal-Europe* e *Northern Lights*. O Urengoy–Pomary–Uzhgorod, mais comumente conhecido como *Brotherhood*, foi construído durante os anos de 1960-70 (Heinrich 2014, 33). O gasoduto parte do campo de produção siberiano de Urengoy até Uzhgorod, na Ucrânia, onde o gás recebido é bombeado, para ser enviado para a Áustria, a Eslováquia, a Hungria e a Roménia (IEC 2009; Gazprom Export s.d.). O gasoduto possui uma capacidade de 28 metros cúbicos (Hafner 2012), transportando um total superior a 100 bcm por ano (Gazprom Export s.d.). O *Soyuz* estende-se, praticamente, em paralelo a este, percorrendo 2750 km entre o campo de Orenburg, na Rússia, e Uzhgorod, na Ucrânia (Kandiyoti 2015, 41).

O *Yamal-Europe* estende-se ao longo de mais de 2000 km, partindo do campo de Torzhok, onde recebe gás da península de Yamal, no norte da Rússia, pelo gasoduto *Northern Tyumen Regions-Torzhok* (Gazprom 2016a). O *Yamal-Europe* possui 14 estações de compressão e atravessa quatro países: Rússia (402 km), Bielorrússia (575 km), Polónia (603 km) e Alemanha, onde se liga ao sistema de transmissão de gás YAGAL-Nord. Com uma capacidade de 32,9 bcm anuais, o gasoduto é gerido pela Gazprom nos setores russo e bielorrusso, enquanto nos outros dois a gestão cabe a *joint ventures* entre a Gazprom e empresas nacionais (Gazprom 2016a).

O sistema de gasodutos *Northern Lights* estende-se entre a Rússia e a Bielorrússia. O primeiro setor entre o campo russo de Yuktyl e Torzhok foi construído entre 1967-69. Em 1974, o sistema foi estendido a sul até Minsk, na Bielorrússia, e mais tarde, ligado ao campo de Urengoy, no norte da Rússia (Heinrich 2014, 35). A partir de Minsk, o sistema encontra-se ligado a três novas rotas, que distribuem o gás à Europa: Ivatsevichi-Kobrin-Dolina, com destino à Ucrânia; Kobrin-Brest-Varsóvia, com destino à Polónia; e Minsk-Vilnius, com destino à Lituânia e ao enclave de Kaliningrado. O

ramal Torzhok-Dolina, que integra este sistema, atravessa também a Bielorrússia e fornece gás à Ucrânia e ao resto da Europa (Korchemkin 2006). O sistema percorre 7.377 km e tem uma capacidade de 55 bcm por ano (Vavilov 2015, 183). Nos últimos anos, a Rússia tem apostado no desenvolvimento de novas rotas que a liguem diretamente aos seus parceiros comerciais na Europa Ocidental e Central, de forma a evitar os países de trânsito no leste europeu. Exemplo disso é o *Nord Stream*, que opera desde 2011 e liga diretamente a Rússia à Alemanha pelo mar Báltico, ao longo de 1 224 km, com uma capacidade de 55 bcm por ano (Nord Stream AG s.d.).

2.2.3. Relação fornecimento/consumo

A UE é um dos principais importadores e consumidores de petróleo e gás natural russos. Segundo os dados mais recentes, a UE consumiu 550.138 milhares de toneladas de crude, das quais 150.297 foram importadas da Rússia, representando 27,3% do consumo total. O consumo nos Estados-membros tem decrescido substancialmente desde 2009, assim como a quantidade de crude importado, que apresenta um ligeiro declínio desde 2010. O crude russo representou 30% do consumo da UE entre 2010 e 2013, apesar da queda de 3,2%. Em comparação com 2000, as importações da UE aumentaram mais 9 por cento em 2014, beneficiando de um crescimento anual médio na ordem dos 1,9 pontos percentuais (cf. Apêndice B, pp. 203-208).

A primazia das importações russas foi mais expressiva na Eslováquia, Lituânia e Polónia, com valores acima dos 90% do consumo nacional. Outros países, como a Bulgária, Finlândia e Hungria apresentaram os mesmos valores durante alguns anos no mesmo período. Em 2014, a Alemanha (30.028 milhares de toneladas), a Polónia (22.140) e a Bélgica (11.653) figuraram como os maiores importadores, embora a Bulgária e a Eslováquia tenham sido os países cujo volume de importação face ao consumo foi mais expressivo, atingindo os 99 e os 101,3 por cento, respetivamente. Contudo, alguns Estados-membros têm reduzido o peso dessas importações no consumo interno desde 2010, registando-se as maiores quedas na Finlândia (-19,7%), Grécia (-12,3%), Croácia (-11,5%) e Países Baixos (-10,3%) (cf. Apêndice B, pp. 205-206).

No que se refere aos produtos petrolíferos, a UE consumiu 440.555 milhares de toneladas em 2014, sendo os seus maiores consumidores a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Itália e a Espanha. O consumo na UE registou uma queda contínua desde

2005, numa média anual de -1,9 por cento, já pronunciado pelo tímido crescimento em 2004. Durante o período analisado, registou-se uma queda generalizada em todos os Estados-membros em 2009, quando os valores caíram face ao ano anterior, numa média de -6,6%. Novas quedas generalizadas ocorreram em 2011 e 2012, apesar de ligeiros aumentos em alguns Estados-membros. As maiores quedas registaram-se em Malta, em 2002 (-17,2%) e 2005 (-23,7%), quando comparados os valores com o ano precedente. Por outro lado, os maiores aumentos verificaram-se em Malta (46,1%) e Eslováquia (36,8%), em 2008 e 2001, respetivamente (cf. Apêndice B, pp. 209-210 e 213).

Para satisfazer as suas necessidades, a UE importou 60.869 milhares de toneladas de produtos petrolíferos da Rússia, em 2014. O óleo combustível (42,8%), o gás/óleo *diesel* (34%) e a nafta (13,3%) foram os produtos derivados mais importados (cf. Apêndice B, p. 215). Contrariamente à descida no consumo desde 2005, o volume das importações dos produtos petrolíferos provenientes da Rússia tem crescido a uma média anual de 7,4%, ultrapassando as 50 milhões de toneladas em 2013. As importações subiram exponencialmente em 2013 e 2014, face ao período homólogo, contrariando o decréscimo registado desde 2010. Em 2000, a importação destes produtos representava 4,2% do consumo da UE, valor que aumentou paulatinamente a um ritmo médio anual de 0,7% até 2015, quando atingiu os 13,8%. Assim, a percentagem das importações em relação ao consumo mais que triplicou em catorze anos. Em 2014, os maiores importadores foram os Países Baixos (25.292 milhares de toneladas), a França (8.228), a Alemanha (6.267), o Reino Unido (4.466) e a Bélgica (4.447). No caso dos Países Baixos, o valor das importações atinge os 140,4%, ultrapassando, em larga escala, o consumo interno, uma vez que parte do volume importado destina-se à reexportação (cf. Apêndice B, pp. 211-212 e 214).

No que diz respeito ao gás natural, a UE consumiu 380,95 bcm em 2014. O valor segue a tendência de declínio desde 2011, quando o consumo caiu 9,8 por cento, contrariando o pico de 7,6% do ano anterior. Até esse momento, o volume de consumo tinha registado um crescimento médio de 1,3%, não obstante as quebras de 2006-7 e de 2009, esta última mais significativa (-6,4%). Nesse ano, registaram-se as maiores descidas no consumo de gás natural no período em análise, nomeadamente na Estónia (-31,8%), Bulgária (-25,9%) e Grécia (-23,2%). Em contraponto, as maiores subidas no consumo registaram-se no Luxemburgo (42,9%) em 2002 e na Suécia, por dois anos consecutivos (2009 e 2010), com valores acima dos 30%. Os maiores consumidores de

gás natural, por ordem decrescente, são a Alemanha (70 bcm), o Reino Unido (66,4 bcm), a Itália (56,3 bcm), a França (36,2 bcm) e os Países Baixos (32,3 bcm). Desde 2000, estes países mantêm as mesmas posições como maiores consumidores, excetuando-se o facto de o Reino Unido ter sido o maior consumidor até ser ultrapassado pela Alemanha, em 2012 (cf. Apêndice B, pp. 216-217 e 220).

A UE importou 115,16 biliões de metros cúbicos de gás natural russo em 2014, representando 30,2% do seu consumo. A dependência do consumo de gás natural da UE em relação às importações russas tem permanecido estável desde 2000, situando-se entre os 24 e os 31 por cento, com uma média anual de 27,1%. No entanto, o volume do gás importado registou alguma instabilidade, com sucessivos períodos de crescimento e de declínio. O crescimento mais sustentado ocorreu entre 2002 e 2005, quando as importações cresceram a uma média anual de 3,9%, após uma quebra de 3,1% em 2001, face ao período homólogo. No entanto, a instabilidade continuou nos anos seguintes, verificando-se a maior descida em 2014, quando as importações caíram 14,8% face à subida pronunciada de 16% no ano anterior, a maior subida registada no período em análise (cf. Apêndice B, pp. 218-219 e 221).

Os principais importadores de gás natural russo são, por ordem decrescente, a Alemanha (39,20 bcm) e a Itália (24,04 bcm), seguidos pela Polónia (8,95 bcm), Hungria (8,50 bcm), República Checa (6,55 bcm) e França (6,29 bcm). A Bulgária, a Eslováquia, a Estónia, a Finlândia, a Letónia e a Lituânia são totalmente dependentes do gás natural russo, com valores médios acima dos 100 por cento. A República Checa dependeu, em média, de 88% do gás natural russo, verificando uma dependência crescente desde 2010. A Grécia e a Hungria dependeram mais de 75% do gás proveniente da Rússia, assinalando-se a dependência desta última em 2014, quando o valor atingiu os 109,5%. A Áustria, que importava, em média, 80,4% do gás consumido, interrompeu as suas importações de gás russo em 2014. A Polónia tem procurado diminuir a sua dependência, pelo que a proporção do gás russo no seu consumo interno caiu 10% entre 2011 e 2014. A Croácia interrompeu as suas importações de gás russo em 2011, embora, à época, ainda não integrasse a UE. No reverso da moeda estão oito Estados-membros que nunca importaram gás natural russo, nomeadamente Chipre, Dinamarca, Espanha, Irlanda, Malta, Portugal, Reino Unido e Suécia (cf. Apêndice B, pp. 218-219 e 221).

CAPÍTULO 3 - A COOPERAÇÃO ENERGÉTICA UE-RÚSSIA

3.1. Acordo de Parceria e Cooperação (1997)

Em 1994, a UE e a Rússia firmaram o Acordo de Parceria e Cooperação (APC), que estabelecia as bases legais para o desenvolvimento das suas relações bilaterais em seis grandes domínios: diálogo político, comércio de mercadorias, atividade empresarial e financeira, cooperação económica, justiça e assuntos internos e cooperação cultural. A energia encontra-se enquadrada no domínio da cooperação económica, através das provisões do artigo 65.º, onde se afirma que “a cooperação neste domínio realizar-se-á no âmbito dos princípios da economia de mercado e da Carta Europeia de Energia, num contexto de integração progressiva dos mercados da energia na Europa,” lançando, assim, o ímpeto para o aprofundamento desta matéria pelas partes (JO L 327, 28.11.1997). O acordo entrou em vigor em 1997, com uma duração estipulada de dez anos. No entanto, as negociações sobre um novo acordo que o substituísse foram dificultadas pelas relações bilaterais entre a Rússia e os novos Estados-membros da UE que tinham estado sob o jugo soviético (Light 2008, 7-8).

A 4 de julho de 2008, iniciaram-se as negociações sobre um novo APC, após a realização da cimeira bilateral de Khanty-Mansiisk entre 26 e 28 de junho. No entanto, estas foram interrompidas em 1 de setembro devido à guerra entre a Rússia e a Geórgia, por decisão do Conselho Europeu, sendo retomadas novamente em novembro de 2008. Uma das principais finalidades do futuro acordo seria “desenvolver o enquadramento legal para a criação de um espaço económico comum entre a UE e a Rússia, incluindo a energia” (Konoplyanik 2009, 260).

Contudo, as diferenças entre as partes eram visíveis, perante a opção da Rússia por um acordo genérico, “complementado por acordos setoriais” conforme as prioridades de ambas as partes, enquanto que a UE pretendia reestruturar as relações bilaterais por meio de um “acordo compreensivo”, que poderia “consolidar a solidez técnica e o rigor legal dos mecanismos cooperativos bilaterais”, oferecendo “um quadro concetual claro” para um aprofundamento das relações num processo político mais abrangente (Severin 2010, 20). Na décima segunda ronda de negociações, ficaram acordadas as quatro áreas de cooperação: “diálogo político e segurança externa”; “liberdade, segurança e justiça”; “assuntos económicos” e “cultura, investigação, educação, *media*, desporto e juventude” (Kalinichenko 2011, 27-28). Desde 2014, as

negociações estão suspensas em virtude da situação na Ucrânia (EEAS 2016c). Não obstante os esforços encetados, nenhum novo acordo veio a substituir o APC de 1997, obrigando a UE e a Rússia a renová-lo anualmente desde 2007 (EEAS 2016c).

3.2. Diálogo Energético (2000)

Em junho de 1999, a UE emitiu uma estratégia comum para a Rússia, reconhecendo a importância estratégica das suas relações bilaterais com o país. A UE afirma que ambas têm “interesse em permitir que esta se integre num espaço económico e social comum na Europa”, contribuindo, para isso, o facto de a UE ser “o principal parceiro comercial da Rússia”, que “assegura uma parte considerável do fornecimento de energia da União” (JO L 157, 24.6.1999, 2). Sobre a energia, o documento assinala a pretensão da UE em cooperar com a Rússia na reforma do seu setor e na promoção da ratificação russa do Tratado da Carta da Energia (JO L 157, 24.6.1999, 6). Em 2000, a Rússia correspondeu com o seu intuito em colaborar, através da sua *Estratégia a Médio-Prazo para as relações com a UE*, desde que esta não interviesse nos seus assuntos internos e a Rússia mantivesse o direito em salvaguardar os seus interesses nacionais e os setores entendidos como vitais para a sua economia (Lynch 2004, 103).

O quadro para o aprofundamento das relações energéticas entre a UE e a Rússia foi estabelecido a 30 de outubro de 2000, em resultado da 6.ª cimeira UE-Rússia, considerando a ideia dos seus líderes políticos em “instituir, numa base regular, um diálogo sobre a energia que permitirá a realização de progressos na definição de uma parceria energética”, tornando-se “numa oportunidade para levantar todas as questões de interesse comum relacionadas com o setor” (CE 2000). O seu surgimento “pretendeu colmatar a lacuna que emergiu da não-ratificação da Carta da Energia pela Rússia [...], tornando-se numa arena para a resolução rápida de problemas” (Romanova 2014, 47). Os principais objetivos do Diálogo são “melhorar as oportunidades de investimento no setor energético, incluindo a abertura dos mercados energéticos”; “assegurar uma infraestrutura segura e adequada”; “facilitar um crescente uso de tecnologias e fontes de energia amigas do ambiente”; “promover a eficiência e a poupança energética, caminhando para uma economia de baixo carbono” e “trocar informação sobre iniciativas legislativas” (CE 2016c).

A UE pretende, assim, promover reformas no mercado russo de energia, por forma a adequar-se às normas internacionais, tornando-o mais transparente e não-discriminatório e criando um ambiente propício à captação de investimento estrangeiro no setor energético. Dois pontos fulcrais estiveram na agenda: a atualização dos preços praticados pela Rússia, bastante diminutos face aos preços praticados a nível mundial, e a diferença na natureza dos mercados internos de energia, onde a UE promove e constrói um mercado livre e unificado, em contraste com o mercado russo, de caráter monopolista e influenciado pelo Estado (Genç 2009, 20-21).

3.2.1. Estrutura organizacional

Nos seus primeiros anos (2000-2006), o Diálogo Energético resumia-se aos dois coordenadores, cada um representando uma das partes, evidenciando a sua natureza intergovernamental. As suas atividades encontravam-se limitadas à elaboração de relatórios na véspera das cimeiras bilaterais e do Conselho Permanente de Parceria, demonstrando que “nenhuma cooperação regular tinha sido inicialmente estabelecida” (Romanova 2014, 47). Neste período, foram estabelecidos dois grupos temáticos temporários para elaborar a agenda do Diálogo (2001) e a sua reformulação (2005), embora se encontrassem limitados para a concretização dos seus objetivos (Romanova 2014, 47). A reformulação de 2005 seria impulsionada por iniciativa da presidência britânica do Conselho da UE, no segundo semestre de 2005, que definiu como uma das suas prioridades reforçar as relações com a Rússia (Government of the UK 2005), tendo sido delineadas novas linhas orientadoras para o Diálogo Energético, como a inclusão de grupos temáticos que reunissem oficiais, empresários e académicos (Genç 2009, 20). Assim, foram criados quatro grupos temáticos permanentes: *a*) Eficiência Energética, *b*) Infraestruturas de Energia, *c*) Investimentos e *d*) Comércio (cf. Apêndice D, p. 238).

A segunda reestruturação ocorreu após a interrupção no fornecimento de gás à Ucrânia em 2006, com o objetivo de fortalecer a orgânica do Diálogo, resultando na manutenção do grupo sobre Eficiência Energética e a criação de dois novos grupos temáticos: Estratégias, Previsões e Cenários, e respetivo subgrupo sobre Questões Económicas da Energia; e Desenvolvimento dos Mercados de Energia, e respetivos subgrupos sobre Investimento e sobre Projetos de Infraestruturas e Comércio de Recursos Energéticos, que substituíram os restantes grupos temáticos anteriores (cf.

Apêndice D, p. 242). Os grupos afirmaram-se, assim, como um espaço privilegiado e regular para a discussão de ideias e a troca de informação entre especialistas, oficiais e empresários de ambas as partes (Romanova 2014, 48). Assim, até finais de 2011, a orgânica do Diálogo compreendia os três grupos temáticos (e respetivos subgrupos), hierarquicamente dependentes dos coordenadores e dos coordenadores delegados, que se encontravam apoiados por um Secretariado conjunto da Comissão Europeia e do Ministério russo da Energia (cf. Apêndice D, p. 239).

Em 2010, foi anunciada a terceira reestruturação, em virtude da interrupção ao fornecimento de gás à Ucrânia no início do ano anterior. A reestruturação introduziu três mudanças no mapa institucional do Diálogo. A primeira afetou a distribuição dos grupos temáticos, que passaram de três para quatro: *a*) Eletricidade e *b*) Energia Nuclear, que substituíram o grupo sobre o Desenvolvimento dos Mercados de Energia; *c*) Mercados de Energia e Estratégias, e respetivos subgrupos sobre Cenários e Previsões e as Relações UE-Rússia até 2050, que substituíram o grupo sobre Estratégias, Previsões e Cenários e o seu subgrupo; e *d*) Eficiência Energética e Inovação, que resulta de um reforço do anterior grupo sobre a Eficiência Energética. A segunda introduziu a Parceria para a Modernização no quadro do Diálogo, pela sua pretensão em transformar a Rússia numa economia de inovação, para a qual contribuiria, de sobremaneira, o desenvolvimento dos mercados de energia elétrica e nuclear. A terceira instituiu o Conselho Consultivo do Gás, como grupo de apoio aos coordenadores do Diálogo (Romanova 2014, 49). As alterações foram estabelecidas em 2011 e entraram em vigor no final desse ano (cf. Apêndice D, p. 240).

A última alteração à orgânica do Diálogo ocorreu em 2014 (cf. Apêndice D, p. 241), resultante da remoção da Parceria para a Modernização da estrutura, devido à perda da sua importância no quadro das relações bilaterais entre a UE e a Rússia, e a conversão do subgrupo sobre as Relações UE-Rússia até 2050 no grupo de Monitorização para o Roteiro até 2050, uma vez que a função do subgrupo de preparar o documento findou com a sua aprovação em março de 2013 (cf. subcapítulo 3.2.2.8). Atualmente, o Diálogo Energético encontra-se alicerçado em (UE-Rússia 2014a, 12):

- a) Dois coordenadores, representando cada uma das partes – o Comissário Europeu para a Energia e o Ministro russo da Energia (cf. Apêndice D, p. 237). Reúnem-se regularmente e têm como função coordenar e definir as linhas de orientação do trabalho desenvolvido pelo Diálogo. As suas atividades, que se

resumiam a meros encontros bilaterais até dezembro de 2008, incluem a definição da agenda e recomendações aos grupos temáticos e a discussão de assuntos transversais (CE 2009, 21). Os coordenadores são apoiados por dois coordenadores delegados, cada um representando a UE e a Rússia.

b) Quatro grupos temáticos, copresididos por um elemento representante de cada uma das partes. O seu objetivo é apoiar e aprofundar a parceria energética, contribuindo para a sua estabilidade e durabilidade, através de um trabalho orientado por programas de médio a longo prazo e submetidos à aprovação dos coordenadores do Diálogo (UE-Rússia 2007a, 3). Para o cumprimento dos seus objetivos, reúnem-se regularmente (cf. Apêndice D, pp. 243-249) e podem ser apoiados por subgrupos especializados. Os propósitos e as atividades dos grupos temáticos atuais e anteriores encontram-se descritos ao longo do subcapítulo seguinte.

c) Um grupo de monitorização para o Roteiro UE-Rússia até 2050.

O Conselho Permanente de Parceria não integra a estrutura do Diálogo, mas pode estabelecer linhas orientadoras para o mesmo. De carácter flexível, o Conselho reúne o Alto Representante, os Comissários ou os ministros da presidência rotativa do Conselho (pela UE) e os ministros russos. As suas reuniões ocorrem várias vezes por ano, consoante as temáticas abordadas: negócios estrangeiros, ambiente, investigação, energia e liberdade, segurança e justiça (ESPO 2013).

3.2.1.1. Grupos temáticos

1) Grupo Temático sobre Investimento

O grupo temático tinha como objetivo analisar as necessidades de investimento no setor energético da UE e da Rússia. Para o cumprimento deste objetivo, os seus trabalhos foram divididos em três subgrupos, cada um destinado a encontrar soluções para as seguintes questões: “melhoria do enquadramento legal e regulatório”, “mecanismos para financiar projetos conjuntos” e “otimização fiscal para atrair investimento” (UE-Rússia 2005c). Os resultados preliminares da sua atividade foram descritos no relatório do grupo temático, emitido em 2006, expondo em detalhe as condicionantes do setor energético russo, que confirmariam a urgência de investimento:

o risco de esgotamento das reservas, a degradação das infraestruturas, o aumento do consumo interno e as exigências do mercado externo (UE-Rússia 2006c, 2-4).

O relatório apontou sugestões para ultrapassar os obstáculos encontrados pelos investidores estrangeiros no setor energético russo, como “a identificação clara dos depósitos e zonas geográficas sensíveis e estratégicas”, “a classificação das reservas dos recursos naturais de acordo com a metodologia das Nações Unidas”, a aplicação de “princípios de seleção dos candidatos e participantes para a implementação de projetos energéticos de larga escala”, “o âmbito e as condições para a aplicação dos Acordos de Produção Partilhada”, a participação de investimento privado e o acesso não-discriminatório à rede (UE-Rússia 2006c, 6-7). O grupo considerou, ainda, um “envolvimento mais ativo das empresas de energia da UE no setor energético russo”, por forma a estimular investimentos estratégicos, que seriam complementados pela execução de outras ações, como a “otimização de taxas, tarifas e preços de energia” ou a utilização do fundo de investimentos russo para a execução de projetos de interesse nacional (UE-Rússia 2006c, 10-11). Apesar da sua curta existência de apenas um ano, os trabalhos foram continuados pelo subgrupo sobre Investimento, enquadrado no Grupo Temático sobre o Desenvolvimento dos Mercados de Energia, que o substituiu em 2007.

2) Grupo Temático sobre Infraestruturas de Energia

O grupo pretendeu discutir as infraestruturas existentes para o transporte dos hidrocarbonetos, incluindo a avaliação de projetos de beneficiação da rede e a proposta de novas rotas estratégicas, assim como o transporte de petróleo por outras vias para além das condutas e a produção e interconexão elétrica (UE-Rússia 2005d, 1). Em 2006, emitiu um relatório onde constatou a interdependência energética entre a UE e a Rússia e avaliou as infraestruturas existentes e as suas perspetivas de desenvolvimento no futuro, desde a produção até ao consumo, no que se refere ao gás, ao petróleo e à eletricidade. O relatório identificou três projetos de interesse comum – *Nord Stream*, campo de gás condensado de Shtokman e o Yamal –, e recomendou atividades conjuntas, como a harmonização dos sistemas de condutas e análises à rede e a futuros investimentos (UE-Rússia 2006d, 4-8). Os trabalhos continuaram com o subgrupo sobre Projetos de Infraestruturas e Comércio de Energia, enquadrado no Grupo Temático sobre o Desenvolvimento dos Mercados de Energia, que o substituiu em 2007.

3) Grupo Temático sobre Comércio

O grupo tinha como objetivo discutir todos os produtos energéticos, definindo como tarefas a realização de uma análise sobre o comércio energético entre as partes, a avaliação de possíveis obstáculos ao mesmo e a elaboração de recomendações para a eliminação desses constrangimentos (UE-Rússia 2005e, 1). Esta avaliação foi desenvolvida no relatório de 2006, onde as partes recomendaram a utilização de alguns instrumentos de mercado e o “desenvolvimento de um diálogo direto entre fornecedores e consumidores” no setor petrolífero. No setor do gás natural, recomendou-se investir na reciprocidade de regras e mecanismos entre a UE e a Rússia e na garantia da igualdade no tratamento e no acesso às oportunidades pelos atores económicos (UE-Rússia 2006e, 2-4). A continuidade dos trabalhos foi assegurada pelo subgrupo sobre Projetos de Infraestruturas e Comércio de Energia, enquadrado no Grupo Temático sobre Desenvolvimento dos Mercados de Energia, que o substituiu em 2007.

4) Grupo Temático sobre Eficiência Energética

Aquando da sua criação, o grupo tinha como objetivo discutir “a legislação e regulamentação necessária” nesta área, “as ações para criar ou reforçar as estruturas e capacidades [a nível] local e regional”, “os incentivos económicos e financeiros para encorajar a eficiência energética” e “as oportunidades oferecidas pelos mecanismos do Protocolo de Quioto” (UE-Rússia 2005f, 1). Em 2006, foram lançadas as bases para a Iniciativa para a Eficiência Energética, que procurou promover e apoiar projetos de eficiência energética (cf. subcapítulo 3.2.2.4; UE-Rússia 2006f, 1-2). No seu primeiro relatório, o grupo faz uma análise sobre o estado da eficiência energética e define medidas que a confirmam como uma componente importante para a segurança energética, como a criação de incentivos fiscais e a implementação de tecnologias eficientes nos edifícios (UE-Rússia 2006f, 2-6). Para a sua concretização, foi delineado um plano de ação, que incluía a elaboração de estudos e análises, a preparação de um fundo de investimento e o estabelecimento de parcerias (UE-Rússia 2006f, 6-9).

Com a reestruturação de 2007, o grupo foi reforçado com a definição de novos objetivos, a saber: monitorizar o futuro plano de ação conjunto para a eficiência energética, cooperar em diferentes níveis nas tecnologias de eficiência energética e na redução da emissão de gases com efeito de estufa, facilitar o investimento e promover

uma “compreensão aprofundada das abordagens e métodos para o uso da eficiência energética, como meio para assegurar a segurança do fornecimento energético numa base sustentável e de custo efetivo” (UE-Rússia 2007b, 1). Nesse ano, foram analisados os dados referentes à eficiência energética de ambas as partes e apresentadas duas iniciativas por representantes da UE e do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, respetivamente: a Plataforma para a Cooperação Internacional sobre a Eficiência Energética e a Iniciativa para a Energia Sustentável na Rússia (UE-Rússia 2007a, 6). Apenas a segunda iniciativa foi concretizada, com o Banco a alocar 2,4 bilhões de euros para financiar 102 projetos, por forma a permitir uma poupança energética de 9 Mtoe na Rússia (EBRD 2013).

Em 2008, o grupo elaborou um relatório sobre os desenvolvimentos nesta matéria pela Rússia e a UE, as atividades implementadas nos planos anteriores e as atividades programadas para 2008-2009, cuja informação permitiu às partes uma partilha enriquecedora de informação e experiências para a prossecução da Iniciativa para a Eficiência Energética (UE-Rússia 2008a, 6). O grupo reuniu-se novamente por três vezes, até finais de 2009, para discutir o “desenvolvimento de políticas, estratégias, legislação e regulamentos sobre eficiência energética e energias renováveis” e os diferentes meios de cooperação internacional nessas áreas, assim como para analisar os projetos de interesse comum concluídos e em estudo (UE-Rússia 2009a, 8; CE 2010, 23). Nesse sentido, o grupo realizou dois seminários em Moscovo, em outubro e dezembro de 2008, sobre a certificação das energias renováveis e a partilha de boas práticas por empresas do setor (UE-Rússia 2009a, 9).

Em 2010, o grupo elaborou um relatório que atesta as consequências decorrentes da crise económica e financeira de 2008 no setor energético, com especial destaque para o “decréscimo no consumo energético na Rússia e na UE”, a diminuição dos preços do gás e a flutuação dos volumes de exportação (UE-Rússia 2010a, 6). O seu trabalho estendeu-se, igualmente, no apoio ao desenvolvimento de diretrizes para a cooperação bilateral em matéria de eficiência energética, através do “estabelecimento e melhoria de um sistema de monitorização de gestão e eficiência energética na Rússia”, do “desenvolvimento de ferramentas de apoio financeiro e não-financeiro para a promoção da eficiência energética e das energias renováveis na Rússia” e da “certificação e padronização da eficiência energética” entre ambas as partes (CE 2011d, 24). Ainda nesse ano, o grupo preparou a sua contribuição para a Parceria para a Modernização e o

10.º aniversário do Diálogo Energético, com propostas de cooperação relacionadas com a eficiência energética e as energias renováveis (CE 2011d, 24). Devido à reforma estrutural de 2011, o Grupo Temático sobre Eficiência Energética foi substituído pelo novo Grupo Temático sobre Eficiência Energética e Inovação.

5) Grupo Temático sobre Desenvolvimento dos Mercados de Energia

Criado em 2007, os seus objetivos consistiram em “promover a confiança e a transparência” através da troca de informações, “promover uma maior segurança e previsibilidade dos mercados energéticos”, “avaliar as possíveis barreiras ao comércio de energia” e “avaliar os possíveis obstáculos ao investimento na energia” e “ao desenvolvimento de mercados de energia eficientes” (UE-Rússia 2007c, 2). Na sua primeira reunião, em setembro de 2007, foram discutidos os desenvolvimentos dos mercados de energia, nomeadamente no que se refere aos regulamentos existentes, ao comércio de produtos nucleares, ao investimento e às novas alterações na legislação implementadas por ambas as partes, destacando-se a iniciativa europeia na criação de um mercado interno de gás e de eletricidade. Do mesmo modo, a Rússia informou a UE quanto às suas iniciativas legislativas sobre a energia (UE-Rússia 2007a, 3-4). Estas questões continuaram a pautar as reuniões seguintes, principalmente no que diz respeito à legislação e às estratégias das partes para o setor energético (CE 2009, 20; 2010, 22).

Em 2008, no decurso das iniciativas legislativas da UE e da Rússia, definiram-se como prioritárias a discussão e troca de informação sobre as novas iniciativas e o seu impacto nos mercados internos das partes, de forma a analisar “o tratamento dado aos investidores estrangeiros” e a possibilidade de convergir as normas regulatórias para impulsionar a competitividade no setor elétrico (UE-Rússia 2008a, 5). Em 2009, essas tarefas foram estendidas para a obtenção de “informação sobre o desenvolvimento de mercados energéticos regionais na Europa”, a análise das “perspetivas para a criação de um mercado único de eletricidade na UE e na Comunidade dos Estados Independentes” e das consequências da “crise financeira no desenvolvimento dos mercados de energia e a implementação dos projetos de infraestruturas” (UE-Rússia 2009a, 7-8). Esses trabalhos prosseguiram no ano seguinte com a discussão dos desenvolvimentos do mercado interno de energia e da legislação promovidos pela UE e as iniciativas regulamentares da Rússia (UE-Rússia 2010d, 1-2). A 7 de junho de 2011, o grupo reuniu-se em Moscovo para discutir assuntos como o Mecanismo de Alerta Rápido e o

investimento no setor energético e as iniciativas legislativas da UE (CE 2012a, 21; UE-Rússia 2011b, 4). Com a reforma estrutural de 2011, o Grupo Temático sobre Desenvolvimento dos Mercados de Energia e os seus subgrupos foram substituídos por dois novos grupos: Eletricidade e Energia Nuclear.

a) Subgrupo sobre Investimento. O subgrupo foi criado em maio de 2008 (UE-Rússia 2008a, 4), tendo por objetivos: trocar informação sobre as tecnologias disponíveis; identificar as oportunidades de investimento para melhorar a eficiência energética, a partir dos desperdícios do setor energético; e analisar a possibilidade da utilização do gás associado no consumo (UE-Rússia 2008a, 5-6). Em 16 de outubro de 2009, o grupo definiu as principais linhas orientadoras do seu trabalho, tendo por base os objetivos enunciados (CE 2010, 23). O subgrupo reuniu-se, posteriormente, por três vezes nos dois anos seguintes para discutir o investimento à luz dos desenvolvimentos nos setores energéticos de ambas as partes, particularmente no que se refere às suas iniciativas legislativas mais recentes – Terceiro Pacote de Energia da UE e as leis russas sobre os subsolos e os setores estratégicos (UE-Rússia 2010d, 3), bem como elaborar recomendações para o encontro do 10.º aniversário do Diálogo (CE 2011d, 24) e o *Roteiro para a Cooperação Energética até 2050* (CE 2012a, 21; UE-Rússia 2011b, 4).

b) Subgrupo sobre Projetos de Infraestruturas e Comércio de Recursos Energéticos. O subgrupo foi criado em maio de 2008 (UE-Rússia 2008a, 4), cujo trabalho procurou discutir “propostas para atualizar a lista conjunta de projetos prioritários de infraestruturas de interesse comum e tomar em consideração a necessidade de atualizar as infraestruturas existentes” (UE-Rússia 2008a, 5). O grupo reuniu-se pela primeira vez a 27 de janeiro de 2010, onde foram debatidos e discutidos o estado dos oleodutos e gasodutos (atuais e planeados), os vários programas e estratégias ligados à energia (o Programa Energético Europeu para o Relançamento, as redes transeuropeias de energia e as Redes Europeias de Operadores de Redes de Transportes para a eletricidade e gás) e as iniciativas legislativas da UE, nomeadamente o regulamento sobre a segurança no aprovisionamento do gás e o pacote de medidas no domínio das infraestruturas (UE-Rússia 2010a, 10; CE 2010, 23). No tocante ao comércio de recursos energéticos, o subgrupo seguiu as indicações oferecidas pelo relatório do anterior Grupo Temático sobre Comércio, ressaltando que a otimização das facilidades ao serviço da exportação, as operações *swap* e a diminuição de restrições quantitativas exerceriam um incremento nas trocas comerciais e permitiriam o

desenvolvimento das negociações em sede do Diálogo sobre a relação entre fornecedores e consumidores de matérias-primas (UE-Rússia 2010a, 8). Estes trabalhos foram prosseguidos nas reuniões seguintes, onde foram tratados assuntos referentes às infraestruturas petrolíferas e elétricas (CE 2011d, 24; CE 2012a, 21).

c) *Grupo Ad Hoc sobre Eletricidade*. O grupo foi criado em 2009, com o propósito de “elaborar recomendações e propostas sobre os mecanismos de coordenação para as organizações de infraestruturas no setor elétrico da UE e da Rússia” (UE-Rússia 2010d, 3). A sua primeira reunião decorreu a 20 de outubro de 2010 com o propósito de discutir o estado atual e o futuro dos mercados elétricos e a operação conjunta das partes nos sistemas energéticos (UE-Rússia 2010d, 3).

6) Grupo Temático sobre Estratégias, Previsões e Cenários

O grupo tinha como objetivo discutir todos os assuntos relacionados com as previsões e os cenários energéticos, as prioridades estratégicas e “as oportunidades e potenciais efeitos” da relação energética entre a UE e a Rússia (UE-Rússia 2007d, 3). Para concretizar este objetivo, o trabalho do grupo temático incidiu em duas vertentes. A primeira prendeu-se com a partilha “de visões e a preparação de propostas para o desenvolvimento de estratégias, previsões e cenários da energia pela Rússia e a UE,” garantindo, assim, “um nível de coerência” no seu desenvolvimento, que contribuísse para o bom funcionamento do setor. A segunda consistiu em prestar “assistência na promoção da troca de informação e monitorização do sistema para assegurar a melhoria na transparência e confiança mútua nas questões relacionadas com a energia,” que permitissem uma “identificação atempada” e uma “análise conjunta dos potenciais problemas” e das “questões críticas atuais da procura e do aprovisionamento de energia” (UE-Rússia 2008a, 2). Para tal, o grupo foi auxiliado pela disponibilização de dados dos serviços de estatísticas da Rússia e da UE, da Agência Internacional de Energia e de empresas do setor (UE-Rússia 2008a, 3).

O grupo reuniu-se pela primeira vez em setembro de 2007, onde a Rússia apresentou os dados mais recentes sobre a energia e a sua intenção de elaborar um nova estratégia energética até 2030, que prevê um aumento das exportações de petróleo e gás natural para a UE, enquanto esta, por seu turno, apresentou o seu mais recente plano de ação para a política energética, o *Plano de Ação sobre Segurança Energética e*

Solidariedade, que ressaltava a importância da segurança no abastecimento energético (UE-Rússia 2007a, 2-3). Em 2008, o grupo discutiu os cenários e previsões para o setor energético, tendo contribuído para a discussão uma linha-base para os cenários e a apresentação de dois cenários inovadores (perante a subida dos preços dos hidrocarbonetos e a descida da taxa de crescimento do PIB), desenvolvidos pela parte russa. As partes consideraram, também, a harmonização das suas estratégias energéticas, definindo como assuntos de interesse comum as condições atuais de produção e consumo, as opções disponíveis para o desenvolvimento do setor, o mercado de gás, a segurança no fornecimento de gás russo à Europa e as perspectivas no fornecimento de petróleo russo, atendendo às tendências mundiais. O Mecanismo de Alerta Rápido, a troca de informações e a implementação de sistemas de monitorização estiveram entre os outros assuntos levantados (UE-Rússia 2008b).

Em 2010, o grupo reuniu-se para discutir a nova estratégia energética russa para 2030, as previsões da Comissão Europeia e outras entidades para a energia até 2030, o impacto da crise económica e financeira e a cooperação com o Grupo Temático sobre a Eficiência Energética (CE 2010, 23; UE-Rússia 2010c, 1). Como resultado deste último ponto, as partes acordaram que seria necessário aprofundar a discussão em torno do aumento da eficiência energética até 2050, o impacto das medidas tomadas nesse sentido e o tratamento de dados (UE-Rússia 2010c, 1-2). No ano seguinte, o grupo organizou três reuniões para a troca de dados sobre as estratégias energéticas da Rússia e da UE para os anos seguintes (UE-Rússia 2011b, 4). Ainda em 2011, um grupo de especialistas realizaram duas reuniões em maio e junho para preparar um relatório sobre o novo *Roteiro para a Cooperação Energética UE-Rússia até 2050* (CE 2012a, 21). No decurso da reforma estrutural de 2011, o Grupo Temático sobre Estratégias, Previsões e Cenários e o seu subgrupo sobre Questões Económicas da Energia foram substituídos pelo Grupo Temático sobre Mercados de Energia e Estratégias e os dois subgrupos sobre Cenários e Previsões e as Relações UE-Rússia até 2050.

a) *Subgrupo sobre Questões Económicas da Energia*. O subgrupo foi criado em dezembro de 2008, no decurso da reunião do Diálogo Energético de outubro de 2007, com a finalidade de esclarecer e analisar os seguintes tópicos: previsões de consumo energético, prioridades das estratégias energéticas da UE e da Rússia, resultados e oportunidades da cooperação energética, e a troca de informações e de sistemas de monitorização (UE-Rússia 2007a, 3). O trabalho a desenvolver visava analisar a procura

de petróleo e gás natural pela UE e a capacidade da Rússia em satisfazê-la até 2030, bem como as necessidades de investimento (UE-Rússia 2008a, 3). O subgrupo reuniu-se pela primeira vez a 17 de fevereiro de 2009, onde foi acordada a realização de estudos comparativos sobre o impacto da crise financeira (CE 2009, 20). Em maio, a UE “facultou à parte russa e a especialistas independentes informação detalhada sobre métodos, instrumentos e um modelo de estudo do desenvolvimento da indústria energética,” tendo sido, igualmente, consideradas as atividades de várias entidades (Agência Internacional de Energia, Eurogas e Universidade de Grenoble) e a informação fornecida pela Universidade de Atenas quanto a modelos de estudos energéticos (PRIMES, PROMETHEUS e GEM-E3). Posteriormente, foi apresentado o esboço da *Estratégia para a Energia da Rússia até 2030*, que suscitou várias dúvidas aos presentes quanto às diretrizes dos cenários, aos seus objetivos e prioridades e às linhas orientadoras da estratégia sobre a indústria elétrica (UE-Rússia 2009a, 5-6). Em 2010, os trabalhos prosseguiram com “a análise de informação substancial relacionada com cenários, previsões e modelos” sobre a situação energética (UE-Rússia 2010c, 2). Esse trabalho, detalhado em três relatórios, auxiliou o grupo temático na sua avaliação sobre as políticas e estratégias energéticas da UE e da Rússia (UE-Rússia 2010c, 2).

7) Grupo Temático sobre Eficiência Energética e Inovação

O grupo tem como objetivos a “troca de informações sobre quadros legislativos e regulamentares, compartilhando a experiência, o conhecimento e a cooperação em projetos de eficiência energética, poupança de energia, fontes de energia renovável [e] queima de gás.” (CE 2013, 22). Reuniu-se pela primeira vez em abril de 2012 para discutir a implementação do plano de trabalho e reforçar a cooperação bilateral sobre a eficiência energética e energias renováveis, discussão que prosseguiu na segunda reunião em outubro desse ano (CE 2013, 22). Em 2014, o grupo discutiu a legislação da UE para “a rotulagem energética, a eficiência energética dos edifícios, os requisitos de conceção ecológica e a promoção do uso de energias renováveis” (UE-Rússia 2014a, 6).

8) Grupo Temático sobre Mercados de Energia e Estratégias

O grupo reuniu-se pela primeira vez em março de 2012 para discutir o fornecimento de gás durante a onda de frio no início do ano, a redução nos volumes

transportados pelo Druzhba, as reformas russas no setor e a coordenação do trabalho sobre o *Roteiro para a Cooperação Energética UE-Rússia até 2050*, cujos trabalhos prosseguiram na reunião seguinte, em julho (CE 2013, 21). Em novembro, preparou a organização do sétimo Conselho Permanente de Parceria Energética (CE 2013, 21). Em 2013, o grupo discutiu os desenvolvimentos nos setores energéticos da UE e da Rússia, assim como o programa nacional russo para a eficiência energética e o desenvolvimento energético até 2020 (UE-Rússia 2014a, 5).

Aquando da sua criação, foram constituídos dois subgrupos: *a) Subgrupo sobre Cenários e Previsões e b) Subgrupo sobre as Relações UE-Rússia até 2050*. O primeiro reuniu-se pela primeira vez em junho de 2012, e apoiou os trabalhos do Conselho Consultivo do Gás para discutir o consumo do gás na UE, em outubro do mesmo ano (CE 2013, 22). O segundo foi criado após a reforma estrutural de 2011, embora não haja qualquer registo da sua atividade nos relatórios do Diálogo Energético. Em 2014, este subgrupo foi extinto e substituído pelo Grupo de Monitorização para o Roteiro até 2050.

9) Grupos Temáticos sobre Eletricidade e Energia Nuclear

O grupo temático sobre Eletricidade foi criado em 2011, não tendo reunido em 2012. Nos relatórios seguintes, não existe qualquer informação acerca das atividades deste grupo. O grupo temático sobre Energia Nuclear reuniu-se pela primeira vez em outubro de 2012 para discutir e estabelecer os seus objetivos e o seu plano de trabalho (CE 2013, 22). Em 2013, o grupo discutiu a “segurança das instalações nucleares europeias e russas existentes e previstas com base nos resultados dos testes de stress”, a proposta de alteração da diretiva europeia relativa à segurança e “as possibilidades de partilhar mais informações sobre testes de stress e ações de acompanhamento” (UE-Rússia 2014a, 6-7).

3.2.1.2. Conselho Consultivo do Gás

O Conselho Consultivo do Gás foi criado a 24 de fevereiro de 2011, por sugestão do Ministério russo da Energia, após a reunião dos coordenadores do Diálogo, como “mecanismo para avaliar as tendências futuras no setor do gás, a fim de reduzir os riscos e aproveitar as oportunidades em matéria de cooperação” (UE-Rússia 2011d, 1). O Conselho tem como função apoiar o trabalho desenvolvido pelos coordenadores do

Diálogo e oferecer um espaço de discussão transparente e independente, por forma a responder aos seus objetivos: “avaliar os desenvolvimentos dos mercados do gás”, “avaliar o desenvolvimento da produção, procura e transporte de gás”, “avaliar o desenvolvimento de perspectivas de fornecimento e de consumo” e “discutir aspetos relacionados com estruturas de mercado e infraestruturas” (UE-Rússia 2011d, 1). A sua existência foi tida como crucial para “evitar conflitos e mal-entendidos sobre o gás nas relações entre a Rússia e a UE” (UE-Rússia 2012e, 4).

O Conselho é composto por um total de 34 membros, distribuídos de forma igual por ambas as partes, dentre oficiais governamentais e de organizações internacionais, especialistas, empresários e académicos (cf. Apêndice D, pp. 252-253). Cada parte nomeia um orador que copreside o Conselho, que coordenam as suas atividades e são apoiados por um representante do Ministério russo da Energia e da Direção-Geral da Energia da Comissão Europeia, que copresidem cada encontro do Conselho. Os assuntos a serem tratados devem corresponder aos definidos no plano anual de trabalhos (UE-Rússia 2011d, 2). As suas reuniões acontecem a cada trimestre para “discutir e avaliar” as relações UE-Rússia referentes ao gás, em três vertentes distintas: “questões correntes”, como o funcionamento dos mercados do gás; “implicações a curto e longo prazo” para as infraestruturas da rede; e “possíveis tendências a longo prazo” na produção e fornecimento de gás (UE-Rússia 2011b, 2; UE-Rússia 2011e, 1). Os resultados de cada encontro devem materializar-se em conclusões ou recomendações sobre as perspectivas futuras do Diálogo e o trabalho a ser desenvolvido pelos grupos temáticos (UE-Rússia 2011d, 1). O Conselho reuniu-se pela primeira vez a 17 de outubro de 2011, em Viena, para definir a sua orgânica e o seu plano de trabalho (UE-Rússia 2011e, 1). Na segunda reunião, a 24 de janeiro de 2012, foram realizadas apresentações sobre os setores energéticos russo e europeu e apresentada a primeira agenda a longo prazo para as relações UE-Rússia em relação ao gás (UE-Rússia 2012c, 1). Apesar das atividades programadas pelos grupos de trabalho para 2014, as suas atividades foram suspensas.

1) Grupo de Trabalho 1 – Cenários Energéticos e o Roteiro para a Energia 2050

O grupo surgiu das reservas dos membros de ambas as partes quanto aos cenários do Roteiro, após terem sido notadas diferenças entre os vários cenários e previsões sobre o gás, que, embora não fossem determinantes, poderiam gerar

desconfiança e incerteza entre os investidores (UE-Rússia 2012c, 1). O seu principal objetivo consistiu em elaborar uma proposta para o capítulo sobre o gás do *Roteiro UE-Rússia até 2050*, que se encontrava em discussão ao mais alto nível, com o apoio do Grupo Temático sobre Mercados de Energia e Estratégias (UE-Rússia 2012f, 2).

Durante os trabalhos, assinalou-se que os riscos nas relações do gás podiam ser reduzidos, devendo ser definido “‘um nível tolerável de incerteza’ para as próximas décadas”, considerando “os diferentes riscos relacionados com futuras ‘incertezas’ para a Rússia (investimento) e a UE (política e segurança do aprovisionamento)” (UE-Rússia 2012d, 1). O grupo concordou que o novo Roteiro “devia olhar para o futuro e colocar as relações UE-Rússia num contexto internacional” (UE-Rússia 2012d, 1). A sua contribuição para o Roteiro devia considerar o período de 2030, por o nível de incerteza quanto aos riscos ser mais reduzido, e desconsiderar os cenários incluídos no *Roteiro para a Energia até 2050* da UE, devido às discordâncias quanto às metodologias (UE-Rússia 2012e, 1). O lado russo sugeriu várias questões a serem abordadas no quadro da proposta, nomeadamente a “insuficiente capacidade transfronteiriça”, a harmonização gradual do transporte de gás pela “redução da quantidade de zonas que o gás russo precisa atravessar” e a “transparência do enquadramento legal no mercado de gás da UE” (UE-Rússia 2012f, 1).

Posteriormente, o grupo prosseguiu a discussão em torno dos três principais riscos para as relações bilaterais sobre o gás: procura e aprovisionamento, onde foram considerados dois cenários de declínio e de aumento na procura de gás russo pela UE; infraestruturas e regulação, em que foi debatido o interesse da Gazprom na mudança dos pontos de entrega; e políticos, sobre a possível discriminação da UE em relação ao gás russo e a motivação política de ambas as partes nos termos comerciais das suas políticas energéticas (UE-Rússia 2013b, 1-2). Em maio de 2013, na sequência de dois *workshops* sobre cenários e preços, acordaram-se quatro linhas orientadoras para um futuro cenário das relações UE-Rússia, a ser desenvolvido pelo Conselho: identificação de pontos de divergência em detrimento de uma projeção linear, transparência dos dados, separação das questões relativas à procura e ao fornecimento e consciencialização acerca do valor do carbono (UE-Rússia 2013c, 1-2). Concluiu-se, ainda, que “os contratos a longo prazo são importantes para manter um ‘nível tolerável de incerteza’”, sendo necessário avaliar os contratos existentes à luz da segurança na procura e no fornecimento e as implicações decorrentes das mudanças no setor *midstream* (UE-Rússia 2013c, 3).

No final de 2013, o Conselho estabeleceu que o grupo prosseguiria a segunda fase de trabalhos no ano seguinte, focado na elaboração de dois planos de trabalhos sobre cenários e mercados. O primeiro deveria prosseguir com a troca de informações e desenvolver *workshops* e cenários com benefícios mútuos para a relação bilateral, enquanto que o segundo seria baseado na realização de um *workshop* sobre o mercado de gás, que respondesse às principais questões do setor, como a procura, a capacidade, a evolução das *hubs* e a competitividade (UE-Rússia 2013d, 4-5).

2) Grupo de Trabalho 2 – Mercados de Gás

O grupo surgiu da necessidade de prosseguir com as consultas a especialistas sobre a implementação do Terceiro Pacote de Energia da UE. Os objetivos desta linha de trabalho compreendem a continuação dessas consultas e a análise das principais questões do mercado russo de gás (UE-Rússia 2012c, 2). As principais linhas de discussão relacionaram-se com a segurança no fornecimento e na procura, os preços, a capacidade de transporte e as possíveis consequências do Terceiro Pacote de Energia para o mercado russo (UE-Rússia 2012f, 3-4). Em 2013, o grupo elaborou quatro documentos: “um artigo sobre os mecanismos que determinam a procura do mercado por uma capacidade nova e aumentada”, considerando a proposta russa de *Open Seasons*⁸ coordenadas; um glossário; “um guia não-vinculativo sobre a transição do sistema ponto-a-ponto para o entrada-saída⁹” e “atualizações regulares sobre as orientações-quadro e Códigos de Rede (*Network Codes*)¹⁰” (UE-Rússia 2013b, 3; UE-Rússia 2013c, 3-4). Neste período, debateu-se a manutenção dos pontos de entrega, os mecanismos de atribuição de capacidade, o *bundling* e o estado das infraestruturas (UE-Rússia 2013b, 3-5).

⁸ Uma *Open Season* é “um procedimento para demonstrar a um regulador que a capacidade é oferecida de forma transparente. É usado, principalmente, em condutas que oferecem apenas serviços de transporte.” Serve, também, “como instrumento de recolha de informações sobre o interesse potencial” de um projeto “para ajudar os patrocinadores a decidir” os termos do mesmo (Gas Strategies 2015).

⁹ Enquanto o sistema ponto-a-ponto implica que o gás seja transportado num percurso contratualizado entre o fornecedor e o consumidor, o entrada-saída não implica qualquer contrato, pelo que “os utilizadores da rede não necessitam de especificar o percurso ou a distância, mas os pontos da rede que pretendem utilizar para entrar ou sair do sistema.” Assim, os serviços de entrada e saída de gás no sistema são “separados e independentes entre si.” Por forma a garantir essa independência, existe um ponto de comércio virtual entre os pontos de entrada e saída, onde os utilizadores podem transferir o gás. Deste modo, “um utilizador da rede que tenha apenas capacidade contratada de entrada pode vender gás no ponto de comércio virtual, enquanto os utilizadores da rede, que apenas têm acesso à capacidade de saída, podem comprar esse mesmo gás” (Vos, Kiewiet e Petrov, 2013).

¹⁰ Códigos de Rede são o conjunto de normas comuns, legalmente vinculativas, aplicáveis ao setor energético, em parte ou no seu todo (ENTSO-E, 2015).

Em junho de 2013, o grupo respondeu a várias questões levantadas por Jonathan Stern na reunião anterior, com vista a clarificar as posições de ambas as partes. Assim, esclareceu-se que os pontos de entrega podiam, em princípio, ser preservados nos contratos em vigor, e que a disponibilidade de capacidade suficiente para entregas, ao abrigo de contratos de fornecimento, não pode ser absolutamente garantida. Sobre o Terceiro Pacote de Energia, os membros consideraram que o serviço de distribuição de gás proposto e as *Open Seasons* coordenadas são compatíveis com o mesmo. Sobre o regime de investimento para aumentar a capacidade existente, o Conselho informou que se encontrava a desenvolver um modelo com esse propósito (UE-Rússia 2013c, 4-8). Para 2014, o grupo continuaria o seu trabalho em relação às *Open Seasons* coordenadas, “em coordenação com, ou como parte do, processo de alteração da Capacidade de Alocação dentro dos Códigos de Rede” (UE-Rússia 2013d, 5).

3) Grupo de Trabalho 3 – Infraestruturas

O grupo foi constituído por iniciativa de Stephen Kamphues (UE-Rússia 2012c, 3), cujo trabalho focou-se na “promoção de novos projetos de infraestruturas de gás”, na “elaboração de critérios para definir os projetos de interesse comum entre a Rússia e a UE”, na elaboração de “recomendações sobre o conteúdo das provisões quanto à infraestrutura eficiente e mutuamente aceitável do novo acordo internacional UE-Rússia”, na garantia “da segurança e confiabilidade da infraestrutura de gás existente” e na “discussão de custos, benefícios e viabilidade geral (incluindo tarefas associadas) de um potencial de serviço europeu de distribuição de gás” (UE-Rússia 2012d, 3). Para 2014, o Conselho tinha programado discutir o Mecanismo de Alerta Rápido e o sistema de distribuição de gás (UE-Rússia 2013d, 5).

3.2.2. Principais discussões e concretizações

3.2.2.1. Contratos a longo prazo *take or pay*

Os contratos a longo prazo *take or pay* providenciam “que um comprador deve pagar por quantidades específicas de energia (gás, por exemplo) a um vendedor, mesmo que o comprador não queira ou não possa receber essas quantidades” (Polkinghorne 2014, 1). Estas condições permitem “ao vendedor garantir um fluxo de receitas em

termos pré-determinados”, por forma a possibilitar-lhe o capital necessário para investir nas infraestruturas (Polkinghorne 2014, 2). Ambas as partes reconhecem que a sua existência tem permitido garantir a segurança no fornecimento de gás à Europa pela Rússia, assim como o investimento necessário para a manutenção e desenvolvimento das infraestruturas ligadas à produção e transporte dessa fonte energética (UE-Rússia 2001, 3). A Comissão Europeia frisou que estes contratos são “indispensáveis”, pelo que iria encetar os esforços necessários para acompanhar a situação e assegurar todas as condições para a sua manutenção. Neste quadro, ambas as partes negociaram a existência da “cláusula de destino” nos contratos, desejando que esta fosse emendada ou mesmo suprimida (UE-Rússia 2002a, 2). Mais tarde, sublinhou-se que os contratos a longo prazo se enquadrariam no novo mercado interno de gás que estava a ser criado (UE-Rússia 2002b, 2).

3.2.2.2. Projetos estratégicos de interesse comum

A salvaguarda do transporte do gás e do petróleo é considerada essencial. As partes defendem o desenvolvimento de novos projetos estratégicos de produção e de transporte de energia, considerando-os como de interesse comum, e o acesso não-discriminatório às redes de transporte pela Rússia, por forma a assegurar a eficácia do mesmo. Assim, são encarados como projetos de interesse comum, os gasodutos Transeuropeu Setentrional e o Yamal-Europe (troço polaco-bielorrusso), o campo de produção de Shtokman e os oleodutos Burgas-Alexandrópolis e Druzhba (troço Adria), com este último a permitir à Rússia exportar petróleo para o mercado internacional, através do terminal croata de Omišalj (UE-Rússia 2001, 2-3; UE-Rússia 2005a, 6). As partes entenderam ser crucial a diversificação das rotas de transporte entre si, pelo que deveriam garantir as condições necessárias para o desenvolvimento destes projetos.

Nesse sentido, foi criada uma equipa especializada para avaliá-los quanto aos requisitos técnicos, ao financiamento e ao tempo necessário para a sua execução, consultando as partes interessadas. Para além disso, pretendeu-se que esta equipa garantisse o investimento necessário para os projetos, através de reuniões com entidades governamentais, instituições financeiras e empresas do setor energético (UE-Rússia 2002a, 2-3). O resultado dessa avaliação reconheceu que os projetos são de interesse comum, recomendando que a lista fosse alargada a outros potenciais projetos, e sugeriu a criação de “um fundo de garantia de decisão arbitral”, que salvaguardasse as partes

contratuais quanto aos seus direitos (UE-Rússia 2002b, 1). Em 2002, o projeto do gasoduto do Norte da Europa foi considerado como prioritário, dentro das Redes Transeuropeias, beneficiando do financiamento europeu para o desenvolvimento de um estudo sobre o seu impacto ambiental no Mar Báltico (UE-Rússia 2003, 4).

Em 2007, foram assinalados diversos progressos, como o desenvolvimento do campo de produção em Shtokman e do projeto *Nord Stream*, a assinatura de um acordo para a construção e operacionalidade do oleoduto Burgas-Alexandrópolis, os resultados positivos do estudo sobre a interconexão dos sistemas elétricos dos países da Comunidade dos Estados Independentes e da região do Báltico (Sistema de Energia Integrado/Sistema de Energia Unificado da Rússia) para a União para a Coordenação do Transporte de Eletricidade (atual Rede Europeia de Operadores de Transporte de Eletricidade), a qual depende do trabalho desenvolvido para a integração dos mercados elétricos da Finlândia e dos países bálticos com a Bielorrússia, Moldávia, Rússia e Ucrânia (UE-Rússia 2007a, 4).

3.2.2.3. Investimento

O desenvolvimento dos projetos está intimamente ligado a investimentos de larga escala, tidos como essenciais para renovar e ampliar a rede de infraestruturas de transporte de hidrocarbonetos, resolvendo os problemas técnicos resultantes da sua antiguidade e da sua capacidade diminuta para responder à procura europeia dos hidrocarbonetos russos, e garantir, assim, o seu bom funcionamento (Genç 2009, 27). Ambas as partes estão cientes de que assegurar um ambiente favorável ao investimento no setor energético trará inúmeras e valiosas vantagens para fornecedores e consumidores. Assim, aliado à eliminação de barreiras legais e fiscais e à consideração de outros mecanismos disponíveis de financiamento para projetos conjuntos, garantir-se-ia o investimento para “melhorar a produção nos campos em atividade, atualizar as refinarias de petróleo, construir novas e atualizar antigas usinas, e otimizar a infraestrutura de transporte de energia” (UE-Rússia 2005a, 4). A entrada em vigor do Protocolo de Quioto ofereceu oportunidades para a realização de investimentos promotores da eficiência, poupança e gestão do consumo energético, para as quais contribui uma estreita “cooperação nas boas práticas e em tecnologias de energia mais eficientes” pela indústria, um dos principais setores consumidores, atendendo ao clima da subida de preços do petróleo e outras matérias-primas à época (UE-Rússia 2005a, 4).

A Rússia acordou em implementar medidas para melhorar o quadro normativo nesta matéria, como a criação de nova legislação e a aplicação das regras necessárias, nomeadamente no que se refere aos Acordos de Produção Partilhada, a fim de criar condições para a atração de capital a curto prazo (UE-Rússia 2001, 3). Em 2002, recordou-se a necessidade de serem criadas propostas para alterar o código fiscal e demais legislação referente a estes acordos, a fim de ser apreciada na 10.^a cimeira bilateral a 11 de novembro. Ambas as partes acreditavam que deviam ser considerados quadros legais para possibilitar “o acesso não-discriminatório às redes de transporte de energia,” assim como “a implementação de projetos de energia por forma a facilitar a atividade empreendedora nos setores da exploração, produção e transporte de energia, como, por exemplo, através de *joint ventures* e concessões” (UE-Rússia 2002a, 1).

Com vista a esse objetivo, o Ministério da Economia russo criou um organismo que “facilita as relações dos investidores com todos os níveis da administração”, através da simplificação de “procedimentos administrativos e de licenças” (UE-Rússia 2001, 4). Em 2004, a Rússia tinha realizado algumas reformas para tornar as oportunidades de investimento mais competitivas e atrativas, embora algumas empresas do país tivessem dificuldade no financiamento de capital estrangeiro a longo prazo (UE-Rússia 2004b, 4). Com efeito, o investimento ainda enfrentava diversos problemas em 2006, sentindo-se a necessidade de uma análise mais aprofundada quanto à utilização e exploração dos subsolos, ao enquadramento fiscal e aos projetos conjuntos (UE-Rússia 2006a, 4).

Considerando o potencial dos projetos de eficiência energética na Rússia, e por forma a contornar as dificuldades na obtenção de financiamento, foi desenvolvido um estudo para a criação de um mecanismo de garantias, com o objetivo de reduzir os riscos não-comerciais dos investimentos (UE-Rússia 2004b, 4-5). Uma “apropriada partilha do risco” na construção de infraestruturas e o desenvolvimento de campos de produção foram tidos como elementos fulcrais para assegurar as condições necessárias ao investimento em projetos desta envergadura (UE-Rússia 2006a, 4).

Em 2008, a Rússia adotou medidas fiscais que visavam estimular o setor petrolífero e comprometeu-se em criar as regulações necessárias para a implementação da sua nova política de investimento estrangeiro no setor energético. Por sua vez, a UE frisou que a troca de ativos é “um importante mecanismo de investimento mútuo nos setores energéticos” de ambas as partes, pelo que garantiu o acesso de terceiros à rede europeia, apesar das preocupações manifestadas pelo lado russo quanto às implicações

que a nova legislação proposta pela Comissão, relativamente à regulação do mercado interno de energia, poderia acarretar (UE-Rússia 2008a, 5).

3.2.2.4. Eficiência energética

A eficiência energética está, no entender das partes, dependente da rentabilização da produção e do transporte energético, desafiada pelo aumento do consumo doméstico russo. Esse aumento pode representar um risco para a segurança energética da UE, pela redução do gás disponível para exportação, conduzindo-a a influenciar o consumo energético russo através da promoção de iniciativas que promovam a eficiência e, conseqüentemente, a poupança energética. Desta forma, a UE procurou dirimir o risco da incapacidade russa em responder às necessidades energéticas da UE e ao aumento do consumo interno no longo prazo, agravado pelo fraco investimento nas infraestruturas *upstream* do setor russo, que, dado o seu estado maioritariamente obsoleto, oferece um potencial enorme para a poupança energética, através dos investimentos, práticas e tecnologias adequados (Boute 2013, 1024-1025).

Neste sentido, foi recomendada a implementação de programas-piloto em duas regiões produtoras, os *oblasts* de Archangelsk e Astracã, que beneficiaram de financiamento europeu (UE-Rússia 2001, 4), no valor de 2,8 milhões de euros, entre setembro de 2006 e dezembro de 2007, altura em que foram concluídos os trabalhos (CE 2008, 16). Em Archangelsk, os sistemas domésticos de aquecimento passariam a ser alimentados por biomassa, ao invés de carvão e petróleo; enquanto que, na região de Astracã, os projetos consistiam no reaproveitamento da água quente da usina elétrica a gás pelo sistema de distribuição da cidade, no reforço da usina com uma turbina a gás de ciclo combinado de 130 megawatts e na construção de 10 pequenas usinas a gás de produção combinada de calor e eletricidade. Estes projetos foram financiados pelo programa TACIS¹¹ (UE-Rússia 2002a, 3-4). Em outubro de 2002, Kaliningrado foi incluída nos programas-piloto, atendendo ao seu potencial de poupança energética na ordem dos 40%. O trabalho técnico, por especialistas enviados pela Comissão Europeia,

¹¹ O programa TACIS (Assistência Técnica à Comunidade dos Estados Independentes) foi criado em 1991 pela UE com o objetivo de prestar assistência técnica e financeira aos países da Comunidade dos Estados Independentes. Mais tarde, o âmbito do programa foi alargado e estendido a outros países que não pertenciam à Comunidade, como a Ucrânia e a Mongólia. O programa foi substituído em 2007 pelo Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (EEAS s.d.b).

destinou-se a elaborar propostas para melhorar a eficiência energética no enclave, considerando o âmbito institucional, económico e tecnológico (UE-Rússia 2002b, 3).

A UE e a Rússia reforçaram o papel da eficiência energética através da implementação da Iniciativa para a Eficiência Energética UE-Rússia, que procurou aliar a eficiência energética ao crescimento económico, melhorar a qualidade de vida da população com uma oferta mais diversificada de serviços energéticos, harmonizar a legislação e contribuir para a proteção do meio ambiente (UE-Rússia 2010b, 2). Tendo em conta a semelhança do potencial de poupança energética da Rússia com o da UE, definiram-se cinco recomendações para o desenvolvimento de medidas: o aumento da eficiência energética nos transportes e nas habitações, a criação de incentivos fiscais e financeiros para a introdução de novas tecnologias de energia, a implementação dessas tecnologias nos edifícios governamentais, a redução do desperdício na produção e transporte de energia e o registo mais rigoroso das estatísticas (UE-Rússia 2006a, 6).

No ano seguinte, a Iniciativa englobava vários projetos para a “aproximação de legislação e regulamentos”, não só relativos à eficiência energética, mas também ao fornecimento de aquecimento e às energias renováveis; a “cooperação ao nível regional, fortalecendo programas de parceria entre centros locais e regionais de eficiência energética”; a “atração de investimento”; a “utilização dos mecanismos do Protocolo de Quioto para melhorar a eficiência energética”; o “apoio no intercâmbio de informações e no desenvolvimento de projetos-piloto de energias renováveis e eficiência energética”; e a utilização de gás associado no consumo energético (UE-Rússia 2007a, 6).

Em 2008, estipulou-se que, para além destes projetos, a Iniciativa devia focar a sua atividade na “cooperação constante na partilha de experiências, boas práticas e consultas” sobre enquadramentos legais, regulamentares e institucionais; na “implementação de projetos conjuntos em áreas de interesse comum sobre a eficiência energética e as energias renováveis”; numa maior “cooperação a nível internacional para promover a eficiência energética, a poupança primária de energia e o uso de energias renováveis”; no “acesso à informação sobre legislação, regulamentos e medidas”; e na procura de “novos métodos de cooperação e *networking* entre empresas da Rússia e a UE sobre poupança e eficiência energética” (UE-Rússia 2008a, 7).

Para atingir estes objetivos, concretizaram-se duas iniciativas. A primeira prendeu-se com o acordo para o estabelecimento da Parceria Internacional para a

Cooperação sobre Eficiência Energética¹², no quadro do G8, com a participação de outros países e da Comissão Europeia como membro observador, em maio de 2009. A segunda consistiu numa conferência sobre a capacidade para a poupança e eficiência energética na Rússia, aquando do fórum internacional para projetos, conceitos e tecnologias inovadoras EMBIZ2009, que decorreu em Moscovo (UE-Rússia 2009a, 9).

Para o ano de 2010, as partes priorizaram diversos pontos sobre o tema, no âmbito do Diálogo Energético. Estes consistiram no reforço da cooperação internacional, na “redução das emissões de gases com efeito de estufa no setor energético”, na utilização de “tecnologias eficientes e limpas” aplicadas à produção de carvão e na “promoção de uma maior cooperação económica” entre a indústria sobre a eficiência energética e energias renováveis (UE-Rússia 2009a, 9-10).

O empenho da Rússia em relação a esta matéria foi notório em três aspetos. Primeiro, na aplicação de “mecanismos flexíveis” do Protocolo de Quioto, em vigor desde 16 de fevereiro de 2005, que permite o financiamento de projetos com vista à redução da emissão de gases com efeito de estufa e à poupança energética. Através da venda de Unidades de Redução de Emissão pela Rússia a empresas europeias, que assim podem cumprir com os seus limites, o país pode encontrar aí uma fonte de receita para modernizar a sua economia. Assim, a ratificação do Protocolo pela Rússia em 2002 foi considerada de vital importância no quadro do Diálogo (Boute 2013, 1031-1032). Segundo, pela participação da Rússia na revisão dos pontos relacionados com a eficiência energética, no quadro do Tratado da Carta da Energia e do seu Protocolo sobre a Eficiência Energética e os Aspetos Ambientais Relacionados, que define os princípios basilares para uma política de poupança energética, apesar de, em 2009, a Rússia ter anunciado que não ratificaria o Tratado e, conseqüentemente, não aplicaria as suas disposições (Boute 2013, 1030-1031). Terceiro, pelas discussões e adoção de legislação e regulamentos entre 2008 e 2012, como a lei federal para a *Poupança energética e aumento da eficiência energética* de 2009 (Gusev 2013, 2).

No entanto, o quadro legal apresenta várias falhas no que se refere à definição dos critérios para a eficiência energética, à exclusão de grande parte dos setores económicos, à incapacidade para resolver conflitos de interesses, à falta de enquadramento regulatório para as autoridades regionais e municipais, e à falta de

¹² Reúne 16 das maiores economias do mundo e visa “identificar e implementar políticas que estimulem o desenvolvimento de tecnologias e boas práticas relativas à eficiência energética” (IPEEC 2016).

auditores energéticos qualificados e de financiamento a longo prazo (Gusev 2013, 2-4). Essas falhas poderiam ser sanadas a médio prazo por uma convergência da legislação russa e europeia (Boute 2013, 1033), beneficiando a Rússia do longo conhecimento técnico e experiência legislativa da UE.

3.2.2.5. Segurança energética

No âmbito da segurança energética, sugeriu-se que a rede de transporte fosse alvo de uma monitorização constante para a definição dos projetos prioritários de atualização e otimização da rede, conduzidas pelas partes e os países de trânsito (UE-Rússia 2001, 3-4). Assim, foi acordado em 2002 o investimento necessário para a melhoria da rede, inserido no programa TACIS. Ao mesmo tempo, a monitorização devia estender-se à “identificação precoce de fugas de gás e infraestruturas perigosas ou de baixo desempenho”, salvaguardando não só a eficiência da rede, mas também a segurança energética e ambiental, para as quais o novo centro de certificação de gás UE-Rússia, a ser construído pela Gazprom, iria contribuir significativamente (UE-Rússia 2002a, 1-2); no entanto, não existe nenhuma informação quanto à sua concretização. Em 2004, no quadro do programa TACIS, garantiu-se o financiamento de cerca de 3 milhões de euros em assistência técnica para a elaboração de um plano de modernização e de observação da rede de transporte (UE-Rússia 2004b, 6).

Outro ponto discutido prendeu-se com a adequação do transporte marítimo de crude e produtos petrolíferos. Este assunto foi alvo de preocupações por ambas as partes, tendo sido considerado como “muito sensível e uma área importante de cooperação” (UE-Rússia 2004b, 7). A UE e a Rússia reconheceram a importância de salvaguardar o meio ambiente, através da aplicação de medidas com vista à melhoria dos terminais petrolíferos e a resiliência dos petroleiros perante condições atmosféricas adversas. Assim, a Rússia comprometeu-se em “acelerar a eliminação progressiva dos petroleiros de casco simples e proibir o transporte de óleos pesados em petroleiros de casco simples”, seguindo as diretrizes internacionais (UE-Rússia 2003, 5).

3.2.2.6. Centro Tecnológico de Energia

A cooperação tecnológica entre a UE e a Rússia potencializou as oportunidades para “aumentar a extração de recursos energéticos, melhorar as taxas de eficiência no

transporte e produção de energia – nomeadamente nos campos de petróleo esgotados, na segurança e na limitação dos danos ambientais” (UE-Rússia 2001, 5). Assim, acordou-se estabelecer um Centro Tecnológico de Energia comum, que permitisse a troca de *know-how*, o “reconhecimento mútuo das normas e padrões técnicos,” a concretização de parcerias industriais e o financiamento de projetos (UE-Rússia 2001, 6; UE-Rússia 2005a, 5). O Centro foi inaugurado em 5 de novembro de 2002 em Moscovo e era presidido por dois codiretores, em representação de cada uma das partes, responsáveis pela gestão do Centro e o desenvolvimento de projetos (UE-Rússia 2002b, 3). O seu principal objetivo era reforçar a cooperação sobre tecnologias avançadas de energia nos seus vários setores (UE-Rússia 2003, 5), encontrando-se, por isso, a sua atividade dividida em quatro áreas: eficiência e poupança energética, carvão e eletricidade, hidrocarbonetos e energias renováveis (UE-Rússia 2002b, 3).

Para o cumprimento da sua missão, o Centro pretendeu: “promover as condições necessárias para a troca de informações sobre tecnologias avançadas de energia e organizar e coordenar atividades que facilitem os contactos entre os atores dos setores energéticos da UE e da Rússia”; “identificar, avaliar, facilitar e ajudar na promoção de projetos concretos de cooperação tecnológica em larga escala” e “assegurar e coordenar atividades conjuntas com outros centros de energia que operam na Rússia e na UE, promovendo a criação de um espaço de informação comum para a difusão das tecnologias energéticas” (UE-Rússia 2003, 5). Nos primeiros anos, as suas atividades consistiram em mesas redondas, *workshops* e conferências sobre diversas matérias ligadas à energia: novas tecnologias energéticas, produção de energia, refinação de petróleo, qualidade do gás, regulamentação técnica, energias renováveis, eficiência energética e promoção de investimento (UE-Rússia 2003, 5; UE-Rússia 2004b, 7).

Em 2005 e 2006, as suas atividades compreendiam, entre outras: a colaboração com os grupos temáticos do Diálogo, a organização de mesas redondas e conferências e a elaboração de análises (UE-Rússia 2005a; UE-Rússia 2006a). No final de 2006, o Centro foi extinto devido à falta de financiamento, apesar de a UE e a Rússia terem declarado a sua intenção em criar um novo centro, “apoiado pela indústria russa e da UE, como plataforma para o intercâmbio e *one-stop shop* para a eficiência energética e as novas tecnologias em diferentes setores” (UE-Rússia 2010a, 11-12).

3.2.2.7. Mecanismo de Alerta Rápido

O Mecanismo de Alerta Rápido foi estabelecido a 16 de novembro de 2009, após a decisão tomada na 19.^a cimeira bilateral de Samara, em maio de 2007, em virtude das interrupções ao fornecimento de gás à Ucrânia, que afetaram a Europa em 2006 (cf. subcapítulo 4.2.2.1). O mecanismo tem por objetivo realizar “uma avaliação preliminar dos potenciais riscos e problemas relacionados com o fornecimento e a procura de gás natural, petróleo e eletricidade,” bem como permitir “a prevenção e reação rápida em caso de uma situação de emergência ou ameaça” em relação ao fornecimento de gás russo à UE, através dos países de trânsito (UE-Rússia 2009b, 1).

A ativação do mecanismo é realizada por um dos coordenadores do Diálogo, que notifica o seu congénere quanto às circunstâncias e ao período de tempo necessário para resolver a situação, devendo, para o sucesso da sua resolução, implicar uma troca contínua de informação entre ambas as partes (UE-Rússia 2009b, 2-3). Caso não seja possível, o coordenador a ser notificado pode consultar o Grupo Especializado do Mecanismo de Alerta Rápido, que procederá à elaboração de avaliações e recomendações sobre a situação de emergência corrente ou futura, assim como um plano de ação para atenuar as suas consequências. Pode, ainda, ser estabelecido um Grupo Especial de Monitorização para analisar e registar os eventos decorrentes da situação de emergência ocorrida, terminando o seu trabalho quando esta tiver sido sanada. Os representantes dos países de trânsito podem ser chamados a participarem nas atividades dos grupos e em possíveis ações conjuntas (UE-Rússia 2009b, 3-4).

Em 24 de fevereiro de 2011, os coordenadores do Diálogo assinaram um memorando para atualizar o mecanismo. Essa atualização consistiu em três alterações. A primeira acrescentou um novo objetivo que complementa o mencionado anteriormente – “mitigar as consequências [da situação de emergência] e prevenir tais situações no futuro” (UE-Rússia 2011f, 3). A segunda prevê que a avaliação atempada considere a opinião de uma das partes sobre uma possível situação de emergência, baseada nas suas informações ou nas de um país terceiro, devendo, caso se justifique, avisar a sua congénere dessa eventualidade (UE-Rússia 2011f, 3). Por último, as partes devem tomar “medidas concertadas ou conjuntas destinadas a ultrapassar uma situação de emergência”, podendo os coordenadores “dirigir-se aos respetivos órgãos de decisão com uma proposta para tomar ações adicionais” (UE-Rússia 2011f, 7).

3.2.2.8. Roteiro para a Cooperação Energética UE-Rússia até 2050

O Roteiro foi elaborado no seio do Diálogo Energético e apresentado em 22 de março de 2013, dois anos após o acordo em estabelecer uma estratégia comum a longo prazo (UE-Rússia 2013a, 2). O objetivo último da estratégia é a criação, até 2050, de “um Espaço Energético Pan-Europeu, com uma rede integrada de infraestruturas funcional, com mercados abertos, transparentes, eficientes e competitivos, fazendo a necessária contribuição para assegurar a segurança energética e alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável da UE e da Rússia” (UE-Rússia 2013a, 5). O documento refere que esta estratégia é necessária e beneficia mutuamente as partes do ponto de vista político e económico, uma vez que se encontram “interligadas através de uma densa rede energética” (UE-Rússia 2013a, 4-5). A UE e a Rússia devem, assim, ser encaradas como “parceiros estratégicos” na cooperação energética, apesar das suas “políticas de energia diferentes” (UE-Rússia 2013a, 4-5).

Após uma breve exposição dos desafios que afetam, de forma transversal, a cooperação energética nas próximas décadas, a estratégia encontra-se dividida pelas diferentes áreas de cooperação: eletricidade, gás, petróleo, energias renováveis, eficiência energética e cenários e previsões energéticas. Para cada uma delas, estão definidos objetivos, ações e recomendações para três períodos distintos, com um horizonte até 2020, 2030 e 2050. No que concerne ao gás, o principal objetivo é “reduzir a incerteza para o que pode ser considerado um ‘nível tolerável’ para ambas as partes,” atenuando os riscos políticos, do fornecimento e da procura, e das infraestruturas e das regulamentações (UE-Rússia 2013a, 13). Para tal, a estratégia define, como ações a concretizar até 2020, a redução dos riscos citados, a cooperação em projetos de infraestruturas e utilizações do gás, a promoção de investimento e da eficiência energética, o desenvolvimento de encontros e programas conjuntos e a comunicação com a sociedade civil. Até 2030, prevê-se o aprofundamento dessas medidas, com especial enfoque para o desenvolvimento da cooperação na investigação e tecnologia e a convergência das regras de mercado, de forma a possibilitar a “remoção de todas as barreiras ao funcionamento integrado e ao desenvolvimento coordenado das infraestruturas e mercados de gás” até 2050 (UE-Rússia 2013a, 14-16).

A mesma meta final é definida para o setor do petróleo, onde ambas as partes desejam “uma integração progressiva do funcionamento das infraestruturas petrolíferas e o desenvolvimento harmonizado dos mercados do petróleo” (UE-Rússia 2013a, 19). A

primeira fase da estratégia, até 2020, pretende intensificar o diálogo, através da realização de encontros e iniciativas conjuntas; da troca de informação, de análises e de avaliações às infraestruturas; da elaboração de um plano de ação para o investimento; e da criação de uma plataforma de vários especialistas para debaterem questões ligadas à inovação, regulamentação e monitorização de infraestruturas. Até 2030, pretende-se desenvolver a cooperação na investigação e na tecnologia e a redução da queima de gás no setor (UE-Rússia 2013a, 19-20).

3.2.2.9. Projetos concretizados

As atividades do Diálogo Energético foram apoiadas e materializaram-se na concretização de diversos projetos (cf. Apêndice D, pp. 250-251). A grande maioria desses projetos concentra-se em torno da eficiência energética, devido ao elevado potencial russo para a poupança energética. Assim, foram desenvolvidos programas e projetos que promovessem a eficiência energética da Rússia, transmitindo-lhes o *know-how* e a tecnologia necessários, rendendo benefícios económicos e ambientais para ambas as partes, nomeadamente para as empresas europeias investidoras. Estas iniciativas revelam-se numa oportunidade para estreitar as relações bilaterais, por ser um “assunto menos sensível e politizado” (Gusev 2013, 1-2), contribuindo “para melhorar a confiança mútua e o entendimento” entre as partes (Boute 2013, 1025).

Dentre esses projetos encontram-se a implementação das normas distritais sobre o aquecimento na Rússia, inserido no Programa de Vizinhança Sudeste da Finlândia-Rússia; o desenvolvimento do *Karelian Villages – Intelligent Energy Services* e da produção e exportação de turfa, inseridos no Programa de Vizinhança da Euro-região da Carélia; a implementação do ESAPP – *Energy Saving at Public Premises* pela Suécia e a Rússia; a implementação da *Rede Báltica de Eficiência Energética na Construção de Edifícios*, da gestão sustentável de energia nos municípios e o fomento da energia eólica na Rússia (*EastWind*), inseridos no Programa de Vizinhança Inter-região IIIB da Região do Mar Báltico; e o desenvolvimento da *BIO-INTEGRATION*, uma rede de inovação e produção de empresas russas e finlandesas de bioenergia (UE-Rússia 2010a, 15).

3.3. Espaços Comuns (2005)

Os Espaços Comuns consistem numa iniciativa acordada na 11.^a cimeira em São Petersburgo, a 31 de maio de 2003. Dotada de objetivos específicos e de ações a longo prazo, a iniciativa procurou dar um novo ímpeto à cooperação bilateral, no quadro do APC, em quatro áreas de interesse comum: economia, segurança externa, investigação e educação, e liberdade, segurança e justiça. Apesar das dificuldades sentidas durante as negociações, como as verificadas na cimeira de Haia em novembro de 2004 (Genç 2009, 26), os quatro Espaços Comuns foram criados na cimeira de 10 de maio de 2005, em Moscovo, através da adoção de um pacote de roteiros que concediam praticabilidade à relação bilateral e definiram a sua agenda para os anos seguintes (EEAS s.d.a).

A energia inclui-se no Espaço Comum Económico, com o objetivo de fortalecer a cooperação através do Diálogo Energético, nomeadamente no que se refere “à sustentabilidade e à contínua confiabilidade na produção, distribuição, transporte e uso da energia”, considerando as dimensões da eficiência e poupança energéticas e das energias renováveis (UE-Rússia 2005b, 15-16). Para isso, a UE e a Rússia concordaram em executar várias ações, maioritariamente já incluídas no Diálogo. Dentre essas várias ações, destaca-se a “cooperação para facilitar o comércio justo e o transporte de produtos energéticos, incluindo os princípios que guiam o Tratado da Carta da Energia”, numa tentativa de a UE assinalar a sua importância para as suas relações com a Rússia, que, à época, ainda não tinha ratificado o documento (UE-Rússia 2005b, 16-17). Ainda no setor energético, as partes manifestam o desejo em convergir as suas legislações ambientais (UE-Rússia 2005b, 19).

3.4. Parceria para a Modernização (2010)

A Parceria para a Modernização foi lançada na 25.^a cimeira em Rostov-on-Don, na Rússia, que decorreu entre 31 de maio e 1 de junho de 2010. Ambas as partes manifestaram o seu desejo em “trabalhar juntas para enfrentar os desafios comuns com uma abordagem equilibrada e orientada para os resultados, baseada na democracia e no Estado de Direito”, em benefício dos seus cidadãos (CUE 2010, 1). A nova Parceria procurou impulsionar o crescimento e a competitividade na UE e na Rússia, continuando o trabalho desenvolvido pelos Espaços Comuns, e servir de plataforma para as negociações do novo acordo bilateral para substituir o APC.

A atividade da nova Parceria desenvolveu-se em torno de cinco áreas prioritárias: o investimento, através da criação de mais oportunidades em setores fulcrais para as partes; a economia, com a liberalização do comércio e o fortalecimento das relações económicas; a investigação e o desenvolvimento; a legislação, através do reforço do Estado de Direito; e o diálogo com os cidadãos (CUE 2010, 2). A Parceria foi orientada por coordenadores, que, em conjunto com os coordenadores dos vários diálogos dentro da relação bilateral, implementaram as medidas necessárias e desenvolveram um plano de trabalho conjunto (CUE 2010, 2).

O Diálogo Energético enquadrou-se na primeira área estratégica. No primeiro relatório em 2011, ressalva-se o empenho dos coordenadores na discussão do *Roteiro para a Cooperação Energética UE-Rússia até 2050*, na partilha de dados, na cooperação regional, no diálogo com a indústria e na implementação de um projeto de promoção da eficiência energética no noroeste russo (UE-Rússia 2011a, 1). Ainda em 2011, a UE garantiu apoio financeiro às iniciativas que promovessem a consciencialização sobre a energia e apreciou a regulamentação da rotulagem energética dentro da União Aduaneira entre a Rússia, a Bielorrússia e o Cazaquistão (UE-Rússia 2011c, 2).

O plano de trabalho, após a primeira revisão de 2012, contemplou diversas ações e projetos acordados em matéria energética, a serem desenvolvidos no curto prazo. Para além dos enquadrados no Diálogo Energético, as partes acordaram: cooperar na modernização dos sistemas elétricos, promover o intercâmbio de boas práticas e a convergência de normas sobre a eficiência energética, desenvolver programas de formação para técnicos ligados ao setor e apoiar projetos-piloto para a introdução de novas tecnologias na Rússia para a melhoria do seu desempenho energético, através do financiamento de instituições internacionais (UE-Rússia 2012a, 1-2). No último relatório, datado de 2014, não existe menção quanto ao desenvolvimento destas ações, destacando-se, apenas, a adoção do *Roteiro para a Cooperação Energética até 2050* (UE-Rússia 2014b). Este plano de atividades denota a importância que a eficiência energética representa para as relações UE-Rússia, tornando-se numa das suas áreas principais (Boute 2013, 1026), apesar dos interesses económicos da Parceria sobre a eficiência energética, contrários ao combate às alterações climáticas assumido no Diálogo (Gusev 2013, 1).

CAPÍTULO 4 - IMPULSOS E CONSTRANGIMENTOS NA RELAÇÃO

4.1. O Tratado da Carta de Energia

O Tratado da Carta da Energia foi adotado após a assinatura da Carta Europeia da Energia, a 17 de dezembro de 1991, cujas provisões estiveram na sua base. A Carta Europeia estipula os “princípios que devem nortear a cooperação energética internacional, com base num interesse comum em assegurar o fornecimento energético e o desenvolvimento económico sustentável” (IEC 2015a). Atualmente, reúne 66 países, assim como a UE e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM), e a sua assinatura é obrigatória para uma posterior adesão dos mesmos ao Tratado (IEC 2015a).

O Tratado foi assinado exatamente três anos após a Carta e entrou em vigor a 16 de abril de 1998, reunindo 54 signatários. Tem como objetivo “estabelece[r] um enquadramento legal por forma a promover a cooperação a longo prazo no domínio da energia, baseado em benefícios mútuos” (EECC 1994a, 11), mantendo a natureza multilateral da sua predecessora. Desta forma, procura garantir “a segurança energética através da operação de mercados de energia mais abertos e competitivos, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável e a soberania sobre os recursos energéticos” (IEC 2015b). O Tratado prevê disposições sobre o comércio, a proteção e a promoção de investimento, a soberania dos recursos, a proteção ambiental, a transparência na aplicação das normas, a tributação e a resolução de disputas (EECC 1994a). A sua estrutura organizacional compreende a Conferência da Carta, que reúne regularmente todos os signatários para decidirem quanto à gestão do Tratado da Carta da Energia, e o Secretariado, que faculta apoio administrativo à Conferência (EECC 1994a, 66-70).

No mesmo dia, a 16 de abril de 1998, entrou em vigor o Protocolo da Carta de Energia sobre a Eficiência Energética e os Aspectos Ambientais Relacionados, assinado em 1994, cujos objetivos procuram “a promoção de políticas de eficiência energética consistentes com o desenvolvimento sustentável”, “a criação das condições estruturais” para o uso eficiente da energia e “o fomento da cooperação” internacional neste domínio (EECC 1994b). Assim, o Protocolo obriga os signatários a “formular objetivos políticos claros para melhorar a eficiência energética e reduzir o ciclo do impacto ambiental negativo da energia”, oferecendo-lhes “um conjunto de boas práticas e um fórum no qual podem partilhar experiências e consultoria política” (IEC 2015c). A 25 de maio de 2015, o Tratado da Carta da Energia foi reforçado com a assinatura da Carta

Internacional da Energia, que procura responder aos desafios mundiais da energia na atualidade, como “o peso crescente dos países em desenvolvimento para a segurança energética global” e a “diversificação das fontes e rotas de energia” (IEC 2016).

Apesar do compromisso em torno do Tratado da Carta da Energia ser “impressionante”, este acabou por ser um instrumento “ineficaz” para a UE, por não ter sido ratificado pela Rússia e, assim, não estar legalmente vinculada às suas obrigações (Bozhilova e Hashimoto 2010, 634). Quinze anos após a sua assinatura, a Rússia declarou que não ratificaria o Tratado, nem o seu Protocolo, a 20 de agosto de 2009, ficando apenas obrigada à aplicação de algumas disposições provisórias até 18 de outubro do mesmo ano (IEC 2015d). Esta desistência da Rússia esteve em linha com a sua forte rejeição do Tratado como referência para enquadrar as suas relações com a UE no domínio da energia (Nappert 2010, 10), apresentando, como alternativa, uma *Abordagem Conceitual para o Novo Quadro Jurídico para a Cooperação Energética*, a 21 de abril desse ano. O documento enumera vários objetivos e princípios que procuram contribuir para a criação de “um novo instrumento universal juridicamente vinculativo a nível internacional”, que abrangesse todos os países envolvidos no comércio energético e “todos os aspetos de cooperação energética global” (President of Russia 2009). A proposta incluía um anexo sobre disposições a constar num futuro acordo de trânsito, que garantisse o “transporte confiável e ininterrupto” de produtos e materiais energéticos (President of Russia 2009). No entanto, a ideia não foi considerada pela comunidade internacional.

A rejeição russa do Tratado da Carta da Energia prende-se com diversos fatores. Em primeiro lugar, a Rússia não deseja liberalizar o seu mercado interno de energia, de modo a permitir que empresas estrangeiras entrassem em livre concorrência e competição com as empresas nacionais, colocando em risco a posição privilegiada da Gazprom no mercado, cujos lucros asseguram uma contribuição significativa para o PIB (Bozhilova e Hashimoto 2010, 634). Em segundo lugar, o Tratado implicaria uma redução dos lucros das empresas, devido ao reforço no investimento para responder aos cuidados com a preservação do meio ambiente (Bozhilova e Hashimoto 2010, 635). Em terceiro lugar, as preocupações russas sobre o Protocolo não foram consideradas durante as negociações do mesmo, impelindo a Rússia a não considerar a sua ratificação no início da década passada, apesar da constante pressão política da UE em diversas ocasiões (Konoplyanik 2009, 277).

Por último, existem diferendos resultantes de diferentes interpretações sobre o Tratado da Carta da Energia e o Protocolo. Relativamente ao primeiro, a Rússia manifesta a sua preocupação quanto à “correlação dos níveis das taxas de transporte [para a exportação] e das taxas para o transporte doméstico” e “o mecanismo para o recálculo das taxas provisórias de transporte como taxas finais após a aplicação do processo de conciliação para a resolução de litígios”, previstos no artigo 7 (Konoplyanik 2009, 279). Sobre o segundo, são levantadas questões em relação à “definição das taxas de transporte”, à “aplicação do Protocolo dentro da UE” quanto ao trânsito pelo seu território como um todo, e “ao mecanismo apropriado para a resolução do chamado problema de ‘desfasamento contratual’”, entre “a duração e volume exportado nos contratos de fornecimento a longo prazo” e “a duração e volume dos acordos de trânsito fornecido ao expedidor pelo proprietário/operador do sistema de transporte dentro dos sistemas desagregados de energia” (Konoplyanik 2009, 280).

4.2. Alargamento da UE e da OTAN a leste

A 1 de maio de 2004, dez novos Estados-membros aderiram à UE, dentre eles sete que estiveram sob a influência soviética: Eslováquia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia e República Checa. Este alargamento a leste aproximou, geograficamente, o território da UE ao russo e alterou as relações de vizinhança com a Bielorrússia, a Moldávia e a Ucrânia, localizados entre ambas as fronteiras. De igual modo, esta aproximação poderia afetar as relações com a Rússia, pelo que deveriam ser repensadas. Ciente que tais implicações poderiam surgir, a Comissão Europeia propôs, em 2003, uma nova abordagem aos quatro estados, dando origem à Política Europeia de Vizinhança. No entanto, a Rússia declinou a sua participação por não se considerar um país na mesma categoria dos restantes três, devendo ter um papel similar ao da UE na sua influência em relação aos países vizinhos, segundo um conceito de vizinhança partilhada (Gretskiy, et al. 2014, 376; Light 2008, 14). Como resultado, a Rússia e a UE criaram os Espaços Comuns no ano seguinte (cf. subcapítulo 3.3).

Com o aproximar do alargamento, a Rússia manifestou, em janeiro de 2004, o seu desejo em não estender automaticamente o APC aos novos Estados-membros antes da data da sua adesão, contrariando as pretensões da UE. Esta alertou para o deterioramento das relações com a Rússia caso o APC não fosse aplicado de igual forma

a todos os Estados-membros, originando várias manifestações de desagrado da Rússia, por não ser considerado um país parceiro em posição igual à UE (Light 2008, 15). O consenso foi obtido no decorrer dos meses seguintes, possibilitando a assinatura do protocolo que estendeu as disposições do APC aos futuros dez Estados-membros, a 27 de abril (UE-Rússia 2004a).

A Rússia entende estes alargamentos como uma ameaça à sua integridade territorial e uma perda da sua influência sobre os seus vizinhos (Neuman 2010, 342; Guéneq 2008, 228). As mudanças geopolíticas no leste europeu transformaram o antigo espaço de influência da então União Soviética num espaço completamente integrado em organizações supranacionais ocidentais, nomeadamente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a UE, que prosseguem as suas políticas na região (Rumer 2007, 29-30). Estas mudanças têm contribuído para a definição da estratégia russa de intervenção nos estados em torno da sua periferia, que, segundo Moscovo, “não são estáveis ou fortes o suficiente para manterem políticas externas e de segurança independentes, [que sejam] adequadas para protegerem os interesses securitários da Rússia” (Rumer 2007, 25), mas que, em última instância, desejam promover a influência russa no antigo espaço soviético.

Esta posição tem levado os países intervencionados ou que têm sofrido alguma pressão diplomática pela Rússia (nomeadamente os países do Cáucaso, a Moldávia e a Ucrânia) a equacionarem a sua integração na OTAN e a estreitar relações com o Ocidente. Somado a esse facto, a OTAN tem prosseguido avanços militares estratégicos, através da implementação crescente de mísseis norte-americanos na Europa (Rumer 2007, 26-27), ainda que a Rússia não represente uma ameaça militar ou nuclear para a OTAN em termos geopolíticos, considerando a superioridade e a despesa militar desta última em relação à primeira (Sarkisyan 2015, 47).

Tais eventos são desafiadores para a Rússia, quer para a sua estratégia energética, por forma a assegurar o controlo das condutas para os seus mercados de destino; quer para a sua política externa, cujo objetivo é recuperar a sua influência sobre a periferia e, desta forma, o prestígio do país na cena internacional (Rumer 2007, 25-26), para o qual os recursos energéticos concorrem como fonte de projeção de poder (Lough 2011). No entanto, a capacidade de influência da Rússia tende a ser cada vez mais limitada na sua vizinhança, a avaliar pela fraca adesão aos seus projetos de

integração regional, como a União Económica Eurasiática¹³ (Rumer 2007, 27). Ainda assim, a Rússia tem procurado transformar a OTAN numa “organização política e securitária”, perdendo os seus traços enquanto aliança militar, ou estabelecer “uma parceria ou cooperação alargada” com a mesma (Guénec 2008, 236). Para prosseguir com esse intento, a Rússia tem tentado “reduzir as missões da OTAN na luta contra o terrorismo”, habilitar a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa com poder de decisão sobre a segurança europeia ou criar uma alternativa russa aos Estados Unidos da América, que servisse os interesses da política europeia de defesa (Guénec 2008, 237-240).

Os alargamentos de 2004 e 2007 aumentaram a perceção europeia da necessidade de diversificar as suas importações energéticas, tendo em conta que a maior parte dos novos Estados-membros encontravam-se, e ainda se encontram, altamente dependentes dos hidrocarbonetos russos. Assim, o alargamento representou um constrangimento ao desenvolvimento das relações energéticas entre a UE e a Rússia, perante o sentimento de desconfiança e de receio quanto às intenções russas, marca indelével do passado recente destes países com a União Soviética. De acordo com Leonard e Popescu (2007), os recentes Estados-membros da Europa Central e de Leste apresentam diferentes abordagens em relação à Rússia: a Polónia e a Lituânia são os “Guerreiros da Guerra Fria”, por assumirem uma posição hostil; a Estónia, Letónia, República Checa e Roménia são tidos como “Pragmatistas Gélidos”, que procuram prosseguir os seus interesses económicos, mas não receiam abordar os aspetos que lhes desagradam sobre a Rússia; e a Bulgária, Eslováquia, Eslovénia e Hungria são os “Pragmatistas Amigáveis”, que colocam os interesses económicos acima dos políticos, facilitando, assim, a sua cooperação bilateral com a Rússia.

4.2.1. Disputas entre a Rússia e os Estados-membros da UE

Para a construção dessa perceção sobre a Rússia têm contribuído vários acontecimentos, cujas implicações dificultaram as relações bilaterais entre a UE e a Rússia. Em 2004, o corte no fornecimento de petróleo ameaçou as economias polaca e lituana, na sequência da disputa entre a Rússia e a Bielorrússia, tendo algumas

¹³ Esta União é uma organização internacional que promove a integração económica na região. Foi estabelecida em 2015, sucedendo à Comunidade Económica Eurasiática, criada 15 anos antes. É composta por cinco países: Arménia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguizistão e Rússia (EEU 2016).

repercussões. A disputa em relação aos preços impeliu a Rússia a suspender o fornecimento de petróleo à Bielorrússia no dia 1 de janeiro, mantendo o fluxo necessário para o resto da Europa. No entanto, perante os desvios desse fluxo pela Bielorrússia, a Gazprom suspendeu todos os fluxos no dia 18 de fevereiro, até à celebração de um acordo, nesse mesmo dia, estipulando um preço de 46,68 dólares por 1000 m³ (Caldioli 2012, 9; Raff, 2004). No ano seguinte, a Rússia banuiu a carne importada da Polónia, por alegadamente usar documentos falsificados quanto às condições sanitárias, facto confirmado pela mesma, embora garantisse que a carne se encontrava própria para consumo. No decurso do banimento, a Polónia vetou as negociações sobre o novo APC, que deveriam ter início em novembro de 2006. A situação foi resolvida com o fim do banimento em dezembro, após várias fiscalizações e a mudança de governo na Polónia (Light 2008, 8).

Em julho de 2006, foi suspenso o fornecimento de petróleo à refinaria lituana de Mazeikiu Nafta pela Transneft, após uma falha técnica ocorrida no oleoduto Druzhba-1, que liga a refinaria ao oleoduto principal. O corte colocava em causa o fornecimento aos outros países bálticos, visto ser a única refinaria na região. Em fevereiro de 2007, a Transneft garantiu a reparação do oleoduto, tendo rejeitado a ajuda lituana para executar as reparações. No entanto, o Ministro russo da Energia, Viktor Khristenko, anunciou que era necessário reconstruir toda a estrutura e que o fornecimento seria garantido por transporte marítimo, através do terminal petrolífero em Butinge (Light 2008, 9). Este episódio originou duas reações de relevância: a ameaça da Lituânia em vetar as negociações do novo APC, juntamente com a Polónia, e a declaração do Comissário europeu para a Energia, Andris Piebalgs, em conjunto com vários deputados do Parlamento Europeu, “instando a Rússia para parar de usar o fornecimento de energia para propósitos políticos”, levando o país a ripostar que o incidente se devia a uma falha técnica (Light 2008, 9).

Em 2009, a Rússia criticou duramente a Comissão Europeia, após esta ter anunciado um plano de modernização das infraestruturas ucranianas, numa declaração conjunta de 23 de março (UE-Ucrânia 2009), sem a ter consultado. A Rússia, pela voz de Vladimir Putin, afirmou que o país tinha direito em participar no projeto, uma vez que exporta o seu gás para a UE através dessas infraestruturas (Boute 2013, 1029).

Mais recentemente, as investidas russas sobre a Ucrânia impeliram os Estados Bálticos a reforçar a presença das forças da OTAN nos seus territórios (Chakarova 2015, 29-30). As tensões entre estes e a Rússia agravaram-se devido a uma série de episódios, como “a difusão de uma campanha de informação e propaganda com reportagens parciais sobre os desenvolvimentos na Ucrânia”, “as [violações perpetradas pelas] incursões no espaço aéreo [dos três países], o bloqueio das passagens fronteiriças e um embargo sobre produtos alimentares pela Rússia”, desde finais de 2014 (Chakarova 2015, 28). Estes episódios funcionaram como retaliação às declarações da presidente lituana Dalia Grybauskaitė, que apelidou a Rússia como “estado terrorista” em dezembro de 2014, e aos constantes debates nos Estados Bálticos sobre as suas relações estratégicas com a Rússia, que resultaram na elaboração de novos projetos para reduzir a sua dependência em relação a esta, tais como a construção de novos terminais de gás natural liquefeito na região (Chakarova 2015, 28).

4.2.2. O papel da Ucrânia

A Ucrânia é o maior país da Europa, excluindo a parte europeia da Rússia, com 579.330 km². Localiza-se no leste europeu, confrontando a Moldávia, a Polónia e a Roménia a oeste, a Bielorrússia a norte, a Rússia a este e o Mar Negro a sul. A sua população é de 44.429.471 habitantes, dos quais 17,3% são russos (CIA 2016c). A Ucrânia reveste-se de grande importância para a UE e a Rússia pelas suas dimensões, pela sua potencialidade económica e pelo transporte de gás (cf. Apêndice C, p. 231). Sobre este ponto, a Ucrânia desempenha um papel fundamental no fornecimento de gás à Europa, servindo como país de trânsito para mais de 65% do gás russo com destino à UE (cf. Apêndice B, p. 225), transportados ao longo de mais de 38.550 km de gasodutos em território ucraniano (Ukrtransgaz s.d.). Nos últimos anos, a Ucrânia tem sido alvo das atenções da UE e da Rússia, devido às interrupções ao fornecimento de gás em 2006 e 2009 e a crise ucraniana gerada pela anexação da Crimeia e o conflito armado no leste do país, que têm influenciado as suas relações bilaterais.

4.2.2.1. Interrupção ao fornecimento de gás em janeiro de 2006

A interrupção ao fornecimento de gás russo à Ucrânia, nos primeiros dias de 2006, é o resultado da deterioração das relações bilaterais, após sucessivos episódios

constrangedores desde o início da década passada. A relação já se revelara problemática nos primeiros anos após o desmembramento da União Soviética, pela elevada dívida da Ucrânia à Rússia, em virtude do não-pagamento de gás importado a esta última. Esta situação impeliu a Rússia a reduzir o volume de gás fornecido e a Ucrânia a efetuar desvios ilegais do gás transportado pelos gasodutos no seu território, com destino a países europeus, para consumo próprio (Stern 2006, 34). Para resolver os problemas ligados à venda e transporte de gás, foi assinado um acordo em 1998 que estabelecia uma relação entre o gás vendido pela Rússia e as tarifas pagas por esta para transportar o seu gás através da Ucrânia, com destino à Europa (Stern 2006, 35).

Porém, o envolvimento do governo ucraniano em casos de corrupção na indústria do gás e a dívida pelo atraso no pagamento do gás russo, numa altura em que o preço do petróleo atingia mínimos históricos e a Gazprom teve uma quebra nos lucros, conduziram à deterioração das relações bilaterais. Com efeito, a gigante russa alegou, em dezembro de 1998, que parte do gás transportado pela Ucrânia era roubada por organizações locais, atingindo os 4 bcm em finais de 1999. Esta situação, somada à elevada dívida ucraniana de 2,8 biliões de dólares, foi retaliada pela Rússia com o corte temporário no fornecimento de petróleo e uma declaração da Gazprom em que, por cada metro cúbico de gás desviado, a Ucrânia pagaria 83 dólares à empresa (Stern 2006, 35-36).

Contudo, perante a persistência dos desvios de gás, a Gazprom propôs a construção de um gasoduto até à Bielorrússia, com um corredor norte para a Polónia e um sul com destino à Eslováquia, que permitiria à Rússia canalizar 25% do gás transportado à data pela Ucrânia. Esta ideia viria a resultar numa aproximação russo-ucraniana e na conversão do projeto num consórcio, que permitisse melhorar o transporte de gás pelos gasodutos ucranianos, através do estabelecimento de um acordo entre ambos os países e a Alemanha, num total de 17,5 biliões de dólares para obras na rede (Stern 2006, 36-37). O consórcio foi extinto em 2005, à medida que a Ucrânia se focou na construção do gasoduto interno Bogorodchany-Uzhgorod, que incrementaria o seu acesso ao gás da Ásia Central (Stern 2006, 40).

Em 2004, a Gazprom chegou a acordou com a Naftogaz para o pagamento da dívida de 1997-2000, no valor de 1,62 biliões de dólares, ao mesmo tempo que a Gazprom faria um adiantamento do pagamento das tarifas de transporte no valor de 1,25

bilhões, para o período de 2005-2009, conseguindo, desta forma, garantir a entrega do gás turcomano à Ucrânia e a passagem do gás russo com destino à Europa. O transporte do gás do Turquemenistão era garantido pela *joint venture* RosUkrEnergó, desde agosto (Stern 2006, 37-39). No entanto, três importantes eventos minaram, novamente, a relação. O primeiro deveu-se ao corte no fornecimento de gás pelo Turquemenistão, no final de 2004, após ter anunciado um aumento no preço de 42 para 60 dólares por metro cúbico de gás. Este corte resultou na negociação do preço a pagar pelo gás turcomano: a Rússia pagaria 44 dólares/metro cúbico (mcm) e a Ucrânia, 58 dólares/mcm. O segundo ocorreu em maio, quando a Gazprom anunciou que 7,8 bcm do seu gás armazenado na Ucrânia tinham desaparecido e não foram entregues à empresa, apesar dos seus sucessivos pedidos. A Gazprom chegou a acordo com a Ucrânia para que pagasse o gás em falta em duas fases, através da subtração do volume correspondente pela Gazprom e a RosUkrEnergó. O terceiro, e talvez mais importante, foi despoletado pela sugestão do governo ucraniano em pagar o gás russo segundo o “preço europeu”, intenção que foi seguida de uma decisão da Duma russa em praticar esse preço com todas as ex-repúblicas soviéticas (Stern 2006, 39-41).

Apesar da investigação criminal à Eural Trans Gas e à RosUkrEnergó, conduzida pelas autoridades ucranianas, as negociações sobre o preço do gás prosseguiram, com a Gazprom a exigir o pagamento de 160 a 230 dólares/mcm, enquanto a Ucrânia, apesar de disponível para pagar o preço do mercado europeu, apenas poderia pagar um máximo de 80 dólares/mcm em 2006. Perante este impasse, a Gazprom sugeriu à Ucrânia um novo empréstimo ou a suspensão do aumento do preço durante os primeiros meses de 2006, embora ambas as sugestões tenham sido rejeitadas. Assim, a 1 de janeiro de 2006, a Gazprom interrompeu o fornecimento de gás à Ucrânia, afetando vários Estados-membros da UE, embora nenhum deles tenha necessitado de interromper o fornecimento doméstico (Stern 2006, 42-44).

O fornecimento foi normalizado no dia 4 de janeiro, após a assinatura de um acordo de cinco anos entre a Gazprom e a Naftogaz, onde ficou estabelecido que: *a)* a RosUkrEnergó continuaria como empresa responsável pela entrega de gás à Ucrânia, *b)* a RosUkrEnergó e a Naftogaz formariam uma *joint venture* para a venda de gás russo no mercado ucraniano, e *c)* a Gazprom pagaria uma tarifa de 1,60 dólares/mcm por cada 100 km (Stern 2006, 45). Os preços do gás foram definidos em 2007, sem diferendos por ambas as partes, considerando que a Rússia se encontrava a resolver uma outra

disputa com a Bielorrússia, que viria a ser resolvida por via de um acordo. Este estabeleceu um período de transição de três anos para a adoção do novo preço e a venda de 50% da Beltransgaz, que gere o transporte de gás no país, à Gazprom, após esta concluir o pagamento pelas suas ações em 2010 (Pirani, Stern e Yafimava 2009, 10).

4.2.2.2. Interrupção ao fornecimento de gás em janeiro de 2009

Após a sua nomeação como primeira-ministra da Ucrânia no final de 2007, Yulia Tymoshenko encetou várias ações para reformular o setor, como retirar a empresa RosUkrEnergó da comercialização de gás, garantir a venda direta entre a Gazprom Export e a Naftogaz e dissolver a Ukgaz–Energó, pela sua ligação à RosUkrEnergó (Pirani, Stern e Yafimava 2009, 10-11). Estas alterações compeliram os presidentes russo e ucraniano a negociarem um novo acordo, a 12 de fevereiro de 2008, para que a RosUkrEnergó fosse substituída por uma empresa detida pela Gazprom e a Naftogaz, a Ukgaz–Energó fosse substituída pela Naftogaz e a Gazprom tivesse permissão para operar no mercado ucraniano no futuro. No entanto, as negociações foram marcadas por algumas hesitações, que originaram uma quebra no fluxo de gás pela Gazprom à Ucrânia, que receava, assim, não conseguir cumprir com o transporte dos volumes de gás acordados entre a Rússia e alguns Estados-membros da UE. O acordo acabou por ser firmado, onde a Gazprom garantiu um papel mais proeminente no mercado ucraniano com a constituição da Gazprom–Sbyt, que tinha permissão para vender até 7,5 bcm de gás por ano à indústria ucraniana (Pirani, Stern e Yafimava 2009, 12).

Estas novas premissas foram confirmadas e detalhadas em dois momentos, em outubro de 2008. Primeiro, a assinatura de um memorando por Putin e Timoshenko, que definiu um período de transição para o “preço europeu” de três anos e a Naftogaz como a única empresa importadora de gás na Ucrânia, que compraria o gás diretamente à Gazprom a partir de 2009. Segundo, a assinatura de um acordo entre a Gazprom e a Naftogaz, em que a Naftogaz pagaria à Gazprom o valor em dívida à antiga RosUkrEnergó e asseguraria o transporte de 120 bcm por ano (Pirani, Stern e Yafimava 2009, 13-14).

Nos dois meses seguintes, as disputas entre a Naftogaz e a Gazprom impediram a celebração de um acordo sobre os preços para 2009. A empresa ucraniana não possuía a liquidez suficiente para pagar uma dívida acumulada de 2,195 biliões de dólares à

Gazprom, efetuando um pagamento de 800 milhões em dezembro e declarando que não efetuará mais nenhum pagamento até ao final do ano. Após a rejeição da proposta da Gazprom em adiantar o pagamento das taxas de trânsito, no valor de \$1,70/mcm/100km, à Naftogaz, a empresa russa afirmou não encontrar as condições necessárias para firmar um contrato para 2009. No entanto, a Naftogaz tinha acesso a um montante que lhe permitia o pagamento da dívida na totalidade, em virtude da emenda ao orçamento de Estado a favor da empresa, de 2 bilhões de dólares (Pirani, Stern e Yafimava 2009, 16). Assim, a Naftogaz pagou o remanescente da dívida a 30 de dezembro à Gazprom, que declarou não ser suficiente para cobrir o pagamento de penalidades entretanto surgidas, no valor de 614 milhões de dólares. Esta situação originou um novo impasse, com a Naftogaz a declarar que não existia mais nenhum montante em dívida e a ameaçar não reconhecer a propriedade do gás russo transportado pela Ucrânia com destino à Europa e, assim, desviá-lo para satisfazer as necessidades do seu mercado interno e as operações técnicas das estações compressoras, no caso de nenhum acordo ser estabelecido para 2009 (Pirani, Stern e Yafimava 2009, 17).

A 1 de janeiro de 2009, a Gazprom interrompeu o fornecimento de gás à Ucrânia, mantendo, no entanto, o fluxo de gás necessário para a Europa, por forma a cumprir com os contratos estabelecidos com os países europeus. Quatro dias depois, a Gazprom alegou que a Naftogaz teria desviado, ilegalmente, parte desse fluxo nos primeiros dias do ano, num total de 65,3 mcm. A Naftogaz informou que foram usados 52,2 mcm de gás russo com destino à Europa para fins técnicos, uma vez que as estações compressoras necessitavam de 23 mcm diários de gás combustível para operarem corretamente. Enquanto ambos os lados trocavam acusações, o fornecimento à Europa foi seriamente afetado por uma redução abrupta do fluxo de gás, no dia 6, culminando no corte absoluto no dia seguinte, que principiou uma situação grave nos países do sudeste europeu (Pirani, Stern e Yafimava 2009, 19-22).

Perante esta situação, a UE, que acompanhava, passivamente, os desenvolvimentos desta disputa desde o final do ano anterior (Pirani, Stern e Yafimava 2009, 16), iniciou uma campanha de monitorização da rede ucraniana no dia 11, enquanto a Naftogaz decidiu reverter o fluxo dos seus gasodutos para abastecer as zonas sul e oriental do país com o gás armazenado nas regiões a oeste. Devido a essa alteração, a Naftogaz recusou a oferta russa de 12 de janeiro para reiniciar o fornecimento de gás ao sudeste europeu através de um dos gasodutos que atravessa a

Ucrânia, reclamando que o fornecimento devia ser restabelecido em toda a rede. Esta atitude levou a Gazprom a considerar que a Ucrânia estava a bloquear deliberadamente o fornecimento de gás à Europa (Pirani, Stern e Yafimava 2009, 22-24).

Somente no dia 19, ambas as partes chegaram a acordo e assinaram dois contratos para o fornecimento e o transporte de gás para um período de dez anos. O contrato de fornecimento estabeleceu as seguintes disposições: a Gazprom fornecerá 40 bcm em 2009 e 52 bcm anuais a partir de 2010; o preço do gás corresponderá a 80% do “preço europeu” em 2009 e a 100% do mesmo nos anos seguintes; o desvio e o pagamento de gás terão regras mais restritivas, obrigando-se a Naftogaz a efetuar o pagamento à Gazprom até ao sétimo dia do mês seguinte a que respeita o fornecimento; e a Gazprom terá uma quota maior no mercado interno ucraniano, ao vender 25% do gás exportado (Pirani, Stern e Yafimava 2009, 26-27).

No que diz respeito ao transporte, o acordo definiu as seguintes provisões: os volumes transportados com destino à Europa serão superiores a 110 bcm por ano; a Gazprom adiantará o pagamento de 1,7 biliões de dólares em taxas de trânsito; e a taxa de trânsito será de 1,7 dólares/mcm/100km em 2009, 2,04 dólares em 2010 (mais 0,6 caso atinja os 250 mcm/dia) e, a partir de 2011, 1,02 dólares mais 50% da taxa do ano anterior, indexada à inflação da UE (Pirani, Stern e Yafimava 2009, 27-28). A assinatura destes contratos possibilitou o restabelecimento progressivo do fluxo de gás para a Europa no dia seguinte, tendo sido completamente normalizado a 22 de janeiro (Pirani, Stern e Yafimava 2009, 25).

4.2.2.3. A anexação da Crimeia pela Rússia em 2014

A anexação da região ucraniana da Crimeia (cf. Apêndice A, p. 182) pela Rússia foi uma das alterações geopolíticas mais importantes no leste europeu desde o fim da União Soviética e a integração de vários países europeus, outrora sob a influência soviética, na UE e na OTAN. O evento tem as suas raízes nas várias manifestações pró-russas no território ocorridas nos anos anteriores, impulsionadas pela maioria da população russa residente. A 27 de fevereiro de 2014, os edifícios governamentais da Crimeia foram cercados, obrigando o parlamento regional a reunir de emergência para depor o governo regional e substituir o chefe de governo da Crimeia Anatolii Mohyliov por Sergey Aksyonov, do partido Rússia Unida. Várias forças pró-russas iniciaram o

controle da região, auxiliadas pelo reforço das tropas russas no território em março, com o aval de Putin (Marxsen 2014, 369). A 18 de março de 2014, foi celebrado um tratado que oficializou a anexação da península ucraniana da Crimeia pela Rússia, após ter sido realizado um referendo no território dois dias antes, em que 96,7% votaram pela integração da Crimeia na Federação Russa (Somin 2014; BBC 2014b).

Estes acontecimentos intensificaram protestos pró-russos na zona leste da Ucrânia em março de 2014 (Ramicone, et al. 2014). A violência escalou nos meses seguintes, dando origem a uma guerra em Donbass entre o exército ucraniano e as milícias pró-russas, militarmente apoiadas pela Rússia. Vários ataques a edifícios públicos e o controle de algumas localidades possibilitaram às milícias ocupar as regiões de Luhansk e Donetsk, que se autoproclamaram repúblicas independentes após a realização de “referendos” populares (OSCE 2016). A Ucrânia recuperou algum do território alienado e propôs um plano de paz e um cessar-fogo em junho, que não foi respeitado e conduziu a Ucrânia a investir na região de Donbass para recuperar território. Os esforços ucranianos seriam gorados pelo apoio russo às milícias em julho e agosto, que recuperaram o controle sobre as regiões mencionadas e o território junto à fronteira com a Rússia (OSCE 2016). Um novo cessar-fogo foi acordado a 5 de setembro, no segundo Protocolo de Minsk, que diminuiu substancialmente o conflito até finais de 2014. O conflito tem-se intensificado até ao presente, resultando em avanços e recuos sobre o território disputado (OSCE 2016).

A maioria da comunidade internacional condenou expressamente a Rússia pelo seu papel no desenrolar da situação e pela anexação da Crimeia, não reconhecendo a legitimidade dos atos e defendendo a integridade do território ucraniano (ONU 2014a-d), uma vez que o referendo e a posterior anexação do território ucraniano violam o direito internacional e a Constituição da Ucrânia (Marxsen 2014, 380-389). Outras reações fizeram-se sentir: a Rússia foi suspensa do G8 e a 40.^a cimeira, planeada para ter lugar na cidade russa de Sochi, foi realizada em Bruxelas (McGregor e Fontanella-Khan 2014), após várias declarações dos restantes membros (denominados G7) em condenação aos atos perpetrados pelo país e em defesa da Ucrânia (G7 2014a-c). A OTAN expressou a sua preocupação perante as ações militares russas na Ucrânia (OTAN 2014), enquanto o Conselho da Europa retirou o poder de voto à delegação russa na sua assembleia (PACE 2014).

A UE manifestou a sua preocupação com os desenvolvimentos na Ucrânia desde o início de 2014, com os seus líderes a condenar o uso da violência e a defender a soberania e a integridade territorial da Ucrânia (EEAS 2014; CUE 2014a), solicitando à Rússia a saída das suas forças militares do território e a sua disponibilidade para um diálogo construtivo com vista à resolução da situação (Conselho Europeu 2014). Face aos acontecimentos, a UE não reconheceu o referendo e a consequente anexação da Crimeia por serem considerados ilegais (CUE 2014c), apoiando a Ucrânia com assistência macrofinanceira no valor de 1,8 biliões de euros, assistência humanitária e a redução ou eliminação de direitos aduaneiros (CE 2015a). Os Estados-membros têm encetado esforços para a resolução do conflito, destacando-se o papel da França e da Alemanha na negociação do II Protocolo de Minsk, em 2015 (Golanski 2016).

A segurança energética foi um dos principais focos de preocupação da UE com o advento da crise russo-ucraniana (Neft 2014). A UE procurou assegurar o transporte de gás para o seu território através da Ucrânia, promovendo encontros tripartidos com esta e a Rússia, onde expressou o seu desejo para que ambos os países negociem um acordo e um “preço de mercado justo e transparente” (CUE 2014f). Neste quadro, ocorreram duas reuniões tripartidas entre os responsáveis pela pasta da energia nos primeiros meses após a anexação da Crimeia. A primeira, a 30 de maio, focou-se na discussão da segurança energética e na confirmação do pagamento da Naftogaz pelo gás consumido pela Ucrânia nos meses de fevereiro e março, no valor de 786 milhões de dólares (CE 2014b). Numa nova reunião, a 2 de junho, acordou-se que a Gazprom e a Naftogaz continuariam com as conversações sobre o fornecimento de gás e que, durante as mesmas, não haveria lugar a “interrupções no fornecimento”, ao “pré-pagamento dos fornecimentos de gás” ou à “arbitragem” da Câmara de Comércio (CE 2014c).

Porém, as conversações trilaterais falharam perante o corte no fornecimento de gás à Ucrânia pela Gazprom em 15 de junho de 2014, devido a uma dívida de 3,1 biliões de dólares, embora o fluxo de gás para a UE continuasse a ser garantido (McFarquhar 2014). A 30 de outubro de 2014, a Ucrânia acordou com a Gazprom o pagamento da dívida até ao final do ano, assim como o pagamento do gás consumido até março de 2015, em duas tranches, num total de 743 milhões de dólares (BBC 2014d; UE-Rússia-Ucrânia 2014). Apesar das conversações trilaterais terem retomado a 20 de março de 2015 (CE 2015b), estas viriam a gorar a 25 de novembro desse ano, com um novo corte no fornecimento pela Gazprom por a Ucrânia não ter efetuado o pagamento

da futura entrega, coincidindo com a declaração do governo ucraniano de cancelar o fornecimento de gás russo ao seu país (BBC 2015). O retomar das conversações não tem data prevista (Interfax-Ukraine 2016).

O cancelamento do fornecimento de gás russo foi justificado pela possibilidade da Ucrânia obter gás mais barato (BBC 2016). Com efeito, a Ucrânia decidiu diversificar o seu fornecimento a 28 de abril de 2014, com a celebração de um acordo entre a Ukrtransgaz e a Eustream (Eslováquia) para o fornecimento de 3 bcm até ao final de 2014, através de um gasoduto que liga os dois países. Este valor pode alcançar os 17 bcm e representar uma contribuição significativa para o cabaz energético ucraniano (The Economist 2014). De igual modo, a Polónia e a Hungria contribuíram para essa diversificação, ao reverterem o fluxo dos gasodutos com ligação à Ucrânia para possibilitar o fornecimento de gás a esta (EIA 2015). Estas iniciativas são apoiadas pela UE, que expressou a sua intenção em garantir a segurança energética da Ucrânia, através de uma maior interconexão com a UE, o incremento da eficiência energética e a reforma do setor energético (Conselho Europeu 2014; CUE 2014c).

Apesar dos esforços para a cooperação com a Rússia, a UE decidiu impor-lhe sanções, após a solicitação de uma “resposta firme” pelos eurodeputados perante a crise ucraniana (Parlamento Europeu 2014). A aplicação de sanções teve início a 17 de março de 2014, com a proibição de viajar e o congelamento de ativos financeiros dentro da UE aplicados a 21 pessoas, sucessivamente alargados a outras pessoas e entidades, que tenham contribuído ou beneficiado diretamente da anexação da Crimeia e/ou dos conflitos no leste ucraniano (CUE 2014d-h). Em 23 de junho, a UE proibiu a importação de bens originários da Crimeia e de Sevastopol (CUE 2014i). Em julho, adotou restrições no investimento e comércio com a Crimeia e Sevastopol, proibiu os movimentos financeiros com a Rússia, impediu a exportação de tecnologia e outros materiais para fins militares, impôs um embargo ao comércio de armas e restringiu a exportação de equipamento e tecnologia para a energia (CUE 2014j-k).

Posteriormente, as sanções económicas passaram a incluir “serviços necessários para a produção e exploração petrolífera em águas profundas” (CUE 2014b). Todas estas sanções foram reforçadas e sucessivamente estendidas em diversos momentos até ao presente (CUE 2016a-d). Outros países, como a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos da América, aplicaram sanções à Rússia, principalmente nos setores financeiro,

energético e de defesa e na importação de bens alimentares (Government of Canada 2016; OFAC 2016; DFAT Australia 2016).

Porém, a eficácia da implementação das sanções tem sido questionada. Esta depende do impacto económico gerado, das perceções sobre os riscos e as expectativas criadas, da qualidade do regime vigente no alvo, da manutenção de um compromisso multilateral forte e dos instrumentos utilizados (Biersteker e Bergeijk 2015, 19-27). As sanções não têm tido um impacto significativo, devido às restrições na produção de hidrocarbonetos visar maioritariamente projetos futuros, não tendo grande efeito retroativo, considerando que a aplicação de sanções à exportação de hidrocarbonetos para a UE seria altamente prejudicial para a sua economia (Tsakiris 2015, 209-211). Para além disso, o aumento da produção agrícola e do comércio de géneros alimentícios de outros mercados alternativos, e a reduzida importação de armas pela Rússia aos países ocidentais, que não impediu um crescimento na produção industrial neste setor, têm impedido a eficácia das sanções nesses setores (Connolly 2015a).

As sanções têm contribuído ligeiramente para dificultar o crescimento económico russo, embora este esteja mais dependente dos constrangimentos estruturais e das flutuações do preço do petróleo (Connolly 2015a, 30-31), podendo originar uma revisão na política económica e aumentar a coesão nacional, à medida que as sanções se mantenham por um longo período (Connolly 2015a, 37). Até ao presente, as sanções não conduziram a qualquer alteração do *status quo*, embora tenham “acalmado o comportamento da Rússia na Ucrânia e reduzido, de certo modo, as opções políticas do Kremlin” (Secieru 2015, 39).

4.2.2.4. Abordagens

A anexação da Crimeia e o conflito no leste ucraniano são, assim, os mais recentes eventos que marcaram o fim da política externa russa “orientada para a Europa” no pós-Guerra Fria, iniciado com a guerra na Geórgia em 2008, advogando-se que, paulatinamente, a Rússia tenha “começado a recriar a sua própria zona geopolítica livre da influência da UE” (Sarkisyan 2015, 45-46). As características da Ucrânia destacam-na no espaço de influência partilhado entre a UE e a Rússia, em relação às outras ex-repúblicas soviéticas no leste europeu, a Bielorrússia e a Moldávia. Porém, ao contrário destas, a inclinação da Ucrânia quanto à sua política externa encontra-se

indefinida, variando consoante a vontade política e as circunstâncias, e tornando-a num território “maleável” para a disputa da sua influência (Smith 2015, 528).

A UE e a Rússia têm competido pela influência sobre a Ucrânia, através da promoção de estratégias e políticas regionais, num “ambiente competitivo [e] geopolítico por haver uma crua distribuição de poder bipolar”, onde a Rússia tem “recuperado proeminência internacional com a sua massiva influência regional ao longo da última década” (Smith 2015, 527). Com efeito, a Rússia “tem desafiado os padrões da cooperação regional”, procurando a “reorganização do antigo espaço soviético” através do “autoisolamento e de ações unilaterais” (Dolghi 2014, 13), argumentando-se que esses tenham servido para responder à crescente influência europeia e norte-americana e para mascarar fragilidades identitárias (Kazharski e Makarychev 2015).

Contudo, Lavrov (2013), Ministro russo dos Negócios Estrangeiros, afirma que a Rússia “não tem intenção [...] de restaurar o Império Russo ou a União Soviética em qualquer forma ou feitio”, uma vez que tal empresa “seria tola e impossível”. A UE também alterou o seu discurso, assumindo que as suas estratégias para o leste são “uma extensão do Mercado Único em vez de um exercício de política de poder destinado para controlar ou reduzir a influência da Rússia”, esforçando-se por incluir o país nas suas estratégias para o leste, ainda que informalmente (Bechev 2015, 340-341).

A abordagem da UE foca-se na promoção da democracia na Ucrânia, enquadrada nas suas duas estratégias para a vizinhança a leste: a Política Europeia de Vizinhança e a Parceria Oriental. A Parceria Oriental foi estabelecida em maio de 2009 (CUE 2009) e reúne as ex-repúblicas soviéticas do leste europeu e do Cáucaso e a UE, tendo por objetivos a disseminação de valores fundamentais e o apoio para reformas económicas (EEAS 2016a; Bovt 2009). A Política de Vizinhança, por seu turno, engloba um espetro mais alargado, compreendendo os países mencionados, juntamente com os países candidatos à UE e a região do Mediterrâneo. É um instrumento da política externa desenvolvido pela UE, com o objetivo de “atingir a associação política mais estreita possível e o maior grau possível de integração económica”, alicerçado na partilha de “interesses comuns” (EEAS 2016b). Ambas as estratégias incluem a Ucrânia, procurando reformar o país pela adoção dos valores defendidos pela UE e melhorar o seu processo democrático, de forma a criar as condições necessárias para uma futura adesão à UE, caso manifeste esse intento (Smith 2015, 530).

Essa premissa encontrava-se inscrita no Programa de Associação (CE 2009), que se traduzia numa série de ações que priorizava a “melhoria democrática ao nível institucional” (Smith 2015, 531) e possibilitaria a adoção do Acordo de Associação UE-Ucrânia. O início das negociações sobre o texto do novo Acordo ocorreu em 30 de março de 2012, tendo em vista o estreitamento dos laços políticos e económicos, para os quais contribuiria o estabelecimento da nova Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundada entre ambas, prevista como parte do Acordo (EEAS 2012). O Acordo foi assinado a 21 de março de 2014¹⁴, quando o país assistia à escalada do conflito após a revolução de fevereiro de 2014, que depôs o presidente Viktor Yanukovich perante a sua recusa em assinar o Acordo e o enfraquecer do estreitamento das relações com a UE até então (BBC 2014a). O Acordo de Associação entrou provisoriamente em vigor a 1 de novembro de 2014 e a Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundada a 1 de janeiro de 2016 (CE 2014a).

A abordagem russa sobre a Ucrânia segue os padrões de uma política externa assertiva e agressiva em relação à sua vizinhança, em resposta aos seus receios advindos do alargamento da UE e da OTAN no leste europeu (Smith 2015, 533; Gros 2015). A Rússia sente-se “ressentida pelo que considera serem tentativas das nações ocidentais em desafiar a ligação cultural ou tentar converter a Ucrânia no seu próprio sistema de valores”, contrários aos da Rússia, que é mais propensa a desenvolver uma política externa “nacionalista e assertiva” quando estes são desafiados (Tsygankov 2014, 2). Porém, a Rússia “perdeu uma ferramenta política de influência” com a anexação da Crimeia, aproximando a Ucrânia do ocidente (Marten 2015, 190).

A Ucrânia é interpretada como “o último pilar da estabilidade e poder da Rússia que não deve ser enfraquecido se a Rússia quiser sobreviver e preservar a sua soberania, independência e cultura política autêntica”, posto que a Ucrânia transporta a maior parte do gás exportado pela Rússia (Tsygankov 2014, 2). Para contrabalançar as estratégias da UE e enfrentar a vulnerabilidade no seu antigo espaço de influência, a Rússia empenhou-se em oferecer um modelo alternativo com a sua ideia de “democracia soberana”, em que cada estado manteria as suas características durante o processo de

¹⁴ O Preâmbulo, Artigo 1 e Títulos I, II e VII do Acordo foram assinados nessa data (UE 2016a), enquanto que os Títulos III, IV, V e VI, os Anexos e os Protocolos foram assinados a 27 de junho de 2014 (UE 2016b). Os Países Baixos ainda não ratificaram o documento como os restantes Estados-membros, em virtude da maioria da população ter votado contra o Acordo de Associação, no referendo de 6 de abril de 2016 (BBC 2016).

democratização, apesar da sua estratégia não se ter consubstanciado em nenhuma política nesse sentido e ter apresentado traços reacionários nas relações externas com os países da sua vizinhança (Smith 2015, 533).

Essas alternativas traduziram-se no desejo russo em integrar a Ucrânia nos seus projetos de integração regional, convidando-a a formar um Espaço Económico Único com outros países da Comunidade dos Estados Independentes e a integrar a então Comunidade Económica Eurasiática¹⁵. No entanto, os problemas estruturais e económicos da Rússia não oferecem a resiliência suficiente ao projeto integracionista, podendo revelar-se desvantajoso para a Ucrânia. Adicionalmente, as estratégias russas têm sido “massivamente minadas pelo seu desempenho histórico”, que tem “desacreditado a atratividade dos seus incentivos” e conduzido o país a “táticas indiscutivelmente desesperadas e sem resultados” na sua política externa (Smith 2015, 534), como a guerra com a Geórgia em 2008, o bloqueio do Acordo de Associação UE-Arménia e a pressão política e económica sobre a Moldávia e a Ucrânia (Sarkisyan 2015, 47). Marten (2015, 193) defende que as políticas russas são cada vez mais evasivas e definidas informalmente por um sistema clientelista de “desconhecidos”, tornando “imprevisíveis os [futuros] avanços” da Rússia.

Perante o fracasso das suas estratégias em incluir a Ucrânia, a Rússia tem promovido uma guerra híbrida no território ucraniano, transformando-o numa zona-tampão. A estratégia da Rússia não lhe permite gerir o escalar do conflito e baseia-se numa pretensa legalidade dos seus atos para justificar o fornecimento de apoio logístico às milícias e o desenvolvimento de exercícios militares, ao mesmo tempo que recorre à comunicação social para exercer a sua diplomacia pública (Rynning 2015, 544). A Rússia poderá prejudicar o desenvolvimento económico ucraniano ao continuar a aumentar o preço das importações sobre os produtos energéticos (Tsakiris 2015, 204). Por forma a aliviar a pressão russa sobre a sua economia, a Ucrânia deve incrementar a competitividade e a independência comercial no setor energético, tornando-o progressivamente mais livre, transparente e despolitizado, contribuindo para assegurar a segurança energética da Europa e a resolução de diferendos entre a Rússia e a UE em aspetos contratuais, como o preço e o investimento nas infraestruturas (Chyong 2014,

¹⁵ Em 2004, a Ucrânia ratificou um tratado para formar um Espaço Económico Único com a Rússia e o Cazaquistão (Krushelnycky 2004), embora o processo tenha sido interrompido com o advento da Revolução Laranja nesse ano. Em 2013, a Ucrânia tornou-se num dos membros observadores da então Comunidade Económica Euroasiática e da sua União Aduaneira Eurasiática (Auyezov 2013).

9). A UE pode apoiar a Ucrânia na reforma do setor do gás, “através de uma reestruturação apropriada, da desregulação e da liberalização” (Chyong 2014, 9).

4.3. Projetos de diversificação das rotas de fornecimento

Os recentes eventos com as interrupções ao fornecimento de gás à Ucrânia têm demonstrado uma “aparente manipulação das assimetrias da interdependência” pela Rússia, sem esquecer que a Ucrânia também exerce um “papel intermediário” neste processo (Kirchner e Berk 2010, 863). Esta percepção é reforçada pelo facto de a Gazprom possuir um monopólio sobre o gás russo ao longo de toda a cadeia de produção, considerando que a empresa detém a quase totalidade das reservas russas (Kirchner e Berk 2010, 863).

Consciente da importância crescente do gás natural enquanto “o tipo de energia politicamente mais proeminente” e da posição da UE como ator central na discussão sobre matérias energéticas, a Comissão lançou o *Livro Verde – Estratégia europeia para uma energia sustentável, competitiva e segura* em 2006, que pretendia promover a diversificação e a liberalização do mercado de energia, por conta da procura de países fornecedores alternativos à Rússia e do condicionamento da posição da Gazprom no mercado europeu (Baev 2012, 180). Os novos projetos de diversificação da UE têm como finalidade garantir a segurança energética, do ponto de vista do aprovisionamento, tal como os da Rússia procuram assegurar a segurança na procura. Ainda assim, há quem defenda que a Rússia percebe os projetos da UE como “politicamente motivados, anti-russos e não baseados em questões puramente económicas” (Feklyunina 2008, 139, cit. por Kirchner e Berk 2010, 865).

Não obstante o fato da Rússia não ter ratificado o Tratado da Carta de Energia e este ser apontado como um fator que ameaça a segurança energética da UE, a Gazprom tem encetado esforços no sentido de diversificar as suas rotas de condutas em direção ao mercado europeu, como forma de evitar os países de trânsito tradicionais, como a Bielorrússia e a Ucrânia (Bozhilova e Hashimoto 2010, 634). Do lado europeu, a estratégia de diversificação do fornecimento de gás, através da construção de novas condutas que evitam a passagem por território russo, tem sido sentida pela Rússia como prejudicial para a sua economia, a sua influência nos países vizinhos e a sua posição em relação à UE (Rumer 2007, 31-32). Esta estratégia encontra-se em linha com a

preferência dos eurodeputados em desenvolver infraestruturas que permitam uma maior cooperação com a sua vizinhança (Ucrânia, Médio Oriente, Cáucaso e Mediterrâneo) e possibilitem a diversificação dos seus fornecedores (Resolução P8_TA(2015)0011).

Os projetos de diversificação de rotas para a UE sob iniciativa russa procuraram evitar os países de trânsito, como a Ucrânia (cf. Apêndice C, p. 230). O *South Stream* foi anunciado em 2007 e permitiria transportar o gás russo através do Mar Negro até à Bulgária, dividindo-se em diferentes ramais até Itália e Áustria. Apesar do compromisso e da construção de parte do gasoduto em 2012 (Gazprom 2012), o projeto não cumpria os requisitos antimonopolistas da legislação europeia, motivando o seu cancelamento após o eclodir da crise ucraniana em 2014 e as sanções da UE (Resolução P7_TA(2014)0457; BBC 2014c). Putin anunciou um projeto alternativo a 1 de dezembro de 2014, denominado *TurkStream*, que atravessará o Mar Negro com destino à Turquia e à Grécia (Gazprom Export 2015), encontrando-se atualmente em negociações (Geropoulos 2016).

O *South Stream* rivalizava com o *Nabucco*, cujas preparações iniciaram-se em 2002 (Nabucco 2009, 3). O gasoduto iniciaria em Erzurum, na Turquia, e atravessaria os Balcãs até à Áustria, tendo capacidade para receber gás das regiões do Mar Cáspio e do Médio Oriente (Nabucco 2009, 2). A UE apoiou o projeto, considerando-o como estratégico (Decisão 1364/2006/CE) e prioritário para a sua segurança energética (Resolução P7_TA(2009)0021). No entanto, o consórcio Shah Deniz¹⁶ abandonou o projeto, preferindo o Gasoduto Trans-Adriático, que atravessará a Grécia e a Albânia até à Itália e englobará a parcela greco-turca do Interconector Turquia-Grécia-Itália, inaugurada em 2007 (TAP 2013; Gas&Oil 2007). O gasoduto encontra-se em construção desde 2015 e fará ligação com o Gasoduto Trans-Anatoliano, na fronteira greco-turca, igualmente em construção desde 2015 (TAP 2016; Gorst 2015). Este atravessará a Turquia, estabelecendo a ligação entre o Gasoduto Trans-Adriático e o Gasoduto do Sul do Cáucaso, que tem início em Shah Deniz, no Azerbaijão, e termina na cidade turca de Posof (cf. Apêndice C, p. 232). Os três últimos gasodutos mencionados integram a iniciativa Corredor Meridional de Gás, promovida pela UE

¹⁶ O consórcio é o responsável pela exploração da jazida de gás azerbaijanesa com o mesmo nome, localizada no Mar Cáspio, que fornecerá a Turquia e a Geórgia em 2018 e a Europa em 2019 (BP 2016a). Compreende sete empresas e é liderado pela BP, com 28,8% (BP 2016b).

com vista a garantir a sua segurança energética a longo prazo, através do fornecimento de gás proveniente do Mar Cáspio e do Médio Oriente (COM(2008) 781 final).

Outros projetos de diversificação nos últimos anos incluíram o Interconector Azerbaijão-Geórgia-Roménia, o Oleoduto Pan-europeu e o *White Stream* (cf. Apêndice C, p. 233). O primeiro, em discussão desde 2010, será composto por um gasoduto entre o Mar Cáspio e a costa georgiana, de onde partirão tanques com gás natural liquefeito até ao porto romeno de Constança, no Mar Negro (Trend 2010; Radut 2015). O segundo projeto foi estabelecido em 2007, apesar de não existirem desenvolvimentos desde 2009, e compreendia a construção de um oleoduto entre Constança (Roménia) e Trieste (Itália), após atravessar a Sérvia e a Croácia (eKathimerini 2007; Reuters 2009). Por último, o gasoduto *White Stream* forneceria gás azerbaijanês à Europa a partir de uma ligação ao Gasoduto do Sul do Cáucaso na Geórgia, percorrendo o Mar Negro até Constança, embora, inicialmente, o trajeto considerasse uma passagem pela península da Crimeia, na Ucrânia (White Stream 2016a; Socor 2006). O projeto era uma iniciativa da Ucrânia e foi apresentado em 2007, prevendo-se a sua construção para em 2019 (White Stream 2016b; Trend 2008). O *White Stream* foi considerado como prioritário e classificado como Projeto de Interesse Comum pela UE (Decisão C(2008) 1969 final), embora já não se encontre listado como tal (Regulamento Delegado (UE) 2016/89).

4.4. Riscos e diferenças sobre aspetos contratuais e regulamentares

As principais diferenças residem nos valores defendidos pelas partes. A UE pretende garantir a segurança do aprovisionamento, através do acesso aos recursos nos países produtores e na concretização de um mercado único de gás, completamente liberalizado e competitivo, fazendo uso de instrumentos legais e regulatórios, como a prevalência do Estado de Direito, a integração do seu acervo comunitário pelos países parceiros (como a Carta da Energia), o estabelecimento de acordos bilaterais e a regulação do investimento de países terceiros. Por seu turno, a Rússia almeja assegurar a segurança da procura, através da integração vertical no segmento *downstream* do mercado europeu e na continuidade dos contratos *take or pay*. Os seus instrumentos de governação consistem no controlo do Estado sobre os recursos energéticos e as empresas do setor, na monopolização da exportação, na troca de ativos e na manutenção das relações bilaterais (Boussena e Locatelli 2013, 184). Os constrangimentos prendem-

se com o investimento, os preços contratualizados, a regulação de preços e a liberalização dos mercados, o acesso não-discriminatório à rede por terceiros, o *unbundling*, a política ambiental, a burocracia, os países de trânsito e a fiabilidade. A resolução e o devido enquadramento destes constrangimentos permitirão a concretização de uma eficaz cooperação no futuro.

a) *Investimento*. O primeiro constrangimento prende-se com a possibilidade do investimento russo verificar-se insuficiente, receando-se que não tenha a capacidade necessária para cumprir com a exportação dos volumes contratados e a crescente procura pelos países europeus, contribuindo para isso a revisão em baixa da Gazprom quanto à produção (Boussena e Locatelli 2013, 183). Com efeito, a Rússia tem importado gás dos países do Mar Cáspio e da Ásia Central para responder às necessidades europeias (Baran 2007, 136-137). Para além disso, a falta de investimento agrava as dificuldades que a Rússia enfrenta com a ineficiência e a quebra na produtividade na indústria dos hidrocarbonetos, que poderá deteriorar o setor energético russo nos próximos anos. A indústria necessita de inovação tecnológica que impulse a produção e dinamize o setor, capacitando-a para responder aos desafios de uma economia global e competitiva (Brzezinski 2008, 109). Porém, face aos seus reduzidos recursos financeiros e estratégias ineficazes no plano económico, as empresas russas da indústria do petróleo e do gás natural tenderão a aumentar os custos ao consumidor para garantir o financiamento necessário para a sua existência, sem grande margem de manobra para a execução de projetos de grande envergadura, que poderiam, a longo prazo e aplicados na medida certa, produzir efeitos significativos para a sustentabilidade do setor energético do país (Baran 2007, 134-135). A falta de um planeamento eficaz e de financiamento a longo prazo num mercado cada vez mais exigente podem, em última instância, minar a relação bilateral (Genç 2009, 27).

Para além disso, a restrição da legislação russa sobre o investimento estrangeiro na exploração dos seus recursos e as incertezas quanto ao cumprimento dos acordos de produção partilhada em vigor não oferecem condições favoráveis às empresas europeias do setor energético para investirem nos países produtores e de trânsito, tal como pretendido pela UE para assegurar a segurança do aprovisionamento (Boussena e Locatelli 2013, 183). Com efeito, tem surgido nos últimos anos várias disputas entre a Rússia e os países de trânsito, nomeadamente a Bielorrússia e a Ucrânia, no que diz respeito às dívidas à Gazprom e ao preço do gás. Sobre este último ponto, a Rússia tem

procurado tabelar o preço do gás vendido a estes dois países, em linha com o sistema de preços acordados com os parceiros europeus, pondo termo aos preços subsidiados (Boussena e Locatelli 2013, 184).

b) Preços contratualizados. A Rússia receia as possíveis alterações dos contratos *take or pay*, por incompatibilidade com os princípios do mercado livre defendidos pela UE, que considera esses contratos como uma “barreira para a entrada de potenciais novos atores e para o desenvolvimento de liquidez de mercado suficiente” (Boussena e Locatelli 2013, 185). O principal aspeto em discussão está relacionado com a indexação dos preços, existindo dois sistemas em vigor na UE. O primeiro baseia-se na fórmula de indexação de preços utilizada nos contratos de longa duração, que acompanham as flutuações do preço do petróleo, enquanto que o segundo é baseado no preço à vista do gás natural e do gás natural liquefeito (*spot price*), cuja evolução sofreu penosamente com a saturação dos mercados. Uma das propostas de alteração consiste na utilização do preço à vista na fórmula usada nos contratos a longo prazo, apesar da relutância da Gazprom, que pretende que outros pontos sejam alvo de reformulação, como as obrigações de entrega (Boussena e Locatelli 2013, 186). As alterações dos preços deverão ter em consideração dois fatores. Primeiro, o preço do gás vendido na fronteira germano-austriaca, que funciona como referência para a avaliação de projetos de novas condutas na Europa pela Rússia. O preço praticado é um dos mais elevados do continente europeu, apresentando uma tendência progressiva de crescimento nos próximos anos (Hartley e Medlock III 2009, 80-82). Segundo, a emergência do gás natural liquefeito pode alterar este paradigma, ao oferecer uma alternativa mais barata às necessidades do mercado de gás mundial (Yergin 2011, 335-336). Este facto tem sido percecionado pelos cortes no preço do gás exportado pela Rússia com destino aos seus parceiros europeus (Poten&Partners 2016).

c) Regulação de preços e liberalização dos mercados. A regulação dos preços é um tema politicamente sensível. A UE pretende uma desregulação dos mesmos como condição fulcral para a liberalização dos seus mercados energéticos, embora a maior parte dos seus Estados-membros continue a manter o seu poder de regulação e as intervenções estatais sejam possíveis nos casos em que a proteção ao consumidor esteja em causa. A liberalização permite, assim, a atração de investimento num ambiente competitivo, sem a interferência do poder público, que, em última instância, pode prejudicar o mercado energético. A UE receia que a Gazprom utilize o preço do gás

como arma política, tendo inclusivamente conduzido uma investigação *anti-trust* contra a empresa sobre esta matéria em 2012 (CE 2012b), que a Rússia entendeu como uma manobra para limitar o investimento russo na Europa. Esta investigação veio no seguimento de várias inspeções sem aviso prévio (*dawn raids*) realizadas nos escritórios da empresa russa na Alemanha e na República Checa, assim como outras empresas na Europa relacionadas com a atividade da Gazprom, por suspeita de praticar uma política de preços que violava a legislação europeia (CE 2011; Riley 2012).

Em 2015, a Comissão Europeia divulgou as suas conclusões preliminares sobre a investigação, afirmando que a Gazprom prossegue uma “estratégia abusiva” que “compromete a concorrência nos mercados de fornecimento de gás de oito Estados-membros”, devido às “restrições territoriais nos seus contratos”, à “política desleal de preços” em cinco Estados-membros (Países Bálticos, Bulgária e Polónia) e à dependência na “assunção pelos grossistas de compromissos distintos relativamente às infraestruturas de transporte de gás” na Bulgária e Polónia (CE 2015c). A UE teme o possível poder de mercado da Rússia, através da compra de ações pela Gazprom a empresas europeias que operam no segmento *downstream*, que lhe poderá permitir influenciar o mercado europeu em termos de competitividade e aumento de preços (Boussena e Locatelli 2013, 184).

Embora esta situação acarrete riscos para os investidores de ambos os lados, os investidores europeus encontrarão maiores riscos em território russo, devido à interferência do Estado na manutenção de preços baixos no seu mercado doméstico, que apenas autoriza a formação de preços sob as condições de um mercado livre em determinadas circunstâncias (Boute 2015, 118-122). Desta forma, a Rússia continua a estabelecer uma diferença entre os preços praticados para o mercado doméstico e para o exportador. Os preços para o mercado interno russo são muito reduzidos em comparação com os praticados na UE, como forma de subsidiar os consumidores e evitar convulsões sociais no país. Esta dualidade de preços tenderá a ser mitigada, com a subida gradual do preço do gás oferecido aos consumidores, praticada pela Rússia nos últimos anos (Boussena e Locatelli 2013, 186).

d) Acesso não-discriminatório à rede por terceiros. O acesso não-discriminatório à rede por terceiros permite a igualdade de circunstâncias na participação das empresas de energia no mercado energético, contribuindo para o seu

funcionamento saudável, competitivo e atrativo ao investimento. Apesar de este princípio estar inscrito na legislação de ambas as partes, existem pontos de discórdia em relação à capacidade e ao acesso excecional sobre as novas infraestruturas. A UE encara este princípio como fundamental para a concretização do seu mercado interno de energia, cabendo aos Estados-membros garantir o cumprimento do acesso indiscriminado a todos os utilizadores das suas redes energéticas. A Rússia, por seu turno, garante o acesso não-discriminado aos monopólios naturais que efetuam serviços na rede. No entanto, este pode ser negado mediante determinados motivos, como o facto de os terceiros serem fornecedores independentes e não consumidores finais, impedindo-os de utilizar as condutas na rede para o cumprimento dos seus contratos e o exercício dos direitos do consumidor em escolher livremente o seu fornecedor, afetando a competitividade e a modernização do setor energético (Boute 2015, 125-130).

e) Unbundling. Outro ponto de discórdia prende-se com a “cláusula do país terceiro” ou “cláusula Gazprom”, que coloca em causa a estratégia da Gazprom em penetrar no segmento *downstream* do mercado europeu através da compra de ativos de empresas europeias que nele operem, limitando, assim, os seus investimentos na Europa. Esta cláusula encontra-se entre as normas do Terceiro Pacote de Energia da UE e determina que uma empresa produtora estrangeira não pode operar no sistema de transporte de gás ao mesmo tempo, num dado Estado-membro (cf. subcapítulo 2.2.4.1) (Boussena e Locatelli 2013, 186). Estamos, assim, perante a introdução do *unbundling*, que se caracteriza pela “separação dos segmentos competitivos da indústria energética (produção e fornecimento) dos segmentos regulados (atividades da rede)”, que permite “fazer face a potenciais conflitos de interesse que caracterizam as entidades verticalmente integradas”, de forma a prevenir “o risco de tratamento preferencial que os operadores da rede podem dar aos produtores e aos fornecedores que fazem parte do mesmo grupo” (Boute 2015, 131-132).

A UE acredita que a sua implementação garante o acesso não-discriminatório à rede por terceiros, novos investimentos na rede e a segurança no aprovisionamento energético. Os Estados-membros têm, desta forma, direito a intervir na gestão das redes, apesar de alguma relutância dos mesmos na sua aplicação, uns pelos “interesses económicos das empresas verticalmente integradas a operarem nos seus territórios”, outros por “o Estado controla[r] a rede de infraestruturas de energia e uma certa parte da capacidade de produção/fornecimento” (Boute 2015, 133). Por seu turno, a Rússia

mantem o setor do gás verticalmente integrado, com a Gazprom a operar atividades desde a produção ao fornecimento, ao contrário do setor elétrico. A aplicação destas normas recai no Serviço Federal Antimonopolista, apesar da sua flexibilidade na verificação do cumprimento da lei (Boute 2015, 134-136).

f) Política ambiental. A política europeia sobre a energia e as alterações climáticas pode gerar uma diminuição da procura de hidrocarbonetos pela UE, em virtude do aumento da sua eficiência energética e da utilização de fontes renováveis na produção energética, e colocar em causa os planos e perspectivas de investimento a longo prazo pelos países produtores. Porém, a diversidade dos cenários quanto ao futuro do consumo energético da UE, a par com a política europeia de diversificação das fontes de aprovisionamento, não oferecem certezas à Rússia (Boussena e Locatelli 2013, 185).

g) Burocracia. Outra dificuldade prende-se com o desconhecimento sobre a União Europeia por parte das estruturas governamentais e administrativas russas responsáveis pelas relações entre os dois parceiros. A descoordenação dos trabalhos desenvolvidos pelos organismos públicos russos sobre a cooperação com a UE e a falta de pessoal qualificado em matérias europeias não permitem uma compreensão alargada sobre a UE, nomeadamente no que se refere ao funcionamento, aos modelos de trabalho e à burocracia administrativa das suas instituições e organismos (Karaganov, et al. 2005, 8-9). Este desconhecimento sobre a realidade europeia influencia a assunção de visões distorcidas sobre a UE e sobre as relações bilaterais da Rússia com esta, contribuindo para um nível de cooperação mais pobre.

h) Países de trânsito. Os países de trânsito podem representar riscos para o transporte de gás entre a Rússia e a UE por diversos fatores, como os diferendos entre o país fornecedor, o percurso, as condições físicas e técnicas das condutas e a inexistência de rotas alternativas. Em primeiro lugar, os diferendos entre o país fornecedor e o país de trânsito podem dar origem a uma interrupção do fornecimento de gás ao segundo, que afetará o país destinatário, alheio a esses diferendos, colocando em causa o cumprimento dos contratos de fornecimento assinados entre o país fornecedor e o país consumidor, assim como a fiabilidade do primeiro na garantia da segurança energética do segundo. Esses diferendos podem ser de diversa ordem, como disputas em relação ao preço do gás vendido ao país de trânsito, às taxas de trânsito, a dívidas ao país fornecedor e a políticas energéticas. Em segundo lugar, o percurso das condutas pode

representar uma oportunidade para o país de trânsito influenciar o balanço de poder entre o fornecedor e o consumidor ou permitir a manutenção do *status quo* em relação aos mesmos. Na mesma linha, o percurso das condutas por determinados países de trânsito pode permitir ao país fornecedor exercer pressão política sobre os mesmos, quando estejam em causa disputas diplomáticas sobre matérias sensíveis, que não estão, necessariamente, relacionadas com questões energéticas (Le Coq e Paltseva 2012, 642).

Em terceiro lugar, os países de trânsito podem comprometer as condições físicas e técnicas das condutas que passam nos seus territórios devido à falta da manutenção necessária, quer pelos reduzidos recursos financeiros da empresa responsável pela sua gestão, quer pela ausência de condições favoráveis ao investimento direto estrangeiro no país. Para além disso, a variabilidade das condutas ao longo de uma rota, devido à diferença entre a capacidade dos vários segmentos da mesma, pode comprometer o fluxo de gás necessário para colmatar uma possível interrupção no fornecimento, caso se trate de uma rota alternativa. Por último, a inexistência de rotas alternativas entre o país fornecedor e consumidor pode acarretar sérios riscos para o aprovisionamento energético e o normal funcionamento da economia deste último, caso ocorra uma falha no transporte de gás pela rota principal (Le Coq e Paltseva 2012, 642).

i) Fiabilidade. A fiabilidade da Rússia como parceiro energético da UE foi colocada em causa por diversas vezes (Solana 2008), assim como o futuro das suas relações energéticas, através das diferentes perceções que vão distorcendo e construindo a imagem europeia sobre uma Rússia que ameaça usar a energia como arma (Landsbergis 2008). A construção de uma “arma energética” implica a satisfação cumulativa de quatro fases pelo Estado: “consolidação pública dos recursos”, “controlo do Estado sobre as rotas de transporte”, “implementação de ameaças, aumento dos preços e interrupções” no fornecimento e “consentimento e concessões no país alvo” (Stegen 2011, 6507). Embora a Rússia pareça ter satisfeito as primeiras duas fases e, parcialmente, a terceira fase, não existem provas concretas de que as interrupções do fornecimento de gás tenham tido algum objetivo político, corroborando com a afirmação de Putin de que a Rússia não é uma “superpotência energética” e apenas pretende exercer o “direito em exigir condições vantajosas para o comércio de energia” (Stent 2007, 50). Para além disso, a existir uma “arma energética”, a Rússia não tem conseguido criar um impacto político significativo através do uso dos seus recursos energéticos em outros estados, como o caso dos Países Bálticos (Stegen 2011, 6510).

Assim, a assunção de que a Rússia poderá usar as interrupções no fornecimento de gás à Europa para fins políticos contraria o facto de o país ter sido um fornecedor fiável e cumpridor dos contratos assinados com países europeus, desde a década de 1960. Com efeito, vários Estados-membros da UE assinaram contratos bilaterais para o investimento e o fornecimento de energia nos últimos anos com a Rússia, confirmando a sua fiabilidade enquanto um importante parceiro energético (Neuman 2010, 346). Ao mesmo tempo, essa atitude revelar-se-ia ruínosa para a economia russa, na medida em que as exportações de hidrocarbonetos constituem uma importante contribuição para o PIB e são um fator determinante para cimentar as relações com as maiores economias europeias, dependentes do gás russo (Stegen 2011, 6506).

Apesar dos riscos serem completamente ultrapassáveis por meio de uma política de conciliação de interesses, há quem defenda que a Rússia e a UE colocam mutuamente em risco as suas estratégias e planos para a energia, numa lógica irracional, alimentada pelo passado histórico que distorce a visão europeia sobre a Rússia, principalmente pela voz dos países da Europa Central e de Leste (Boussena e Locatelli 2013, 628), que receiam que o país se “torne demasiado poderoso e exerça influência política sobre os Estados-membros mais pequenos” (Neuman 2010, 344).

4.5. Perspetivas sobre um novo acordo

Como referido, as negociações sobre um novo APC encontram-se suspensas devido à crise ucraniana; porém, a UE e a Rússia tentaram imprimir alguma dinâmica às suas relações bilaterais por meio de encontros e iniciativas que possibilitassem chegar a um acordo final. O mais importante ímpeto nesse sentido foi a implementação da Parceria para a Modernização, que, no entanto, falhou o seu propósito em servir de base para a negociação de um novo APC, quer pelo “enquadramento legal instável e obsoleto” (Kalinichenko 2011, 27), quer pela dificuldade da UE e da Rússia em convergirem os seus princípios. A Rússia deseja um acordo genérico juridicamente não vinculativo, complementado por acordos setoriais, preferindo continuar a negociar, individualmente, com cada Estado-membro da UE os seus acordos bilaterais, ao invés da UE como entidade política única (Bozhilova e Hashimoto 2010, 635). Esta opção é, igualmente, preferida pelos Estados-membros para resolverem questões sobre matérias

como a energia, salvaguardando os seus interesses nacionais (Light 2008, 19) e prosseguindo com as suas próprias políticas energéticas (Hazakis e Proedrou 2012, 5).

Com efeito, alguns Estados-membros possuem as suas próprias parcerias para a modernização com a Rússia (Barysch 2010, 32). Exemplo disso é a Alemanha, um dos principais parceiros comerciais da Rússia, com quem mantém relações estreitas, que ultrapassam a componente económica e são resultantes da longa ligação histórica entre os dois países, com capacidade para influenciar as dinâmicas políticas internas e europeias (Freire e Daehnhardt 2011; Stelzenmüller 2009). Perante este cenário, a Rússia “goza de um balanço de poder mais favorável durante as negociações, sendo capaz de selecionar os parceiros nacionais [europeus] com quem pode ter relações privilegiadas em detrimento dos Estados-membros menos amigáveis, beneficiando de uma diplomacia nacional mais coerente e expedita quando comparada com a UE” (Severin 2010, 21). Ademais, a posição da Rússia permite-lhe “explorar as diferenças de opinião entre os Estados-membros” (Light 2008, 25).

Para solucionar este problema, a UE necessita de “promover ativamente uma política coerente face à Rússia e encorajar a aceitação de uma relação coerente e juridicamente vinculativa” (Severin 2010, 21), devendo, para tal, procurar aumentar a confiança entre as partes e garantir que a negociação com a UE no seu todo é mais benéfica e proveitosa para a Rússia (Severin 2010, 22). Ainda assim, os projetos inseridos na Parceria podem não corresponder à noção russa de “modernização”, ligada à inovação baseada em projetos grandiosos, que permita uma economia mais dinâmica e não tão dependente dos hidrocarbonetos, muito embora esses projetos não se traduzam em mudança (Barysch 2010, 29).

A negociação do novo APC deve considerar a resolução de dois problemas estruturais fundamentais, segundo Light (2008, 24): a “infraestrutura administrativa inadequada”, que contribui para “a falta de mecanismos de coordenação adequados na Rússia para lidar com a UE”, e “a preferência pelo bilateralismo”, referida acima. Sobre o primeiro ponto, a administração russa fracassa na falta de especialistas qualificados e na descoordenação entre as diferentes agências governamentais (Bordachev 2006, 115, cit. por Light 2008, 24). Emerson, Tassinari e Vahl (2006, 10), em linha com Bordachev (2006), propõem que o novo APC seja convertido num Tratado de União Estratégica, hipoteticamente concretizável mediante o cumprimento de pré-requisitos de ambas as

partes, que se traduzisse numa “parceria entre iguais” e permitisse “substituir velhas inimizades com um paradigma de propósito comum totalmente novo, a construção de [uma] completa confiança em questões fundamentais e o total acordo em todos os domínios de interesse comum possíveis”. A negociação de um novo APC deve, ainda, considerar o domínio energético, procurando renovar e aprimorar as relações bilaterais entre as partes nessa matéria. Este incentivo tem partido, em grande medida, da UE, que procura exportar os seus princípios e normas sobre a energia para a Rússia.

A UE é um *soft power* – possui poder económico sem grande capacidade militar, exercendo o seu poder através da implementação das suas normas e regulamentos além-fronteiras. Esta “ferramenta poderosa” é fulcral para a UE exportar o seu modelo baseado nos seus valores e princípios e no Estado de direito, tornando-a num “estado regulador” (Goldthau e Sitter 2015, 942). A forma como estão concebidos estes mecanismos permite à UE “influenciar os agentes económicos a alterar[em] o seu comportamento, por forma a corrigir as falhas de mercado e assegurar um adequado funcionamento” do mesmo (Goldthau e Sitter 2015, 944). Assim, a UE consegue garantir a sua influência para prosseguir os seus propósitos em diversas áreas a nível internacional, como a energia (Goldthau e Sitter 2015, 947). Exemplo disso é a Comunidade de Energia, uma organização internacional de iniciativa europeia para a política energética na Europa, que reúne os Estados-membros da UE e os países da sua vizinhança. Estabelecida em outubro de 2005, a Comunidade procura “estender o mercado interno de energia da UE ao sudeste europeu” que permita criar condições para o investimento, a integração dos mercados energéticos, a segurança energética, a proteção ambiental e a competitividade regional (Energy Community 2016).

No entanto, a Rússia não tem manifestado grande interesse no modelo europeu, olhando com relutância para a adoção de algumas das suas regras e iniciativas. Neuman (2010, 342) afirma que essa relutância se deve ao facto de a Rússia não ser tida como um parceiro igual na sua relação de cooperação com a UE, mas antes um objeto da estratégia desta, em linha com a perceção relativa às reservas da UE em negociar com a Rússia ao mesmo nível, vendo-a como um “parceiro júnior” na mesa das negociações (Bozhilova e Hashimoto 2010, 627-628). Porém, essas perceções resultam das lógicas divergentes defendidas por cada uma das partes: integracionista e de organização supranacional, prosseguida pela UE, e nacionalista, pela Rússia. Essas lógicas refletem-se no esforço liberalizador do mercado energético da UE em contraponto com a

nacionalização e forte presença do Estado, com a constituição de *national champions*, pela Rússia (Neuman 2010, 342).

Para a criação de um futuro enquadramento legal para as relações bilaterais no domínio da energia, poderiam ser consideradas três opções, de acordo com Konoplyanik (2009, 261): a exportação do acervo comunitário da UE, preferida por esta; um novo APC com um capítulo sobre a energia, baseado nos princípios da Carta Europeia da Energia; ou um acordo completamente novo entre as partes, baseado no Tratado da Carta da Energia. A opção mais viável seria a terceira, por “não existir outro modo [mais] prático para ambas as partes desenvolverem, de forma efetiva e ao menor custo, uma base jurídica universal para o espaço comum energético”, considerando que o Tratado “abrange todas as maiores redes (de gás) de valor energético, atuais e futuras, com destino à UE” e “representa o padrão mínimo de regras comuns” nesta matéria (Konoplyanik 2009, 276). No entanto, a concretização de um novo acordo teria de considerar três pontos fundamentais: a dissipação das preocupações da Rússia com as disposições do Tratado, que não ratificou, as novas orientações da política externa russa sobre a energia e a convergência dos interesses dos Estados-membros da UE, por forma a estabelecerem uma plena política europeia externa para a energia.

As novas premissas da política externa russa sob a égide de Putin compreendem a defesa dos interesses russos na esfera internacional e a manutenção de uma balança de poder. A visão russa sobre as relações internacionais baseia-se na determinação da História pela balança de poder e dos interesses dos grandes Estados, onde os valores e princípios não são preponderantes. Putin deseja, assim, que a Rússia reforce a sua influência junto das ex-repúblicas socialistas soviéticas como ponto de partida para a sua afirmação enquanto um polo no mundo multipolar. Desta forma, a Rússia pretende recuperar o seu estatuto de prestígio como um dos grandes poderes mundiais, permitindo-lhe ter um papel ativo na cena internacional que salvguarde os interesses russos (Rumer 2007, 23-25).

A Rússia mudou a sua política externa em relação à energia, devido à recuperação económica nos primeiros anos de 2000, impulsionada pela subida do preço do petróleo (Benedictow, et al. 2010). Com este impulso, a Rússia pretendeu alterar as disposições dos acordos de produção partilhada, garantindo, assim, uma posição mais vantajosa nos projetos e rejeitou ratificar a Carta da Energia, que tinha assinado

anteriormente, por considerar injusto abrir o setor *downstream* da sua indústria petrolífera quando a UE não concede as mesmas condições de acesso, notavelmente marcado pela “cláusula Gazprom” (Light 2008, 18). De acordo com esta “cláusula”, os países terceiros que desejem operar nas redes de transporte de gás devem ser certificados por uma entidade reguladora e cumprir com as disposições legais europeias, assim como os proprietários e os operadores das redes de gás (armazenamento, transporte e distribuição) devem ser entidades diferentes. Estas premissas encontram-se patentes na Diretiva 2009/737/CE (cf. subcapítulo 2.2.4.1).

Para além disso, a Rússia tem manifestado o seu desinteresse em incorporar os valores e princípios democráticos e de Estado de Direito promovidos pela UE, por não considerar que estes sirvam, na sua totalidade, as especificidades políticas e costumes do país, como a “democracia soberana” defendida por Putin. Para além disso, a Rússia não pretende ser alvo de influência estrangeira, defendendo que o futuro das relações UE-Rússia “deve ser baseado em interesses comuns e não na incorporação de um conjunto de valores e normas da UE” (Light 2008, 24). A opção da Rússia é vista como uma reação às posições da UE quanto às suas intervenções na Chechénia e à influência europeia nas revoluções na Geórgia, Quirguizistão e Ucrânia (Light 2008, 23).

Do lado europeu, os interesses dos Estados-membros tendem a diferir da matriz das relações externas da UE sobre a energia, evidenciando a inabilidade da UE em concretizar uma política externa comum de energia para encontrar soluções para os desafios e problemas inerentes à definição de uma abordagem conjunta em relação à Rússia (Boute 2013, 1029). A UE deveria falar a uma só voz, através de uma abordagem supranacional que oferecesse uma resposta adequada para a governação de uma política europeia comum para a energia, tal como demonstra a liberalização do setor (Neuman 2010, 343-344), como defendido por vários políticos europeus e documentos oficiais¹⁷. Como vimos, a UE reforçou as suas competências para desenvolver a sua política energética a par dos Estados-membros, cuja expressão mais notável é a concretização de um mercado único de energia, que promove a livre concorrência e a desregulação dos mercados nacionais (Hazakis e Proedrou 2012, 6). Estas condições permitem à UE o estabelecimento de uma política externa comum de

¹⁷ Vide, a título de exemplo, CE (2010; 2011; 2013 e 2014) e EurActiv (2009 e 2011), assim como as comunicações e estratégias patentes no subcapítulo 2.2.4.1. Para uma análise sobre os discurso político sobre as relações UE-Rússia sobre a energia, vide Kratochvíl e Tichy (2013 e 2014).

energia (Youngs 2007, 4-5) e a promoção da segurança na interdependência energética (Kirchner e Berk 2010, 869).

Contudo, os Estados-membros continuam a reservar para si a maior parte das competências sobre as políticas energéticas dentro das suas fronteiras, apresentando diferenças estruturais nos seus setores energéticos, como a escolha das suas fontes de energia e os termos contratuais com os seus fornecedores, limitando o papel da Comissão na definição de uma política energética no domínio externo (Hazakis e Proedrou 2012, 6; Kirchner e Berk 2010, 867). Estas condições originam interferências no funcionamento das instituições da UE, que encontram dificuldades em firmarem uma política externa racional e explícita que sirva os interesses da União (Bozhilova e Hashimoto 2010, 630), e podem ameaçar os acordos da UE com os seus países parceiros e o aprofundamento de divisões internas (Bozhilova e Hashimoto 2010, 633).

Assim, os Estados-membros prosseguem os seus interesses nacionais, atendendo que estes consideram a energia como um setor estratégico que deve permanecer sob a alçada dos estados (Neuman 2010, 344; Bozhilova e Hashimoto 2010, 633). Este *status quo* contribui para a crescente ambiguidade da UE em relação à sua posição sobre a Rússia, pela falta de coordenação e de uma posição conjunta dos Estados-membros na definição de uma política externa comum eficiente no domínio energético, apesar destes partilharem valores, visões e preocupações comuns sobre a matéria, preferindo agir, assim, de modo agregado (Bozhilova e Hashimoto 2010, 629). Enquanto os maiores Estados-membros, como o Reino Unido e a Alemanha, desejam manter a energia sob a sua competência nacional, os Estados-membros mais recentes da Europa Central e de Leste preferem que a UE construa uma política externa comum capaz de suprimir os seus receios em relação à Rússia (Kirchner e Berk 2010, 868), ainda que esses receios não contribuam positivamente para essa construção. A França, por exemplo, enceta as suas relações com a Rússia numa base económica, impondo uma visão racional sobre os seus interesses nacionais (Bozhilova e Hashimoto 2010, 628).

No entanto, Umbach (2010, 1229) salienta que “os interesses nacionais da segurança do aprovisionamento energético têm sido negligenciados pelas empresas do setor e os governos nacionais” dos Estados-membros da UE, à medida que os interesses económicos são colocados em primeiro plano para responder às exigências da competitividade do mercado. A heterogeneidade das políticas energéticas dos Estados-

membros da UE tem permitido à Rússia um maior poder de negociação nas relações bilaterais com os mesmos, pelo que a existência de uma política externa comum de energia pela UE não serve os interesses russos, possibilitando a formação de alianças entre a Rússia e os Estados-membros mais amigáveis para defender a sua posição na tomada de decisão no seio da UE (Karaganov, et al. 2005, 3). Em suma, continuam a existir disparidades no setor energético da UE como a diversidade do seu cabaz energético e as diferenças na interconexão das redes (Neuman 2010, 345-346), podendo, esta última, levantar questões securitárias que ultrapassam o espectro nacional (Kirchner e Berk 2010, 868).

Para solucionar este problema, os Estados-membros devem conciliar os seus interesses nacionais, atendendo às dinâmicas geopolíticas e à interdependência, características de um mundo globalizado, impelindo a UE a elaborar um programa de investimentos nos setores *upstream* e *midstream* das redes de infraestruturas que a abastecem e garantem a sua segurança energética (Bozhilova e Hashimoto 2010, 636). A integração da segurança energética entre os Estados-membros pode ser assegurada pela competição no mercado interno, a implementação de uma política ambiental comum ou a reforma dos mercados dos países da Europa Central e de Leste (Bozhilova e Hashimoto 2010, 633-634). A interconexão entre os Estados-membros, como parte desse processo, poderá permitir a concretização de uma política externa comum de energia (Umbach 2010, 1238).

A Rússia e a UE consideram as suas relações bilaterais como fulcrais e estratégicas para ambas em vários níveis, não só no que diz respeito à energia (UE-Rússia 2006b). A UE tem expressado por diversas ocasiões e em vários documentos oficiais que a Rússia é o seu maior e mais importante parceiro na sua vizinhança, vendo a relação como benéfica para ambas as partes (Light 2008, 25). Quer a Rússia, quer a UE, “não se consideram oponentes na cena internacional” e “procuram encontrar aspetos positivos de qualquer situação, mesmo que seja conflituosa” (Karaganov, et al. 2005, 4), embora a situação atual na Ucrânia não seja percecionada pela UE como positiva para a manutenção das relações com a Rússia. Com efeito, a evolução nas relações só poderá ocorrer após a resolução do conflito no leste ucraniano e a restituição da Crimeia à Ucrânia, acompanhada de mudanças estruturais na Rússia, como “a modernização da sua economia e melhoria da governação pública da economia”, há muito requeridas (Karaganov, et al. 2005, 4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A energia é uma das áreas mais discutidas entre a UE e a Rússia. Ao longo desta dissertação, procurámos analisar o desenvolvimento da cooperação energética entre a UE e a Rússia, durante o período compreendido entre 2000 e 2015, no que se refere ao petróleo e ao gás natural. A sua relação energética é de vital importância para ambas as partes, como atestam os dados sobre o fornecimento e consumo nestes últimos anos e a definição das suas estratégias e políticas para garantir a segurança energética. Esta relação foi aprofundada em 2000 com a implementação do Diálogo Energético, que enquadrou a cooperação energética entre as partes, motivo pelo qual nos debruçámos longamente sobre a sua orgânica e as atividades desenvolvidas. Durante o período em análise, surgiram vários constrangimentos que condicionaram a eficácia da cooperação energética, como as interrupções ao fornecimento de petróleo e gás natural nos países de trânsito, o alargamento da UE e da OTAN para o leste europeu, a não ratificação do Tratado da Carta da Energia pela Rússia, as diferenças sobre aspetos contratuais e regulamentares e o arrastar da negociação sobre um novo acordo bilateral. Contudo, as relações bilaterais foram interrompidas em 2014 no decurso da situação crítica na Ucrânia.

Para compreendermos como evoluiu a cooperação energética entre as partes, necessitamos de analisar o Diálogo Energético, que consubstanciou, enquadrou e desenvolveu essa cooperação. O Diálogo Energético foi o expoente máximo do aprofundamento das relações energéticas, representando uma oportunidade para enquadrar a energia na relação bilateral UE-Rússia, com particular enforque para o petróleo e o gás natural pela sua importância para ambas as economias. Deste modo, o Diálogo simbolizou a vontade da UE e da Rússia em convergirem os seus mercados energéticos, reunindo diversos políticos, oficiais, técnicos, empresários e académicos ao mais alto nível, permitindo-lhes a discussão de variadas matérias sobre a energia e a realização de atividades e projetos que materializassem os seus objetivos.

Ao analisarmos o Diálogo Energético do ponto de vista dos objetivos para os quais foi instituído, verificamos que dois foram alcançados de forma satisfatória: a troca de informações sobre iniciativas legislativas e a promoção da eficiência e poupança energética. Sobre o primeiro, o Diálogo tornou-se num fórum para as várias discussões sobre a matéria, através dos seus grupos temáticos e dos grupos de trabalho do Conselho

Consultivo do Gás, permitindo o intercâmbio de ideias sobre os projetos legislativos. A UE e a Rússia utilizaram este fórum como plataforma para apresentarem as suas mais recentes iniciativas sobre estratégias, políticas e legislação para a energia. Em relação ao segundo objetivo, o Diálogo superou as expectativas, segundo a nossa análise. A promoção da eficiência e da poupança energética foi a área mais bem-sucedida, em diversos aspetos: pelo estabelecimento de diretrizes para a cooperação nesta matéria; pela elaboração de vários relatórios que monitorizaram a situação energética; pela programação de várias ações que se concretizaram em projetos concretos e exequíveis; pela garantia de financiamento e pelo nível de detalhe e transparência das informações veiculadas nos relatórios do grupo temático responsável. O sucesso na concretização destes objetivos prende-se com o baixo nível de politização e de compromisso, pois as discussões em torno das estratégias e propostas legislativas não tinham carácter vinculativo e os projetos de eficiência energética não contrariavam a política energética da Rússia, ao beneficiar e garantir financiamento para as suas infraestruturas.

No entanto, os restantes objetivos não foram devidamente concretizados, ficando aquém das expectativas desejadas, como o desenvolvimento de oportunidades de investimento, a segurança e a adequação técnica das infraestruturas e o aumento na utilização de energias renováveis e tecnologias amigas do ambiente. O investimento foi enquadrado nas diversas discussões do Diálogo Energético, onde as partes declararam que era fundamental a atração de capital para a realização de obras de construção e de beneficiação das infraestruturas da rede. Conquanto esta declaração seja evidente, poucas realizações advieram das discussões durante o período em análise: os contratos *take or pay* foram reconhecidos como o baluarte de qualquer investimento na rede, mantendo-se os seus principais trâmites inalterados (como a cláusula de destino) e sem capacidade para responder aos desafios eminentes da Rússia, devido à falta de capital necessário para incrementar a sua capacidade de produção e de transporte. Este aumento é essencial para a Rússia dar resposta às necessidades de um mercado energético crescente e exigente, dentro e fora das suas fronteiras, principalmente após ter assinado um acordo com a China para a venda de gás natural. Neste sentido, a necessidade da Rússia em atrair capital estrangeiro é imperativa para colmatar a insuficiência financeira das suas empresas. Não obstante os esforços em criar um enquadramento legal e burocrático mais apropriado, a Rússia continua relutante em aceitar o investimento de capital estrangeiro, numa clara defesa nacionalista dos seus recursos energéticos.

A capacidade do Diálogo Energético em garantir a segurança e a adequação técnica das infraestruturas revelou-se insuficiente, apesar de, nos primeiros anos, ter sido acordada uma constante monitorização e avaliação da rede e ter sido previsto o financiamento necessário para a elaboração de um projeto de modernização. Assim, ocorreram incidentes e constrangimentos no fluxo de petróleo e gás natural russos com destino à UE, nomeadamente a falha técnica que tornou inoperacional o oleoduto Druzhba-1 em 2006 e as duas interrupções ao fornecimento de gás à Ucrânia em 2006 e 2009, que, no caso desta última, comportou sérias consequências para alguns Estados-membros da UE. Para precaver a UE de possíveis cortes no futuro, estabeleceu-se um Mecanismo de Alerta Rápido em 2009, cujas disposições foram ligeiramente aprimoradas em 2011, em que cada coordenador deveria informar o seu congénere no caso de falhas na rede. Embora as suas negociações tenham decorrido antes da interrupção ao fornecimento de gás à Ucrânia em janeiro de 2009, a sua eficácia não pode ser devidamente comprovada nem analisada, uma vez que o seu estabelecimento oficial ocorreu em finais de 2009.

Por último, o aumento na utilização de energias renováveis e tecnologias amigas do ambiente na Rússia foi uma clara intenção da UE, procurando que essa participasse no combate global às alterações climáticas, uma das grandes bandeiras da UE, mas também garantisse um maior volume de petróleo e gás natural para exportação. Assim, uma maior proporção de energias limpas na produção energética permitiria à Rússia ter uma maior quantidade de gás natural e petróleo para responder à procura externa, considerando que estes hidrocarbonetos representam cerca de dois terços da produção energética russa (IEA 2013). Este objetivo contribuiria para a garantia da segurança energética da UE, ainda que não tenha surtido o efeito desejado. Apesar de ter sido um tema sobejamente debatido e da intenção em desenvolver projetos e planos para a sua implementação, não foram concretizadas ações concretas que significassem uma maior proporção das energias renováveis na Rússia. A utilização de energias renováveis na produção energética aumentou timidamente em termos quantitativos, passando dos 17,9 Mtoe em 2000 para os 20,5 em 2013, representando uma subida de 2,6 Mtoe. Porém, em termos proporcionais, as energias limpas representaram apenas 5% das fontes de produção de energia, um valor que se manteve inalterado durante o período (IEA 2013).

O não cumprimento destes objetivos está relacionado com várias características que limitaram a dinâmica do Diálogo Energético. A praticabilidade e a dinâmica do

Diálogo encontraram-se restringidas durante os primeiros quatro anos da sua existência. As suas atividades consistiram em duas reuniões anuais dos dois coordenadores, que discutiram alguns assuntos importantes sem qualquer resultado prático. A sua própria estrutura resumia-se aos coordenadores, apoiados por administrativos, sem qualquer pessoal técnico e especializado que materializasse as metas do Diálogo, através da elaboração, execução e avaliação de estratégias, projetos e políticas energéticas. Somente a partir de 2005, após a iniciativa da presidência britânica do Conselho da UE, o Diálogo seria reorganizado pela primeira vez com a constituição de grupos temáticos para discutirem e analisarem assuntos específicos, reunindo técnicos especializados sob um plano de trabalho pré-definido. Consideramos, assim, que os primeiros quatro anos revelaram dificuldades para o estabelecimento de um diálogo mais abrangente e representaram um sério desaproveitamento de tempo para o desenvolvimento de uma agenda objetiva, com capacidade para responder aos desafios e necessidades das partes.

As sucessivas reorganizações institucionais a partir de 2005 assinalaram a falta de solidez das bases do Diálogo Energético, prejudicando o cumprimento da sua agenda. Sem perder a matriz intergovernamental, o Diálogo sofreu quatro alterações na sua orgânica em apenas nove anos. Duas dessas alterações surgiram na sequência das interrupções ao fornecimento de gás russo à Ucrânia em 2006 e 2009. Este facto assinala a insuficiência das alterações de 2005 e de 2007 em conseguirem arquitetar, no seu quadro institucional, uma estratégia de prevenção ou de contenção das consequências de uma futura interrupção ao fornecimento de gás, que viria a ser colmatada com a instituição do Mecanismo de Alerta Rápido. À parte destas considerações, as alterações podem oferecer uma leitura positiva sobre a dinâmica do Diálogo, denunciando a maleabilidade da estrutura organizacional para se adaptar às circunstâncias e às necessidades do presente. Nós consideramos que, apesar das duas primeiras reorganizações não terem impedido os cortes no fornecimento de gás, simbolizaram a especialização dos trabalhos do Diálogo e estabeleceram as bases para a estrutura organizacional atual.

As discussões decorridas no Diálogo Energético não tiveram transposição ou influência direta no processo de tomada de decisão da UE ou da Rússia, embora tenham produzido alguns efeitos na aplicação de diretrizes legislativas pelo governo russo para melhorar a política fiscal e o acesso ao investimento. Foram várias as temáticas abordadas no quadro deste diálogo, destacando-se o investimento e o papel dos

contratos a longo prazo na garantia do mesmo, os projetos estratégicos de interesse comum, a eficiência e a eficácia energética, o desenvolvimento dos mercados energéticos, a definição de estratégias a longo prazo, a análise de cenários e previsões sobre padrões de produção e de consumo, e a segurança energética. Estas discussões confirmaram o papel determinante do Diálogo na promoção da comunicação entre as duas partes sobre a energia, contrapondo com a opacidade da década de 1990, e beneficiaram do trabalho desenvolvido pelos grupos temáticos, pelo Centro Tecnológico e pelo Conselho Consultivo do Gás, cujo leque de atividades estimulou a pluralidade de opiniões e argumentos, tais como reuniões, conferências e *workshops*.

A descontinuidade do Centro Tecnológico e do Conselho Consultivo do Gás significou um retrocesso na dinâmica do Diálogo Energético e hipotecou parte do trabalho já desenvolvido. O estabelecimento destas duas entidades foi um sucesso para o desenvolvimento das relações entre as partes, simbolizando a vontade de ambas em prosseguir uma estratégia comum que as beneficiasse mutuamente. O Centro Tecnológico permitiu o debate e a cooperação sobre a tecnologia ao serviço da energia, enquanto o Conselho Consultivo afirmou-se como um espaço privilegiado para a discussão sobre o gás nas suas mais variadas vertentes, reunindo regularmente os mais diversos especialistas, num ambiente quase académico. Essa característica permitiu a este último o desenvolvimento das suas atividades de forma transparente e independente, fornecendo análises importantes para a concretização das ações desenvolvidas pelo Diálogo, como o *Roteiro para a Cooperação Energética até 2050*. Apesar da sua curta existência, de dois e quatro anos respetivamente, estas foram as iniciativas mais bem-sucedidas deste diálogo, pelas suas realizações e pelo ambiente de trabalho gerador de cooperação. Embora a extinção do primeiro se deva à falta de financiamento e a do segundo não seja clara, nós consideramos que estas extinções espelham a deterioração das relações bilaterais no quadro do Diálogo Energético. A sua extinção prejudicou o impacto positivo que o trabalho desenvolvido pelas duas entidades teriam no aprofundamento das relações bilaterais sobre o gás e na inovação tecnológica, essencial para a beneficiação e atualização das infraestruturas de gás natural e de petróleo e o prosseguimento das políticas de eficiência energética na Rússia.

O reduzido nível de transparência e de consistência no acesso à informação acerca das atividades desenvolvidas pelo Diálogo Energético tiveram um impacto negativo. O Diálogo foi uma excelente oportunidade para a UE desmitificar receios e

perceções sobre a Rússia, principalmente como fornecedor fiável de energia para a Europa. Embora as atividades promovidas por este diálogo tenham-se intensificado após a segunda reestruturação, a qualidade da informação disponível e a sua divulgação junto dos cidadãos europeus foram muito modestas e quase impercetíveis. Exemplo disso é a página “oficial” do Diálogo, enquadrada na página institucional da Comissão Europeia, cujos conteúdos são reduzidos e não se encontram completos, detetando-se vários documentos em falta, incluindo os relatórios anuais que sumarizam as atividades desenvolvidas. Não se compreende como a UE não consegue facilitar e promover o livre acesso a essa documentação a todos os cidadãos, quando esse é um dos principais traços distintivos da UE. Assim, qualquer cidadão que deseje compreender a dinâmica e o trabalho desenvolvido pelo Diálogo desde a sua implementação, enfrenta dificuldades no acesso à informação, que se encontra dispersa por várias páginas institucionais ou condicionada a um pedido formal aos serviços e organismos da UE. Para além disso, a informação veiculada nesses documentos é parca e omissa em diversos aspetos, relevando um certo secretismo sobre as discussões ocorridas. A exceção à regra foi o Conselho Consultivo do Gás, cujas discussões são detalhadamente explicadas nos seus relatórios, disponibilizados na íntegra com os termos de referência do Conselho e outros documentos.

A exclusão dos países de trânsito da mesa das discussões não contribuiu para a eficiência do Diálogo Energético. A participação dos países de trânsito, nomeadamente a Bielorrússia e a Ucrânia, deveria ter sido equacionada aquando da criação do Diálogo, por serem peças fundamentais nos fluxos energéticos entre o fornecedor e os consumidores, neste caso a Rússia e os Estados-membros da UE, como atesta um estudo da Comissão (SWD(2014) 330 final/3), que concluiu que a UE está completamente vulnerável perante um sério corte no fornecimento de gás pela Rússia, principalmente através da Ucrânia. Assim, o transporte de gás natural e petróleo russos para a Europa depende, em larga medida, da passagem pelos territórios destes países e das suas infraestruturas. Embora as partes tivessem consciência deste facto e de que a manutenção e a atualização da rede de infraestruturas nos países de trânsito fossem fulcrais para a segurança energética, estes não tiveram nenhuma oportunidade de se expressarem em sede do Diálogo. Fora deste, as iniciativas europeias em facultar um enquadramento legal único para as suas relações energéticas com a Rússia e os países de trânsito falharam, devido à Rússia ter recusado as disposições da Carta Europeia de

Energia e do Tratado da Carta da Energia e a sua integração na Política Europeia de Vizinhança e na Comunidade de Energia.

Consideramos que o Diálogo deveria ter encetado reuniões multilaterais com os países de trânsito ou mesmo integrá-los, embora esta última opção seja pouco plausível, permitindo que tivessem uma voz mais ativa sobre os investimentos e projetos de interesse comum e garantindo um possível enquadramento para a resolução de disputas sobre o fornecimento de gás. Este poderia ter evitado as interrupções na Ucrânia ou, em última instância, contribuído para uma suavização mais célere das suas consequências. Neste aspeto, consideramos que o Diálogo foi incapaz de prever, conter ou solucionar essas falhas, revelando as fraquezas da sua organização, que, inclusivamente, impeliram para algumas das reformas estruturais, como referimos, e a criação do Mecanismo de Alerta Rápido. Além disso, consideramos que os países de trânsito foram, deliberadamente, excluídos de qualquer diálogo ou enquadramento comum para a energia, por forma a manter um espaço de influência comum, resultando numa contínua disputa entre a UE e a Rússia sobre essa mesma influência (como o caso da Ucrânia), ou garantir a influência pós-soviética da Rússia sobre algumas ex-repúblicas socialistas soviéticas (como o caso da Bielorrússia).

O surgimento dos Espaços Comuns e da Parceria para a Modernização não representaram um contributo significativo para dirimir os constrangimentos e as limitações do Diálogo Energético. Os Espaços Comuns enquadraram a energia no Espaço Comum Económico, embora os objetivos e as ações previstas nesta matéria sejam idênticos aos então veiculados pelo Diálogo, e tenham falhado na concretização do objetivo da UE em garantir a ratificação da Carta da Energia pela Rússia. Por seu turno, a Parceria, cujo intento era facilitar a negociação de um novo acordo bilateral, complementou o Diálogo através de ações e projetos em matéria energética, maioritariamente focados na eficiência do uso da energia. Apesar da garantia de financiamento da UE, a realização destes projetos não foi significativa nem se encontra expressa nos relatórios oficiais. Em suma, as duas iniciativas bilaterais não só falharam no seu propósito principal, como não contribuíram eficazmente para o Diálogo.

Desde 2014, as relações bilaterais entre a UE e a Rússia, que incluem o Diálogo Energético, encontram-se suspensas devido à anexação da Crimeia pela Rússia e o apoio militar desta aos movimentos separatistas nas regiões do leste ucraniano. Estes

eventos levaram a UE a aplicar sanções à Rússia, ao mesmo tempo que implementou medidas para apoiar a Ucrânia, em linha com a maioria da comunidade internacional. As sanções poderão ter consequências nefastas para o desempenho da economia russa, uma situação que tenderá a intensificar-se à medida que estas são estendidas sucessivamente perante a manutenção da posição da Rússia sobre o conflito na Ucrânia. O restabelecimento do Diálogo depende, assim, de um entendimento entre as partes em relação à situação ucraniana. Após este passo, estarão reunidas as condições para o prosseguimento das relações, permitindo o reinício das negociações sobre o novo acordo bilateral e das atividades dos vários diálogos, incluindo o Diálogo Energético.

Estes acontecimentos devem representar uma oportunidade para fortalecer o Diálogo, suprimindo os seus constrangimentos e a sua ineficácia nos diversos aspetos mencionados, pelo que consideramos que devam ser realizadas algumas alterações. Em primeiro lugar, os grupos temáticos deveriam ser dotados com a mesma dinâmica do Conselho Consultivo do Gás, que seria restabelecido e incorporado na hierarquia como um novo grupo temático. Em segundo lugar, os grupos temáticos deveriam desenvolver as suas atividades com total liberdade e transparência, permitindo que o seu resultado se traduza em projetos e em medidas concretas. Em terceiro lugar, as medidas tomadas deveriam, após discussão e aprovação por ambas as partes, ter carácter vinculativo e serem obrigatoriamente apreciadas no processo de tomada de decisão da UE e da Rússia sobre as matérias a que dizem respeito.

Para a exequibilidade destas alterações, ambas as partes devem discutir todos os assuntos sem tabus e convergirem na melhor solução possível, procurar soluções alternativas ou provisórias nas situações em que não é possível a convergência desejada e reconhecer as suas diferenças. Assim, as partes devem repensar as suas dinâmicas internas. A Rússia deve prosseguir com as suas reformas internas, frequentemente assinaladas nos relatórios do Diálogo Energético, e proceder à ratificação da Carta da Energia ou definir um enquadramento legal com a UE que permita uma alternativa que sirva os interesses de ambas as partes, mesmo que seja provisório ou preparatório para uma futura ratificação russa da Carta.

Em relação à UE, deve ser seriamente discutida uma política externa comum de energia que conceda à UE uma voz única nesta matéria e lhe permita negociar como um todo as questões energéticas com os seus parceiros, como tem sido defendido várias

vezes por políticos europeus e académicos. Os Estados-membros necessitam de alinhar os seus interesses nacionais em nome do interesse comum, que, por certo, trará melhores resultados para as relações energéticas e fortalecerá o poder e o prestígio da UE enquanto entidade una no seio da comunidade internacional. Para além disso, os países do leste europeu não podem insistir numa atitude passivo-agressiva constante em relação à Rússia, alimentada pelos fantasmas do passado soviético, que não só atrasa a prossecução de uma política externa europeia consistente, como reforça e/ou deturpe as perceções sobre a Rússia enquanto fornecedor energético. Finalmente, a UE precisa de aprimorar a sua compreensão em relação ao seu vizinho, tido como um dos seus mais importantes e maiores parceiros, procurando um enquadramento nas suas relações externas que sirva plenamente os interesses de ambos.

Neste quadro, a politização da energia necessita de ser condicionada e desmistificada. Nós consideramos que não é possível vislumbrar um cenário onde a exploração e a gestão dos recursos energéticos na UE e na Rússia sejam completamente despolitizados nas próximas décadas. Embora compreendamos que a UE tema a politização da energia na Rússia e a influência das fragilidades internas desta no mercado energético, como a corrupção e a falta de transparência, a Rússia tem o direito de manter os recursos energéticos na esfera pública e que a sua gestão seja realizada por empresas públicas, desde que estejam em consonância com o direito internacional. Da mesma forma, é natural que essas empresas, ao pertencerem ao Estado russo, sejam utilizadas como instrumentos da política energética do país e sirvam os seus interesses, nomeadamente no que diz respeito à concretização de projetos estratégicos, desde que esteja de acordo com a legislação nacional ou internacional, quando aplicável.

A UE deve entender que o facto das maiores empresas petrolíferas e de gás dos seus Estados-membros terem sido privatizadas não implica que a Rússia siga o exemplo e deve reconhecer os receios da Rússia face aos efeitos nefastos que a privatização desenfreada do seu setor petrolífero provocou na década de 1990, colmatados, em grande medida, pela renacionalização. Contudo, entendemos que as operações e as tomadas de decisão das empresas públicas russas devam ser mais transparentes e que o Estado russo deva saber aproveitar as oportunidades de investimento estrangeiro nestas empresas ou em projetos conjuntos, por forma a garantir o devido financiamento e tecnologia para a exploração dos recursos energéticos no país.

Os projetos de diversificação das rotas de fornecimento são um claro exemplo da politização da energia. Essa politização é inegável e completamente compreensível face à dimensão e à natureza estratégica dos projetos. Neste aspeto, quer a UE, quer a Rússia, têm apoiado projetos para a construção de novas condutas que permitam diversificar as suas rotas de exportação e de fornecimento. A UE tem apostado em novas rotas de gasodutos que permitam o fornecimento de gás proveniente do Cáucaso, enquanto a Rússia tem apostado na China, uma potência emergente, com uma economia em expansão, que necessitará de mais gás natural e petróleo nas próximas décadas.

Estas apostas têm sido percecionadas por ambos como uma ameaça à segurança energética na procura e no aprovisionamento pela Rússia e a UE, respetivamente, quando deveriam ser interpretadas com naturalidade, atendendo às dinâmicas globalizacionais e às oportunidades de cooperação diplomática, política e económica que estes projetos podem representar para o futuro de ambas as partes e para as relações com a sua vizinhança. O facto de a Rússia e a UE procurarem diversificar os seus mercados demonstra uma certa sensibilidade sentida por ambas, ao intensificarem as suas relações energéticas com outros países. Porém, mesmo perante os projetos de diversificação surgidos a partir de finais da década de 2000, a UE e a Rússia procuraram fortalecer a sua cooperação energética, de que são exemplo a criação do Mecanismo de Alerta Rápido, a implementação do Conselho Consultivo do Gás ou a concretização de projetos na área da eficiência energética.

A Rússia continuará a ser um dos principais fornecedores energéticos da UE. Apesar de a sua fiabilidade ter sido minada pela insuficiente troca de informações aquando das disputas sobre o petróleo ou o gás natural com a Bielorrússia (2004 e 2007) e a Ucrânia (2006 e 2009), consideramos que a Rússia não tenha intenções em quebrar os contratos celebrados com os diversos parceiros europeus. Nesse sentido, a Rússia procurou cumprir com os seus compromissos contratuais, mantendo os fluxos de gás natural ou de petróleo para a Europa no decorrer dos conflitos, cortando o fornecimento apenas à Bielorrússia ou à Ucrânia. Somente quando estes países desviavam o petróleo ou o gás natural com destino à Europa, após vários dias de negociações sem qualquer acordo à vista, a Rússia decidia cortar por completo o fornecimento, cuja duração se estendia entre algumas horas ou vários dias. Mesmo no caso mais dramático, em que a interrupção no fornecimento à Ucrânia em 2009 afetou seriamente vários países do sudeste europeu, a Rússia colocou à consideração desta a abertura de um dos gasodutos

em direção à região para suprimir as suas necessidades até à resolução da disputa, pedido que a Ucrânia não aceitou. O corte total no fornecimento era, de facto, uma medida extrema que se revelava eficaz para a celebração célere de um acordo, embora a Rússia devesse iniciar as negociações sobre os contratos com maior antecedência e ter em atenção as implicações desses cortes por coincidirem com a época de inverno, já que a renovação dos contratos ocorria sempre no início de cada ano.

Excluindo as várias disputas e outros constrangimentos, e perante a ausência de um diálogo sobre as questões energéticas, a Rússia tem honrado os seus contratos ao manter um fluxo de petróleo e de gás natural estável para os seus parceiros europeus (cf. Apêndice B, p. 225). Apesar da interdependência económica em matéria energética ser cada vez menor, face à tendência decrescente da proporção das exportações de gás natural e petróleo russos no consumo da UE e da proporção do valor dessas exportações no PIB russo, a UE e a Rússia continuarão a ser importantes parceiros comerciais em matéria energética nas próximas décadas, independentemente dos futuros projetos de diversificação das rotas de fornecimento. As partes devem, dirimidos os principais constrangimentos, retomar o seu diálogo energético. A Rússia necessita do longo conhecimento técnico e da experiência legislativa da UE, desde que, a nosso ver, não se limite a uma mera imposição unilateral, observando as especificidades do setor energético russo, e se consubstancie numa convergência progressiva e enriquecedora para a relação, que beneficiará ambas as partes.

Em suma, concluímos que a cooperação energética entre a UE e a Rússia teve uma evolução satisfatória, contribuindo para esta avaliação a implementação do Diálogo Energético, que enquadrou essa cooperação, marcando um ponto de viragem nas relações bilaterais para a energia, em contraste com a ausência de qualquer fórum bilateral para discutir essa matéria até então. O Diálogo Energético, embora não tenha atingido todos os seus objetivos na plenitude, conseguiu desenvolver a cooperação energética entre as partes. Com efeito, foram desenvolvidas atividades que aprofundaram a cooperação, como a criação do Centro Tecnológico de Energia e do Conselho Consultivo do Gás, a discussão sobre as principais matérias relacionadas com o gás natural e o petróleo, o estabelecimento do Mecanismo de Aviso Prévio e a realização de projetos para a eficiência energética. Ainda assim, a sua operacionalidade foi colocada em risco devido a vários constrangimentos, cujas implicações refletiram-se na estrutura orgânica e concorreram para o abrandamento da dinâmica, mas que também

demonstraram a fortaleza do Diálogo e a vontade das suas partes em manter uma cooperação sobre a energia, dirimindo, tanto quanto possível, os seus diferendos em nome do interesse comum.

Este estudo pretendeu demonstrar que o Diálogo foi o principal fórum de discussão das relações energéticas, onde foram levantadas as questões mais prementes, concretizados projetos e definidas, dentro das possibilidades, estratégias para uma parceria energética eficaz e duradora. O seu trabalho significou um passo decisivo e importante na história das relações entre a UE e a Rússia, cujos resultados devem ser realçados e aproveitados num futuro próximo, uma vez eliminados os diferendos que, neste momento, não permitem o restabelecimento das relações bilaterais.

No futuro, é importante a prossecução da análise sobre as relações energéticas entre a UE e a Rússia, tomando em consideração a cooperação desenvolvida, aqui descrita em detalhe. Perante a supressão da cooperação energética desde 2014, é imperativo a realização de estudos que investiguem as consequências dessa situação para a UE e a Rússia e quais são as suas implicações aquando do possível restabelecimento do Diálogo Energético. Em Portugal, a necessidade de desenvolver estudos, projetos e trabalhos académicos sobre as relações energéticas entre a UE e a Rússia é evidente, à luz da reduzida literatura publicada sobre esta matéria. Somente através desse desenvolvimento será possível que os académicos e decisores políticos portugueses compreendam as dinâmicas energéticas da UE, uma compreensão imprescindível para um Estado-membro que participa ativamente na elaboração e apreciação de iniciativas legislativas e estratégias políticas com impacto nas relações UE-Rússia. Da mesma forma, este permitirá entender o papel de Portugal como uma resposta alternativa para o fornecimento de gás natural à Europa, atendendo à sua potencialidade como *hub* energético. Sobre este último ponto, é necessário continuar a fomentar estudos que permitam avaliar essa potencialidade, através da análise das oportunidades de financiamento, das carências da rede, da cooperação transfronteiriça com Espanha e das implicações do desenvolvimento de futuras infraestruturas para o meio ambiente e o ordenamento do território.

BIBLIOGRAFIA

- Aalto, P., ed., 2008. *The EU-Russian Energy Dialogue – Europe’s Future Energy Security*. Aldershot, Reino Unido: Ashgate Publishing Ltd.
- Ang, B. W., Choong, W. L. e Ng., T. S., 2014. Energy security: Definitions, dimensions and indexes. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, [pdf] 42, pp. 1077-1093. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.rser.2014.10.064> [Consultado em 10 de novembro de 2015].
- Auyezov, O., 2013. Ukraine to be observer in Russia-led trade bloc. *Reuters*, 31 de maio. Disponível em: <http://uk.reuters.com/article/uk-ukraine-russia-trade-idUKBRE94U0UK20130531> [Consultado em 24 de junho de 2016].
- Baev, P. K., 2012. From European to Eurasian energy security: Russia needs and energy Perestroika. *Journal of Eurasian Studies*, [pdf] 3(2), pp. 177-184. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.euras.2012.03.008> [Consultado em 13 de novembro de 2015].
- Baillie, R., 2006. Europe seeks secure energy supply as Russia turns up heat. *Jane’s Intelligence Review* 18(12), pp. 6-10.
- Banco Mundial, 2014. GDP at market prices (current US\$). [em linha] Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/countries/EU?display=graph> [Consultado em 23 de fevereiro de 2016].
- , 2015. GDP growth (annual %). [ficheiro Excel] Disponível em: <http://api.worldbank.org/v2/en/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?downloadformat=excel> [Consultado em 17 de abril de 2016].
- , 2016a. Natural gas rents (% of GDP). [ficheiro Excel] Disponível em: <http://api.worldbank.org/v2/en/indicator/ny.gdp.ngas.rt.zs?downloadformat=excel> [Consultado em 15 de abril de 2016].
- , 2016b. Oil rents (% of GDP). [ficheiro Excel] Disponível em: <http://api.worldbank.org/v2/en/indicator/ny.gdp.totl.rt.zs?downloadformat=excel> [Consultado em 15 de abril de 2016].
- , 2016c. Total natural resources rents (% of GDP). [ficheiro Excel]. Disponível em:

<http://api.worldbank.org/v2/en/indicator/ny.gdp.petr.rt.zs?downloadformat=excel> [Consultado em 15 de abril de 2016].

Baran, Z., 2007. EU Energy Security: Time to End Russian Leverage. *The Washington Quarterly* 30(4), pp. 131-144.

Barysch, K., 2010. The EU-Russia Partnership for Modernisation. *The EU-Russia Centre Review*, [pdf] (15), pp. 28-32. Disponível em: http://www.eu-russiacentre.org/wp-content/uploads/2008/10/EURC_review_XV_ENG.pdf [Consultado em 14 de novembro de 2015].

BBC, 2014a. Ukraine crisis: EU signs association deal. *BBC*, 21 de março. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-26680250> [Consultado em 24 de junho de 2016].

———, 2014b. Ukraine crisis: Putin signs Russia-Crimea treaty. *BBC*, 18 de março. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-26630062> [Consultado em 15 de junho de 2016].

———, 2014c. Russia drops South Stream gas pipeline plan. *BBC*, 1 de dezembro. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-30283571> [Consultado em 19 de julho de 2016].

———, 2014d. Russia-Ukraine gas deal secures EU winter supply. *BBC*, 31 de outubro. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/business-29842505> [Consultado em 21 de julho de 2016].

———, 2015. Ukraine closes airspace to all Russian planes. *BBC*, 25 de novembro. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-34920207> [Consultado em 22 de julho de 2016].

———, 2016. Netherlands rejects EU-Ukraine partnership deal. *BBC*, 7 de abril. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-35976086> [Consultado em 24 de junho de 2016].

BBC News, 2005. Putin deplores collapse of USSR. *BBC*, 25 de abril. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/4480745.stm> [Consultado em 25 de maio de 2016].

———, 2006. Gazprom grabs Sakhalin gas stake. *BBC*, 21 de dezembro. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/6201401.stm> [Consultado em 24 de janeiro de 2016].

- Bechev, D., 2015. Understanding the Contest Between the EU and Russia in Their Shared Neighborhood. *Problems of Post-Communism*, [pdf] 62(6), pp. 340-349. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10758216.2015.1067751> [Consultado em 12 de novembro de 2015].
- Benedictow, A., Fjærtøft, D. e Løfsnæs, O., 2010. Oil dependency of the Russian economy: an econometric analysis. *Discussion Papers N.º 617*. Statistics Norway, Research Department. [pdf] Disponível em: <https://www.ssb.no/a/publikasjoner/pdf/DP/dp617.pdf> [Consultado em 12 de junho de 2016].
- Biersteker, T. e Bergeijk, P., 2015. How and When Do Sanctions Work? The Evidence. In: I. Dreyer e J. Luego-Cabrera, ed. 2015. *On target? EU Sanctions as Security Policy Tools*. Paris: European Union Institute for Security Studies, pp. 17-28.
- Blij, H. J. e Muller, Peter O., 2010. *Geography - Realms, Regions, and Concepts*. 14.^a ed. Hoboken, Nova Jérsea, EUA: John Wiley & Sons, Inc..
- Borchardt, K., 2010. *The ABC of European Union law*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.
- Bordachev, T., 2006. Toward a Strategic Alliance. *Russia in Global Affairs*, [pdf] 4(2), pp. 112-123. Disponível em: http://kms1.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/19470/ichaptersection_singledocument/d8a9fc56-f7c9-4a3a-8a1f-95ba49cb4f97/en/Bordachev.pdf [Consultado em 15 de novembro de 2015].
- Boussena, S. e Locatelli, C., 2011. Gas market developments and their effect on relations between Russia and the EU. *OPEC Energy Review*, [pdf] 35(1), pp. 27- 46. Disponível em : <http://dx.doi.org/10.1111/j.1753-0237.2010.00181.x> [Consultado em 14 de novembro de 2015].
- , 2013. Energy institutional and organisational changes in EU and Russia: Revisiting gas relations. *Energy Policy*, [pdf] 55, pp. 180-189. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2012.11.052> [Consultado em 11 de novembro de 2015].
- Boute, A., 2013. Energy Efficiency as a New Paradigm of the European External Energy Policy: The Case of the EU-Russian Energy Dialogue. *Europe-Asia*

- Studies*, [pdf] 65(6), pp. 1021-1054. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09668136.2013.797659> [Consultado em 11 de novembro de 2015].
- , 2015. Toward an EU-Russian Energy Agreement: Principles of Liberalization Under EU and Russian Energy Law. *Review of Central and East European Law*, [pdf] 40(2), pp. 109-141. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/15730352-04002008> [Consultado em 12 de novembro de 2015].
- Bovt, G., 2009. Europe's Eastern Partnership. *The World Today*, 65(5), pp. 19-20.
- Bozhilova, D. e Hashimoto, T., 2010. EU-Russia energy negotiations: a choice between rational self-interest and collective action. *European Security*, [pdf] 19(4), pp. 627-642. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09662839.2010.528406> [Consultado em 11 de novembro de 2015].
- BP, 2016a. Shah Deniz Stage 2. [em linha] Disponível em: http://www.bp.com/en_az/caspian/operationsprojects/Shahdeniz/SDstage2.html [Consultado em 20 de julho de 2016].
- , 2016b. Shah Deniz - Operations and projects. [em linha] Disponível em: http://www.bp.com/en_az/caspian/operationsprojects/Shahdeniz.html [Consultado em 20 de julho de 2016].
- , 2016c. *BP Statistical Review of World Energy 2016*. [pdf] Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf> [Consultado em 9 de abril de 2016].
- Bruce, C., 2009. A chill wind: Russia and Ukraine agree on new gas deal. *Jane's Intelligence Review*, 21(3), pp. 56-57.
- Brzezinski, Z., 2008. Putin's Choice. *The Washington Quarterly*, 31(2), pp. 95-116.
- Caldioli, G., 2012. *Belarus-Russia Energy Disputes – Political and Economic Comparative Analysis*. PECOB's Energy Policy Studies – Energy Analysis. [pdf] Disponível em: <http://www.pecob.eu/flex/cm/pages/ServeAttachment.php/L/EN/D/4%252Ff%2>

[52Fd%252FD.3945ee2563c52557b221/P/BLOB%3AID%3D3450](#) [Consultado em 11 de setembro de 2016].

Casier, T., 2011. The Rise of Energy to the Top of the EU-Russia Agenda: From Interdependence to Dependence? *Geopolitics*, [pdf] 16(3), pp. 536-552. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650045.2011.520862> [Consultado em 11 de novembro de 2015].

CE (Comissão Europeia), 2000. *EU/Russia Summit Joint Declaration on strengthening dialogue and cooperation on political and security matters in Europe* (IP/00/1239). [Comunicado de Imprensa] 30 de outubro de 2000. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-00-1239_en.htm?locale=en [Consultado em 12 de janeiro de 2016].

———, 2008. *EU-Russia Common Spaces – Progress Report 2007*. [pdf] Disponível em: http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/attachments/commonspace_prog_report2007.pdf [Consultado em 13 de março de 2016].

———, 2009a. *EU-Russia Common Spaces – Progress Report 2008*. [pdf] Disponível nos arquivos do Serviço Europeu de Ação Externa.

———, 2009b. *EU-Ukraine Association Agenda to prepare and facilitate the implementation of the Association Agreement*. [pdf] Disponível em: http://www.eeas.europa.eu/ukraine/docs/2010_eu_ukraine_association_agenda_en.pdf [Consultado em 24 de junho de 2016].

———, 2010a. *EU-Russia Common Spaces – Progress Report 2009*. [pdf] Disponível em: http://www.st-gaterus.eu/media/commonspace_prog_report_2009_en.pdf [Consultado em 13 de março de 2016].

———, 2010b. Falar a uma só voz: Definir e defender o interesse europeu. [em linha] Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-10-21_pt.htm [Consultado em 19 de julho de 2016].

———, 2011a. *Antitrust: Commission confirms unannounced inspections in the natural gas sector* (MEMO/11/641). [Comunicado de Imprensa] 27 de setembro de 2011. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-11-641_en.htm?locale=en [Consultado em 13 de maio de 2016].

- , 2011b. *Falar a uma só voz – condição fundamental para assegurar a defesa dos nossos interesses energéticos no estrangeiro* (IP 11/1005). [Comunicado de Imprensa] 7 de setembro de 2011. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-11-1005_pt.htm [Consultado em 19 de julho de 2016].
- , 2011c. *Questions and Answers on the third legislative package for an internal EU gas and electricity market* (MEMO/11/125). [Comunicado de Imprensa] 2 de março de 2011. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-11-125_en.htm?locale=en [Consultado em 3 de julho de 2016].
- , 2011d. *EU-Russia Common Spaces – Progress Report 2010*. [pdf] Disponível em: https://eeas.europa.eu/russia/docs/commonsplaces_prog_report_2010_en.pdf [Consultado em 3 de julho de 2016].
- , 2012a. *EU-Russia Common Spaces – Progress Report 2011*. [pdf] Disponível nos arquivos do Serviço Europeu de Ação Externa.
- , 2012b. *Antitrust: Commission opens proceedings against Gazprom* (IP 12/937). [Comunicado de Imprensa] 4 de setembro de 2012. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-937_en.htm [Consultado em 13 de maio de 2016].
- , 2013a. *EU-Russia Common Spaces – Progress Report 2012*. [pdf] Disponível em: http://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/commonsplaces_prog_report_2012_en.pdf [Consultado em 13 de março de 2016].
- , 2013b. *Speech by President Barroso on the preparations of the European Council of 22 May*. [em linha] Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-434_en.htm [Consultado em 19 de julho de 2016].
- , 2014a. *Joint Statement by the Presidents of Ukraine, the European Council and the European Commission on the occasion of the beginning of the provisional application of the Association Agreement*. [em linha] Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_STATEMENT-14-349_en.htm [Consultado em 24 de junho de 2016].

- , 2014b. Segurança energética: Comissão apresenta uma estratégia global para reforçar a segurança do abastecimento (IP 14/606). [Comunicado de Imprensa] 28 de maio de 2014. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-14-606_pt.htm [Consultado em 19 de julho de 2016].
- , 2014c. Statement after the trilateral meeting between the EU, Russia and Ukraine on energy security. [em linha]. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_STATEMENT-14-178_en.htm [Consultado em 21 de julho de 2016].
- , 2014d. Statement by the European Commission following the trilateral energy meeting between the EU, Russia and Ukraine today. [em linha] Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_STATEMENT-14-181_en.htm [Consultado em 21 de julho de 2016].
- , 2015a. *European Commission - Fact Sheet: How the EU is supporting Ukraine* (MEMO 5035/15). [Comunicado de Imprensa] 22 de maio de 2015. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-15-5035_en.htm [Consultado em 13 de junho de 2016].
- , 2015b. *Inaugural trilateral EU-Russia-Ukraine meeting on gas* (IP 4649/15). [Comunicado de Imprensa] 20 de março de 2015. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-15-4649_en.htm [Consultado em 22 de julho de 2016].
- , 2015c. *Antitrust: Commission sends Statement of Objections to Gazprom for alleged abuse of dominance on Central and Eastern European gas supply markets* (IP 15/4828). [Comunicado de Imprensa] 22 de abril de 2015. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-15-4828_en.htm [Consultado em 13 de maio de 2016].
- , 2016a. 2020 climate & energy package. [em linha] Disponível em: http://ec.europa.eu/clima/policies/strategies/2020/index_en.htm [Consultado em 2 de maio de 2016].
- , 2016b. 2030 climate & energy framework. [em linha] Disponível em: http://ec.europa.eu/clima/policies/strategies/2030/index_en.htm [Consultado em 2 de maio de 2016].

- , 2016c. Russia. [em linha] Disponível em: <https://ec.europa.eu/energy/en/topics/international-cooperation/russia> [Consultado em 12 de fevereiro de 2016].
- Chakarova, L., 2015. Standing together: Baltic states join forces to resist Russia. *Jane's Intelligence Review*, 27(2), pp. 28-33.
- Checchi, A., Arno, B. e Egenhofer, C., 2009. *Long-Term Energy Security Risks for Europe: A Sector-Specific Approach*. [pdf] Disponível em: <http://aei.pitt.edu/10759/1/1785.pdf> [Consultado em 12 de outubro de 2015].
- Chester, L., 2010. Conceptualising energy security and making explicit its polysemic nature. *Energy Policy*, [pdf] 38(2), pp. 887-895. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2009.10.039> [Consultado em 10 de novembro de 2015].
- Chyong, C. K., 2014. Why Europe should support reform of the Ukrainian gas market - or risk a cut-off. *Policy Brief - European Council on Foreign Relations*, [pdf] (113), pp. 1-12. Disponível em: http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR113_UKRAINE_BRIEF_131014_SinglePages.pdf [Consultado em 17 de novembro de 2015].
- CIA, 2016a. Russia – The World Factbook. [em linha] Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rs.html> [Consultado em 28 de janeiro de 2016].
- , 2016b. European Union – The World Factbook. [em linha] Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ee.html> [Consultado em 19 de janeiro de 2016].
- , 2016c. Ukraine – The World Factbook. [em linha] Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/up.html> [Consultado em 30 de julho de 2016].
- COMMISSION STAFF WORKING DOCUMENT SWD(2014) 330 final/3, of 2 of July of 2014 – In-depth study of European Energy Security, accompanying the document Communication from the Commission to the Council and the European Parliament: European energy security strategy.*

Comolli, V., 2010. Energy Security. In: B. Giegerich, ed., 2010. *Europe and Global Security*. International Institute for Strategic Studies, pp. 177-196.

COMUNICAÇÃO COM(2000) 769 final DA COMISSÃO, de 29 de novembro de 2000 – Livro Verde: Para uma estratégia europeia de segurança do aprovisionamento energético.

COMUNICAÇÃO COM(2005) 265 final DA COMISSÃO, de 22 de junho de 2005 – Livro Verde sobre a eficiência energética ou "Fazer mais com menos".

COMUNICAÇÃO COM(2006) 105 final DA COMISSÃO, de 8 de março de 2006 – Livro Verde: Estratégia europeia para uma energia sustentável, competitiva e segura.

COMUNICAÇÃO COM(2006) 545 final DA COMISSÃO, de 19 de outubro de 2006 – Plano de Acção para a Eficiência Energética: Concretizar o Potencial.

COMUNICAÇÃO COM(2006) 590 final DA COMISSÃO AO CONSELHO EUROPEU, de 12 de outubro de 2006 – Relações externas no domínio da energia – Passar dos princípios à acção.

COMUNICAÇÃO COM(2007) 1 final DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU, de 10 de janeiro de 2007 – Uma Política Energética para a Europa.

COMUNICAÇÃO COM(2008) 781 final DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES, de 13 de novembro de 2008 – Segunda Análise Estratégica da Política Energética: Um Plano de Acção da UE sobre a Segurança Energética e Solidariedade.

COMUNICAÇÃO COM(2010) 2020 final DA COMISSÃO, de 3 de março de 2010 – EUROPA 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

COMUNICAÇÃO COM(2010) 639 final DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES, de 10 de novembro de 2010 – Energia 2020: Estratégia para uma energia competitiva, sustentável e segura.

COMUNICAÇÃO COM(2011) 539 final DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES, de 7 de setembro de 2011, relativa à segurança do aprovisionamento energético e à cooperação internacional – «A política energética da UE: Estreitar os laços com parceiros para além das nossas fronteiras».

COMUNICAÇÃO COM(2011) 885 final DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES, de 15 de dezembro de 2011 – Roteiro para a Energia 2050.

COMUNICAÇÃO COM(2014) 330 final DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO, de 28 de maio de 2014 – Estratégia europeia de segurança energética.

COMUNICAÇÃO COM(2015) 80 final DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO, de 25 de fevereiro de 2015 – Uma estratégia-quadro para uma União da Energia resiliente dotada de uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro.

Connolly, R., 2015a. The Impact of EU Economic Sanctions on Russia. In: Iana Dreyer e José Luengo-Cabrera, ed. 2015. *On target? EU Sanctions as Security Policy Tools*. Paris: European Union Institute for Security Studies, pp. 29-38.

———, 2015b. *Troubled Times: Stagnation, Sanctions and the Prospects for Economic Reform in Russia*. [pdf] Disponível em: https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/field/field_document/20150224TroubledTimesRussiaConnolly.pdf [Consultado em 27 de janeiro de 2016).

Conselho Europeu, 2014. *Statement of the Heads of State or Government on Ukraine*. [pdf] Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2014/03/pdf/statement-of-the-heads-of-state-or-government-on-ukraine,-brussels,-6-march-2014/> [Consultado em 16 de maio de 2016].

- Cooper, W. H., 2009. *Russia's Economic Performance and Policies and Their Implications for the United States – CRS Report for Congress*. [pdf] Disponível em: <https://www.fas.org/sgp/crs/row/RL34512.pdf> [Consultado em 12 de março de 2016].
- Cornot-Gandolphe, S., 2014. Crise ukrainienne: l'échiquier gazier. *Géopolitique*, (125), pp. 34-38.
- CUE (Conselho da União Europeia), 2009. *Joint Declaration of the Prague Eastern Partnership Summit* (Presse 78). [Comunicado de Imprensa] 7 de maio de 2009. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/107589.pdf [Consultado em 24 de junho de 2016].
- , 2010. *Joint Statement on the Partnership for Modernisation – EU-Russia Summit – 31 May - 1 June 2010*. [pdf] Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/114747.pdf [Consultado em 15 de janeiro de 2016].
- , 2014a. *Council conclusions on Ukraine*. 3 de março de 2014. [pdf] Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/141291.pdf [Consultado em 15 de abril de 2016].
- , 2014b. *Reinforced restrictive measures against Russia*. [Comunicado de Imprensa] 11 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2014/09/pdf/Reinforced-restrictive-measures-against-Russia/> [Consultado em 24 de junho de 2016].
- , 2014c. *Council conclusions on Ukraine*. 17 de março de 2014. [pdf] Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/en/workarea/downloadasset.aspx?id=15597> [Consultado em 15 de abril de 2016].
- , 2014d. *EU adopts restrictive measures against actions threatening Ukraine's territorial integrity* (PRESSE 156). [Comunicado de Imprensa] 17 de março de 2014. Disponível em:

<http://www.consilium.europa.eu/it/workarea/downloadasset.aspx?id=15599>

[Consultado em 16 de maio de 2016].

———, 2014e. *EU strengthens sanctions against actions undermining Ukraine's territorial integrity* (PRESSE 240). [Comunicado de Imprensa] 28 de abril de 2014. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/142411.pdf [Consultado em 16 de maio de 2016].

———, 2014f. *Council conclusions on Ukraine*. 12 de maio de 2014. [pdf] Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/142561.pdf [Consultado em 15 de abril de 2016].

———, 2014g. *EU sanctions over situation in Eastern Ukraine strengthened* (PRESSE 432). [Comunicado de Imprensa] 25 de julho de 2014. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/144144.pdf [Consultado em 16 de maio de 2016].

———, 2014h. *EU strengthens sanctions over situation in Eastern Ukraine*. EEAS, 14 de julho [em linha]. Disponível em: http://eeas.europa.eu/delegations/russia/press_corner/all_news/news/2014/20140714_en.htm [Consultado em 16 de maio de 2016].

———, 2014i. *Council conclusions on Ukraine*. 23 de junho de 2014. [pdf] Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/143341.pdf [Consultado em 15 de abril de 2016].

———, 2014j. *Adoption of agreed restrictive measures in view of Russia's role in Eastern Ukraine* (PRESSE 437). [Comunicado de Imprensa] 31 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2014/07/pdf/Adoption-of-agreed-restrictive-measures-in-view-of-Russia-s-role-in-Eastern-Ukraine/> [Consultado em 16 de maio de 2016].

———, 2014k. *Adoption of agreed EU restrictive measures over Crimea and Eastern Ukraine* (PRESSE 435). [Comunicado de Imprensa] 30 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press->

[releases/2014/07/pdf/Adoption-of-agreed-EU-restrictive-measures-over-Crimea-and-Eastern-Ukraine/](#) [Consultado em 16 de maio de 2016].

- , 2016a. *Ukraine territorial integrity: EU extends sanctions by 6 months* (116/16). [Comunicado de Imprensa] 10 de março de 2016. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/03/10-ukraine-territorial-integrity/> [Consultado em 16 de maio de 2016].
- , 2016b. *Misappropriation of Ukrainian state funds: EU extends asset freezes against 16 people* (98/16). [Comunicado de Imprensa] 4 de março de 2016. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/03/04-ukraine-state-funds/> [Consultado em 16 de maio de 2016].
- , 2016c. *Illegal annexation of Crimea and Sevastopol: EU extends sanctions by one year* (341/16). [Comunicado de Imprensa] 17 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/06/17-annexation-crimea-sevastopol-eu-extends-sanctions/> [Consultado em 16 de maio de 2016].
- , 2016d. *Russia: EU prolongs economic sanctions by six months* (402/16). [Comunicado de Imprensa] 1 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/07/01-russia-sanctions/> [Consultado em 16 de maio de 2016].

DECISÃO N.º 1364/2006/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 6 de setembro de 2006, que estabelece orientações para as redes transeuropeias de energia e revoga a Decisão n.º 96/391/CE e a Decisão n.º 1229/2003/CE.

DECISÃO C 1969 final, de 28 de maio de 2008, que estabelece os projetos de interesse comum elegíveis na área das redes de energia transeuropeias selecionados para receber ajuda financeira da Comunidade, no quadro da Decisão C(2007)3945 para o programa de trabalhos anual de 2007 e a apresentação de propostas lançada em 15 de junho de 2007.

Dellecker, A., 2007. "Kremlin Inc.": le système juridique au service de l'industrie énergétique. *Politique Étrangère* (4), pp. 851-862.

DFAT Australia (Department of Foreign Affairs and Trade), 2016. Russia. [em linha] Disponível em: <http://dfat.gov.au/international->

relations/security/sanctions/sanctions-regimes/Pages/russia.aspx [Consultado em 15 de maio de 2016].

DGPI (Direção-Geral para as Políticas Internas – UE), 2009. *An Assessment of the Gas and Oil Pipelines in Europe*. [pdf] Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201106/20110628ATT22856/20110628ATT22856EN.pdf> [Consultado em 20 de fevereiro de 2016].

DIRETIVA 2003/55/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 26 de junho de 2003, que estabelece regras comuns para o mercado interno de gás natural e que revoga a Diretiva 98/30/CE.

DIRETIVA 2004/67/CE DO CONSELHO, de 26 de abril de 2004, relativa a medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento em gás natural.

DIRETIVA 2006/67/CE DO CONSELHO, de 24 de julho de 2006, que obriga os Estados-Membros a manterem um nível mínimo de reservas de petróleo bruto e/ou de produtos petrolíferos.

DIRETIVA 2009/72/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 13 de Julho de 2009, que estabelece regras comuns para o mercado interno da eletricidade e que revoga a Diretiva 2003/54/CE.

DIRETIVA 2009/73/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 13 de julho de 2009, que estabelece regras comuns para o mercado interno do gás natural e que revoga a Diretiva 2003/55/CE.

DIRETIVA 2009/119/CE DO CONSELHO, de 14 de setembro de 2009, que obriga os Estados-Membros a manterem um nível mínimo de reservas de petróleo bruto e/ou de produtos petrolíferos.

Dolghi, D., 2014. Rethinking Interests and Preferences within the EU-Russia Relations in the Context of the Ukrainian Crisis. *Eurolimes* (18), pp. 13-28.

Dreyer, I. e Stang, G., 2014. *Energy moves and power shifts: EU foreign policy and global energy security*. Paris: Institute for Security Studies.

EBRD (European Bank for Reconstruction and Development), 2013. *Sustainable Energy Initiative in Russia*. [pdf] Disponível em: <http://www.ebrd.com/documents/comms-and-bis/sustainable-energy-initiative-in-russia-.pdf> [Consultado em 23 de março de 2016].

- EEAS (European External Action Service), 2012. *EU-Ukraine Association Agreement “Guide to the Association Agreement”*. [pdf] Disponível em: http://eeas.europa.eu/images/top_stories/140912_eu-ukraine-association-agreement-quick_guide.pdf [Consultado em 24 de junho de 2016].
- , 2014. Statements by EU leaders on Ukraine. 19 de fevereiro. [em linha] Disponível em: http://eeas.europa.eu/delegations/russia/press_corner/all_news/news/2014/2014_0219_2_en.htm [Consultado em 21 de fevereiro de 2016].
- , 2016a. Eastern Partnership. [em linha] Disponível em: http://eeas.europa.eu/eastern/index_en.htm [Consultado em 24 de junho de 2016].
- , 2016b. European Neighbourhood Policy (ENP). [em linha] Disponível em: <http://eeas.europa.eu/enp/> [Consultado em 24 de junho de 2016].
- , 2016c. The Russian Federation and the European Union (EU) - Delegation of the European Union to Russia. [em linha] Disponível em: https://eeas.europa.eu/delegations/russia/720/the-russian-federation-and-the-european-union-eu_en [Consultado em 21 de julho de 2016].
- , s.d.a. EU Relations with Russia. [em linha] Disponível em: http://eeas.europa.eu/russia/about/index_en.htm [Consultado em 13 de janeiro de 2016].
- , s.d.b. Tacis. Delegation of the European Union to Georgia. [em linha] Disponível em: http://eeas.europa.eu/delegations/georgia/eu_georgia/tech_financial_cooperation/instruments/tacis/index_en.htm [Consultado em 23 de abril de 2016].
- EECC (European Energy Charter Conference), 1994a. *The Energy Charter Treaty*. [pdf] Disponível em: http://www.energycharter.org/fileadmin/DocumentsMedia/Legal/1994_ECT.pdf [Consultado em 15 de junho de 2016].
- , 1994b. *Energy Charter Protocol on Energy Efficiency and Related Environmental Aspects*. [pdf] Disponível em:

http://www.energycharter.org/fileadmin/DocumentsMedia/Legal/1994_PEERE_A.pdf [Consultado em 15 de junho de 2016].

EEU (Eurasian Economic Union), 2016. About the Union. [em linha] Disponível em: <http://www.eaeunion.org/?lang=en#about> [Consultado em 15 de julho de 2016].

EIA (US Energy Information Administration), 2015a. Russia – International Analysis. [em linha] Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=RUS> [Consultado em 26 de janeiro de 2016].

———, 2015b. Ukraine – International Analysis. [em linha] Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=UKR> [Consultado em 19 de julho de 2016].

eKathimerini, 2007. Five nations sign oil pipeline deal for SE Europe. *eKathimerini*, 4 de abril. [em linha] Disponível em: <http://www.ekathimerini.com/48247/article/ekathimerini/business/five-nations-sign-oil-pipeline-deal-for-se-europe> [Consultado em 26 de julho de 2016].

Elorza, J., 2008. Rusia, un nuevo marco para su relación con la UE. *Política Exterior* 22(122), pp. 161-174.

Emerson, M., Tassinari, F. e Vahl, M., 2006. A New Agreement between the EU and Russia: Why, what and when? *CEPS Policy Brief*, [pdf] (103), pp. 1-18. Disponível em: <https://www.ceps.eu/system/files/book/1331.pdf> [Consultado em 17 de novembro de 2015].

Energy Community, 2016. Who Are We. [em linha] Disponível em: https://www.energy-community.org/portal/page/portal/ENC_HOME/ENERGY_COMMUNITY/Who_are_we [Consultado em 20 de agosto de 2016].

ESPO (European Strategic Partnerships Observatory), 2013. Permanent Partnership Council (PPC). [em linha] Disponível em: <http://strategicpartnerships.eu/dialogues/eu-russia-permanent-partnership-council-ppc/> [Consultado em 13 de março de 2016].

- ENTSO-E, 2015. Network Code Overview. [em linha] Disponível em: <https://www.entsoe.eu/major-projects/network-code-development/Pages/default.aspx> [Consultado em 13 de agosto de 2016].
- EurActiv, 2009. Buzek calls for EU ‘energy community’. *EurActiv*, 11 de dezembro. [em linha] Disponível em: <http://www.euractiv.com/section/energy/news/buzek-calls-for-eu-energy-community/> [Consultado em 19 de julho de 2016].
- , 2011. EU attempts to ‘speak with one voice’ on energy. *EurActiv*, 8 de setembro. [em linha] Disponível em: <http://www.euractiv.com/section/energy/news/eu-attempts-to-speak-with-one-voice-on-energy/> [Consultado em 19 de julho de 2016].
- Eurostat, 2014a. Supply, transformation and consumption of oil - annual data. [em linha] Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=nrg_102a&lang=en [Consultado em 14 de julho de 2016].
- , 2014b. Imports - oil - annual data. [em linha] Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=nrg_123a&lang=en [Consultado em 14 de julho de 2016].
- , 2014c. Supply, transformation and consumption of gas - annual data. [em linha] Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=nrg_103a&lang=en [Consultado em 14 de julho de 2016].
- , 2014d. Imports - gas - annual data. [em linha] Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=nrg_124a&lang=en [Consultado em 14 de julho de 2016].
- , 2014e. Complete energy balances - annual data. [em linha] Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=nrg_110a&lang=en [Consultado em 14 de julho de 2016].
- , 2015a. Real GDP growth rate – volume. [em linha] Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tec00115&plugin=1> [Consultado em 24 de janeiro de 2016].

- , 2015b. Gross domestic product at market prices. [em linha] Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/refreshTableAction.do?tab=table&plugin=1&init=1&pcode=tec00001&language=en> [Consultado em 24 de janeiro de 2016].
- Faas, H., Gracceva, F., Fulli, G. e Maserà, M., 2011. European Security – A European Perspective. In: A. Gheorghie e L. Muresan, ed., 2011. *Energy Security: International and Local Issues, Theoretical Perspectives, and Critical Energy Infrastructures*. Dordrecht, Países Baixos: Springer, pp. 9-21.
- Favennec, J., 2007. *Géopolitique de l'énergie: besoins, ressources, échanges mondiaux*. Paris: Editions Technip.
- Fernandes, C., 2010. A Europa e os desafios de Segurança, Working Paper. Projeto: Elementos para uma Estratégia de Segurança Energética para o Século XXI. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, 25 de julho de 2010.
- , 2012. EU Supply Security: Challenges for the Implementation of the Southern Gas Corridor. *Edição especial da Revista do Observatório Político com o Instituto de Segurança do Paquistão*.
- , 2015. Potencialidades e Desafios da Bacia do Cáspio para a Estratégia Europeia de Aprovisionamento: Oportunidades para Portugal. *Relações Internacionais*, (46), pp. 83-99.
- Fernandes, C. et al., 2014. Portugal, a Geopolítica da Energia e a Segurança Energética Europeia. In: Vítor Rodrigues Viana, coord., 2014. *Policy Paper 5*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Fernandes, C. e Duarte, A. P., 2011. O Problema do Abastecimento de Espanha e Portugal: A Questão do Magreb. In: CESEDEN – IDN, ed., 2011. *Segurança Nacional e Estratégias Energéticas de Portugal e Espanha*. Madrid/Lisboa: IDN – CESEDEN, pp. 37-76.
- Fernandes, C. e Ribeiro, J. F., 2010. Riscos e Oportunidades para a Segurança energética da União Europeia na Bacia do Cáspio, Working Paper n.º 3. Projeto: Portugal – Elementos para uma Estratégia de Segurança Energética para o Século XXI. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, 12 de julho de 2010.
- Feklyunina, V., 2008. The ‘Great Diversification Game’: Russia’s Vision of the European Union’s Energy Projects in the Shared Neighbourhood. *Journal of*

- Contemporary European Research*, [pdf] 4(2), pp. 130-148. Disponível em: <http://www.jcer.net/index.php/jcer/article/viewFile/95/90> [Consultado em 17 de novembro de 2015].
- Fredholm, M., 2005. *The Russian Energy Strategy & Energy Policy: Pipeline Diplomacy or Mutual Dependence?* [pdf] Conflict Studies Research Centre. Disponível em: <http://ippeki.com/en/pdf/R41.pdf> [Consultado em 18 de novembro de 2015].
- Freire, M. R., 2008. Relações UE-Rússia no quadro da presidência portuguesa: Registos de continuidade num contexto de mudança. *Relações Internacionais* (17), pp. 47-52.
- , 2011. *A Rússia de Putin: Vectores Estruturantes de Política Externa*. Série Cosmopolis. Coimbra: Almedina.
- Freire, M. R. e Daehnhardt, P., 2011. As relações entre a Alemanha e a Rússia. *Relações Internacionais*, (32), pp. 171-196.
- Furfari, S., 2007. *Le Monde et l'Énergie. Enjeux géopolitiques*. Paris: Editions Technip.
- , 2012. *Politique et géopolitique de l'énergie: une analyse des tensions internationales au XXIe siècle*. Paris: Editions Technip.
- , 2014. L'Ukraine, la Russie et l'UE: liées par le gaz. *Géopolitique*, (125), pp. 46-62.
- FutureTrillionaire, 2014. *Russian Federation (orthographic projection) – Crimea disputed*. Wikimedia Commons [imagem svg.]. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/File:Russian_Federation_\(orthographic_projection\)_-_Crimea_disputed.svg](https://en.wikipedia.org/wiki/File:Russian_Federation_(orthographic_projection)_-_Crimea_disputed.svg) [Consultado em 1 de setembro de 2016].
- G7, 2014a. *G-7 Leaders Statement*. [Comunicado de Imprensa] The White House, 2 de março de 2014. [em linha] Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/03/02/g-7-leaders-statement> [Consultado em 17 de maio de 2016].
- , 2014b. *Statement of G-7 Leaders on Ukraine* (EUCO 60/14). Conselho Europeu. [Comunicado de Imprensa] 12 de março de 2014. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/141460.pdf [Consultado em 17 de maio de 2016].

- , 2014c. *THE HAGUE DECLARATION following the G7 meeting on 24 March* (Statement 82/14). Comissão Europeia. [Comunicado de Imprensa] 24 de março de 2014. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_STATEMENT-14-82_en.htm [Consultado em 17 de maio de 2016].
- Gas Strategies, 2015. Industry Glossary. [em linha] Disponível em: <http://www.gasstrategies.com/industry-glossary> [Consultado em 12 de maio de 2016].
- Gas&Oil, 2007. Turkish-Greek pipeline now complete. *Alexander's Gas & Oil Connections*, 6 de setembro. [em linha] Disponível em: <http://www.gasandoil.com/news/europe/923d6fef90fe587bc1346da4f8975f5b> [Consultado em 24 de julho de 2016].
- Gazprom, 2012. South Stream gas pipeline construction starts up. [em linha] Disponível em: <http://www.gazprom.com/press/news/2012/december/article150873/> [Consultado em 19 de julho de 2016].
- , 2014a. Gas marketing in Europe. [em linha] Disponível em: <http://www.gazprom.com/about/marketing/europe/> [Consultado em 26 de janeiro de 2016].
- , 2014b. Transmission. [em linha] Disponível em: <http://www.gazprom.com/about/production/transportation/> [Consultado em 27 de janeiro de 2016].
- , 2016a. Yamal – Europe. [em linha] Disponível em: <http://www.gazprom.com/about/production/projects/pipelines/active/yamal-evropa/> [Consultado em 23 de janeiro de 2016].
- , 2016b. *Power of Siberia Map*. [imagem jpg.]. Disponível em: <http://www.gazprom.com/f/posts/74/805991/power-of-siberia-map-en-2016-04.jpg> [Consultado em 1 de setembro de 2016].
- Gazprom Export, 2015. TurkStream. [em linha] Disponível em: <http://www.gazpromexport.ru/en/projects/6/> [Consultado em 19 de julho de 2016].

- , s.d.. Transportation. [em linha] Disponível em: <http://www.gazpromexport.ru/en/projects/transportation/> [Consultado em 16 de fevereiro de 2016].
- Genç, S., 2009. Energy Nexus Between Russia and the EU: Competition and Dialogue. *Akademik Arastirmalar Dergisi*, (40), pp. 15-31.
- GeoCurrents, 2014. *Federal Subjects of Russia – Grouped by Type*. Sarah Patterson, através do SlidePlayer [imagem jpeg.]. Disponível em: <http://slideplayer.com/slide/9368401/> [Consultado em 1 de setembro de 2016].
- Geropoulos, K., 2016. Russia wants EU gas pipe inroads backing Nord Stream. New Europe, 29 de julho. [em linha] Disponível em: <https://www.neweurope.eu/article/moving-closer-together-putin-erdogan-push-turkish-stream/> [Consultado em 19 de agosto de 2016].
- Glamotchak, M., 2014. La diplomatie énergétique russe, un exercice de puissance. *Géopolitique*, (125), pp. 39-45.
- Golanski, R., 2016. One year after Minsk II: consequences and progress. *European View*, [pdf] 15(1), pp. 67-76. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s12290-016-0398-2> [Consultado em 16 de maio de 2016].
- Goldman, M., 2008. *Petrostate - Putin, Power, and the New Russia*. Oxford: Oxford University Press.
- Goldthau, A., 2008. Resurgent Russia? Rethinking Energy Inc.. *Policy Review*, (147), pp. 53-65.
- Goldthau, A. e Sitter, N., 2015. Soft power with a hard edge: EU policy tools and energy security. *Review of International Political Economy*, [pdf] 22(5), pp. 941-965. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09692290.2015.1008547> [Consultado em 12 de novembro de 2015].
- Gorst, I., 2015. Construction of Tanap pipeline begins in Turkey as EU and Russia spar for upper hand. *Financial Times*, 18 de março. [em linha] Disponível em: <https://www.ft.com/content/be6120f0-6a87-3923-80df-8fe6d4ceeabc> [Consultado em 23 de julho de 2016].
- Government of Canada, 2016. Canadian Sanctions Related to Russia – Global Affairs Canada. [em linha] Disponível em:

<http://www.international.gc.ca/sanctions/countries-pays/Russia-Russie.aspx?lang=eng> [Consultado em 16 de maio de 2016].

Government of the UK, 2005. UK Presidency Priorities as set out by the UK Prime Minister to the European Parliament - 23 June 2005. *UK Presidency of the EU*. [em linha] Disponível em: <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20100202100434/http://www.eu2005.gov.uk/servlet/Front?pagename=OpenMarket/Xcelerate/ShowPage&c=Page&cid=1119518580438> [Consultado em 15 de abril de 2016].

Gretskiy, I., Treshchenkov, E. e Golubev, K., 2014. Russia's perceptions and misperceptions of the EU Eastern Partnership. *Communist and Post-Communist Studies*, [pdf] 47(3-4), pp. 375-383. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14782800802309938> [Consultado em 12 de novembro de 2015].

Gros, D., 2015. The price of oil and Soviet/Russian aggressiveness. *CEPS Commentary*. [pdf]. Disponível em: <https://www.ceps.eu/system/files/DG%20Oil%20price%20and%20Russian%20behaviour.pdf> [Consultado em 17 de julho de 2016].

Grygiel, J., 2015. The Geopolitics of Europe: Europe's Illusions and Delusions. *Orbis* 59(4), pp. 505-517.

Guéneq, M., 2008. La Russie face à l'extension de l'OTAN en Europe. *Hérodote*, (129), pp. 221-246.

Guriev, S., 2016. Russia's Constrained Economy. *Foreign Affairs*, 95(3), pp. 18-22.

Gusev, A., 2013. Energy Efficiency Policy in Russia: Scope for EU-Russia Cooperation. *SWP Comments*, [pdf] (16), pp. 1-8. Disponível em: https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2013C16_gsv.pdf [Consultado em 26 de janeiro de 2016].

Hadfield, A., 2008. EU-Russia Energy Relations: Aggregation and Aggravation. *Journal of Contemporary European Studies*, [pdf] 16(2), pp. 231-248. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14782800802309953> [Consultado em 11 de novembro de 2015].

- Hafner, M., 2012. Russian Strategy on Infrastructure and Gas Flows to Europe. *POLINARES working paper n. 73*. [pdf] Disponível em: http://www.polinares.eu/docs/d5-1/polinares_wp5_chapter5_2.pdf [Consultado em 30 de janeiro de 2016].
- Haggard, S. e Simmons, B. A., 1987. Theories of international regimes. *International Organization*, [pdf] 41(3), pp. 491-517. Disponível em: https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/3117934/Simmons_TheoriesInternational.pdf?sequence=2 [Consultado em 19 de fevereiro de 2016].
- Haghighi, S. S., 2007. *Energy Security: the external legal relations of the European Union with major oil- and gas-supplying countries*. Oxford/Portland: Hart Publishing.
- Haines, J. R., 2015. The Geopolitics of Russia's Networked Energy Infrastructure. *Orbis*, 59(4), pp. 557-599.
- Harsem, O. e Claes, D. H., 2013. The interdependence of European-Russian energy relations. *Energy Policy*, [pdf] 59, pp. 784-791. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2013.04.035> [Consultado em 12 de novembro de 2015].
- Hartley, P. e Medlock III, K. B., 2009. Potential Futures for Russian Natural Gas Exports. *The Energy Journal*, [pdf] 30(Special Issue: World Natural Gas Markets and Trade: A Multi-Modeling Perspective), pp. 73-95. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41323197> [Consultado em 17 de novembro de 2015].
- Hazakis, K. e Proedrou, F., 2012. EU-Russia Energy Diplomacy: The Need for an Active Strategic Partnership. *EU Diplomacy Paper*. College of Europe – Department of EU International Relations and Diplomacy Studies. [pdf] Disponível em: https://www.coleurope.eu/system/files_force/research-paper/edp_4_2012_hazakis_proedrou_0.pdf?download=1 [Consultado em 13 de janeiro de 2016].
- Heinrich, A., 2014. Introduction: Export Pipelines in Eurasia. In: Andreas Heinrich e Heiko Pleines, 2014. *Export Pipelines from the CIS Region: Geopolitics, Securitization, and Political Decision-Making*. Estugarda: ibidem-Verlag, pp. 13-73.

- Hofstrand, D., 2014. Energy Measurements and Conversions. [em linha] Disponível em: <https://www.extension.iastate.edu/agdm/wholefarm/html/c6-86.html> [Consultado em 15 de julho de 2016].
- Hoogeveen, F. e Perlot, W., 2007. The EU's policies of security of energy supply towards the Middle East and Caspian region: Major Power Politics? *Perspectives on Global Development & Technology*, [pdf] 6(1), pp. 485-507. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1163/156914907X207847> [Consultado em 16 de novembro de 2015].
- Hughes, J., 2001. Chechnya: the Causes of a Protracted Post-Soviet Conflict. *Civil Wars*, [pdf] 4(4), pp. 11-48. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13698240108402486> [Consultado em 10 de dezembro de 2015].
- IEA (International Energy Agency), 2013. Russian Federation - Balance - IEA Sankey Diagram. [em linha] Disponível em: <http://www.iea.org/Sankey/index.html?c=RussianFederation&s=Balance> [Consultado em 23 de novembro de 2015].
- , 2016a. Gas Trade Flows in Europe, in Mcm. [em linha]. Disponível em: <https://www.iea.org/gtf/#> [Consultado em 17 de novembro de 2015].
- , 2016b. Export GTF IEA. [Ficheiro Excel]. Disponível em: https://www.iea.org/gtf/download/Export_GTF_IEA.xls [Consultado em 17 de agosto de 2016].
- IEC (International Energy Charter), 2009. *MASTER PLAN – Ukrainian Gas Transmission System (UGTS) – Priority Objects – Modernisation and Reconstruction*. [pdf] Disponível em: http://www.energycharter.org/fileadmin/DocumentsMedia/Presentations/CBP-Ukraine_GTS.pdf [Consultado em 16 de fevereiro de 2016].
- , 2015a. The European Energy Charter. [em linha] Disponível em: <http://www.energycharter.org/process/european-energy-charter-1991/> [Consultado em 15 de junho de 2016].

- , 2015b. The Energy Charter Treaty. [em linha] Disponível em: <http://www.energycharter.org/process/energy-charter-treaty-1994/energy-charter-treaty/> [Consultado em 15 de junho de 2016].
- , 2015c. The Protocol on Energy Efficiency and Related Environmental Aspects (PEEREA). [em linha] Disponível em: <http://www.energycharter.org/process/energy-charter-treaty-1994/energy-efficiency-protocol/> [Consultado em 15 de junho de 2016].
- , 2015d. Russian Federation. [em linha] Disponível em: <http://www.energycharter.org/who-we-are/members-observers/countries/russian-federation/> [Consultado em 15 de junho de 2016].
- , 2016. The International Energy Charter. [em linha] Disponível em: <http://www.energycharter.org/process/international-energy-charter-2015/overview/> [Consultado em 15 de junho de 2016].
- Interfax-Ukraine, 2016. No date set for trilateral gas talks – Ukrainian energy minister. *Interfax-Ukraine – Ukraine News Agency*, 23 de março. [em linha] Disponível em: <http://en.interfax.com.ua/news/economic/332752.html> [Consultado em 22 de julho de 2016].
- Intharak, N., et al., 2007. *A quest for energy security in the 21st century*. [pdf] Asia Pacific Energy Research Centre. Disponível em: http://aperc.ieej.or.jp/file/2010/9/26/APERC_2007_A_Quest_for_Energy_Security.pdf [Consultado em 12 de outubro de 2015].
- IPEEC (International Partnership for Energy Efficiency Cooperation), 2016. Introduction. [em linha] Disponível em: <http://www.ipeec.org/cms/1-introduction-.html> [Consultado em 12 de abril de 2016].
- IPRI (Instituto Português de Relações Internacionais), 2016. A Geopolítica do Gás e o Futuro da relação Euro-Russa – Geo4Ger. [em linha]. Disponível em: <http://www.ipri.pt/index.php/pt/projectos-hm-pt/em-curso/616-a-geopolitica-do-gas-e-o-futuro-da-relacao-euro-russa-geo4ger> [Consultado em 12 de setembro de 2016].

- Johansson, B., 2013. A broadened typology on energy and security. *Energy*, [pdf] 53, pp. 199-205. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.energy.2013.03.012> [Consultado em 10 de novembro de 2015].
- Jonsson, D. K., Johansson, B., Mansson, A., Nilsson, L. J., Nilsson, M. e Sonnsjö, H., 2015. Energy security matters in the EU Energy Roadmap. *Energy Strategy Reviews*, [pdf] 6, pp. 48-56. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.esr.2015.03.002> [Consultado em 10 de novembro de 2015].
- Jornal Oficial das Comunidades Europeias, Número L 327, de 28 de novembro de 1997 – ACORDO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO que estabelece uma parceria entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a Federação da Rússia, por outro.*
- Jornal Oficial das Comunidades Europeias, Número L 157, de 24 de junho de 1999 – Estratégia Comum da União Europeia de 4 de junho de 1999 em relação à Rússia.*
- Kalinichenko, P. A., 2011. The Development of Legal Framework for Russia-EU Relations: 2010 Results. *Baltic Region*, [pdf] (3), pp. 27-33. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Paul_Kalinichenko2/publication/239523755_The_Development_of_Legal_Framework_for_Russia-EU_Relations_2010_Results/links/00b7d51c0e74d29e95000000.pdf?origin=publication_detail [Consultado em 15 de dezembro de 2015].
- Kandiyoti, R., 2015. *Powering Europe: Russia, Ukraine, and the Energy Squeeze*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Karaganov, S., Bordachev, T., Guseinov, V., Lukyanov, F. e Suslov, D., 2005. Russia-EU Relations: The Present Situation and Prospects. *CEPS Working Paper No. 225*. [pdf] Disponível em: <https://www.ceps.eu/system/files/book/1246.pdf> [Consultado em 14 de fevereiro de 2016].
- Kazharski, A. e Makarychev, A., 2015. Suturing the Neighborhood? - Russia and the EU in Conflitual Intersubjectivity. *Problems of Post-Communism*, [pdf] 62(6), pp. 328-339. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10758216.2015.1057077> [Consultado em 11 de novembro de 2015].

- Keohane, R., 1984. *After Hegemony: Co-operation and Discord in the World Political Economy*. Princeton, Nova Jérсия, EUA: Princeton University Press.
- , 1986. Reciprocity in international relations. *International Organization*, [pdf] 40(1), pp. 1-27. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706740> [Consultado em 12 de janeiro de 2016].
- Keohane, R. e Nye, J., 1989. *Power and Interdependence*. Nova Iorque: Harper Collins.
- Keppler, J. H., 2007. L'Union européenne et sa politique énergétique. *Politique Étrangère* (3), pp. 529-543.
- , 2012. *International Relations and Security of Energy Supply: Risks to Continuity and Geopolitical Risks*. [pdf] Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/dv/studykeppl/studykeppler.pdf [Consultado em 12 de outubro de 2015].
- Kirchner, E. e Berk, C., 2010. European Energy Security Co-operation: Between Amity and Enmity. *Journal of Common Market Studies*, [pdf] 48(4), pp. 859-880. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-5965.2010.02077.x> [Consultado em 18 de novembro de 2015].
- Konoplyanik, A., 2009. A Common Russia-EU Energy Space: The New EU-Russia Partnership Agreement, Acquis Communautaire and the Energy Charter. *Journal of Energy & Natural Resources Law*, [pdf] 27(2), pp. 258-291. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/02646811.2009.11435215> [Consultado em 11 de novembro de 2015].
- Korchemkin, M., 2006. Major Gas Pipelines of Belarus and Comments to Russia-Belarus Gas Dispute. *East European Gas Analysis*. [em linha] Disponível em: <http://www.eegas.com/belarus1.htm> [Consultado em 15 de janeiro de 2016].
- Kramer, A., 2005. \$13 billion Sibneft deal fulfills Gazprom quest. *The New York Times*, 29 de setembro. [em linha] Disponível em: http://www.nytimes.com/2005/09/29/business/worldbusiness/29iht-gazprom.html?_r=1& [Consultado em 21 de setembro de 2015].
- Kratochvíl, P. e Tichý, L., 2013. EU and Russia discourse on energy relations. *Energy Policy*, [pdf] 56, pp. 391-406. Disponível em:

- <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2012.12.077> [Consultado em 15 de novembro de 2015].
- Krushelnycky, A., 2004. CIS: Russian, Ukrainian, Kazakh Parliaments Ratify Treaty On Single Economic Space. *Radio Free Europe/Radio Liberty*, 21 de abril. [em linha] Disponível em: <http://www.rferl.org/content/article/1052410.html> [Consultado em 24 de junho de 2016].
- Kucharski, J. e Unesaki, H., 2015. A policy-oriented approach to energy security. *Procedia Environmental Science*, [pdf] 28, pp. 27-36. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.proenv.2015.07.005> [Consultado em 10 de novembro de 2015].
- Lainela, S., 2008. Priority national projects. *BOFIT Online* (6), pp. 11-16. [pdf] Disponível em: <http://www.suomenpankki.fi/pdf/158830.pdf> [Consultado em 16 de março de 2016].
- Landsbergis, V., 2008. Russia as Partner. [em linha] Disponível em: <http://www.landsbergis.lt/articles/view/380> [Consultado em 23 de maio de 2016].
- Larionova, M. e Nagornov, V., 2010. Making the Most of the Partnership for Modernisation. *The EU-Russia Centre Review*, [pdf] (15), pp. 33-54. Disponível em: http://www.eu-russiacentre.org/wp-content/uploads/2008/10/EURC_review_XV_ENG.pdf [Consultado em 14 de novembro de 2015].
- Lavrov, S., 2013. State of the Union - Russia-EU: Prospects for Partnership in the Changing World. *Journal of Common Market Studies*, [pdf] 51(1), pp. 6-12. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/jcms.12047> [Consultado em 12 de novembro de 2015].
- Le Coq, C. e Paltseva, E., 2009. Measuring the security of external energy supply in the European Union. *Energy Policy*, [pdf] 37(11), pp. 4474-4481. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2009.05.069> [Consultado em 17 de novembro de 2015].

- , 2012. Assessing gas transit risks: Russia vs the EU. *Energy Policy*, [pdf] 42, pp. 642-650. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2011.12.037> [Consultado em 13 de novembro de 2015].
- Leal, A. C., 2011. As relações energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades. *Coleção IDN Cadernos*, n.º 3. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- , 2015. Os Riscos e Oportunidades das Bacias do Norte de África e da África Ocidental no Abastecimento a Portugal. *Relações Internacionais*, (46), pp. 45-60.
- Leonard, M. e Popescu, N., 2007. *A Power Audit of EU-Russia Relations*. European Council of Foreign Relations. [pdf] Disponível em: http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR-02_A_POWER_AUDIT_OF_EU-RUSSIA_RELATIONS.pdf [Consultado em 14 de abril de 2016].
- Lieb-Dóczy, E., Börner, A. e MacKerron, G., 2003. Who Secures the Security of Supply? European perspectives on security, competition, and liability. *The Electricity Journal*, [pdf] 16(10), pp. 10-19. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.tej.2003.10.008> [Consultado em 17 de novembro de 2015].
- Light, M., 2006. Russian Energy and the European Union. *The World Today*, 62(11), pp. 20-22.
- , 2008. Keynote Article: Russia and the EU: Strategic Partners or Strategic Rivals? *Journal of Common Market Studies*, [pdf] 46(1), pp. 7-27. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-5965.2008.00808.x> [Consultado em 19 de novembro de 2015].
- Locatelli, C., 2015. EU-Russia trading relations: the challenges of a new gas architecture. *European Journal of Law and Economics*, [pdf] 39(2), pp. 313-329. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10657-013-9423-y> [Consultado em 11 de novembro de 2015].
- , 2015. Gazprom, le Kremlin et le marché. *Le Monde Diplomatique*, 62(734), p. 6.

- Lough, J., 2011. Russia's Energy Diplomacy. *The Means and Ends of Russian Influence Abroad Series - Briefing Paper 2011/01*. [pdf] Disponível em: https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/19352_0511bp_lough.pdf [Consultado em 16 de maio de 2016].
- Lukoil, 2014. *Analyst Databook 2014*. [pdf] Disponível em: http://www.lukoil.com/materials/doc/AGSM_2015/LUKOIL_DB_Book_eng_2014.pdf [Consultado em 20 de janeiro de 2016].
- Lynch, D., 2004. Russia's Strategic Partnership with Europe. *The Washington Quarterly*, 27(2), pp. 99-118.
- Mabro, R., 2008. On the security of oil supplies, oil weapons, oil nationalism and all that. *OPEC Energy Review*, [pdf] 32(1), pp. 1-12. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1753-0237.2008.00139.x> [Consultado em 20 de novembro de 2015].
- Marten, K., 2015. Putin's Choices: Explaining Russian Foreign Policy and Intervention in Ukraine. *The Washington Quarterly*, 38(2), pp. 189-204.
- Martins da Silva, A., 2010. *História da Unificação Europeia: A Integração Comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Marxsen, C., 2014. The Crimea Crisis - An International Law Perspective. *ZaöRV*, [pdf] (74), pp. 367-391. Disponível em: http://www.mpil.de/files/pdf4/Marxsen_2014_-_The_crimea_crisis_-_an_international_law_perspective.pdf [Consultado em 17 de maio de 2016].
- McFarquhar, N., 2014. Gazprom Cuts Russia's Natural Gas Supply to Ukraine. *The New York Times*, 17 de junho. [em linha] Disponível em: http://www.nytimes.com/2014/06/17/world/europe/russia-gazprom-increases-pressure-on-ukraine-in-gas-dispute.html?_r=0 [Consultado em 21 de julho de 2016].
- McFaul, M., 2001. *Russia's Unfinished Revolution – Political Change from Gorbachev to Putin*. Nova Iorque: Cornell University Press.
- McGregor, R. e Fontanella-Khan, J., 2014. Russia suspended from G8, but not expelled. *Financial Times*, 24 de março. [em linha] Disponível em:

<https://www.ft.com/content/ef5a543e-b32b-11e3-b09d-00144feabdc0>

[Consultado em 21 de março de 2016].

MEFR (Ministério da Energia da Federação Russa), 2003. *The summary of the Energy Strategy of Russia for the period of up to 2020*. [pdf] Disponível em: http://ec.europa.eu/energy/russia/events/doc/2003_strategy_2020_en.pdf [Consultado em 26 de setembro de 2015].

———, 2010. *Energy Strategy of Russia – For the period up to 2030*. [pdf] Disponível em: [http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_\(Eng\).pdf](http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_(Eng).pdf) [Consultado em 2 de setembro de 2015].

Murphy, K., 2006. Gasoduto ou armadilha: a Europa e a disputa de gás entre a Rússia/Ucrânia. *O Mundo em Português*, 7(61), pp. 24-25.

Nabucco, 2009. *Nabucco Gas Pipeline Project*. [pdf] Disponível em: <http://www.iraniangas.ir/Portal/File/ShowFile.aspx?ID=787d9dec-025e-44dd-9f43-bd8fd3f18216> [Consultado em 19 de julho de 2016].

Nappert, S., 2010. EU-Russia Relations in the Energy Field: The Continuing Role of International Law. *International Association for Energy Economics*. [pdf] Disponível em: https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwil94i_7MHOAhVF1RQKHfDyA0gQFggeMAA&url=https%3A%2F%2Fwww.iaee.org%2Fen%2Fpublications%2Fnewsletterdl.aspx%3Fid%3D110&usg=AFQjCNEcvHbmFRfIYh2a5yXAzC5PZnoFEg [Consultado em 15 de junho de 2016].

Neft, A., 2014. Pipe dreams: Europe wrestles with Russian energy dependency. *Jane's Intelligence Review*, 26(6), pp. 56-57.

Neuman, M., 2010. EU-Russian Energy Relations after the 2004/2007 EU Enlargement: An EU Perspective. *Journal of Contemporary European Studies*, [pdf] 18(3), pp. 341-360. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14782804.2010.507918> [Consultado em 11 de novembro de 2015].

Nies, S., 2010. L'Énergie, l'UE et la Russie. *Hérodote*, (138), pp. 79-93.

Nord Stream AG., s.d.. Operations. [em linha] Disponível em: <http://www.nord-stream.com/operations/> [Consultado em 29 de fevereiro de 2016].

- Novatek, 2016a. About Us. [em linha] Disponível em: <http://www.novatek.ru/en/about/general/> [Consultado em 20 de fevereiro de 2016].
- , 2016b. Production. [em linha] Disponível em: <http://www.novatek.ru/en/business/production/> [Consultado em 20 de fevereiro de 2016].
- Nunes, C. C., 2015. O Golfo da Guiné e o Abastecimento Energético de Portugal. *Relações Internacionais*, (46), pp. 61-82.
- Nussberger, A., 2009. The War between Russia and Georgia – Consequences and Unresolved Questions. *Göttingen Journal of International Law*, [pdf] 1(2), pp. 341-364. Disponível em: http://www.gojil.eu/issues/12/12_article_nussberger.pdf [Consultado em 18 de janeiro de 2016].
- Odling-Smee, J., 2006. The IMF and Russia in the 1990s. *IMF Staff Papers*, [pdf] 53(1), pp. 151-194. Disponível em: <https://www.imf.org/External/Pubs/FT/staffp/2006/01/pdf/odling.pdf> [Consultado em 15 de janeiro de 2016].
- OECD (The Observatory of Economic Complexity), 2014. Where does Russia export Refined Petroleum to? (2014). [em linha] Disponível em: http://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/export/rus/show/2710/2014/ [Consultado em 24 de janeiro de 2016].
- OFAC (US Office of Foreign Assets Control), 2016. *Ukraine/Russia-Related Sanctions Program*. [pdf] Disponível em: <https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/ukraine.pdf> [Consultado em 14 de maio de 2016].
- Official Russia, n.d.. Server of the State Bodies of the Russian Federation. [em linha] Disponível em: http://www.gov.ru/index_en.html [Consultado em 12 de abril de 2016].
- Olcott, M. B., 2004. *The Energy Dimension in Russian Global Strategy*. Carnegie Endowment. [pdf] Disponível em: http://carnegieendowment.org/files/wp-2005-01_olcott_english1.pdf [Consultado em 25 de setembro de 2015].

- ONU (Organização das Nações Unidas), 2004. *Russian Federation. Maps of Russia* [imagem gif.]. Disponível em: <http://www.russiamap.org/images/full/political-un.gif> [Consultado em 1 de setembro de 2016].
- , 2014a. *Resolution A/RES/68/262 adopted by the General Assembly on 27 March 2014 – 68/262. Territorial integrity of Ukraine*. 1 de abril. [pdf] Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/262 [Consultado em 13 de março de 2016].
- , 2014b. *General Assembly – Sixty-eighth session – 80th plenary meeting: Official Records A/68/PV.80*. 27 de março. [pdf] Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/68/PV.80 [Consultado em 13 de março de 2016].
- , 2014c. *Security Council Draft Resolution S/2014/189 – 15 March 2014*. 15 de março. [pdf]. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2014/189 [Consultado em 13 de março de 2016].
- , 2014d. *Security Council 7138th meeting (S/PV.7138) – 15 March 2014*. 15 de março. [pdf]. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.7138 [Consultado em 13 de março de 2016].
- OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), 2016. *Daily and spot reports from the Special Monitoring Mission to Ukraine*. [em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/ukraine-smm/reports> [Consultado em 12 de julho de 2016].
- OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), 2014. *North Atlantic Council statement on the situation in Ukraine (Press Release (2014) 033)*. [Comunicado de Imprensa] 2 de março. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_107681.htm [Consultado em 21 de fevereiro de 2016].
- PACE (Parliamentary Assembly of the Council of Europe), 2014. *Resolution 1990 (2014) - Reconsideration on substantive grounds of the previously ratified credentials of the Russian delegation*. 10 de abril. [pdf]. Disponível em:

<http://semantic-pace.net/tools/pdf.aspx?doc=aHR0cDovL2Fzc2VtYmx5LmNvZS5pbmQvbncveG1sL1hSZWYvWDJILURXLWV4dHIuYXNwP2ZpbGVpZD0yMDg4MiZsYW5nPUVO&xsl=aHR0cDovL3NlbWFudGljcGFjZS5uZXQvWHNsdC9QZGYvWFJiZi1XRC1BVC1YTUwyUERGLnhzbA==&xsltparams=ZmlsZWlkPTIwODgy> [Consultado em 21 de fevereiro de 2016].

Padgett, S., 2011. Energy Co-operation in the Wider Europe: Institutionalizing Interdependence. *Journal of Common Market Studies*, [pdf] 49(5), pp. 1065-1087. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-5965.2010.02168.x> [Consultado em 11 de novembro de 2015].

Paillard, C., 2010. Russia and Europe's Mutual Energy Dependence. *Journal of International Affairs*, 63(2), pp. 65-84. Disponível em: <https://www.ciaonet.org/catalog/21996> [Consultado em 20 de novembro de 2015].

Parlamento Europeu, 2014. Ukraine: MEPs call for firm action on Russia to prevent further escalation. [em linha] Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/en/news-room/20140312STO38705/ukraine-meps-call-for-firm-action-on-russia-to-prevent-further-escalation> [Consultado em 21 de fevereiro de 2016].

Pavlovsky, G., 2016. Russian Politics under Putin. *Foreign Affairs*, 95(3), pp. 10-17.

Pick, L., 2012. EU-Russia energy relations: a critical analysis. *POLIS*, [pdf] 7(Verão 2012), pp. 322-365. Disponível em: <http://www.polis.leeds.ac.uk/assets/files/students/student-journal/ug-summer-12/lisa-pick.pdf> [Consultado em 18 de novembro de 2015].

Pirani, S., Stern, J. e Yafimava, K., 2009. *The Russo-Ukrainian gas dispute of January 2009: a comprehensive assessment*. Oxford Institute for Energy Studies. [pdf] Disponível em: <https://www.oxfordenergy.org/wpcms/wp-content/uploads/2010/11/NG27-TheRussoUkrainianGasDisputeofJanuary2009AComprehensiveAssessment-JonathanSternSimonPiraniKatjaYafimava-2009.pdf> [Consultado em 7 de janeiro de 2016].

- Polkinghorne, M., 2014. Take-or-Pay Conditions in Gas Supply Agreements. *Paris Energy Series*, [pdf] (7), pp. 1-8. Disponível em: <http://www.whitecase.com/sites/whitecase/files/files/download/publications/alert-Paris-Energy-Series-No7-October-2014.pdf> [Consultado em 18 de maio de 2016].
- Poten&Partners, 2016. Cheaper LNG forces Russia to cut prices for pipeline gas. [em linha] Disponível em: <http://www.poten.com/cheaper-lng-forces-russia-to-cut-prices-for-pipeline-gas> [Consultado em 12 de agosto de 2016].
- President of Russia, 2009. Conceptual Approach to the New Legal Framework for Energy Cooperation (Goals and Principles). [em linha] Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/258> [Consultado em 15 de junho de 2016].
- Proedrou, F., 2007. The EU–Russia Energy Approach under the Prism of Interdependence. *European Security*, [pdf] 16(3-4), pp. 329-355. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09662830701751190> [Consultado em 19 de novembro de 2015].
- Quivy, R. e Campenhoudt, L., 2005. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4.^a ed. Traduzido do francês por J. M. Marques, M. A. Mendes e M. Carvalho. Lisboa: Gradiva.
- Radut, C., 2015. AGRI - Azerbaijan/Georgia/Romania Interconnector Project takes shape. *Nine O'Clock Romania*, 25 de junho. [em linha] Disponível em: <http://www.nineoclock.ro/agri-azerbajjangeorgiaromania-interconnector-project-takes-shape/> [Consultado em 24 de julho de 2016].
- Raff, A., 2004. Belarus Gets Relief in Gas Dispute. *The Wall Street Journal*, 19 de fevereiro. [em linha] Disponível em: <http://www.wsj.com/articles/SB107722644965334360> [Consultado em 15 de setembro de 2016].
- Ramicone, A., Rocca, P., Gisser, S. e Metzger, J., 2014. The Ukrainian Crisis – A Disputed Past and Present. *IOP Harvard Policy Brief*. [pdf] Disponível em: <http://iop.harvard.edu/sites/default/files/rpp/NatsecUkraine2014.pdf> [Consultado em 16 de julho de 2016].

REGULAMENTO (CE) n.º 1775/2005 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 28 de setembro de 2005, relativo às condições de acesso às redes de transporte de gás natural.

REGULAMENTO (CE) n.º 713/2009 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 13 de Julho de 2009, que institui a Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia.

REGULAMENTO (CE) n.º 714/2009 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 13 de Julho de 2009, relativo às condições de acesso à rede para o comércio transfronteiriço de eletricidade e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1228/2003.

REGULAMENTO (UE) n.º 994/2010 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 20 de outubro de 2010, relativo a medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento de gás e que revoga a Diretiva 2004/67/CE do Conselho.

REGULAMENTO (UE) n.º 1150/2014 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 29 de outubro de 2014, que altera o Regulamento (UE) n.º 374/2014 relativo à redução ou à eliminação de direitos aduaneiros sobre as mercadorias originárias da Ucrânia.

REGULAMENTO DELEGADO (UE) 2016/89 DA COMISSÃO de 18 de novembro de 2015 que altera o Regulamento (UE) n.º 347/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à lista da União de projetos de interesse comum.

Resolução P7_TA(2009)0021 do Parlamento Europeu, de 17 de setembro de 2009, sobre os aspetos externos da segurança energética. [em linha] Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P7-TA-2009-0021+0+DOC+XML+V0//PT> [Consultado em 19 de julho de 2016].

Resolução P7_TA(2014)0457 do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2014, sobre a pressão russa sobre os países da Parceria Oriental e, em particular, a desestabilização da Ucrânia oriental. [em linha] Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P7-TA-2014-0457+0+DOC+XML+V0//PT> [Consultado em 19 de julho de 2016].

- Resolução P8_TA(2015)0011 do Parlamento Europeu, de 15 de janeiro de 2015, sobre a situação na Ucrânia. [em linha] Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P8-TA-2015-0011+0+DOC+XML+V0//PT> [Consultado em 19 de julho de 2016].
- Reuters, 2009. Croatia puts PEOP pipeline on hold, seeks new ways. *Reuters*, 28 de setembro. [em linha] Disponível em: <http://www.reuters.com/article/croatia-peop-idAFLS28073720090928> [Consultado em 26 de julho de 2016].
- Ribeiro, J. F. e Leal, A. C., 2015. As Ásias, a Europa e os Atlânticos sob o signo da energia: Horizonte 2030. *Coleção IDN Cadernos, n.º 17*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Riley, A., 2012. Commission v. Gazprom: The antitrust clash of the decade? *CEPS Policy Brief*, [pdf] (285). Disponível em: https://www.ceps.eu/system/files/PB%20No%20285%20AR%20Commission%20v%20Gazprom_0.pdf [Consultado em 16 de dezembro de 2015].
- Rodrigues, T., Leal, A. C. e Ribeiro, J. F., 2011. *Uma Estratégia de Segurança Energética para o Século XXI em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda – Instituto da Defesa Nacional.
- Romanova, T., 2008. The Russian Perspective on the Energy Dialogue. *Journal of Contemporary European Studies*, [pdf] 16(2), pp. 219-230. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14782800802309938> [Consultado em 11 de novembro de 2015].
- , 2014. Russian energy in the EU market: Bolstered institutions and their effects. *Energy Policy*, [pdf] 74, pp. 44-53. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2014.07.019> [Consultado em 13 de novembro de 2015].
- Rosneft, 2016a. Shareholder Structure. [em linha] Disponível em: http://rosneft.com/Investors/structure/share_capital/ [Consultado em 25 de janeiro de 2016].
- , 2016b. Production and Development. [em linha] Disponível em: <http://rosneft.com/Upstream/ProductionAndDevelopment/> [Consultado em 25 de janeiro de 2016].

- Rumer, E. B., 2007. Putin's Foreign Policy - A Matter of Interest. In: E. B. Rumer, 2007. *Russian Foreign Policy Beyond Putin*. The Adelphi Papers, n.º 390, pp. 23-42.
- Rynning, S., 2015. The false promise of continental concert: Russia, the West and the necessary balance of power. *International Affairs*, 91(3), pp. 539-552.
- San Jose, 2006. *Blank map europe*. Wikimedia Commons [imagem png.]. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Blank_map_europe.png [Consultado em 1 de setembro de 2016].
- Sarkisyan, D., 2015. Diplomacy-Power Ratio in European-Russia Relations. *The Global Studies Journal*, [pdf] 8(3), pp. 45-54.
- Schmidt-Felzmann, A., 2011. EU Member States' Energy Relations with Russia: Conflicting Approaches to Securing Natural Gas Supplies. *Geopolitics*, 16(3), pp. 574-599. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14650045.2011.520864> [Consultado em 11 de novembro de 2015].
- Secieru, S., 2015. Have EU Sanctions Changed Russia's Behaviour in Ukraine? In: I. Dreyer e J. Luengo-Cabrera, 2015. *On target? EU Sanctions on Security Policy Tools*. Paris: European Union Institute for Security Studies, pp. 39-47.
- Severin, A., 2010. PCA and the Modernisation Partnership. *The EU-Russia Centre Review*, [pdf] (15), pp. 18-23. Disponível em: http://www.eu-russiacentre.org/wp-content/uploads/2008/10/EURC_review_XV_ENG.pdf [Consultado em 14 de novembro de 2015].
- Sherr, J., 2009. Europe, Russia, Ukraine and Energy: Final Warning. *The World Today*, 65(2), pp. 14-17.
- , 2010. The Russia–EU Energy Relationship: Getting it Right. *The International Spectator*, [pdf] 45(2), pp. 55-68. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03932721003790720> [Consultado em 13 de novembro de 2015].
- Silva, A. C., 2007. A Segurança Energética na Europa. *Nação e Defesa*, 3(116), pp. 31-72.
- , 2008. A Europa: segurança ou insegurança energética?. *Europa*, (22), pp. 27-36.

- Silva, A. C. e Rodrigues, T., 2015. A Segurança Energética e um Modelo para o Futuro da Europa. *Relações Internacionais*, (46), pp. 11-24.
- Smith, N. R., 2015. The EU and Russia's conflicting regime preferences in Ukraine: assessing regime promotion strategies in the scope of the Ukraine crisis. *European Security*, [pdf] 24(4), pp. 525-540. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09662839.2015.1027768> [Consultado em 15 de maio de 2016].
- Socor, V., 2006. Trans-Black Sea pipeline can bring Caspian gas to Europe. *The Jamestown Foundation*, 7 de dezembro. [em linha] Disponível em: http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=32299#.V7iW41srK1t [Consultado em 27 de julho de 2016].
- Solana, J., 2008. “*The External Energy Policy of the European Union*” at the Annual Conference of the French Institute of International Relations. Conselho da União Europeia. [pdf] Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/discours/98532.pdf [Consultado em 12 de fevereiro de 2016].
- Somin, I., 2014. The dubious Crimean referendum on annexation by Russia. *The Washington Post*, 17 de março. [em linha] Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/volokh-conspiracy/wp/2014/03/17/the-dubious-crimean-referendum-on-annexation-by-russia/?utm_term=.4480d570285d [Consultado em 15 de junho de 2016].
- Sovacool, B. K., ed., 2011. *The Routledge Handbook of energy security*. Londres: Routledge.
- Spanjer, A., 2007. Russian gas price reform and the EU-Russia gas relationship: incentives, consequences and European security of supply. *Energy Policy*, [pdf] 35(5), pp. 2889-2898. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2006.10.019> [Consultado em 17 de novembro de 2015].
- Stegen, K. S., 2011. Deconstructing the "energy weapon": Russia's threat to Europe as case study. *Energy Policy*, [pdf] 39(10), pp. 6505-6513. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2011.07.051> [Consultado em 11 de novembro de 2015].

- Stelzenmüller, C., 2009. Germany's Russia Question: A New Ostpolitik for Europe. *Foreign Affairs*, 88(2), pp. 89-100.
- Stent, A., 2007. Berlin's Russia Challenge. *The National Interest*, (88), pp. 46-51.
- Stern, J., 2006. Natural Gas Security Problems in Europe: the Russian-Ukrainian Crisis of 2006. *Asia-Pacific Review*, [pdf] 13(1), pp. 32-59. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13439000600697522> [Consultado em 16 de maio de 2016].
- Surgutneftegas, 2016. Surgutneftegas Reports Preliminary Operating Results for 2015. [em linha] Disponível em: <http://www.surgutneftegas.ru/en/press/news/item/561/> [Consultado em 20 de janeiro de 2016].
- , n.d.. History. [em linha] Disponível em: <http://www.surgutneftegas.ru/en/about/history/> [Consultado em 25 de janeiro de 2016].
- TANAP (Trans Anatolian Natural Gas Pipeline), 2016. Why TANAP? [em linha] Disponível em: <http://www.tanap.com/tanap-project/why-tanap/> [Consultado em 18 de julho de 2016].
- TAP (Trans Adriatic Pipeline), 2013. Shah Deniz Consortium selects the Trans Adriatic Pipeline (TAP) as European export pipeline. [em linha] Disponível em: <http://www.tap-ag.com/news-and-events/2013/06/28/shah-deniz-consortium-selects-the-trans-adriatic-pipeline-tap-as-european-export-pipeline> [Consultado em 20 de julho de 2016].
- , 2016. TAP project development schedule. [em linha] Disponível em: <http://www.tap-ag.com/the-pipeline/project-timeline> [Consultado em 21 de julho de 2016].
- Tatneft, 2013. Oil Fields development – Oil and Gas Production. [em linha] Disponível em: <http://www.tatneft.ru/production-activity/exploration-and-production/oil-fields-development-oil-and-gas-production/?lang=en> [Consultado em 20 de fevereiro de 2016].

- , 2016. General information about the Company. [em linha] Disponível em: <http://www.tatneft.ru/about-tatneft/general-information/?lang=en> [Consultado em 20 de fevereiro de 2016].
- The Economist, 2014. Slovak-Ukrainian gas deal: A drop in the ocean? *The Economist*, 30 de abril. [em linha] Disponível em: <http://www.economist.com/blogs/easternapproaches/2014/04/slovak-ukrainian-gas-deal> [Consultado em 22 de julho de 2016].
- They, M., 2012. *Russie*. [imagem png]. Disponível em: <http://www.matthieuthery.com/wp-content/uploads/2012/02/russie-reserves-hydrocarbures-oleoducs-gazoducs-pipeline-wells-russia-oil-petrole.png> [Consultado em 1 de setembro de 2016].
- Tichý, L., 2012. Controversial Issues in the EU-Russia Energy Relations. In: M. Majer, R. Ondrejcsák e V. Tarasovič, ed., 2012. *Panorama of global security environment*. [pdf] Bratislava: CENAA, pp. 187-202. Disponível em: http://cenaa.org/analysis/wp-content/uploads/2013/02/Tichy_final.pdf [Consultado em 10 de maio de 2016].
- Tichý, L. e Kratochvíl, P., 2014. The EU-Russia Energy Relations under the Prism of the Political Discourse. *Perspectives*, [pdf] 22(1), pp. 5-32. Disponível em: <http://search.proquest.com/openview/fa9d9335cbe22ac602e1cc3cfbec4ce3/1.pdf?pq-origsite=gscholar> [Consultado em 19 de novembro de 2015].
- Trend, 2008. White Stream Gas Pipeline Double Profitable for Azerbaijan – Ukraine’s President. *Trend News Agency*, 30 de maio. [em linha] Disponível em: <http://en.trend.az/business/economy/1211915.html> [Consultado em 26 de julho de 2016].
- , 2010. Supplying Azerbaijani gas to Romania will play important role in European energy security. *Trend News Agency*, 13 de abril. [em linha] Disponível em: <http://en.trend.az/business/energy/1669047.html> [Consultado em 23 de julho de 2016].
- Tsakiris, T. (2015). The energy parameters of the Russian-Ukrainian-EU impasse: dependencies, sanctions and the rise of 'Turkish Stream'. *Southeast European and Black Sea Studies*, [pdf] 15(2), pp. 203-219. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1080/14683857.2015.1060020> [Consultado em 11 de novembro de 2015].

Tsygankov, A. (2014). The Sources of Russia's Ukraine Policy. *Russian Analytical Digest*, [pdf] (158), pp. 2-4. Disponível em: <http://www.css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD-158.pdf> [Consultado em 17 de maio de 2016].

UAposition, 2014. *Ukraine's gas transportation network*. UAposition [imagem jpg.]. Disponível em: <http://uaposition.com/file/2014/10/gas-network.jpg> [Consultado em 1 de setembro de 2016].

UE (União Europeia), 2013. *UE-28-final*. Europe Direct – Beira Interior Sul [imagem jpg.]. Disponível em: [http://www.europedirect-bis.pt/ficheiros/conteudos/images/UE-28-final-final\(2\).jpg](http://www.europedirect-bis.pt/ficheiros/conteudos/images/UE-28-final-final(2).jpg) [Consultado em 1 de setembro de 2016].

———, 2016a. Agreement. *Consilium*. [em linha] Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/en/documents-publications/agreements-conventions/agreement/?aid=2013005> [Consultado em 24 de junho de 2016].

———, 2016b. Agreement. *Consilium*. [em linha] Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/en/documents-publications/agreements-conventions/agreement/?aid=2014045> [Consultado em 24 de junho de 2016].

UE-Rússia, 2001. *EU-Russia Energy Dialogue – Synthesis Report*. Bruxelas/Moscovo. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.

———, 2002a. *EU-Russia Energy Dialogue – Second Progress Report*. Bruxelas/Moscovo. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.

———, 2002b. *EU-Russia Energy Dialogue – Third Progress Report*. Bruxelas/Moscovo. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.

———, 2003. *EU-Russia Energy Dialogue – Fourth Progress Report*. Bruxelas/Moscovo. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.

- , 2004a. *Protocol to the Partnership & Cooperation Agreement*. 27 de abril de 2004. [pdf]. Disponível em: https://eeas.europa.eu/russia/docs/protocol_eu-russia_2004_en.pdf [Consultado em 10 de janeiro de 2016].
- , 2004b. *EU-Russia Energy Dialogue – Fifth Progress Report*. Bruxelas/Moscovo. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2005a. *EU-Russia Energy Dialogue – Sixth Progress Report*. Bruxelas/Moscovo. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2005b. *Road Map for the Common Economic Space – Building Blocks for Sustained Economic Growth*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/research/iscp/pdf/policy/russia_eu_four_common_spaces-%20roadmap_en.pdf [Consultado em 12 de novembro de 2015].
- , 2005c. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Investments: Mission statement*. Moscovo. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2005d. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Infrastructures: Terms of Reference*. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2005e. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Trade: Mission statement*. Moscovo. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2005f. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Efficiency*. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2006a. *EU-Russia Energy Dialogue – Seventh Progress Report*. Bruxelas/Moscovo. [pdf] Disponível em: http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/attachments/progress7_en.pdf [Consultado em 13 de novembro de 2015].

- , 2006b. *Assessment of the Cooperation between the EU and Russia*. Archive of European Integration – University of Pittsburgh. [pdf] Disponível em: <http://aei.pitt.edu/9092/1/Russia-EU.pdf> [Consultado em 21 de janeiro de 2016].
- , 2006c. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Investments*. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2006d. *EU-Russia Energy Dialogue – Report of Energy Infrastructure Theme Group*. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2006e. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Trade: Joint Report*. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2006f. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Efficiency: Final report of the Thematic Group on Energy Efficiency of the EU-Russia Dialogue*. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2007a. *EU-Russia Energy Dialogue – Eighth Progress Report*. Bruxelas/Moscovo. [pdf] Disponível em: http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/attachments/progress8_en.pdf [Consultado em 13 de novembro de 2015].
- , 2007b. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Efficiency: Terms of Reference*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2007_energy_efficiency_terms_of_reference_en.pdf [Consultado em 23 de fevereiro de 2016].
- , 2007c. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Market Developments: Terms of Reference*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2007_market_dev_terms_of_reference_en_0.pdf [Consultado em 23 de fevereiro de 2016].
- , 2007d. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Strategies, Forecasts and Scenarios: Terms of Reference*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2007_energy_scenarios_terms_of_reference_en.pdf [Consultado em 23 de fevereiro de 2016].

- , 2008a. *EU-Russia Energy Dialogue – Ninth Progress Report*. Paris. [pdf] Disponível em: http://www.euneighbours.eu/library/sites/default/files/attachments/progress9_en.pdf [Consultado em 13 de novembro de 2015].
- , 2008b. *Energy Dialogue Between the EU and Russia – Thematic Group on Strategies, Forecasts and Scenarios: Interim Report*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2008_09_24_interim_report.pdf [Consultado em 23 de fevereiro de 2016].
- , 2008c. *EU-Russia Energy Dialogue – Joint Thematic Group on Energy Efficiency: Final Report 2008*. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2008d. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Market Developments: Interim Report*. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2009a. *EU-Russia Energy Dialogue – The Tenth Progress Report*. Moscovo. [pdf]. Disponível em: http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/attachments/progress10_en_0.pdf [Consultado em 13 de novembro de 2015].
- , 2009b. *Memorandum on an Early Warning Mechanism in the Energy Sector within the Framework of the EU-Russia Energy Dialogue*. 16 de novembro de 2009. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2009_11_16_ewm_signed_en_0.pdf [Consultado em 15 de janeiro de 2016].
- , 2010a. *EU-Russia Energy Dialogue – Joint Report EU-Russia Energy Dialogue 2000-2010: Opportunities for our future Energy Partnership*. Bruxelas/Moscovo. [pdf] Disponível em: <http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/attachments/2010-11-report-10thtanniversaryfinal.pdf> [Consultado em 13 de novembro de 2015].
- , 2010b. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Efficiency: Report 2010 (Second Half 2008 - Second Half 2010)*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2010_energy_efficiency_report.pdf [Consultado em 23 de fevereiro de 2016].

- , 2010c. *EU-Russia Energy Dialogue – Thematic Group on Energy Strategies, Forecasts and Scenarios: Activity Report 2010*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2010_scenarios_report.pdf [Consultado em 23 de fevereiro de 2016].
- , 2010d. *Report of the Thematic Group on Market Developments within the framework of the Russia-EU Energy Dialogue 2009-2010*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2009_2010_market_dev_report.pdf [Consultado em 23 de fevereiro de 2016].
- , 2010e. *Progress Report agreed by the Coordinators of the EU-Russia Partnership for Modernisation for information to the EU-Russia Summit of 7 December 2010*. [pdf] Disponível nos arquivos do Serviço Europeu de Ação Externa.
- , 2011a. *Progress Report agreed by the Coordinators of the EU-Russia Partnership for Modernisation for information to the EU-Russia Summit of 9-10 June 2011*. [pdf] Disponível nos arquivos do Serviço Europeu de Ação Externa.
- , 2011b. *EU-Russia Energy Dialogue – 12th Progress Report*. Moscovo. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2011c. *Progress Report agreed by the Coordinators of the EU-Russia Partnership for Modernisation for information to the EU-Russia Summit of 15 December 2011*. [pdf] Disponível nos arquivos do Serviço Europeu de Ação Externa.
- , 2011d. *EU-Russia Gas Advisory Council – Rules of procedure*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2011_10_18_rules_of_procedure_final.pdf [Consultado em 14 de fevereiro de 2016].
- , 2011e. *Conclusions of the first meeting of the EU-Russia Gas Advisory Council*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20111017_gac_conclusions.pdf [Consultado em 23 de fevereiro de 2016].
- , 2011f. *Memorandum on a Mechanism for Preventing and Overcoming Emergency Situations in the Energy Sector within the Framework of the EU-*

- Russia Energy Dialogue (Early Warning Mechanism)*. 24 de fevereiro de 2011. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20110224_memorandum.pdf [Consultado em 16 de março de 2016].
- , 2012a. *WORK PLAN for activities within the EU-Russia Partnership for Modernisation: Working Document*. [Ficheiro .rtf] Disponível em: http://eeas.europa.eu/delegations/russia/documents/eu_russia/p4m-wp-may2012_en.rtf [Consultado em 15 de janeiro de 2016].
- , 2012b. *EU-Russia Gas Advisory Council*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2012_eu_russian_members_council.pdf [Consultado em 14 de fevereiro de 2016].
- , 2012c. *Minutes of the Second Meeting of the EU-Russia Gas Advisory Council*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/conclusions_gac_2_final.pdf [Consultado em 23 de Fevereiro de 2016].
- , 2012d. *Conclusions of the 3rd Meeting of the EU-Russia Gas Advisory Council*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/gas_conclusions_third_meeting.pdf [Consultado em 23 de fevereiro de 2016].
- , 2012e. *Conclusions of the 4th Meeting of the EU-Russia Gas Advisory Council*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/gas_conclusions_four_meeting.pdf [Consultado em 26 de fevereiro de 2016].
- , 2012f. *Conclusions of the 5th meeting of the EU-Russia Gas Advisory Council*. [pdf] Disponível em: https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20130416_final_conclusions_5th_gac_meeting_moscow.pdf [Consultado em 23 de fevereiro de 2016].
- , 2012g. *Progress Report agreed by the Coordinators of the EU-Russia Partnership for Modernisation for information to the EU-Russia Summit of 21 December 2012*. [pdf] Disponível nos arquivos do Serviço Europeu de Ação Externa.

- , 2013a. Roadmap EU-Russia Energy Cooperation until 2050. [pdf] Disponível em:
https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/2013_03_eu_russia_road_map_2050_signed.pdf [Consultado em 23 de outubro de 2015].
- , 2013b. *Conclusions of the 6th EU-Russia Gas Advisory Council*. [pdf] Disponível em:
https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20130129_gac_conclusions.pdf [Consultado em 23 de fevereiro de 2016].
- , 2013c. *Conclusions of the 7th EU-Russia Gas Advisory Council*. [pdf] Disponível em:
https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20130614_gac_conclusions.pdf [Consultado em 23 de fevereiro de 2016].
- , 2013d. *Conclusions of the 8th EU-Russia Gas Advisory Council*. [pdf] Disponível em:
https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20131119_gac_conclusions.pdf [Consultado em 23 de fevereiro de 2016].
- , 2014a. *EU-Russia Energy Dialogue – 13th Progress Report*. Moscovo. [pdf] Disponível nos arquivos da Direção-Geral da Energia – Comissão Europeia.
- , 2014b. *Progress Report approved by the Coordinators of the EU-Russia Partnership for Modernisation for information to the EU-Russia Summit on 28 January 2014*. [pdf] Disponível nos arquivos do Serviço Europeu de Ação Externa.
- UE-Rússia-Ucrânia, 2014. *Binding Protocol regarding the conditions for gas delivery from the Russian Federation to Ukraine for the period from November 2014 until 31st of March 2015*. 30 de outubro de 2014. [pdf] Disponível em:
https://ec.europa.eu/energy/sites/ener/files/documents/20141030_trilateral_protocol.pdf [Consultado em 21 de julho de 2016].
- UE-Ucrânia, 2009. *Joint Declaration – Joint EU-Ukraine International Investment Conference on the Modernisation of Ukraine's Gas Transit System*. 23 de março de 2009. [pdf] Disponível em: http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/attachments/joint_declaration_en.pdf [Consultado em 14 de julho de 2016].

- , 2014. *ASSOCIATION AGREEMENT between the European Union and its Member States, of the one part, and Ukraine, of the other part*. 21 de março de 2014. [pdf] Disponível em: http://eeas.europa.eu/ukraine/docs/association_agreement_ukraine_2014_en.pdf [Consultado em 13 de julho de 2016].
- Ukrtransgaz, s.d.. High-pressure Gas Pipelines. [em linha] Disponível em: <http://utg.ua/en/utg/gas-transportation-system/gas-pipelines.html> [Consultado em 30 de julho de 2016].
- Umbach, F., 2010. Global energy security and the implications for the EU. *Energy Policy*, [pdf] 38(3), pp. 1229-1240. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2009.01.010> [Consultado em 11 de novembro de 2015].
- Understanding a World in Crisis, 2013. *Sem nome*. [imagem png.]. Disponível em: <http://www.aworldin crisis.org/wp-content/uploads/2013/11/russia-pipeline.png> [Consultado em 1 de setembro de 2016].
- Vavilov, A., 2015. *Gazprom: An Energy Giant and Its Challenges in Europe*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Victor, D. G. e Yueh, L., 2010. The New Energy Order – Managing Insecurities in the Twenty-first Century. *Foreign Affairs*, 89(1), pp. 61-73.
- Vos, M., Kiewiet, B. e Petrov, K., 2013. *Gas Transmission Pricing Models for Entry-Exit Systems and Implementation Options*. [pdf] DNV KEMA Energy & Sustainability. Disponível em: <http://crninet.com/2013/2b.%20Kiewiet-Paper.pdf> [Consultado em 12 de agosto de 2016].
- Wallander, C. A. e Allevione, J., 2007. La Russie face à la mondialisation: la voie du trans-impérialisme. *Politique étrangère*, (1), pp. 83-96.
- White Stream, 2016a. Ensuring Offtake of Caspian Gas. [em linha] Disponível em: <http://www.white-stream.com/the-project/the-route/> [Consultado em 27 de julho de 2016].
- , 2016b. Internal Diversification of SGC. [em linha] Disponível em: <http://www.white-stream.com/the-project/energizing-europe/> [Consultado em 27 de julho de 2016].

- Wildcat International, 2013. *Major Producing Fields*. [imagem jpg.]. Disponível em: http://cdn1.bigcommerce.com/server4200/h98e3jtz/products/321/images/752/MAJOR_PRODUCING_FIELDS_map_RUSSIA_2013_99726.1397210898.1280.1280.jpg?c=2 [Consultado em 1 de setembro de 2016].
- Winzer, C., 2012. Conceptualizing energy security. *Energy Policy*, [pdf] 46, pp. 36-48. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2012.02.067> [Consultado em 10 de novembro de 2015].
- World Bank Group, 2016. *Russia Economic Report No 35 - The Long Journey to Recovery*. [pdf] Disponível em: http://www.worldbank.org/eca/pubs/rer35_ENG.pdf [Consultado em 20 de maio de 2016].
- Yegorov, Y. e Wirl, F., 2008. Energy relations between Russia and EU with emphasis on natural gas. *OPEC Energy Review*, [pdf] 32(4), pp. 301-322. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1753-0237.2009.00155.x> [Consultado em 15 de maio de 2016].
- Yergin, D., 2011. *The Quest: Energy, Security, and the Remaking of the Modern World*. Nova Iorque: Penguin Books.
- Youngs, R., 2007. *Europe's External Energy Policy: Between Geopolitics and the Market*. Centre for European Policy Studies – Working Document No. 278/November 2007, pp. 1-16. [pdf] Disponível em: <http://aei.pitt.edu/7579/1/Wd278.pdf> [Consultado em 13 de maio de 2016].
- , 2009. *Energy Security – Europe's New Foreign Policy Challenge*. Abingdon, Reino Unido: Routledge.
- Ziegler, C. E., 2012. Energy Pipeline Networks and Trust: The European Union and Russia in Comparative Perspective. *International Relations*, [pdf] 27(1), pp. 3-29. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0047117812460879> [Consultado em 11 de novembro de 2015].

ANEXOS

Apêndice A

Enquadramento da Relação

LISTA DE FIGURAS

Figura A1 – Localização da União Europeia e da Rússia	175
Figura A2 – Mapa político da Rússia	176
Figura A3 – Mapa administrativo da Rússia	177
Figura A4 – Produção de petróleo e de gás natural na Rússia	178
Figura A5 – Rede de oleodutos e gasodutos na Rússia	179
Figura A6 – Gasoduto <i>Power of Siberia</i>	180
Figura A7 – Mapa da União Europeia	181
Figura A8 – Localização da Crimeia	182



Figura A1 – Localização da União Europeia e da Rússia. Adaptado de FutureTrillionaire (2014).



Figura A2 – Mapa político da Rússia. Com a fronteira reconhecida internacionalmente. Fonte: ONU (2004).



Figura A4 – Produção de petróleo e de gás natural na Rússia. Encontram-se legendados: a vermelho, os principais campos de produção de gás natural; a azul, os principais campos de produção de petróleo; a laranja, as regiões produtoras operacionais e em prospeção. Adaptado de Wildcat International (2013).



Figura A5 – Rede de oleodutos e gasodutos na Rússia. Inclui rotas projetadas. Legendado em francês. Fonte: They (2012).

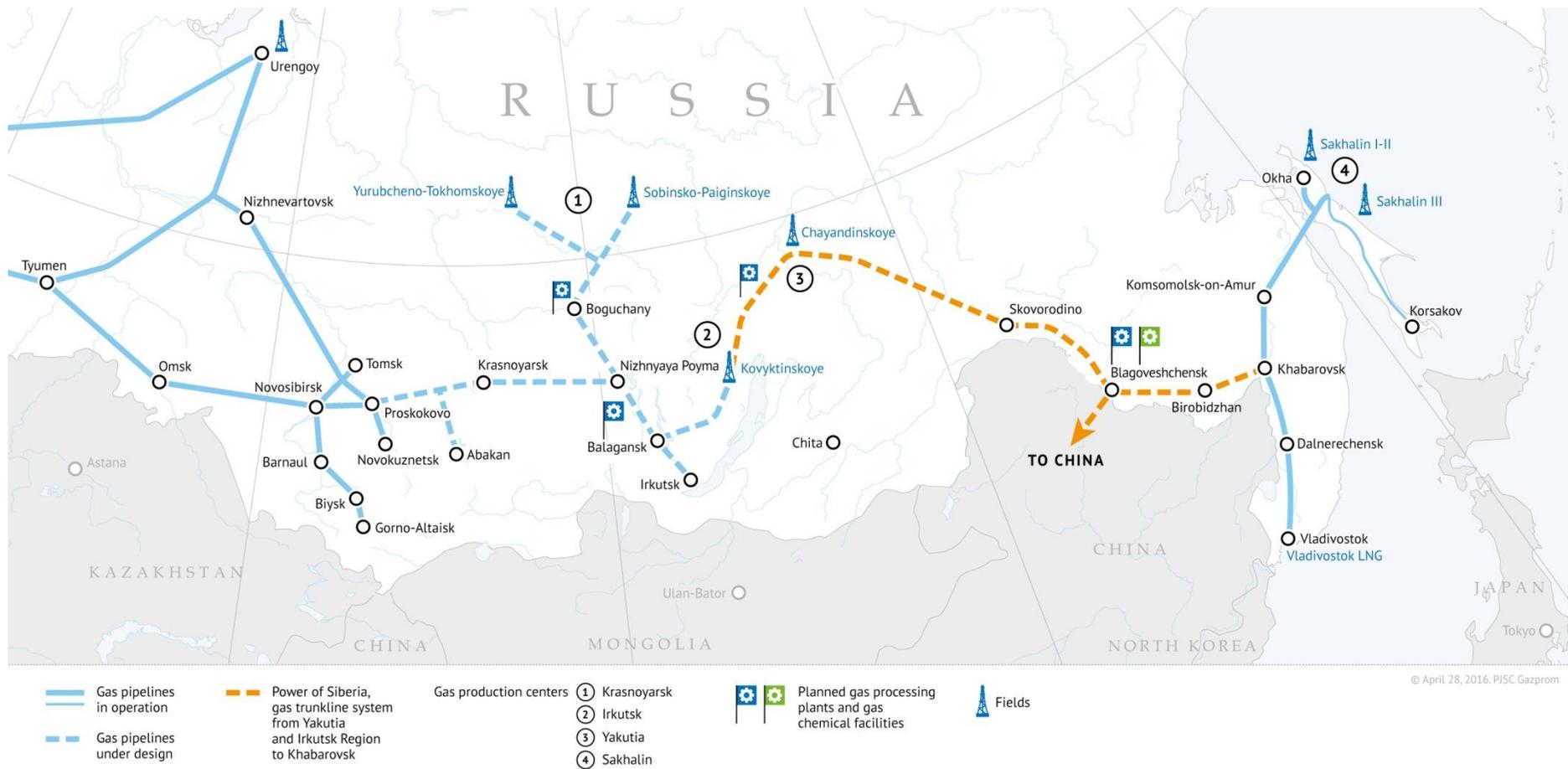


Figura A6 – Gasoduto *Power of Siberia*. Legendado em inglês. Fonte: Gazprom (2016b).



Figura A7 – Mapa da União Europeia. Fonte: UE (2013).



Figura A8 – Localização da Crimeia.
Adaptado de San Jose (2006).

Apêndice B

Dados estatísticos

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico B1 – Crescimento anual do PIB russo (1990-2015).....	187
Gráfico B2 – Produção de crude na Rússia (1990-2013)	188
Gráfico B3 – Volume de exportação de crude pela Rússia (1990-2013)	189
Gráfico B4 – Exportação de crude e petróleo condensado pela Rússia em 2014, por país de destino.....	190
Gráfico B5 – Produção de produtos derivados do petróleo na Rússia (1990-2013)	191
Gráfico B6 – Proporção dos produtos derivados do petróleo no consumo interno russo, por setores, em relação às restantes fontes de energia (1990-2013).....	192
Gráfico B7 – Produção de produtos derivados do petróleo com destino à geração de energia na Rússia (1990-2013).....	193
Gráfico B8 – Volume de exportação de produtos derivados do petróleo pela Rússia (1990-2013).....	194
Gráfico B9 – Exportação de produtos derivados do petróleo pela Rússia em 2014, por país de destino	195
Gráfico B10 – Produção de gás natural na Rússia (1990-2013).....	196
Gráfico B11 – Proporção do gás natural no consumo interno russo, por setores, em relação às restantes fontes de energia (1990-2013).....	197
Gráfico B12 – Produção de gás natural com destino à geração de energia na Rússia (1990-2013).....	198
Gráfico B13 – Volume de exportação de gás natural pela Rússia (1990-2013).....	199
Gráfico B14 – Exportação de gás natural pela Rússia em 2015, por país de destino....	200
Gráfico B15 – Contribuição das atividades ligadas à indústria do petróleo e do gás natural para o PIB russo (1991-2014)	201
Gráfico B16 – Proporção da contribuição das atividades ligadas à indústria do petróleo e do gás natural para o PIB russo, por tipo de hidrocarboneto (1991-2014).....	202
Gráfico B17 – Consumo de crude na União Europeia (2000-2014)	207
Gráfico B18 – Variação anual da importação de crude da Rússia pela União Europeia (2001-2014).....	208
Gráfico B19 – Consumo de produtos derivados do petróleo na União Europeia (2000-2014).....	213
Gráfico B20 – Variação anual da importação de produtos derivados do petróleo da Rússia pela União Europeia (2001-2014).....	214

Gráfico B21 – Importação de produtos derivados do petróleo da Rússia pela União Europeia em 2014, por tipo de produto	215
Gráfico B22 – Consumo de gás natural na União Europeia (2000-2014).....	220
Gráfico B23 – Variação anual da importação de gás natural da Rússia pela União Europeia (2001-2014).....	221

LISTA DE TABELAS

Tabela B1 – Consumo de crude na União Europeia, por Estado-membro (2000-2014)	203
Tabela B2 – Variação anual do consumo de crude na União Europeia, por Estado-membro (2001-2014).....	204
Tabela B3 – Importação de crude da Rússia pela União Europeia, por Estado-membro (2000-2014)	205
Tabela B4 – Proporção da importação de crude da Rússia pela União Europeia no consumo interno, por Estado-membro (2000-2014).....	206
Tabela B5 – Consumo de produtos derivados do petróleo na União Europeia, por Estado-membro (2000-2014).....	209
Tabela B6 – Variação anual do consumo de produtos derivados do petróleo na União Europeia, por Estado-membro (2001-2014)	210
Tabela B7 – Importação de produtos derivados do petróleo da Rússia pela União Europeia, por Estado-membro (2000-2014).....	211
Tabela B8 – Proporção da importação de produtos derivados do petróleo da Rússia pela União Europeia no consumo interno, por Estado-membro (2000-2014)	212
Tabela B9 – Consumo de gás natural na União Europeia, por Estado-membro (2000-2014).....	216
Tabela B10 – Variação anual do consumo de gás natural na União Europeia, por Estado-membro (2001-2014).....	217
Tabela B11 – Importação de gás natural da Rússia pela União Europeia, por Estado-membro (2000-2014).....	218
Tabela B12 – Proporção da importação de gás natural da Rússia pela União Europeia no consumo interno, por Estado-membro (2000-2014).....	219

Tabela B13 – Proporção do consumo de gás natural pelo setor industrial na União Europeia, por Estado-membro, face às restantes fontes de energia (2000-2014).....	222
Tabela B14 – Proporção do consumo de gás natural pelo setor residencial na União Europeia, por Estado-membro, face às restantes fontes de energia (2000-2014).....	223
Tabela B15 – Proporção do consumo de gás natural pelo setor dos serviços na União Europeia, por Estado-membro, face às restantes fontes de energia (2000-2014).....	224
Tabela B16 – Fluxo de gás entre a Rússia e a União Europeia, por ponto fronteiriço (2009-2015).....	225

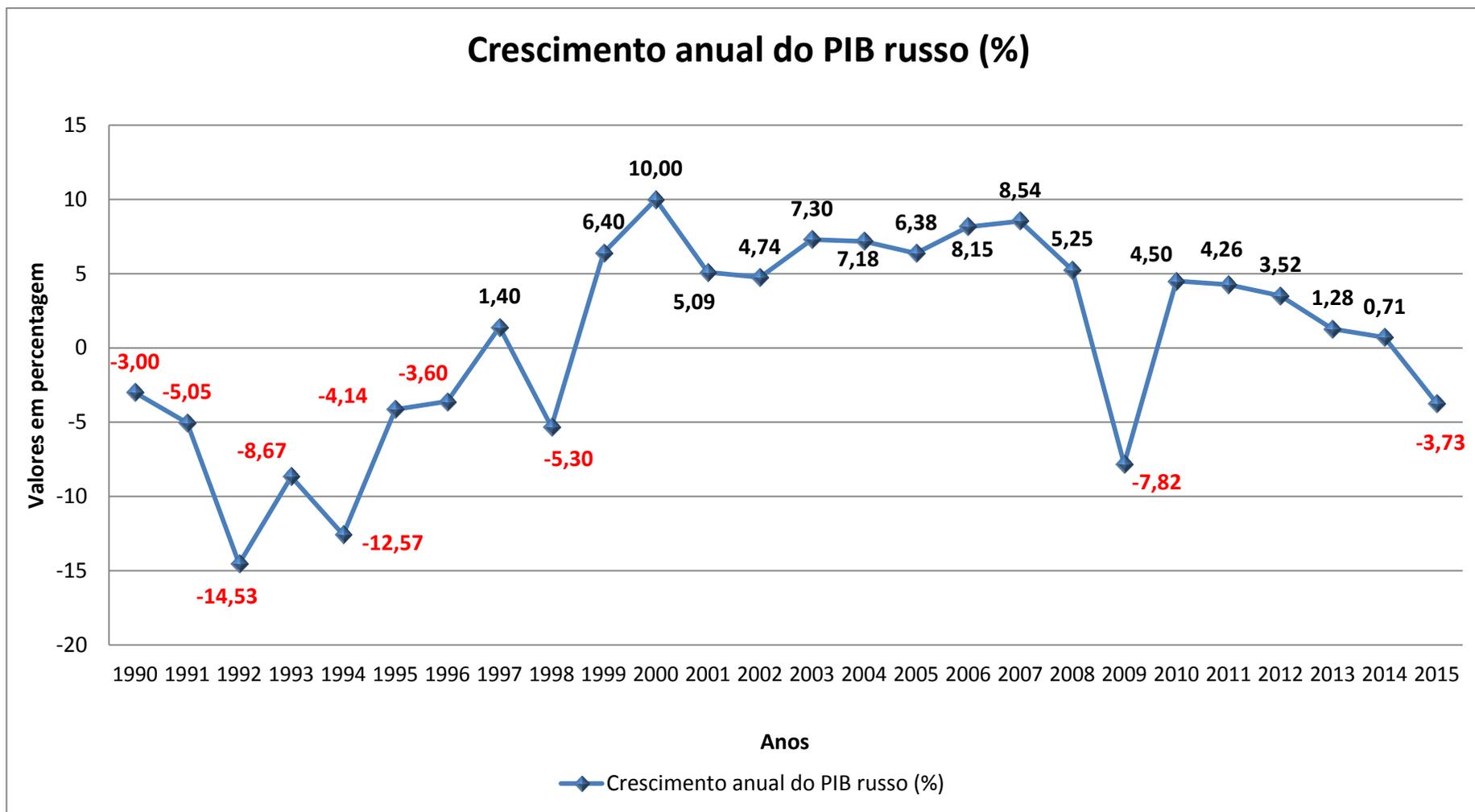


Gráfico B1 – Crescimento anual do PIB russo (1990-2015). Valores em porcentagem. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em Banco Mundial (2015).

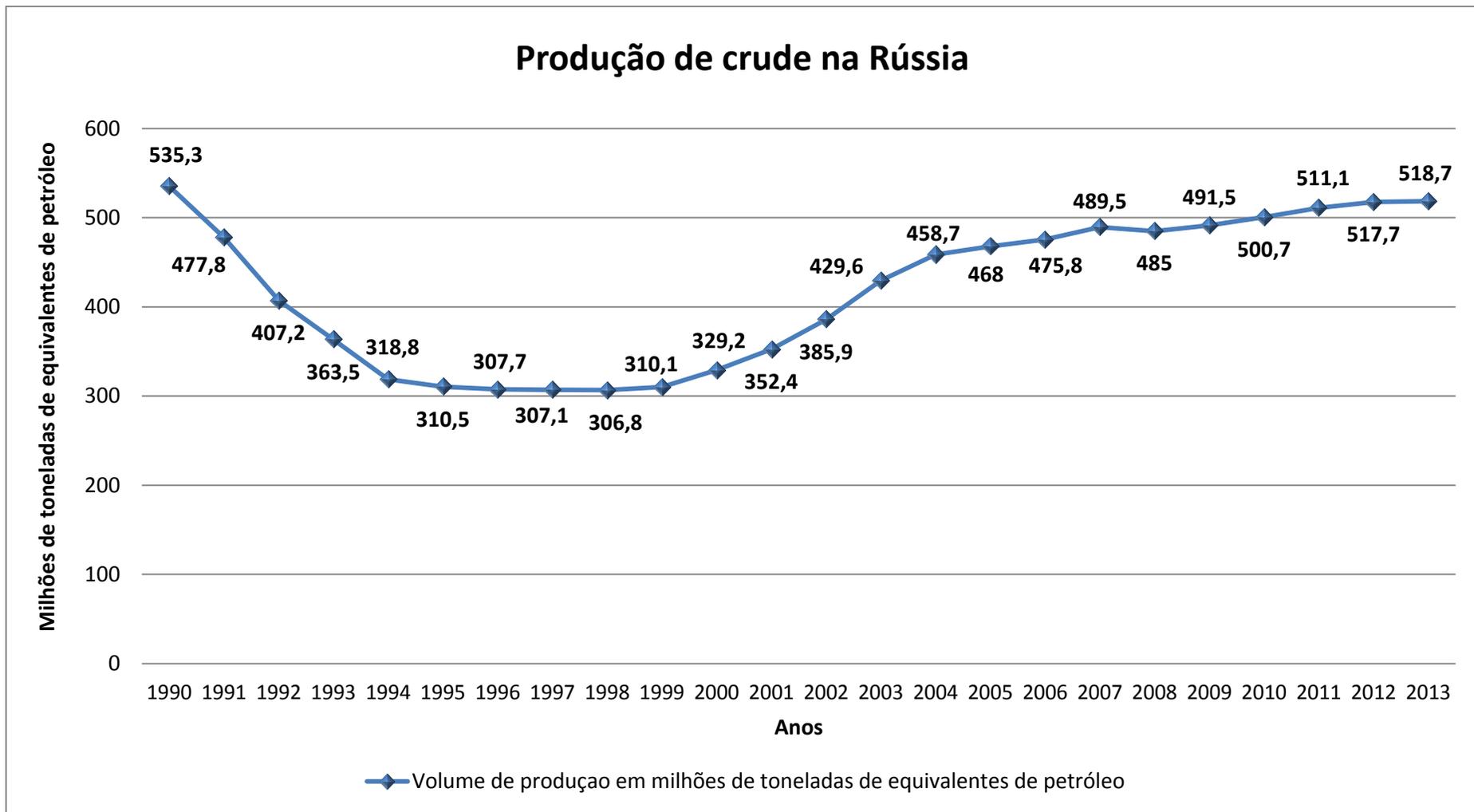


Gráfico B2 – Produção de crude na Rússia (1990-2013). Valores após acertos estatísticos. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em IEA (2013).

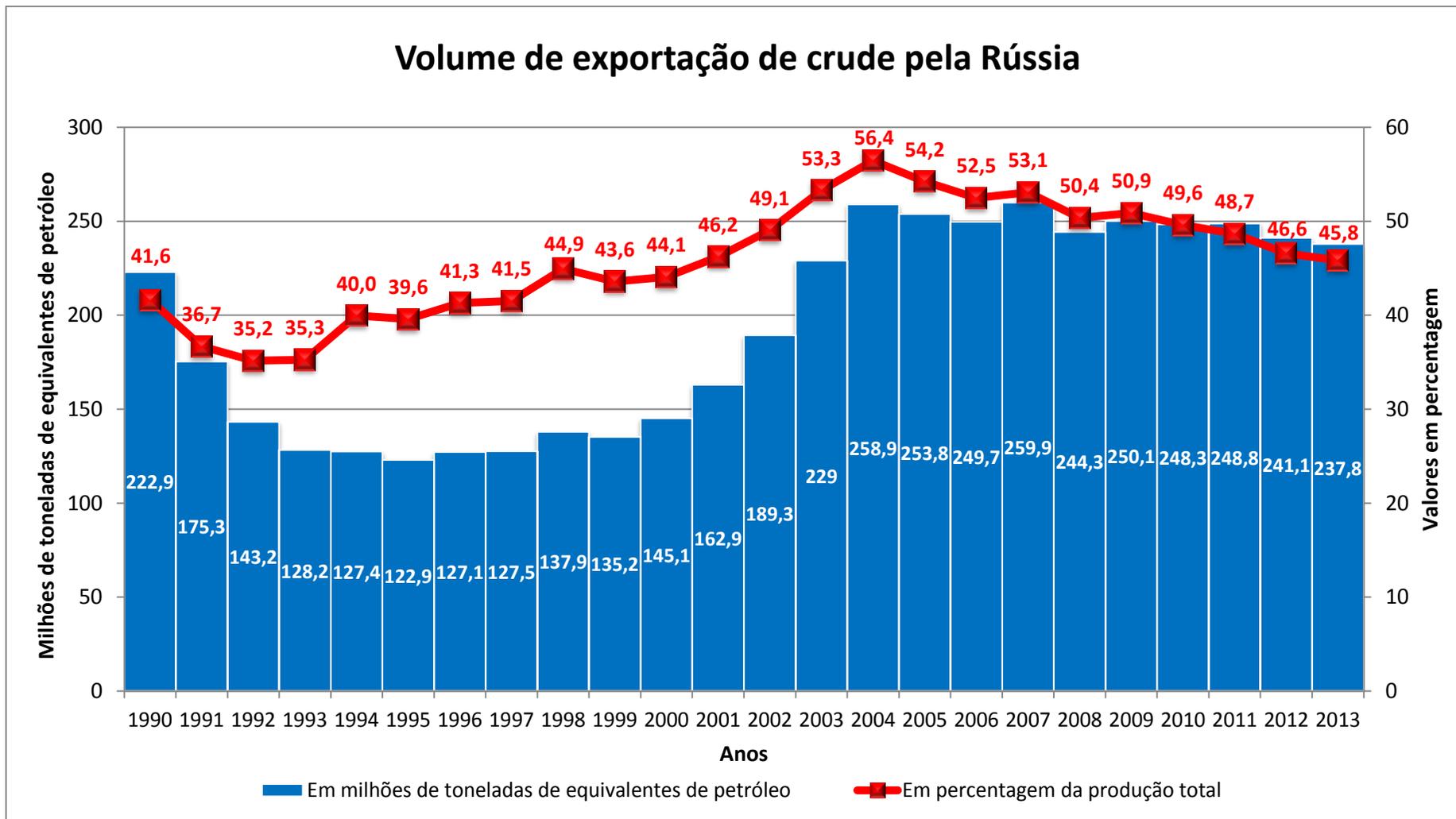
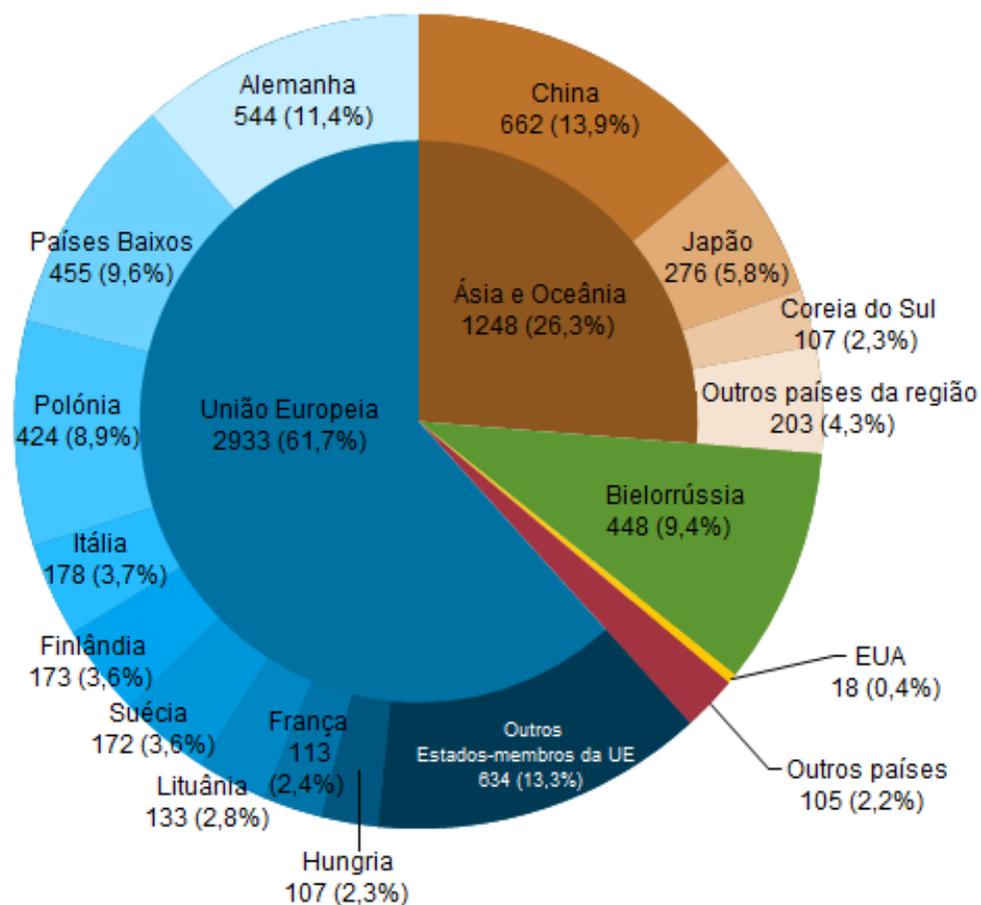


Gráfico B3 – Volume de exportação de crude pela Rússia (1990-2013). Valores em milhões de toneladas de equivalentes de petróleo e em percentagem da produção total. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em IEA (2013).



 Fontes: US Energy Information Administration, com base nos Serviços Alfandegários Federais da Rússia e estatísticas das importações dos países assinalados, Global Trade Information Service

Gráfico B4 – Exportação de crude e petróleo condensado pela Rússia em 2014, por país de destino. Valores em milhões de barris por dia e em percentagem do total de exportações deste produto, entre parêntesis. Adaptado de EIA (2015).

Produção de produtos derivados do petróleo na Rússia

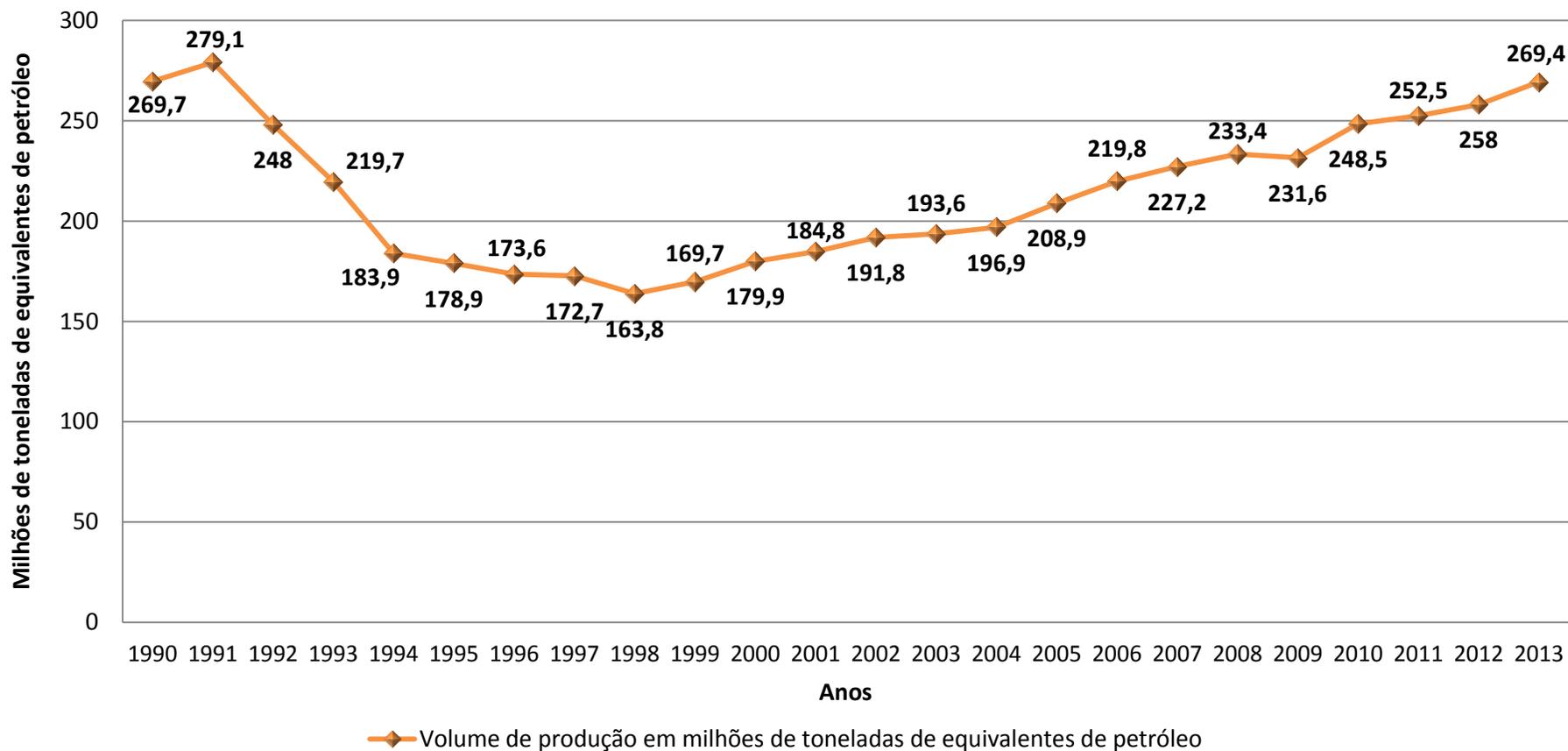


Gráfico B5 – Produção de produtos derivados do petróleo na Rússia (1990-2013). Valores em milhões de toneladas de equivalentes de petróleo. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em IEA (2013).

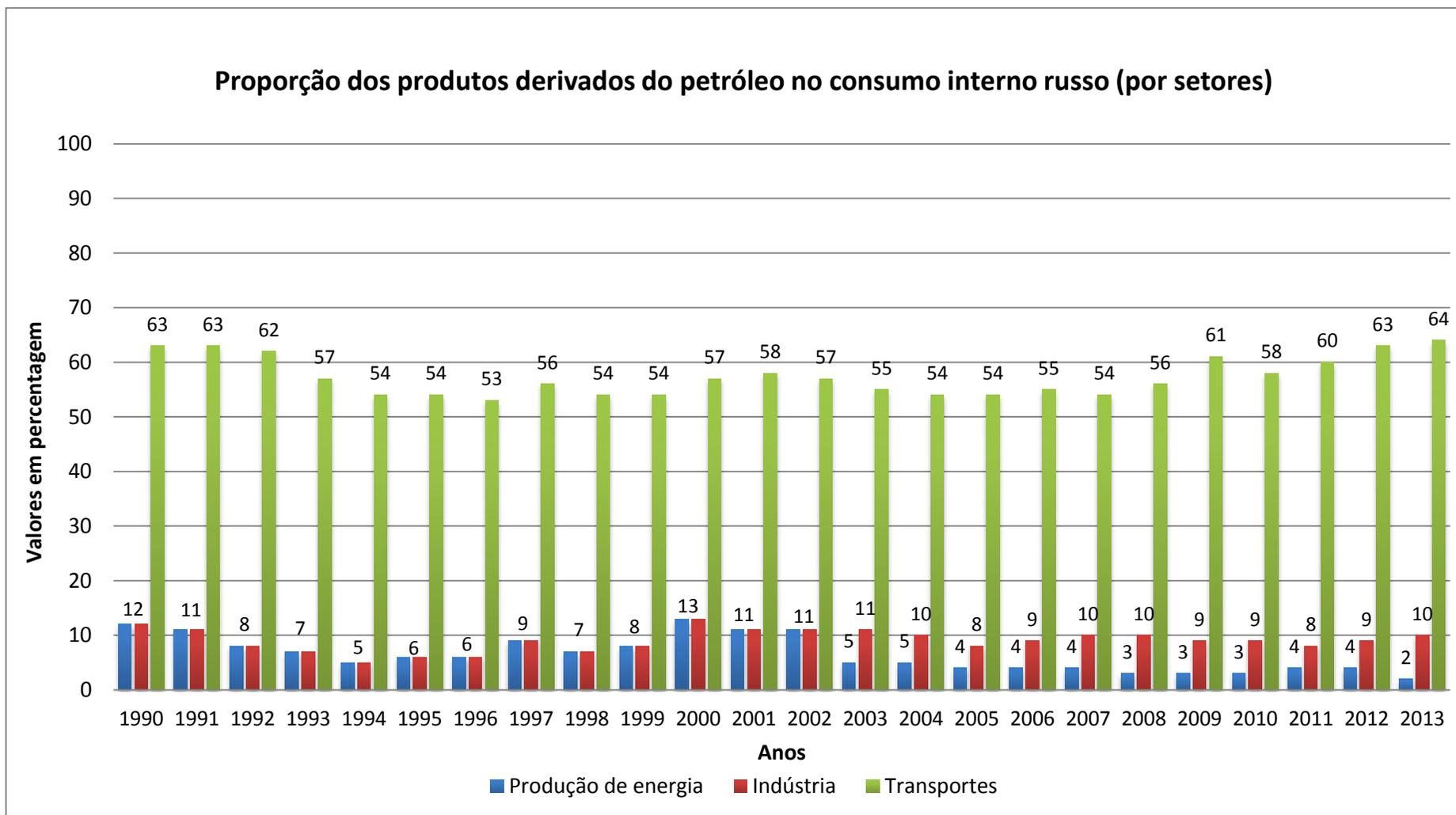


Gráfico B6 – Proporção dos produtos derivados do petróleo no consumo interno russo, por setores, em relação às restantes fontes de energia (1990-2013).
Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em IEA (2013).

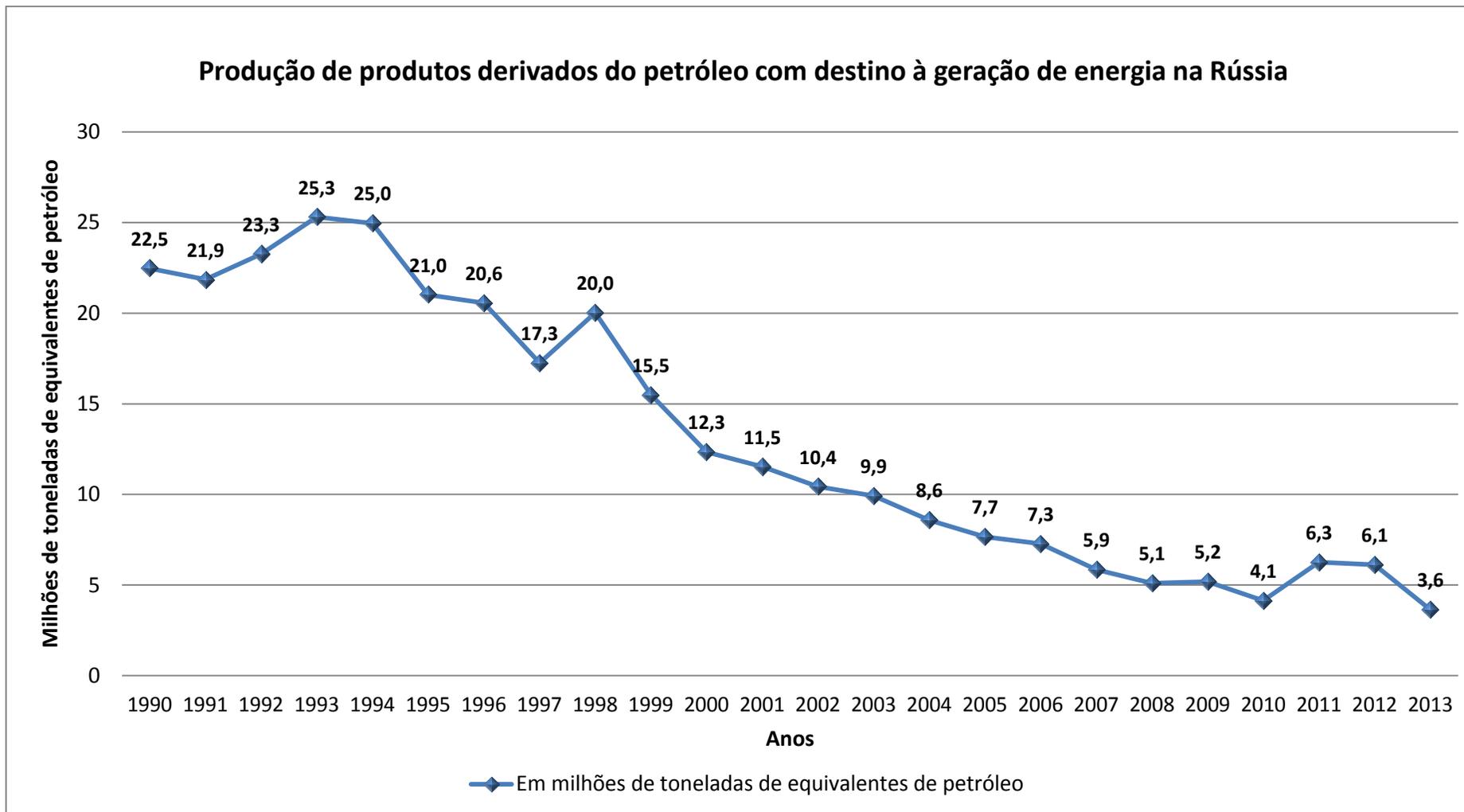


Gráfico B7 – Produção de produtos derivados do petróleo com destino à geração de energia na Rússia (1990-2013). Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em IEA (2013).

Volume de exportação de produtos derivados do petróleo pela Rússia

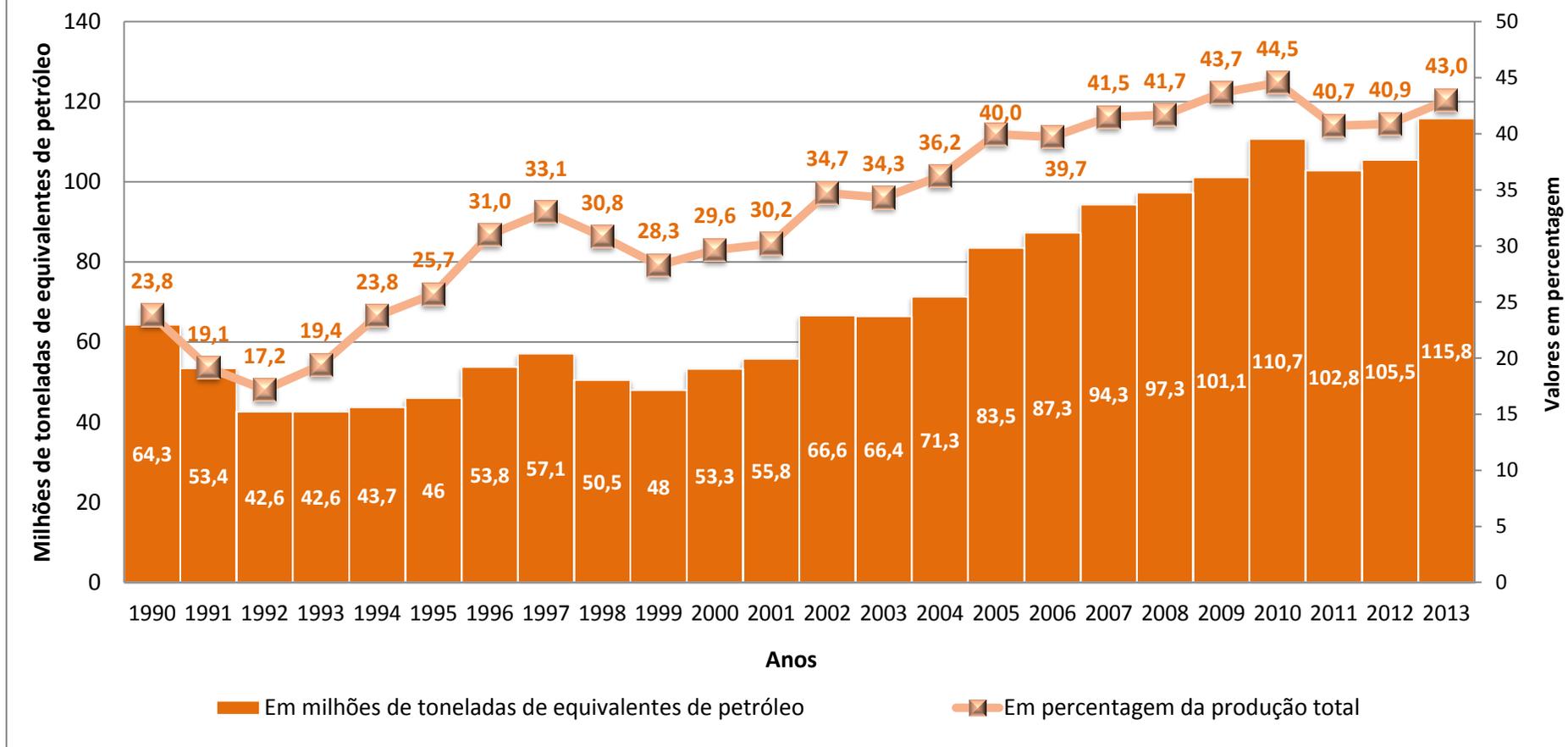


Gráfico B8 – Volume de exportação de produtos derivados do petróleo pela Rússia (1990-2013). Valores em milhões de toneladas de equivalentes de petróleo e em percentagem da produção total. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em IEA (2013).

Exportação de produtos derivados do petróleo pela Rússia (por país de destino)

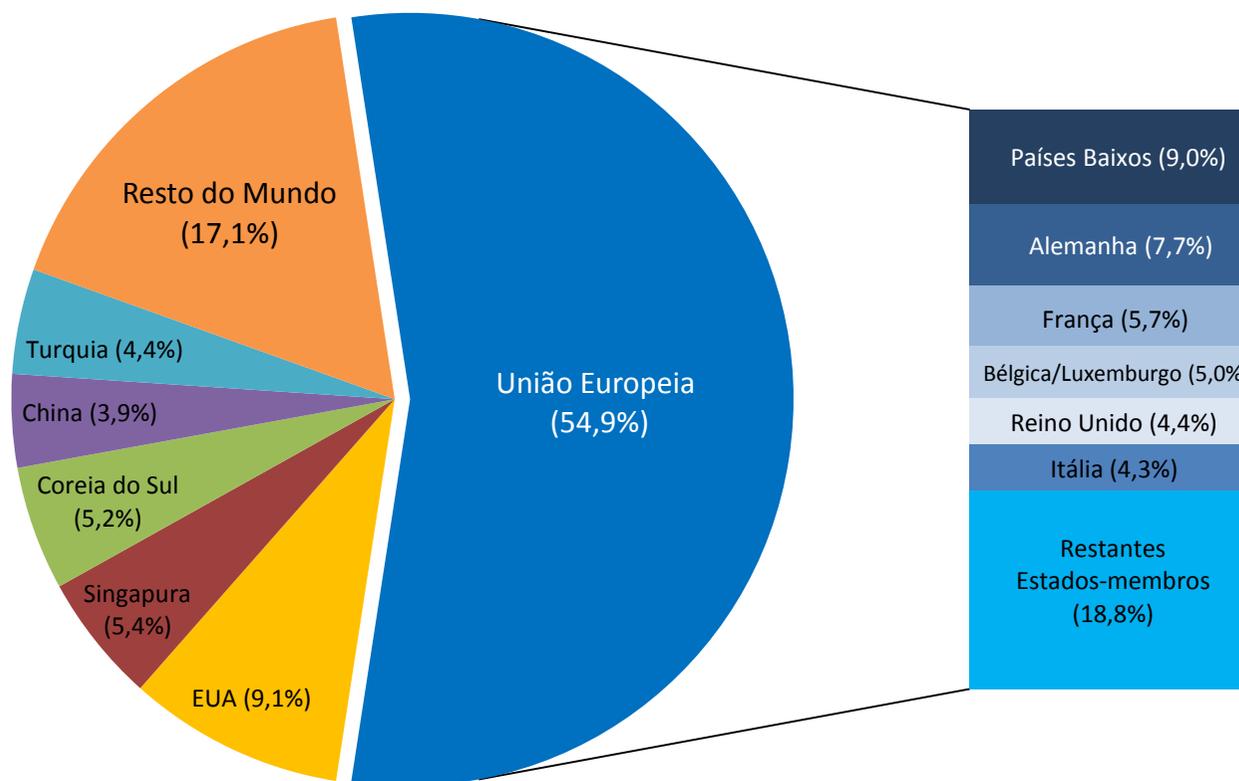


Gráfico B9 – Exportação de produtos derivados do petróleo pela Rússia em 2014, por país de destino. Valores em percentagem do total de exportações destes produtos. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em OEC (2014).

Produção de gás natural na Rússia



Gráfico B10 – Produção de gás natural na Rússia (1990-2013). Valores em bilhões de metros cúbicos. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em IEA (2013), após conversão segundo Hofstrand (2014), em que 1 Mtoe equivale a 1,111 bcm de gás natural.

Proporção do gás natural no consumo interno russo (por setores)

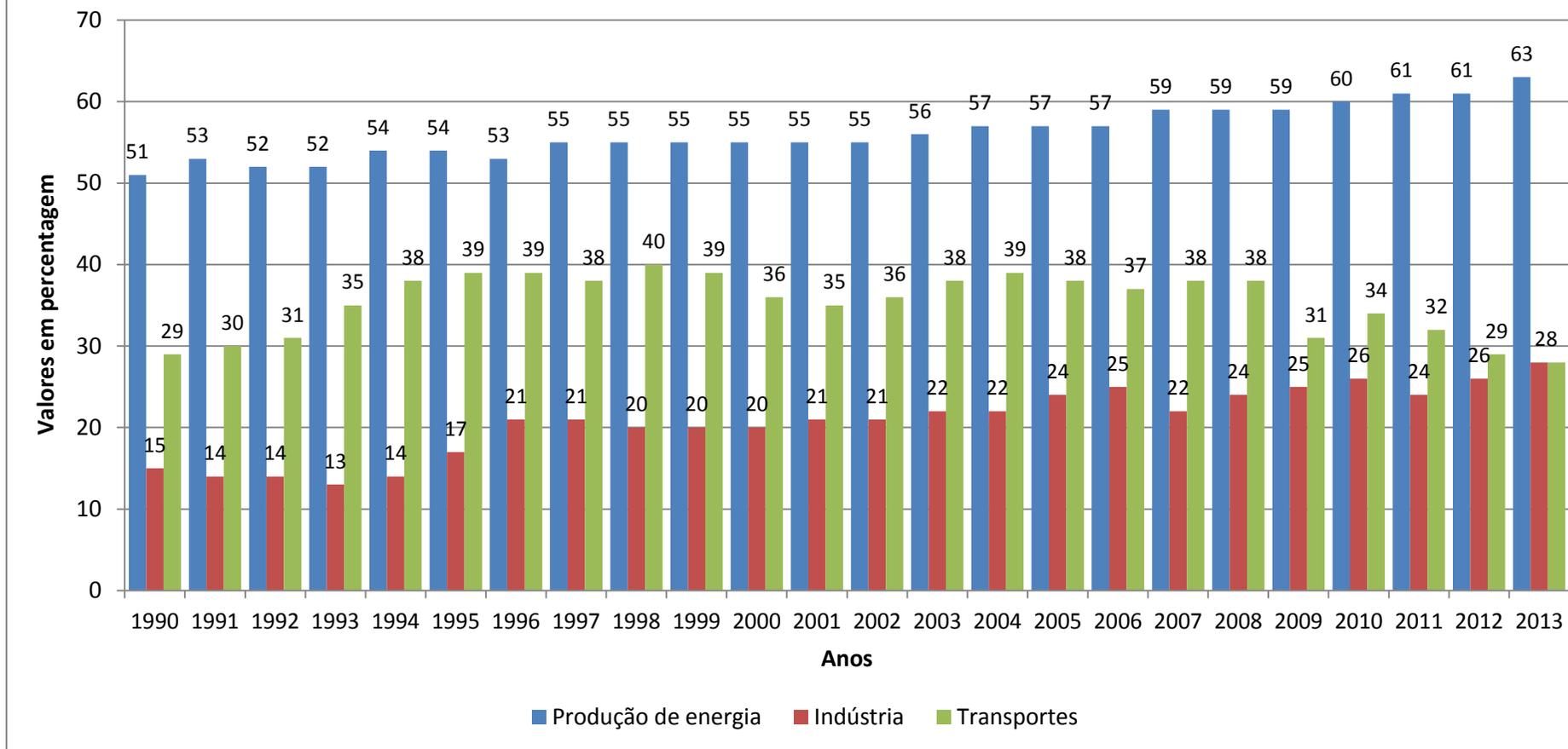


Gráfico B11 – Proporção do gás natural no consumo interno russo, por setores, em relação às restantes fontes de energia (1990-2013). Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em IEA (2013).

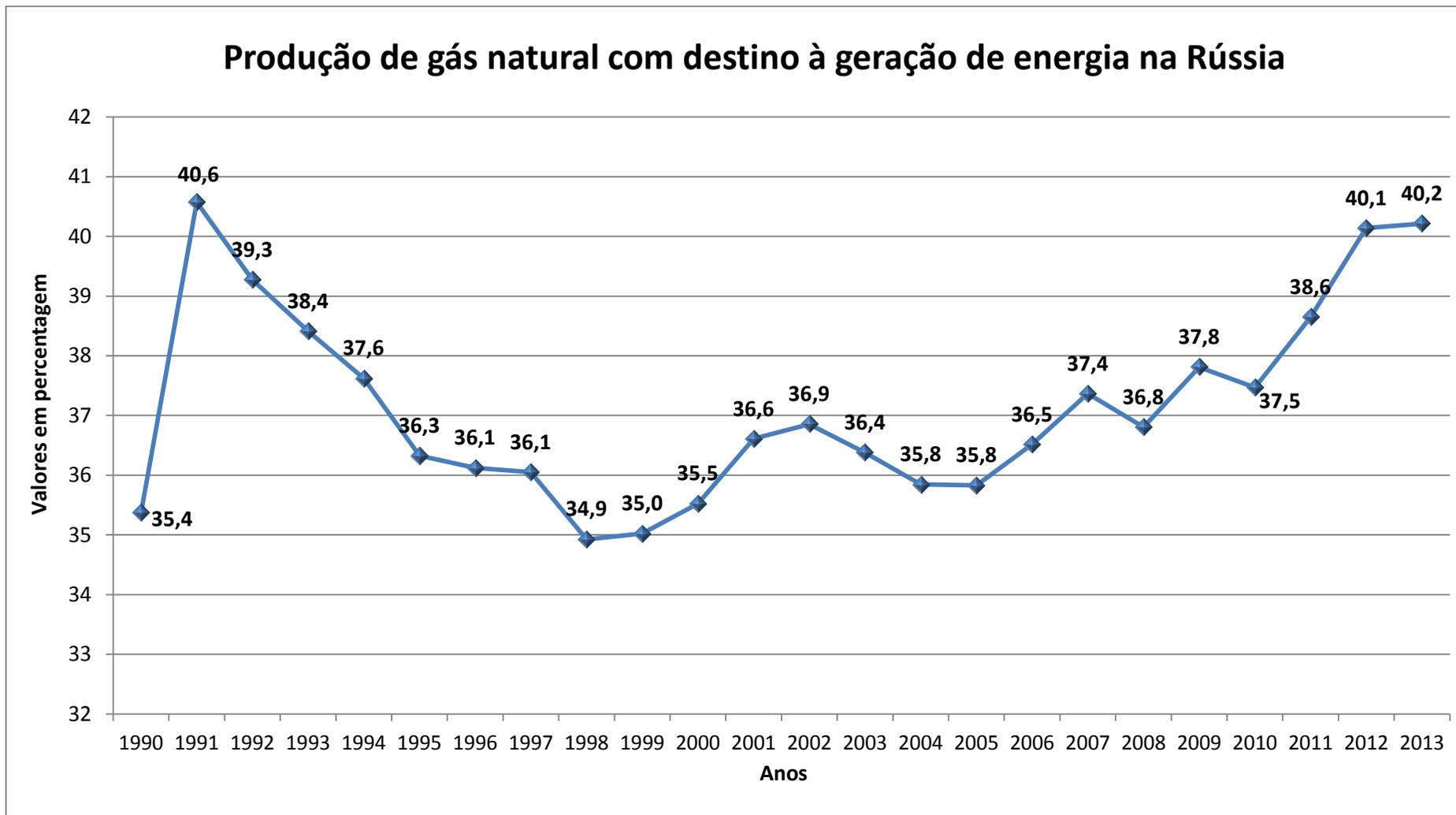


Gráfico B12 – Produção de gás natural com destino à geração de energia na Rússia (1990-2013). Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em IEA (2013).

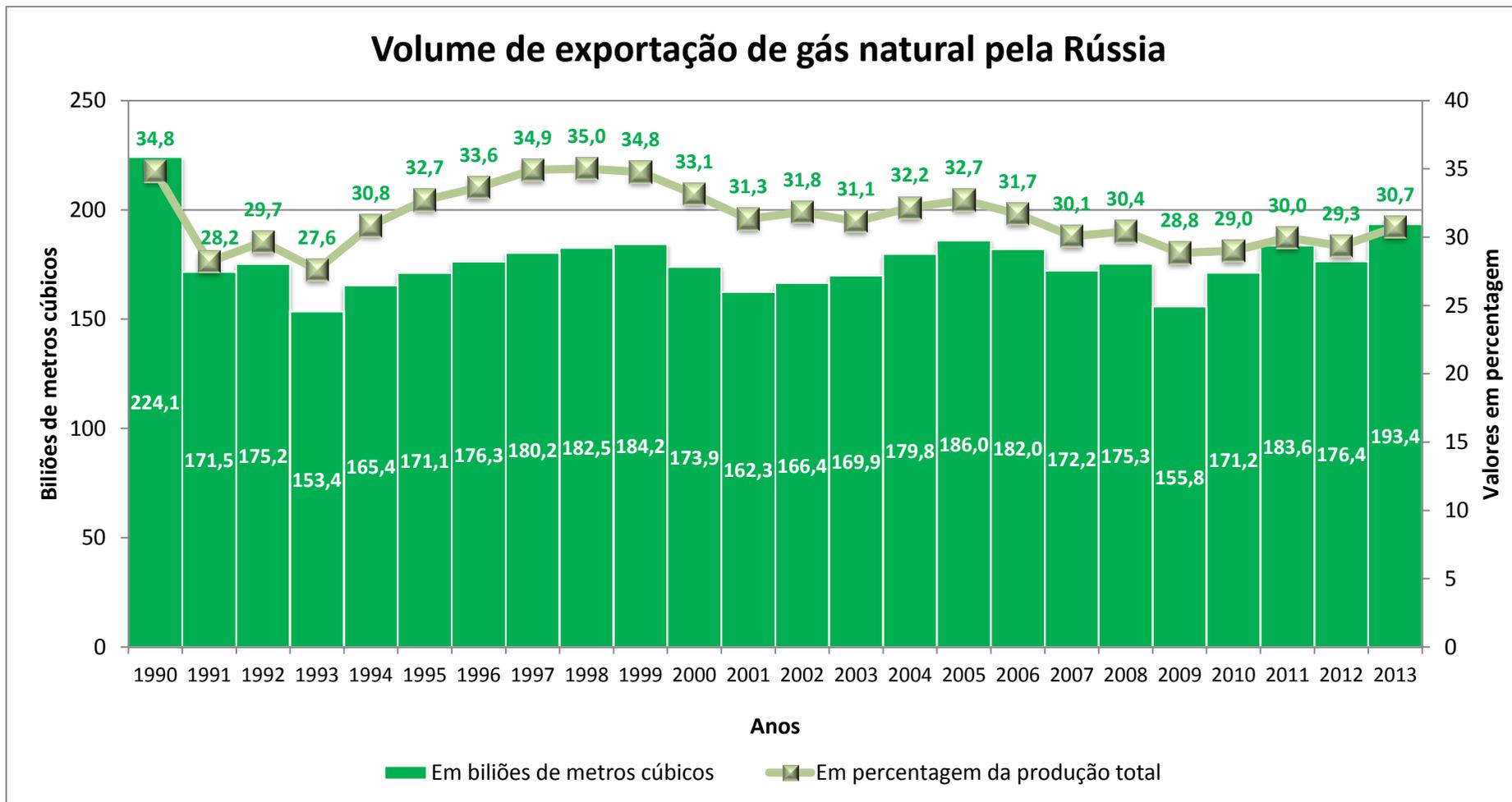


Gráfico B13 – Volume de exportação de gás natural pela Rússia (1990-2013). Valores em bilhões de metros cúbicos e em porcentagem da produção total. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em IEA (2013), após conversão segundo Hofstrand (2014), em que 1 Mtoe equivale a 1,111 bcm de gás natural.

Exportação de gás natural pela Rússia (por país de destino)

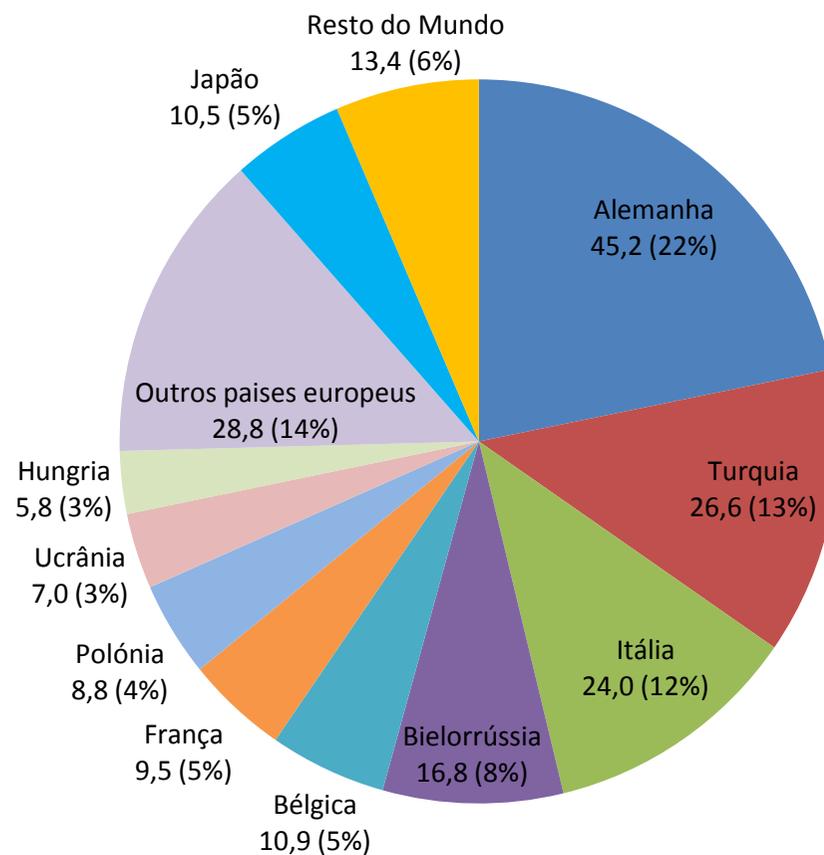


Gráfico B14 – Exportação de gás natural pela Rússia em 2015, por país de destino. Valores em bilhões de metros cúbicos e em percentagem do total de exportações deste produto, entre parêntesis. Inclui a exportação de GNL. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em BP (2016c).

Contribuição do petróleo e do gás natural para o PIB russo (%)

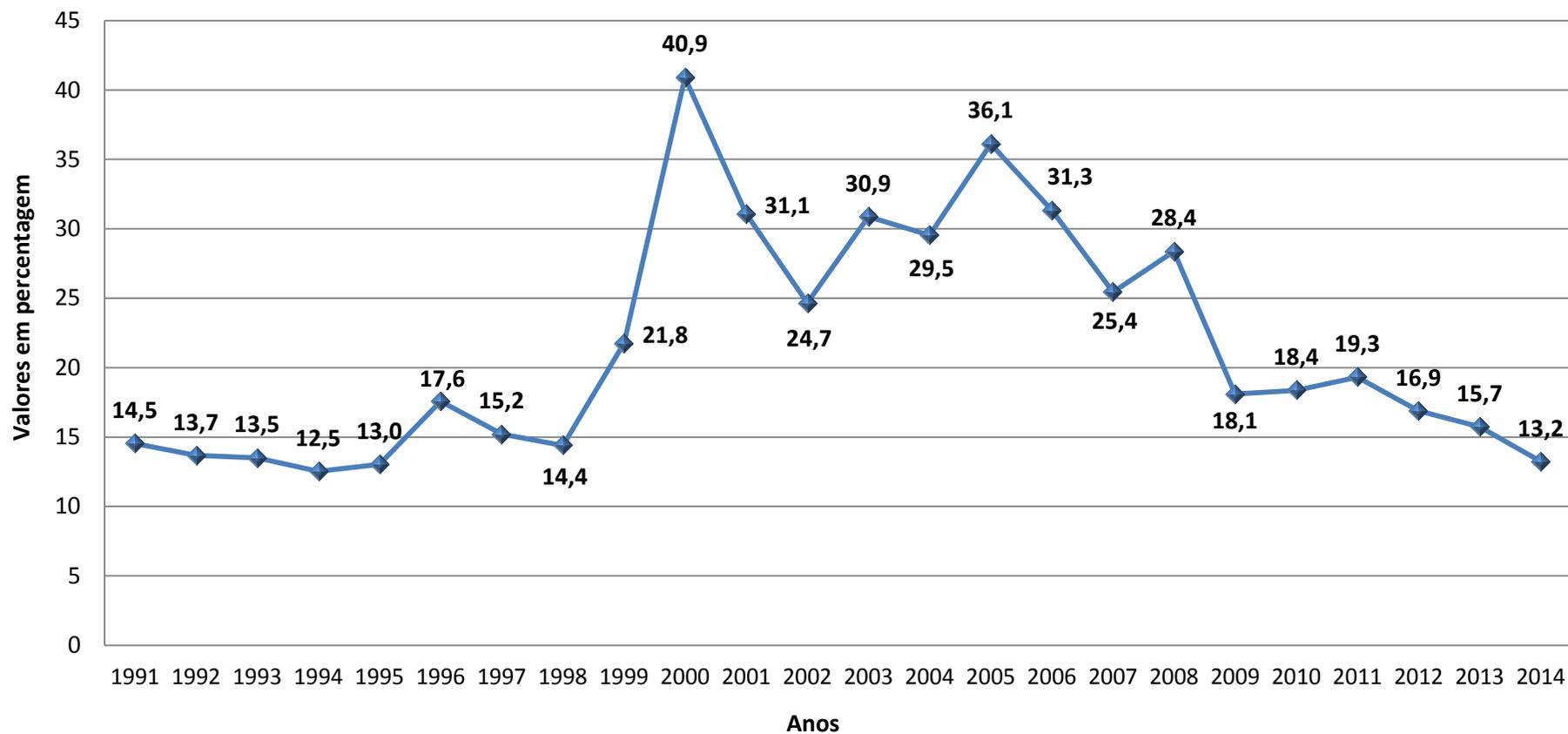


Gráfico B15 – Contribuição das atividades ligadas à indústria do petróleo e do gás natural para o PIB russo (1991-2014). Valores em porcentagem. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em Banco Mundial (2016a-c).

Proporção dos recursos naturais na sua contribuição para PIB russo

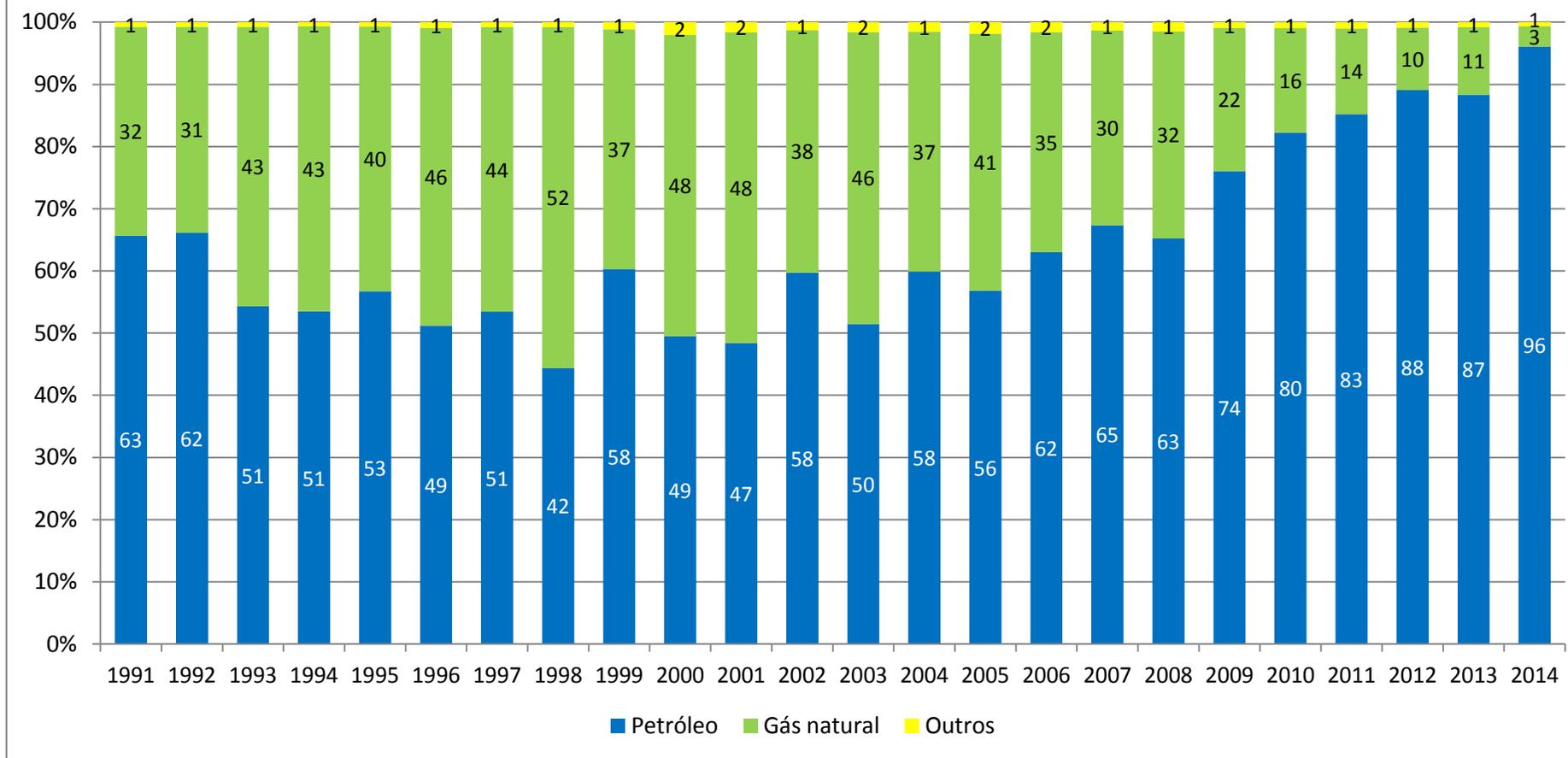


Gráfico B16 – Proporção da contribuição das atividades ligadas à indústria do petróleo e do gás natural para o PIB russo, por tipo de hidrocarboneto (1991-2014). Valores em porcentagem. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em Banco Mundial (2016a-c).

Tabela B1 – Consumo de crude na União Europeia, por Estado-membro (2000-2014). Valores em milhares de toneladas. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em Eurostat (2014a).

Estados-membros/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	107.054	106.669	107.037	109.265	111.852	114.694	111.567	109.406	107.532	101.075	95.470	93.563	95.068	92.614	91.434
Áustria	8.240	8.799	8.945	8.819	8.442	8.743	8.472	8.548	8.666	8.306	7.749	8.298	8.349	8.566	8.372
Bélgica	33.935	32.036	33.514	36.235	34.408	32.119	31.449	32.976	33.729	31.325	33.291	29.774	31.649	27.627	32.121
Bulgária	5.330	5.301	5.233	5.047	5.286	6.188	7.109	7.100	7.147	6.248	5.481	5.083	5.894	5.623	5.154
Chipre	1.173	1.156	1.086	971	278										
Croácia	5.163	4.832	4.830	4.867	5.079	4.875	4.630	4.955	4.305	4.695	4.163	3.273	3.058	2.968	2.389
Dinamarca	8.039	7.998	7.745	8.212	8.020	7.720	7.988	7.759	7.751	7.769	7.248	6.720	7.503	7.156	6.917
Eslováquia	5.442	5.492	5.617	5.656	5.713	5.440	5.641	5.955	5.847	5.700	5.453	5.991	5.399	5.791	5.220
Eslovénia	98														
Espanha	57.108	56.361	56.478	57.231	59.882	59.510	60.281	57.716	58.622	52.663	52.806	52.328	59.245	58.154	59.029
Estónia															
Finlândia	10.697	9.569	11.217	11.027	10.814	9.840	10.486	11.126	11.087	10.997	10.650	11.163	10.723	11.071	11.349
França	86.550	87.092	81.443	85.453	86.149	85.573	82.737	82.514	83.694	72.706	65.228	65.073	56.787	55.615	54.647
Grécia	19.445	19.088	18.466	19.149	18.650	18.671	18.926	19.141	17.954	17.132	19.377	16.409	20.547	19.856	20.691
Hungria	6.854	6.899	6.035	6.382	6.372	7.032	6.917	7.087	6.967	6.324	6.389	6.594	6.114	5.968	6.530
Irlanda	3.278	3.361	3.180	3.214	2.926	3.306	3.133	3.389	3.159	2.797	2.905	2.949	3.068	2.838	2.752
Itália	87.892	87.360	86.657	88.799	92.017	94.132	91.727	93.273	86.885	80.253	82.846	78.158	73.639	62.685	58.981
Letónia															
Lituânia	4.662	6.547	6.470	7.103	8.662	9.196	8.027	4.742	9.241	8.407	8.985	9.007	8.533	9.012	7.497
Luxemburgo															
Malta															
Países Baixos	54.993	54.678	48.284	50.501	52.798	52.547	48.872	49.875	50.296	48.122	51.842	50.263	50.347	47.707	49.779
Polónia	18.027	18.166	17.943	17.524	18.068	18.191	20.050	20.024	21.036	20.282	22.839	24.169	25.078	24.203	24.132
Portugal	11.618	12.436	11.816	12.651	12.700	13.141	13.248	12.362	12.067	10.406	11.297	10.275	11.054	11.912	10.792
Reino Unido	81.389	75.546	78.306	78.783	82.514	80.233	75.836	75.771	75.631	70.980	68.722	70.412	66.722	58.533	55.673
República Checa	5.866	6.072	6.229	6.559	6.704	7.731	7.866	7.394	8.249	7.370	7.901	7.098	7.247	6.664	7.476
Roménia	10.714	11.566	12.135	10.961	12.538	13.907	13.537	13.438	12.859	11.184	10.028	9.591	8.824	9.407	10.364
Suécia	20.558	19.677	18.927	19.922	20.766	20.009	19.893	17.958	20.613	19.327	20.061	18.675	20.791	16.494	18.839
União Europeia (Total)	654.125	646.701	637.593	654.331	670.638	672.798	658.392	652.509	653.337	604.068	600.731	584.866	585.639	550.464	550.138

Tabela B2 – Variação anual do consumo de crude na União Europeia, por Estado-membro (2001-2014). Valores em percentagem. Elaboração e cálculos próprios, com base nos dados da tabela anterior.

Estados-membros/Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	-0,4	0,3	2,1	2,4	2,5	-2,7	-1,9	-1,7	-6,0	-5,5	-2,0	1,6	-2,6	-1,3
Áustria	6,8	1,7	-1,4	-4,3	3,6	-3,1	0,9	1,4	-4,2	-6,7	7,1	0,6	2,6	-2,3
Bélgica	-5,6	4,6	8,1	-5,0	-6,7	-2,1	4,9	2,3	-7,1	6,3	-10,6	6,3	-12,7	16,3
Bulgária	-0,5	-1,3	-3,6	4,7	17,1	14,9	-0,1	0,7	-12,6	-12,3	-7,3	16,0	-4,6	-8,3
Chipre	-1,4	-6,1	-10,6	-71,4										
Croácia	-6,4	0,0	0,8	4,4	-4,0	-5,0	7,0	-13,1	9,1	-11,3	-21,4	-6,6	-2,9	-19,5
Dinamarca	-0,5	-3,2	6,0	-2,3	-3,7	3,5	-2,9	-0,1	0,2	-6,7	-7,3	11,7	-4,6	-3,3
Eslováquia	0,9	2,3	0,7	1,0	-4,8	3,7	5,6	-1,8	-2,5	-4,3	9,9	-9,9	7,3	-9,9
Eslovénia														
Espanha	-1,3	0,2	1,3	4,6	-0,6	1,3	-4,3	1,6	-10,2	0,3	-0,9	13,2	-1,8	1,5
Estónia														
Finlândia	-10,5	17,2	-1,7	-1,9	-9,0	6,6	6,1	-0,4	-0,8	-3,2	4,8	-3,9	3,2	2,5
França	0,6	-6,5	4,9	0,8	-0,7	-3,3	-0,3	1,4	-13,1	-10,3	-0,2	-12,7	-2,1	-1,7
Grécia	-1,8	-3,3	3,7	-2,6	0,1	1,4	1,1	-6,2	-4,6	13,1	-15,3	25,2	-3,4	4,2
Hungria	0,7	-12,5	5,7	-0,2	10,4	-1,6	2,5	-1,7	-9,2	1,0	3,2	-7,3	-2,4	9,4
Irlanda	2,5	-5,4	1,1	-9,0	13,0	-5,2	8,2	-6,8	-11,5	3,9	1,5	4,0	-7,5	-3,0
Itália	-0,6	-0,8	2,5	3,6	2,3	-2,6	1,7	-6,8	-7,6	3,2	-5,7	-5,8	-14,9	-5,9
Letónia														
Lituânia	40,4	-1,2	9,8	21,9	6,2	-12,7	-40,9	94,9	-9,0	6,9	0,2	-5,3	5,6	-16,8
Luxemburgo														
Malta														
Países Baixos	-0,6	-11,7	4,6	4,5	-0,5	-7,0	2,1	0,8	-4,3	7,7	-3,0	0,2	-5,2	4,3
Polónia	0,8	-1,2	-2,3	3,1	0,7	10,2	-0,1	5,1	-3,6	12,6	5,8	3,8	-3,5	-0,3
Portugal	7,0	-5,0	7,1	0,4	3,5	0,8	-6,7	-2,4	-13,8	8,6	-9,0	7,6	7,8	-9,4
Reino Unido	-7,2	3,7	0,6	4,7	-2,8	-5,5	-0,1	-0,2	-6,1	-3,2	2,5	-5,2	-12,3	-4,9
República Checa	3,5	2,6	5,3	2,2	15,3	1,7	-6,0	11,6	-10,7	7,2	-10,2	2,1	-8,0	12,2
Roménia	8,0	4,9	-9,7	14,4	10,9	-2,7	-0,7	-4,3	-13,0	-10,3	-4,4	-8,0	6,6	10,2
Suécia	-4,3	-3,8	5,3	4,2	-3,6	-0,6	-9,7	14,8	-6,2	3,8	-6,9	11,3	-20,7	14,2
União Europeia	-1,1	-1,4	2,6	2,5	0,3	-2,1	-0,9	0,1	-7,5	-0,6	-2,6	0,1	-6,0	-0,1

Tabela B3 – Importação de crude da Rússia pela União Europeia, por Estado-membro. Valores em milhares de toneladas. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em Eurostat (2014b).

Estados-membros/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	29.754	30.303	31.605	33.483	37.066	38.170	36.915	33.866	33.689	34.649	33.854	35.328	34.701	31.480	30.028
Áustria	827	1.030	841	1.461	1.172	2.204	1.219	241	232	295	684	1.163	1.047	1.100	586
Bélgica	5.254	5.088	9.041	11.461	13.953	13.433	12.602	15.489	13.419	11.248	14.738	13.537	11.616	12.443	11.653
Bulgária	5.152	5.279	5.047	3.689	4.714	5.406	6.318	4.600	5.086	4.489	5.317	4.763	5.885	5.641	5.103
Chipre	602	439	1.038	338	76										
Croácia	1.956	1.569	2.727	1.578	2.940	3.435	3.799	4.110	3.453	3.549	2.287	2.120	1.688	1.966	1.037
Dinamarca			30								36	219			35
Eslováquia		5.322	5.474	5.520	5.826	5.353	5.721	6.056	5.902	5.704	5.465	6.022	5.376	5.861	5.288
Eslovénia	46														
Espanha	5.159	5.225	7.943	9.883	8.819	8.548	11.772	12.736	8.811	8.201	6.585	7.977	8.201	8.127	7.074
Estónia															
Finlândia	4.712	4.551	5.609	7.191	8.821	7.897	7.071	8.454	9.352	9.581	10.149	9.738	9.678	9.688	8.584
França	5.023	8.468	10.456	12.935	12.697	9.594	9.764	10.586	11.319	10.251	11.042	9.333	8.068	6.414	5.179
Grécia	4.249	5.736	9.078	7.654	5.822	6.036	5.379	6.435	6.674	5.710	7.209	4.105	6.970	7.035	5.146
Hungria	5.800	5.622	4.936	5.273	5.425	6.451	6.770	6.720	6.665	5.425	5.731	5.887	5.389	5.057	5.457
Irlanda															
Itália	13.929	16.864	15.871	17.508	19.892	18.440	13.956	16.539	12.329	15.128	11.597	11.354	9.294	10.391	8.582
Letónia															
Lituânia	4.344	6.381	6.124	7.033	8.177	8.871	8.034	4.591	8.835	8.359	8.906	8.785	8.509	8.785	6.636
Luxemburgo															
Malta															
Países Baixos	4.430	6.712	7.677	10.928	15.813	15.917	18.183	16.479	16.159	16.482	16.878	15.491	14.991	14.160	11.082
Polónia	16.801	16.624	17.310	16.641	16.670	17.466	19.156	19.966	19.241	18.930	21.113	21.853	23.518	22.270	22.140
Portugal	285	1.268	579	1.481	813		136				100	424	380	783	262
Reino Unido	1.878	2.687	3.601	4.397	7.457	5.051	8.933	6.778	5.183	3.831	3.591	4.547	6.583	3.751	1.386
República Checa	4.721	4.121	3.938	4.334	4.457	5.501	5.225	4.641	5.419	5.097	4.945	4.102	4.545	4.213	4.164
Roménia	3.245	3.152	3.365	4.322		4.854	4.161	4.715	2.936	2.467	2.671	1.468	1.548	2.248	2.343
Suécia	1.381	1.079	3.723	3.930	5.438	7.139	7.033	5.977	7.163	7.167	8.808	9.655	8.740	6.575	8.532
União Europeia (Total)	119.548	137.520	156.013	171.040	186.048	189.766	192.147	188.979	181.867	176.563	181.706	177.871	176.727	167.988	150.297

Tabela B4 – Proporção da importação de crude da Rússia pela União Europeia no consumo interno, por Estado-membro (2000-2014). Valores em percentagem. Elaboração e cálculos próprios, com base nos dados das tabelas B1 e B3.

Estados-membros/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	27,8	28,4	29,5	30,6	33,1	33,3	33,1	31,0	31,3	34,3	35,5	37,8	36,5	34,0	32,8
Áustria	10,0	11,7	9,4	16,6	13,9	25,2	14,4	2,8	2,7	3,6	8,8	14,0	12,5	12,8	7,0
Bélgica	15,5	15,9	27,0	31,6	40,6	41,8	40,1	47,0	39,8	35,9	44,3	45,5	36,7	45,0	36,3
Bulgária	96,7	99,6	96,4	73,1	89,2	87,4	88,9	64,8	71,2	71,8	97,0	93,7	99,8	100,3	99,0
Chipre	51,3	38,0	95,6	34,8	27,3										
Croácia	37,9	32,5	56,5	32,4	57,9	70,5	82,1	82,9	80,2	75,6	54,9	64,8	55,2	66,2	43,4
Dinamarca			0,4								0,5	3,3			0,5
Eslováquia		96,9	97,5	97,6	102,0	98,4	101,4	101,7	100,9	100,1	100,2	100,5	99,6	101,2	101,3
Eslovénia	46,9														
Espanha	9,0	9,3	14,1	17,3	14,7	14,4	19,5	22,1	15,0	15,6	12,5	15,2	13,8	14,0	12,0
Estónia															
Finlândia	44,0	47,6	50,0	65,2	81,6	80,3	67,4	76,0	84,4	87,1	95,3	87,2	90,3	87,5	75,6
França	5,8	9,7	12,8	15,1	14,7	11,2	11,8	12,8	13,5	14,1	16,9	14,3	14,2	11,5	9,5
Grécia	21,9	30,1	49,2	40,0	31,2	32,3	28,4	33,6	37,2	33,3	37,2	25,0	33,9	35,4	24,9
Hungria	84,6	81,5	81,8	82,6	85,1	91,7	97,9	94,8	95,7	85,8	89,7	89,3	88,1	84,7	83,6
Irlanda															
Itália	15,8	19,3	18,3	19,7	21,6	19,6	15,2	17,7	14,2	18,9	14,0	14,5	12,6	16,6	14,6
Letónia															
Lituânia	93,2	97,5	94,7	99,0	94,4	96,5	100,1	96,8	95,6	99,4	99,1	97,5	99,7	97,5	88,5
Luxemburgo															
Malta															
Países Baixos	8,1	12,3	15,9	21,6	29,9	30,3	37,2	33,0	32,1	34,3	32,6	30,8	29,8	29,7	22,3
Polónia	93,2	91,5	96,5	95,0	92,3	96,0	95,5	99,7	91,5	93,3	92,4	90,4	93,8	92,0	91,7
Portugal	2,5	10,2	4,9	11,7	6,4		1,0				0,9	4,1	3,4	6,6	2,4
Reino Unido	2,3	3,6	4,6	5,6	9,0	6,3	11,8	8,9	6,9	5,4	5,2	6,5	9,9	6,4	2,5
República Checa	80,5	67,9	63,2	66,1	66,5	71,2	66,4	62,8	65,7	69,2	62,6	57,8	62,7	63,2	55,7
Roménia	30,3	27,3	27,7	39,4		34,9	30,7	35,1	22,8	22,1	26,6	15,3	17,5	23,9	22,6
Suécia	6,7	5,5	19,7	19,7	26,2	35,7	35,4	33,3	34,7	37,1	43,9	51,7	42,0	39,9	45,3
União Europeia	18,3	21,3	24,5	26,1	27,7	28,2	29,2	29,0	27,8	29,2	30,2	30,4	30,2	30,5	27,3

Consumo de crude na União Europeia

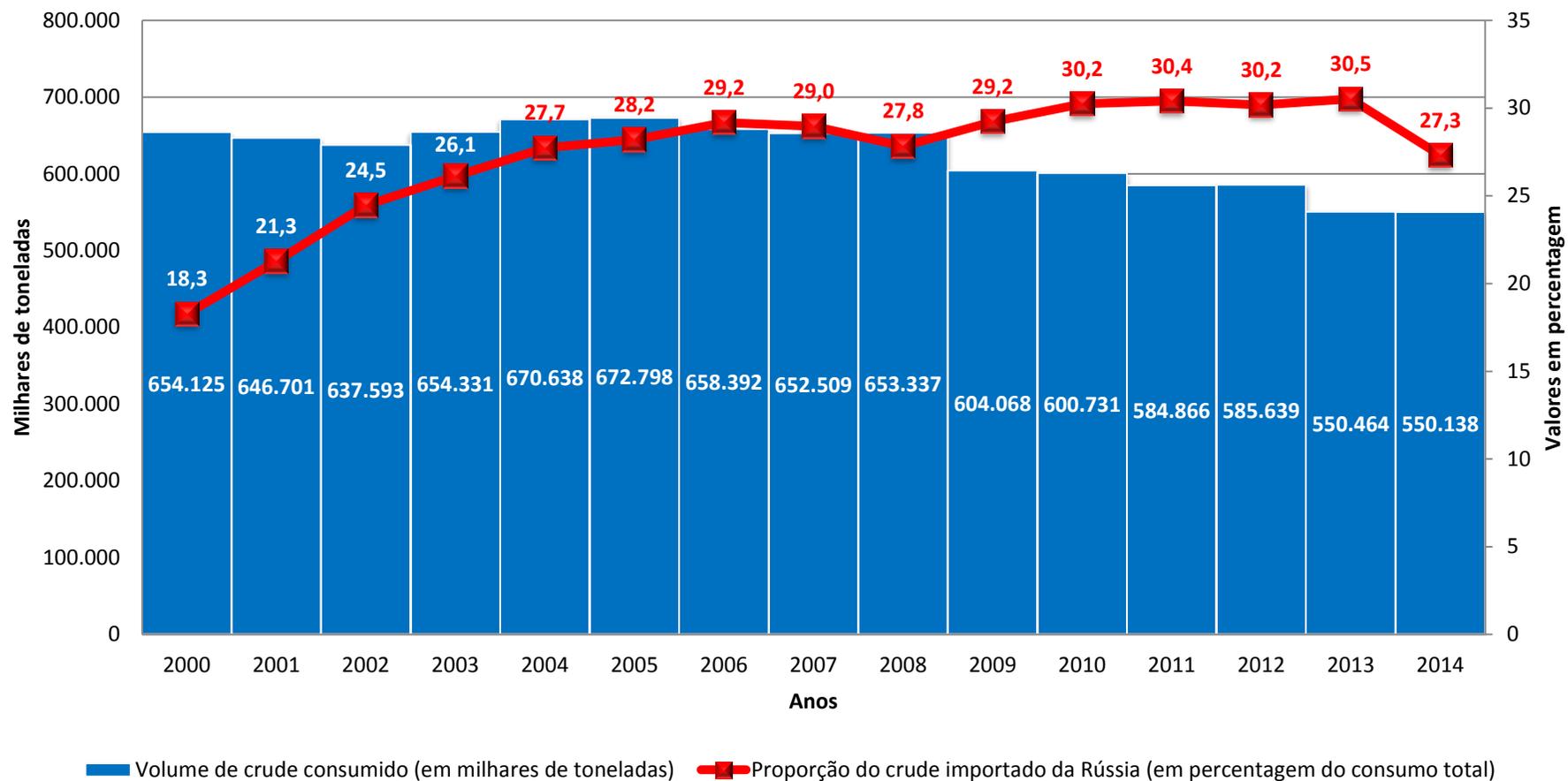


Gráfico B17 – Consumo de crude na União Europeia (2000-2014). Encontram-se representados o volume de crude consumido, em milhares de toneladas, e a proporção do crude importado da Rússia, em percentagem do consumo. Elaboração própria, com base nos dados das tabelas B1 e B4.

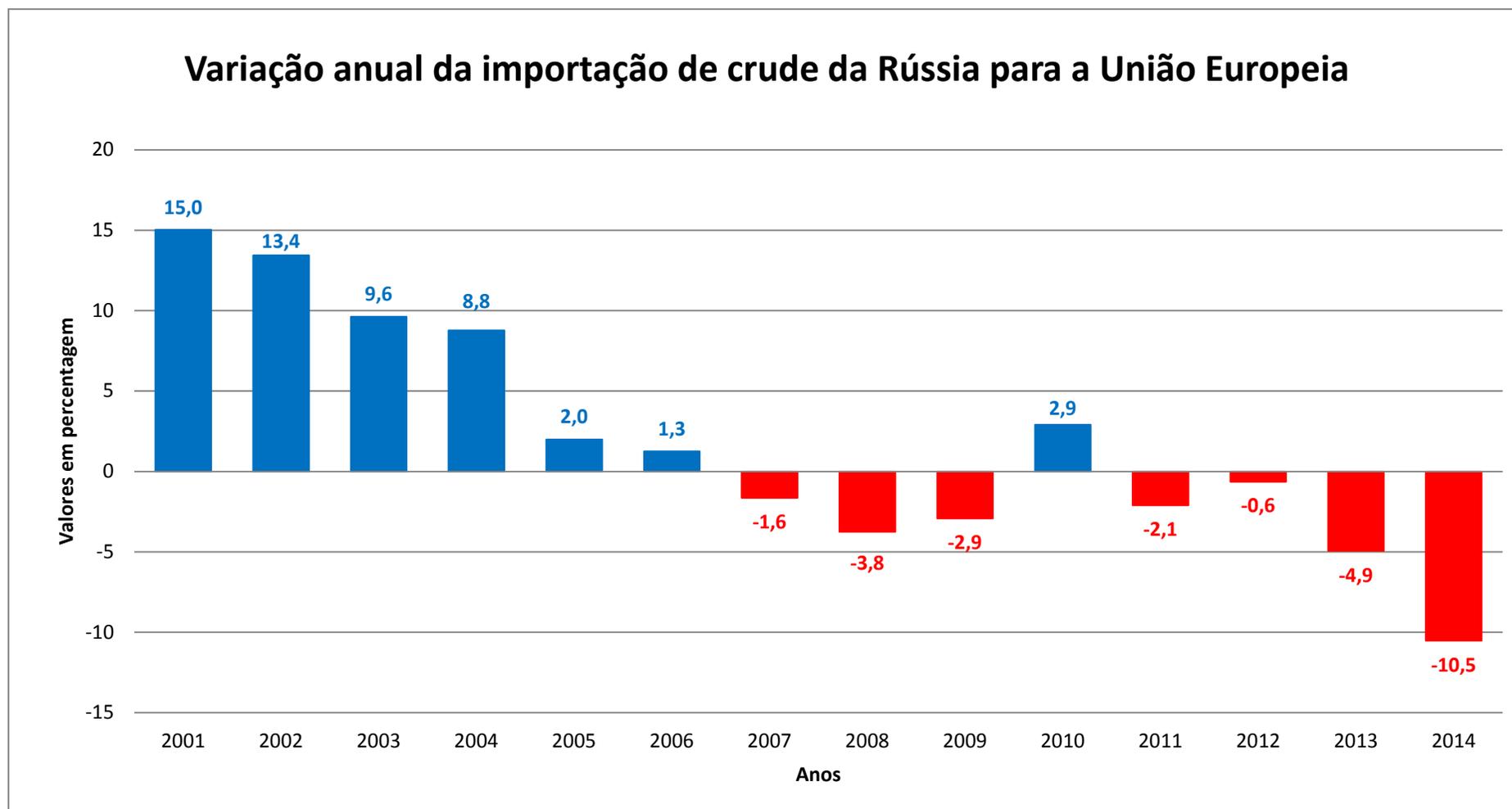


Gráfico B18 – Variação anual da importação de crude da Rússia pela União Europeia (2001-2014). Valores em percentagem. Elaboração e cálculos próprios, com base nos dados da tabela B4.

Tabela B5 – Consumo de produtos derivados do petróleo na União Europeia, por Estado-membro (2000-2014). Valores em milhares de toneladas. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em Eurostat (2014a).

Estados-membros/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	102.962	104.729	100.557	99.965	97.801	95.427	96.077	85.021	92.023	87.413	87.384	84.183	84.658	87.410	84.294
Áustria	10.252	10.859	11.367	12.021	12.242	12.540	12.045	11.879	11.557	10.698	11.051	10.559	10.357	10.560	10.227
Bélgica	17.889	17.937	17.133	18.413	18.110	17.576	16.527	15.817	17.227	16.850	17.317	16.272	15.654	15.883	15.525
Bulgária	3.122	3.217	3.328	3.573	3.576	3.816	4.063	3.909	3.784	3.549	3.406	3.270	3.347	3.046	3.298
Chipre	1.338	1.364	1.372	1.441	1.411	1.386	1.391	1.418	1.428	1.386	1.355	1.367	1.248	1.154	1.152
Croácia	3.184	3.172	3.351	3.499	3.547	3.643	3.725	3.790	3.583	3.531	3.297	3.260	3.092	2.954	2.970
Dinamarca	7.218	7.297	7.153	7.265	7.430	7.445	7.506	7.571	7.328	6.862	6.855	6.684	6.144	5.972	5.925
Eslováquia	1.665	2.278	2.638	2.376	2.390	2.658	2.581	2.710	2.826	2.463	2.670	2.673	2.610	2.632	2.470
Eslovénia	2.190	2.263	2.215	2.253	2.282	2.329	2.397	2.367	2.760	2.372	2.409	2.396	2.327	2.194	2.137
Espanha	49.649	51.052	50.830	53.865	56.048	56.806	56.917	57.915	55.117	50.988	50.079	47.295	43.561	42.727	42.332
Estónia	758	917	921	924	933	971	972	1.038	975	889	936	960	981	943	969
Finlândia	8.134	8.358	8.360	8.581	8.632	8.479	8.536	8.706	8.253	7.638	8.135	7.968	7.712	7.517	7.052
França	76.349	79.691	75.991	75.702	76.081	73.858	72.986	71.058	70.431	68.243	66.518	65.193	63.101	62.368	60.704
Grécia	13.457	13.892	14.268	15.126	14.845	15.259	15.812	15.835	15.020	14.686	13.231	12.512	11.030	10.154	10.383
Hungria	4.374	4.318	4.545	4.616	4.785	5.045	5.405	5.330	5.331	5.183	4.845	4.619	4.312	4.592	5.161
Irlanda	6.963	7.331	7.354	7.446	7.601	8.103	8.556	8.598	8.363	7.160	7.106	6.293	5.988	6.037	6.067
Itália	61.568	61.711	62.584	63.669	63.963	64.053	62.772	62.312	59.776	54.965	53.126	52.176	48.331	45.837	45.861
Letónia	1.069	1.125	1.138	1.227	1.281	1.305	1.439	1.569	1.483	1.353	1.420	1.276	1.252	1.269	1.296
Lituânia	1.688	1.849	1.841	1.823	2.019	2.167	2.140	2.351	2.479	2.130	2.125	2.114	2.085	2.095	2.201
Luxemburgo	2.214	2.357	2.412	2.593	2.946	3.047	2.897	2.825	2.845	2.657	2.783	2.844	2.739	2.694	2.588
Malta	296	256	212	230	278	212	211	219	320	286	329	316	318	337	348
Países Baixos	19.097	19.252	19.545	19.826	20.210	20.245	20.872	20.994	20.612	19.320	19.464	19.504	19.014	18.547	18.011
Polónia	15.984	15.901	15.651	16.782	17.879	18.439	19.054	20.085	20.517	20.503	21.407	21.159	20.226	18.708	18.673
Portugal	11.163	11.407	11.493	11.429	11.409	11.327	10.766	10.738	10.455	10.203	9.875	8.994	8.337	8.484	8.377
Reino Unido	66.469	66.963	66.634	66.786	68.208	69.394	69.039	68.495	66.210	62.547	62.538	60.884	60.632	59.714	59.462
República Checa	5.474	5.847	5.857	6.358	6.759	6.996	6.995	7.284	7.205	6.918	6.591	6.485	6.333	6.142	6.403
Roménia	6.646	7.391	7.570	7.386	8.121	8.128	7.719	8.178	8.274	7.383	7.127	7.437	7.634	7.288	7.503
Suécia	13.309	12.725	12.379	12.370	12.185	11.606	11.015	10.786	10.426	10.169	10.343	9.922	9.366	8.896	9.166
União Europeia (Total)	514.481	525.459	518.699	527.545	532.972	532.260	530.415	518.798	516.608	488.345	483.722	468.615	452.389	446.154	440.555

Tabela B6 – Variação anual do consumo de produtos derivados do petróleo na União Europeia, por Estado-membro (2001-2014). Valores em percentagem.
Elaboração e cálculos próprios, com base nos dados da tabela anterior.

Estados-membros/Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	1,7	-4,0	-0,6	-2,2	-2,4	0,7	-11,5	8,2	-5,0	0,0	-3,7	0,6	3,3	-3,6
Áustria	5,9	4,7	5,8	1,8	2,4	-3,9	-1,4	-2,7	-7,4	3,3	-4,5	-1,9	2,0	-3,2
Bélgica	0,3	-4,5	7,5	-1,6	-2,9	-6,0	-4,3	8,9	-2,2	2,8	-6,0	-3,8	1,5	-2,3
Bulgária	3,0	3,5	7,4	0,1	6,7	6,5	-3,8	-3,2	-6,2	-4,0	-4,0	2,4	-9,0	8,3
Chipre	1,9	0,6	5,0	-2,1	-1,8	0,4	1,9	0,7	-2,9	-2,2	0,9	-8,7	-7,5	-0,2
Croácia	-0,4	5,6	4,4	1,4	2,7	2,3	1,7	-5,5	-1,5	-6,6	-1,1	-5,2	-4,5	0,5
Dinamarca	1,1	-2,0	1,6	2,3	0,2	0,8	0,9	-3,2	-6,4	-0,1	-2,5	-8,1	-2,8	-0,8
Eslováquia	36,8	15,8	-9,9	0,6	11,2	-2,9	5,0	4,3	-12,8	8,4	0,1	-2,4	0,8	-6,2
Eslovénia	3,3	-2,1	1,7	1,3	2,1	2,9	-1,3	16,6	-14,1	1,6	-0,5	-2,9	-5,7	-2,6
Espanha	2,8	-0,4	6,0	4,1	1,4	0,2	1,8	-4,8	-7,5	-1,8	-5,6	-7,9	-1,9	-0,9
Estónia	21,0	0,4	0,3	1,0	4,1	0,1	6,8	-6,1	-8,8	5,3	2,6	2,2	-3,9	2,8
Finlândia	2,8	0,0	2,6	0,6	-1,8	0,7	2,0	-5,2	-7,5	6,5	-2,1	-3,2	-2,5	-6,2
França	4,4	-4,6	-0,4	0,5	-2,9	-1,2	-2,6	-0,9	-3,1	-2,5	-2,0	-3,2	-1,2	-2,7
Grécia	3,2	2,7	6,0	-1,9	2,8	3,6	0,1	-5,1	-2,2	-9,9	-5,4	-11,8	-7,9	2,3
Hungria	-1,3	5,3	1,6	3,7	5,4	7,1	-1,4	0,0	-2,8	-6,5	-4,7	-6,6	6,5	12,4
Irlanda	5,3	0,3	1,3	2,1	6,6	5,6	0,5	-2,7	-14,4	-0,8	-11,4	-4,8	0,8	0,5
Itália	0,2	1,4	1,7	0,5	0,1	-2,0	-0,7	-4,1	-8,0	-3,3	-1,8	-7,4	-5,2	0,1
Letónia	5,2	1,2	7,8	4,4	1,9	10,3	9,0	-5,5	-8,8	5,0	-10,1	-1,9	1,4	2,1
Lituânia	9,5	-0,4	-1,0	10,8	7,3	-1,2	9,9	5,4	-14,1	-0,2	-0,5	-1,4	0,5	5,1
Luxemburgo	6,5	2,3	7,5	13,6	3,4	-4,9	-2,5	0,7	-6,6	4,7	2,2	-3,7	-1,6	-3,9
Malta	-13,5	-17,2	8,5	20,9	-23,7	-0,5	3,8	46,1	-10,6	15,0	-4,0	0,6	6,0	3,3
Países Baixos	0,8	1,5	1,4	1,9	0,2	3,1	0,6	-1,8	-6,3	0,7	0,2	-2,5	-2,5	-2,9
Polónia	-0,5	-1,6	7,2	6,5	3,1	3,3	5,4	2,2	-0,1	4,4	-1,2	-4,4	-7,5	-0,2
Portugal	2,2	0,8	-0,6	-0,2	-0,7	-5,0	-0,3	-2,6	-2,4	-3,2	-8,9	-7,3	1,8	-1,3
Reino Unido	0,7	-0,5	0,2	2,1	1,7	-0,5	-0,8	-3,3	-5,5	0,0	-2,6	-0,4	-1,5	-0,4
República Checa	6,8	0,2	8,6	6,3	3,5	0,0	4,1	-1,1	-4,0	-4,7	-1,6	-2,3	-3,0	4,2
Roménia	11,2	2,4	-2,4	10,0	0,1	-5,0	5,9	1,2	-10,8	-3,5	4,3	2,6	-4,5	3,0
Suécia	-4,4	-2,7	-0,1	-1,5	-4,8	-5,1	-2,1	-3,3	-2,5	1,7	-4,1	-5,6	-5,0	3,0
União Europeia	2,1	-1,3	1,7	1,0	-0,1	-0,3	-2,2	-0,4	-5,5	-0,9	-3,1	-3,5	-1,4	-1,3

Tabela B7 – Importação de produtos derivados do petróleo da Rússia pela União Europeia, por Estado-membro (2000-2014). Valores em milhares de toneladas. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em Eurostat (2014b).

Estados-membros/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	864	1.226	893	1.642	1.699	1.449	1.900	1.369	1.691	1.931	2.351	1.968	2.677	4.145	6.267
Áustria	23	29	59	17	10	8	15	2	3	5	11	7	11	12	9
Bélgica	981	1.447	1.375	801	1.077	1.510	1.970	1.631	2.230	2.452	1.866	2.054	2.862	3.428	4.447
Bulgária	21	10	3	8	3	2	17	53	30	29	92	176	143	199	225
Chipre		72	715	666	3	44	27	26			52	2	47	27	4
Croácia	1	57	39	1	2	1	1	1	1	2	2	1	1	5	23
Dinamarca	362	612	481	852	511	858	342	615	521	299	867	952	301	1.757	2.439
Eslováquia				6	16	10	10	9	12	19	19	14	13	25	11
Eslovénia		1		5	3	49	4	9	7	13	20	32	29	27	254
Espanha	1.536	1.630	1.618	1.964	2.287	3.252	2.840	3.049	1.747	2.592	1.862	1.866	469	283	1.011
Estónia	455	458	507	403	384	350	535	387	480	294	171	97	616	275	287
Finlândia	1.896	1.968	1.636	2.100	1.944	2.713	2.307	2.813	2.836	2.799	2.550	2.697	2.467	2.603	2.394
França	4.340	4.403	4.426	4.624	5.751	7.189	8.111	8.008	7.331	10.270	11.842	9.351	6.787	7.628	8.228
Grécia	980	1.372	1.804	1.653	2.204	2.329	1.803	986	1.180	1.094	1.210	1.345	1.033	746	275
Hungria	6	113	491	41	489	671	735	823	682	657	1.084	955	754	858	577
Irlanda	1	3	10											17	64
Itália	885	1.195	1.861	385	404	777	891	764	567	277	365	630	535	540	679
Letónia	422	231	212	175	235	336	197	334	292	283	407	328	219	326	346
Lituânia	182	160	112	125	117	76	98	367	191	210	381	183	174	122	293
Luxemburgo															
Malta											886	869	145	709	466
Países Baixos	6.533	8.405	10.228	10.032	10.345	11.504	13.156	11.675	13.294	15.102	14.403	15.963	18.652	20.850	25.292
Polónia	698	557	896	1.062	991	877	761	788	687	1.081	1.061	1.017	1.386	1.270	1.285
Portugal	22	65	19	40	150	63	20	122	95	204	117	106			
Reino Unido	689	498	572	384	1.810	1.125	1.186	1.542	1.435	2.066	2.306	2.407	2.651	3.938	4.466
República Checa	58	19	17	15	17	19	26	17	11	17	18	23	24	28	12
Roménia	371	209	111	116		2	109	67	71	49	63	96	265	335	502
Suécia	225	269	785	930	635	553	533	411	112	459	381	527	528	390	1.013
União Europeia (Total)	21.551	25.009	28.870	28.047	31.087	35.767	37.594	35.868	35.506	42.204	44.387	43.666	42.789	50.543	60.869

Tabela B8 – Proporção da importação de produtos derivados do petróleo da Rússia pela União Europeia no consumo interno, por Estado-membro (2000-2014). Valores em percentagem. Elaboração e cálculos próprios, com base nos dados das tabelas B5 e B7.

Estados-membros/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	0,8	1,2	0,9	1,6	1,7	1,5	2,0	1,6	1,8	2,2	2,7	2,3	3,2	4,7	7,4
Áustria	0,2	0,3	0,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Bélgica	5,5	8,1	8,0	4,4	5,9	8,6	11,9	10,3	12,9	14,6	10,8	12,6	18,3	21,6	28,6
Bulgária	0,7	0,3	0,1	0,2	0,1	0,1	0,4	1,4	0,8	0,8	2,7	5,4	4,3	6,5	6,8
Chipre		5,3	52,1	46,2	0,2	3,2	1,9	1,8			3,8	0,1	3,8	2,3	0,3
Croácia	0,0	1,8	1,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2	0,8
Dinamarca	5,0	8,4	6,7	11,7	6,9	11,5	4,6	8,1	7,1	4,4	12,6	14,2	4,9	29,4	41,2
Eslováquia				0,3	0,7	0,4	0,4	0,3	0,4	0,8	0,7	0,5	0,5	0,9	0,4
Eslovénia		0,0		0,2	0,1	2,1	0,2	0,4	0,3	0,5	0,8	1,3	1,2	1,2	11,9
Espanha	3,1	3,2	3,2	3,6	4,1	5,7	5,0	5,3	3,2	5,1	3,7	3,9	1,1	0,7	2,4
Estónia	60,0	49,9	55,0	43,6	41,2	36,0	55,0	37,3	49,2	33,1	18,3	10,1	62,8	29,2	29,6
Finlândia	23,3	23,5	19,6	24,5	22,5	32,0	27,0	32,3	34,4	36,6	31,3	33,8	32,0	34,6	33,9
França	5,7	5,5	5,8	6,1	7,6	9,7	11,1	11,3	10,4	15,0	17,8	14,3	10,8	12,2	13,6
Grécia	7,3	9,9	12,6	10,9	14,8	15,3	11,4	6,2	7,9	7,4	9,1	10,7	9,4	7,3	2,6
Hungria	0,1	2,6	10,8	0,9	10,2	13,3	13,6	15,4	12,8	12,7	22,4	20,7	17,5	18,7	11,2
Irlanda	0,0	0,0	0,1											0,3	1,1
Itália	1,4	1,9	3,0	0,6	0,6	1,2	1,4	1,2	0,9	0,5	0,7	1,2	1,1	1,2	1,5
Letónia	39,5	20,5	18,6	14,3	18,3	25,7	13,7	21,3	19,7	20,9	28,7	25,7	17,5	25,7	26,7
Lituânia	10,8	8,7	6,1	6,9	5,8	3,5	4,6	15,6	7,7	9,9	17,9	8,7	8,3	5,8	13,3
Luxemburgo															
Malta											269,3	275,0	45,6	210,4	133,9
Países Baixos	34,2	43,7	52,3	50,6	51,2	56,8	63,0	55,6	64,5	78,2	74,0	81,8	98,1	112,4	140,4
Polónia	4,4	3,5	5,7	6,3	5,5	4,8	4,0	3,9	3,3	5,3	5,0	4,8	6,9	6,8	6,9
Portugal	0,2	0,6	0,2	0,3	1,3	0,6	0,2	1,1	0,9	2,0	1,2	1,2			
Reino Unido	1,0	0,7	0,9	0,6	2,7	1,6	1,7	2,3	2,2	3,3	3,7	4,0	4,4	6,6	7,5
República Checa	1,1	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,5	0,2
Roménia	5,6	2,8	1,5	1,6		0,0	1,4	0,8	0,9	0,7	0,9	1,3	3,5	4,6	6,7
Suécia	1,7	2,1	6,3	7,5	5,2	4,8	4,8	3,8	1,1	4,5	3,7	5,3	5,6	4,4	11,1
União Europeia (Total)	4,2	4,8	5,6	5,3	5,8	6,7	7,1	6,9	6,9	8,6	9,2	9,3	9,5	11,3	13,8

Consumo de produtos derivados do petróleo na União Europeia

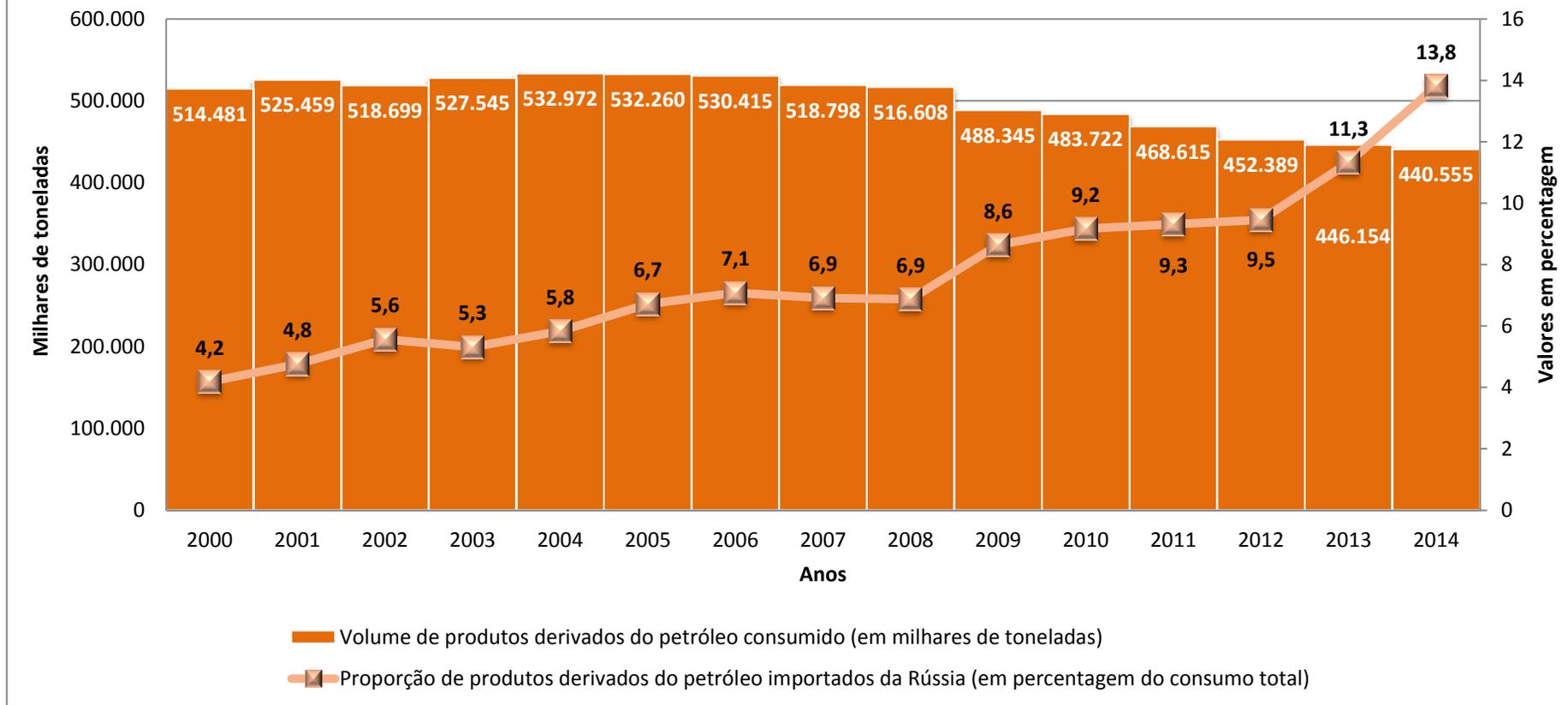


Gráfico B19 – Consumo de produtos derivados do petróleo na União Europeia (2000-2014). Encontram-se representados o volume de produtos derivados do petróleo consumido, em milhares de toneladas, e a proporção dos produtos derivados do petróleo importados da Rússia, em percentagem do consumo.

Elaboração própria, com base nos dados das tabelas B5 e B8.

Variação anual da importação de produtos derivados do petróleo da Rússia para a União Europeia

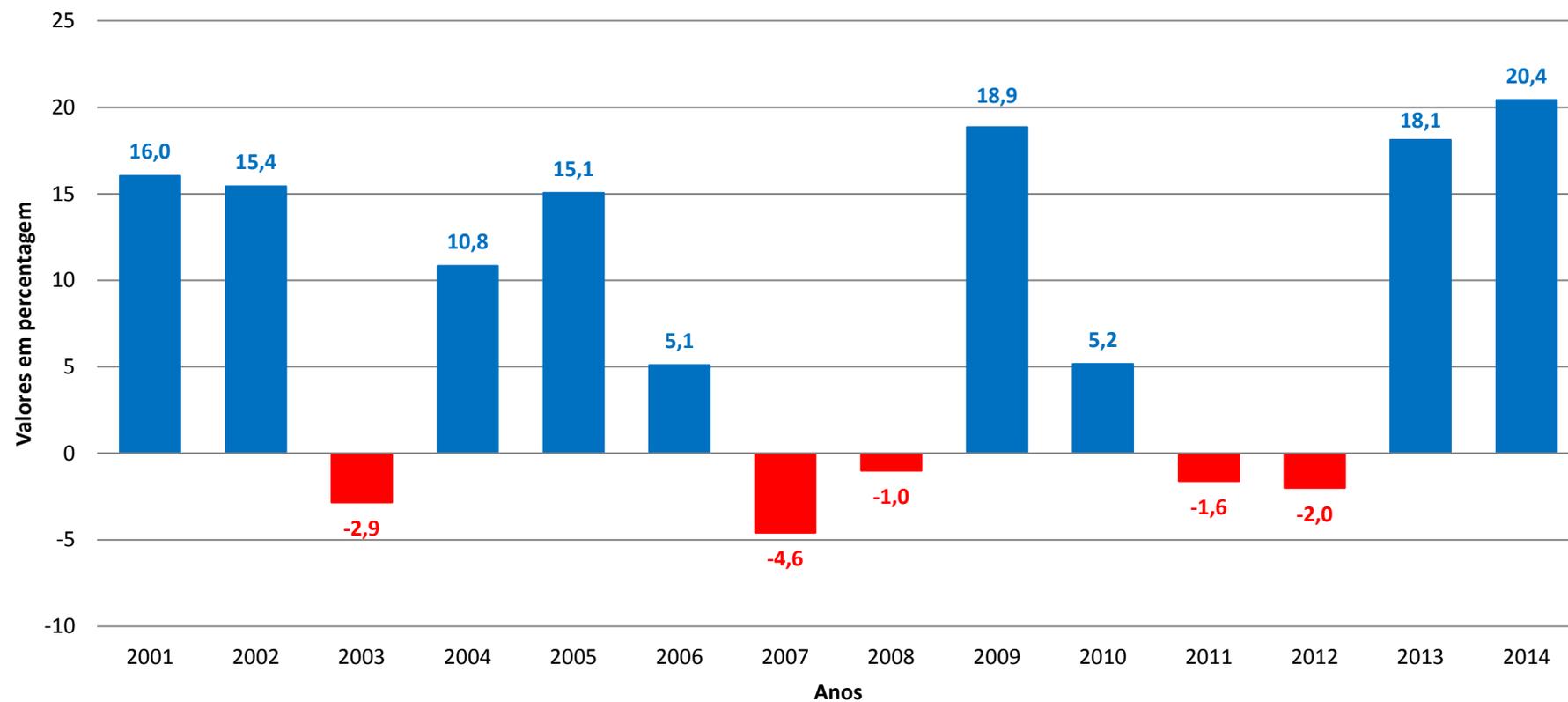


Gráfico B20 – Variação anual da importação de produtos derivados do petróleo da Rússia pela União Europeia (2001-2014). Valores em percentagem. Elaboração e cálculos próprios, com base nos dados da tabela B8.

Produtos derivados do petróleo importados da Rússia pela UE (2014)

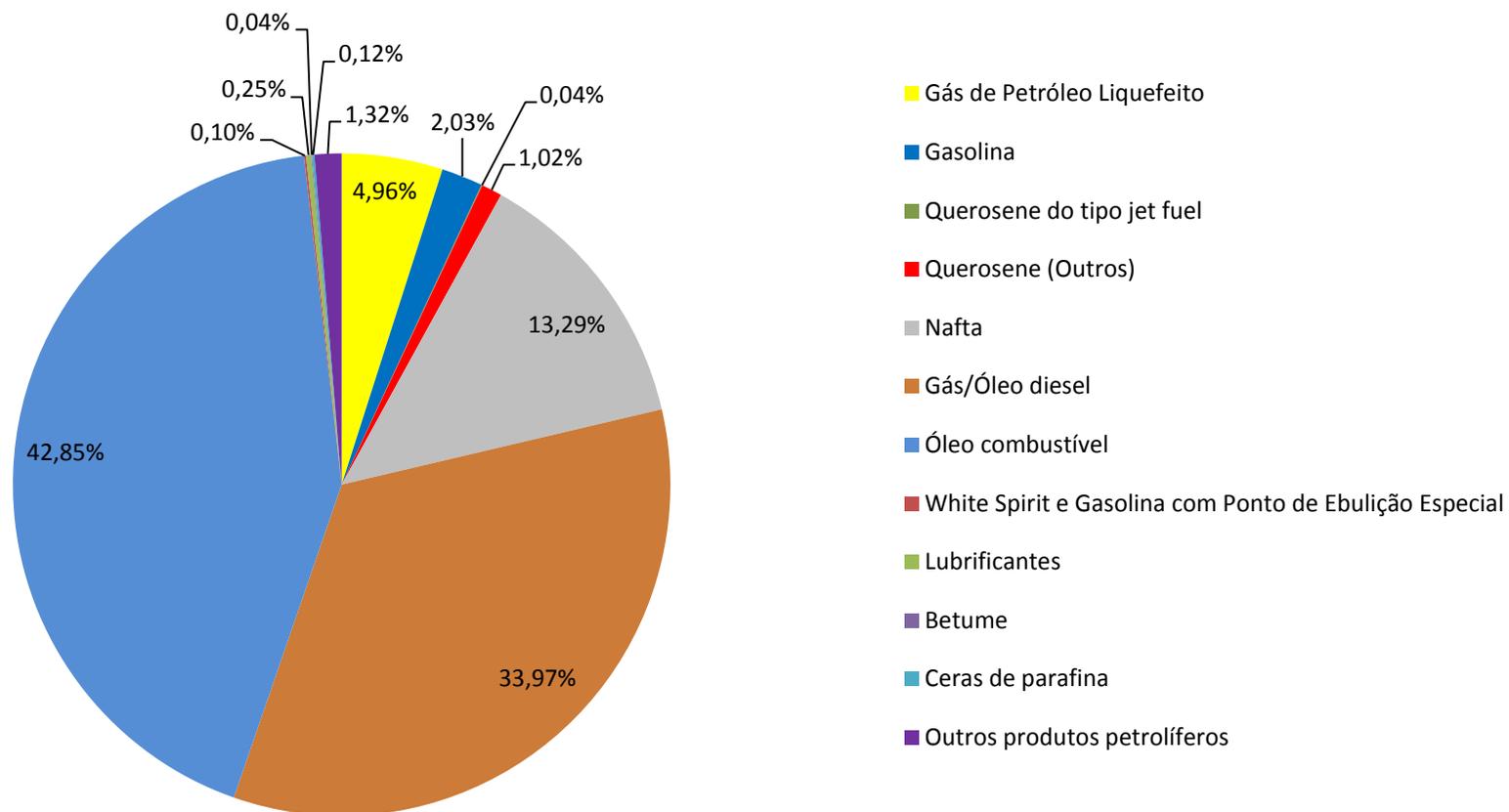


Gráfico B21 – Importação de produtos derivados do petróleo da Rússia pela União Europeia em 2014, por tipo de produto. Elaboração e cálculos próprios, com base nos dados disponibilizados em Eurostat (2014b).

Tabela B9 – Consumo de gás natural na União Europeia, por Estado-membro (2000-2014). Valores em bilhões de metros cúbicos. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em Eurostat (2014c), após conversão segundo Hofstrand (2014), em que 1 ktoe equivale a 0,00111 bcm de gás natural.

Estados-membros/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	79,83	83,98	83,96	84,30	84,64	86,42	88,10	84,99	85,73	80,80	84,33	77,32	77,57	81,22	70,09
Áustria	7,32	7,75	7,74	8,49	8,64	9,06	8,51	8,03	8,48	8,19	9,02	8,52	8,14	7,84	7,16
Bélgica	14,85	14,64	14,86	16,00	16,19	16,36	16,67	16,59	16,49	16,79	18,88	15,99	15,96	15,99	14,00
Bulgária	3,26	3,04	2,67	2,78	2,77	3,12	3,22	3,34	3,24	2,40	2,56	2,92	2,72	2,66	2,62
Chipre															
Croácia	2,45	2,57	2,63	2,62	2,73	2,63	2,61	3,00	2,86	2,67	2,92	2,86	2,68	2,54	2,24
Dinamarca	4,94	5,15	5,14	5,18	5,15	4,89	5,04	4,51	4,53	4,33	4,91	4,13	3,87	3,68	3,13
Eslováquia	6,42	6,85	6,52	6,30	6,11	6,54	5,97	5,65	5,74	4,92	5,56	5,15	4,85	5,06	4,19
Eslovênia	0,92	0,94	0,91	1,01	1,00	1,03	1,00	1,02	0,98	0,92	0,96	0,82	0,79	0,77	0,70
Espanha	16,91	18,22	20,83	23,72	27,97	33,16	34,70	35,31	38,78	34,69	34,58	32,15	31,75	29,07	26,29
Estónia	0,74	0,79	0,66	0,76	0,86	0,89	0,90	0,89	0,86	0,58	0,62	0,56	0,61	0,62	0,48
Finlândia	3,81	4,13	4,10	4,55	4,40	4,01	4,32	4,15	4,29	3,87	4,26	3,73	3,34	3,18	2,80
França	39,74	41,72	41,65	43,68	44,60	45,58	44,02	42,76	44,31	42,73	47,26	41,15	42,46	43,34	36,22
Grécia	1,89	1,87	2,00	2,25	2,48	2,61	3,05	3,74	3,90	3,30	3,59	4,41	4,07	3,60	2,76
Hungria	10,73	11,90	12,01	13,21	13,01	13,44	12,73	11,89	11,73	10,17	10,91	10,43	9,30	8,67	7,76
Irlanda	3,82	3,98	4,09	4,06	4,05	3,85	4,37	4,75	4,97	4,71	5,21	4,58	4,47	4,26	4,14
Itália	64,37	64,55	64,11	70,68	73,35	78,49	76,87	77,25	77,24	71,00	75,61	70,90	68,17	63,76	56,33
Letónia	1,21	1,41	1,43	1,50	1,48	1,51	1,56	1,51	1,48	1,36	1,62	1,43	1,35	1,34	1,20
Lituânia	2,29	2,38	2,41	2,62	2,61	2,75	2,73	3,21	2,88	2,42	2,77	3,02	2,95	2,40	2,29
Luxemburgo	0,75	0,83	1,19	1,20	1,33	1,31	1,37	1,28	1,21	1,24	1,33	1,15	1,17	0,99	0,94
Malta															
Países Baixos	38,89	39,87	39,78	40,00	40,84	39,26	38,12	37,05	38,64	38,99	43,67	38,13	36,62	37,22	32,28
Polónia	11,07	11,53	11,24	12,51	13,20	13,59	13,98	13,88	13,96	13,40	14,23	14,26	15,20	15,26	14,89
Portugal	2,26	2,51	3,03	2,93	3,67	4,17	4,04	4,23	4,60	4,69	4,99	4,96	4,37	4,17	3,86
Reino Unido	97,10	96,27	95,39	95,41	97,49	94,96	90,06	91,06	93,85	86,93	94,49	78,34	73,91	72,97	66,42
República Checa	8,33	8,92	8,62	8,71	8,65	8,56	8,44	8,04	7,97	7,56	8,97	7,57	7,62	7,72	6,87
Roménia	15,20	14,64	15,14	16,36	15,48	15,47	15,77	14,18	13,51	11,75	11,99	12,34	11,97	10,93	10,40
Suécia	0,86	0,97	0,99	0,99	0,98	0,94	0,98	1,01	0,92	1,21	1,63	1,29	1,12	1,06	0,88
União Europeia (Total)	439,95	451,42	453,10	471,80	483,68	494,59	489,13	483,33	493,15	461,63	496,88	448,10	437,02	430,32	380,95

Tabela B10 – Variação anual do consumo de gás natural na União Europeia, por Estado-membro (2001-2014). Valores em percentagem. Elaboração e cálculos próprios, com base nos dados da tabela anterior.

Estados-membros/Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	5,2	0,0	0,4	0,4	2,1	1,9	-3,5	0,9	-5,7	4,4	-8,3	0,3	4,7	-13,7
Áustria	6,0	-0,2	9,7	1,8	4,9	-6,1	-5,7	5,7	-3,5	10,2	-5,6	-4,4	-3,6	-8,7
Bélgica	-1,4	1,5	7,7	1,2	1,1	1,9	-0,5	-0,6	1,8	12,4	-15,3	-0,2	0,2	-12,5
Bulgária	-6,6	-12,3	4,1	-0,3	12,5	3,4	3,8	-3,2	-25,9	6,5	14,3	-6,8	-2,2	-1,5
Chipre														
Croácia	4,8	2,4	-0,6	4,3	-3,6	-0,8	14,9	-4,6	-6,7	9,5	-2,4	-6,1	-5,4	-11,5
Dinamarca	4,1	-0,1	0,7	-0,6	-5,1	3,1	-10,5	0,3	-4,4	13,5	-15,9	-6,3	-4,8	-15,2
Eslováquia	6,8	-4,9	-3,4	-3,0	7,0	-8,6	-5,4	1,5	-14,4	13,2	-7,4	-5,9	4,4	-17,2
Eslovénia	2,9	-3,5	10,6	-0,9	3,3	-3,2	1,7	-3,9	-5,4	3,8	-14,5	-3,7	-2,6	-9,5
Espanha	7,8	14,3	13,9	17,9	18,6	4,7	1,8	9,8	-10,6	-0,3	-7,0	-1,2	-8,4	-9,5
Estónia	7,3	-16,1	14,2	13,9	3,3	1,1	-0,6	-4,1	-31,8	7,1	-10,5	8,4	1,7	-21,5
Finlândia	8,3	-0,6	10,9	-3,3	-8,9	7,7	-4,0	3,5	-9,8	10,1	-12,4	-10,6	-4,9	-12,0
França	5,0	-0,2	4,9	2,1	2,2	-3,4	-2,9	3,6	-3,6	10,6	-12,9	3,2	2,1	-16,4
Grécia	-1,3	7,0	12,5	10,0	5,6	16,7	22,5	4,2	-15,3	8,9	22,8	-7,8	-11,6	-23,2
Hungria	10,9	0,9	9,9	-1,5	3,3	-5,3	-6,6	-1,3	-13,3	7,3	-4,4	-10,8	-6,8	-10,6
Irlanda	4,3	2,6	-0,7	-0,2	-4,8	13,4	8,7	4,6	-5,3	10,6	-12,1	-2,5	-4,7	-2,9
Itália	0,3	-0,7	10,3	3,8	7,0	-2,1	0,5	0,0	-8,1	6,5	-6,2	-3,9	-6,5	-11,6
Letónia	16,2	1,7	4,3	-1,1	1,9	3,6	-3,3	-1,9	-7,9	19,1	-11,9	-6,0	-0,5	-10,2
Lituânia	4,0	1,1	8,5	-0,3	5,5	-0,9	17,8	-10,2	-16,0	14,2	9,1	-2,4	-18,4	-4,6
Luxemburgo	11,2	42,9	1,2	10,7	-1,6	4,6	-6,7	-4,8	1,8	7,6	-13,7	2,1	-15,3	-5,2
Malta														
Países Baixos	2,5	-0,2	0,5	2,1	-3,9	-2,9	-2,8	4,3	0,9	12,0	-12,7	-3,9	1,6	-13,3
Polónia	4,2	-2,5	11,3	5,5	3,0	2,8	-0,7	0,6	-4,0	6,2	0,2	6,6	0,4	-2,4
Portugal	10,9	21,0	-3,4	25,3	13,5	-3,0	4,6	8,7	1,9	6,4	-0,6	-11,9	-4,5	-7,5
Reino Unido	-0,9	-0,9	0,0	2,2	-2,6	-5,2	1,1	3,1	-7,4	8,7	-17,1	-5,7	-1,3	-9,0
República Checa	7,1	-3,4	1,0	-0,7	-1,1	-1,4	-4,7	-0,9	-5,1	18,6	-15,6	0,7	1,3	-11,0
Roménia	-3,7	3,4	8,1	-5,4	-0,1	2,0	-10,1	-4,7	-13,0	2,0	2,9	-3,0	-8,7	-4,8
Suécia	12,8	1,8	-0,3	-0,4	-4,7	4,7	3,2	-9,2	31,8	34,5	-21,0	-13,1	-5,1	-16,9
União Europeia	2,6	0,4	4,1	2,5	2,3	-1,1	-1,2	2,0	-6,4	7,6	-9,8	-2,5	-1,5	-11,5

Tabela B11 – Importação de gás natural da Rússia pela União Europeia, por Estado-membro (2000-2014). Valores em bilhões de metros cúbicos. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em Eurostat (2014d).

Estados-membros/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	34,66	32,95	33,32	33,08	37,66	38,23	38,23	37,55	38,77	29,52	34,00	32,86	32,63	39,98	37,20
Áustria	5,28	5,22	5,35	6,41	6,47	6,98	6,17	5,71	6,39	7,32	7,92	8,54	8,95	6,56	
Bélgica					0,39	0,85	0,71	0,79	0,85	0,49	0,46				
Bulgária	3,38	3,37	3,07	2,90	2,96	3,01	3,20	3,37	3,43	2,60	2,61	2,76	2,49	2,70	2,68
Chipre															
Croácia	1,11	1,08	1,08	1,14	1,05	1,13	1,13	1,06	1,08	1,00	1,05				
Dinamarca															
Eslováquia	7,04	7,00	7,26	6,80	6,95	7,40	6,94	6,22	6,27	5,83	6,10	5,91	4,80	5,27	4,76
Eslovênia	0,60	0,62	0,60	0,66	0,66	0,68	0,56	0,57	0,51	0,49	0,50	0,43	0,37	0,49	0,28
Espanha															
Estónia	0,81	0,87	0,73	0,83	0,95	0,98	0,99	0,99	0,95	0,64	0,70	0,63	0,66	0,68	0,53
Finlândia	4,22	4,57	4,54	5,04	4,87	4,44	4,77	4,60	4,76	4,28	4,72	4,12	3,68	3,49	3,06
França	12,03	10,37	10,58	10,32	9,63	9,46	7,31	5,96	6,77	7,41	7,52	6,57	6,44	9,25	6,29
Grécia	1,54	1,50	1,62	1,86	2,17	2,38	2,69	3,12	2,80	2,02	2,07	2,85	2,45	2,57	1,71
Hungria	7,91	8,46	9,58	11,05	9,22	8,82	9,25	7,91	8,86	7,96	9,07	7,95	8,01	7,77	8,50
Irlanda															
Itália	21,04	19,59	20,71	21,69	23,62	23,33	22,52	22,67	23,49	20,00	14,96	19,74	18,07	28,07	24,04
Letónia	1,39	1,35	1,43	1,75	2,17	1,79	1,91	1,65	1,37	1,74	1,13	1,76	1,72	1,70	0,95
Lituânia	2,54	2,64	2,66	2,89	2,88	3,06	3,05	3,66	3,07	2,69	3,05	3,35	3,26	2,66	2,49
Luxemburgo								0,31	0,30	0,31	0,33	0,28	0,29	0,26	0,25
Malta															
Países Baixos						4,43	5,06	4,75	5,16	3,63	4,04	2,02	2,93	4,29	6,41
Polónia	6,56	7,32	7,06	7,23	6,22	6,91	7,53	6,86	7,78	8,17	9,76	10,08	9,77	9,62	8,95
Portugal															
Reino Unido															
República Checa	7,22	7,17	7,11	7,02	6,49	7,12	7,27	6,55	6,62	5,67	7,45	9,04	7,47	8,46	6,55
Roménia	3,37	2,88	3,77	4,79	5,13	5,26	5,65	4,43	4,32	1,98	2,23	2,66	2,47	1,34	0,52
Suécia															
União Europeia (Total)	120,70	116,95	120,47	125,45	129,49	136,25	134,95	128,69	133,54	113,75	119,65	121,55	116,46	135,16	115,16

Tabela B12 – Proporção da importação de gás natural da Rússia pela União Europeia no consumo interno, por Estado-membro (2000-2013). Valores em percentagem. Elaboração e cálculos próprios, com base nos dados das tabelas B9 e B11.

Estados-membros/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alemanha	43,4	39,2	39,7	39,2	44,5	44,2	43,4	44,2	45,2	36,5	40,3	42,5	42,1	49,4
Áustria	72,8	68,0	69,8	76,2	75,6	77,0	72,5	71,1	75,3	87,2	86,8	98,7	108,6	84,2
Bélgica					2,4	5,2	4,3	4,8	5,2	2,9	2,4	0,4		
Bulgária	103,9	110,7	115,2	104,2	106,9	96,7	99,1	100,8	106,0	108,5	102,0	94,6	91,3	101,7
Chipre														
Croácia	45,1	42,1	41,2	43,5	38,6	43,1	43,2	35,2	37,8	37,5	35,8			
Dinamarca														
Eslováquia	109,6	102,2	111,3	107,9	113,8	113,2	116,2	110,0	109,2	118,7	109,7	114,7	99,0	103,0
Eslovénia	65,4	65,7	65,9	65,5	66,1	65,9	56,1	56,1	52,2	53,0	52,2	52,5	46,9	63,7
Espanha														
Estónia	110,1	110,2	110,3	109,9	110,4	110,3	110,3	110,9	111,0	109,7	110,4	112,7	110,6	110,3
Finlândia	110,7	110,7	110,7	110,7	110,7	110,7	110,7	110,7	110,7	110,3	110,3	110,3	110,3	110,2
França	30,3	24,9	25,4	23,6	21,6	20,8	16,6	13,9	15,3	17,3	15,9	16,0	15,2	21,2
Grécia	81,4	80,0	81,0	82,8	87,7	91,2	88,2	83,5	71,8	61,3	57,5	64,5	60,3	71,6
Hungria	73,8	71,1	79,7	83,6	70,8	65,6	72,7	66,5	75,5	78,3	83,2	76,5	86,8	90,7
Irlanda														
Itália	32,7	30,4	32,3	30,7	32,2	29,7	29,3	29,3	30,4	28,2	19,8	27,8	26,5	44,0
Letónia	114,1	95,7	99,3	116,9	146,6	118,7	122,2	108,9	92,4	127,8	69,3	122,6	127,5	126,9
Lituânia	110,7	110,5	110,5	110,6	110,4	111,3	111,8	113,8	106,5	111,0	110,2	110,9	110,6	110,7
Luxemburgo								24,3	24,7	25,1	24,8	24,4	24,7	26,2
Malta														
Países Baixos						11,3	13,3	12,8	13,4	9,3	9,2	5,3	8,0	11,6
Polónia	59,3	63,5	62,8	57,8	47,1	50,8	53,8	49,4	55,7	60,9	0,02	0,02	0,1	0,1
Portugal														
Reino Unido														
República Checa	86,6	80,3	82,4	80,6	75,0	83,2	86,2	81,5	83,1	75,0	83,1	119,5	98,0	109,7
Roménia	22,2	19,7	24,9	29,2	33,1	34,0	35,8	31,2	32,0	16,8	18,6	21,6	20,6	12,3
Suécia														
União Europeia	27,4	25,9	26,6	26,6	26,8	27,5	27,6	26,6	27,1	24,6	22,1	24,8	24,4	29,3

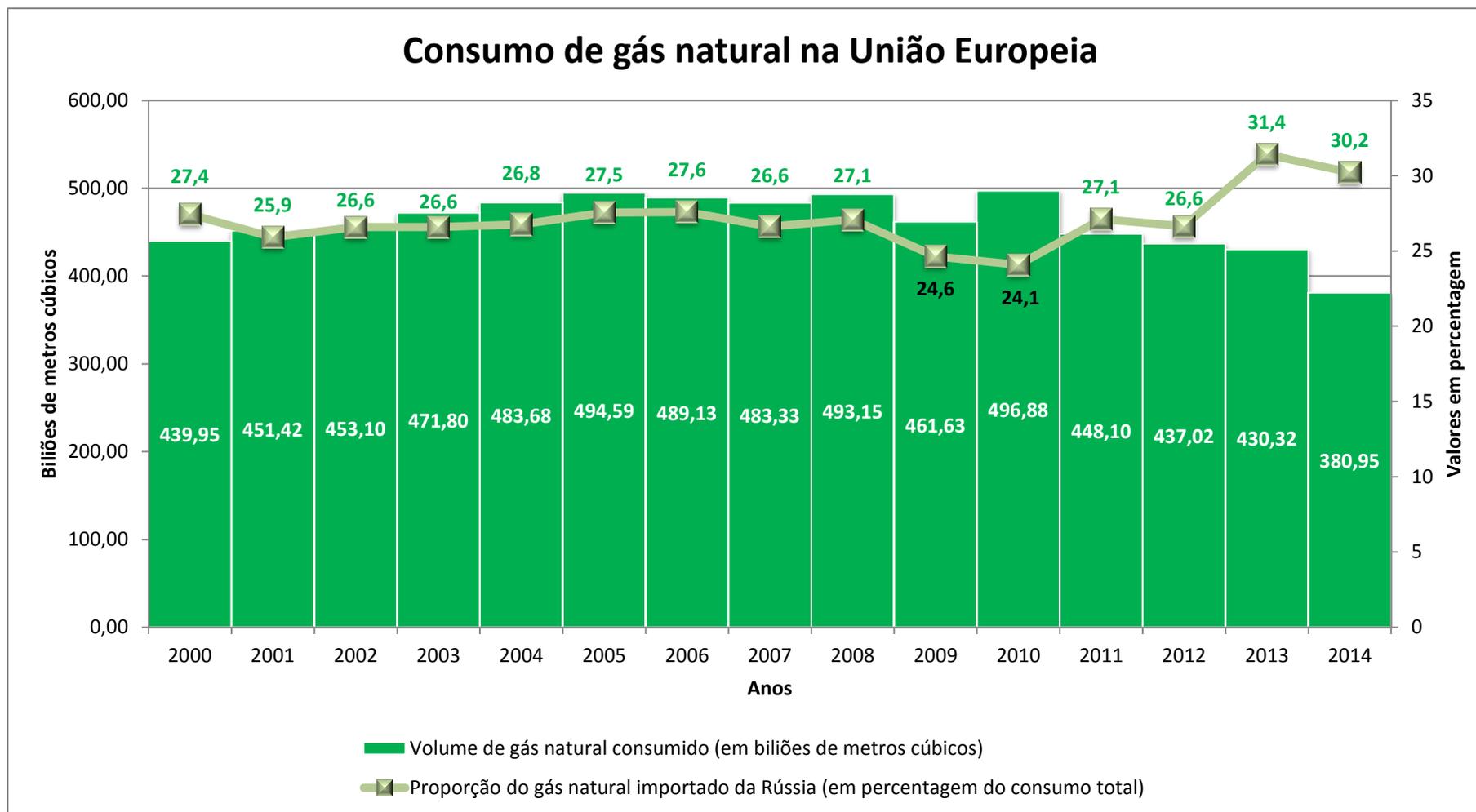


Gráfico B22 – Consumo de gás natural na União Europeia (2000-2014). Encontram-se representados o volume de gás natural consumido, em bilhões de metros cúbicos, e a proporção do gás natural importado da Rússia, em percentagem do consumo. Elaboração própria, com base nos dados das tabelas B9 e B12.

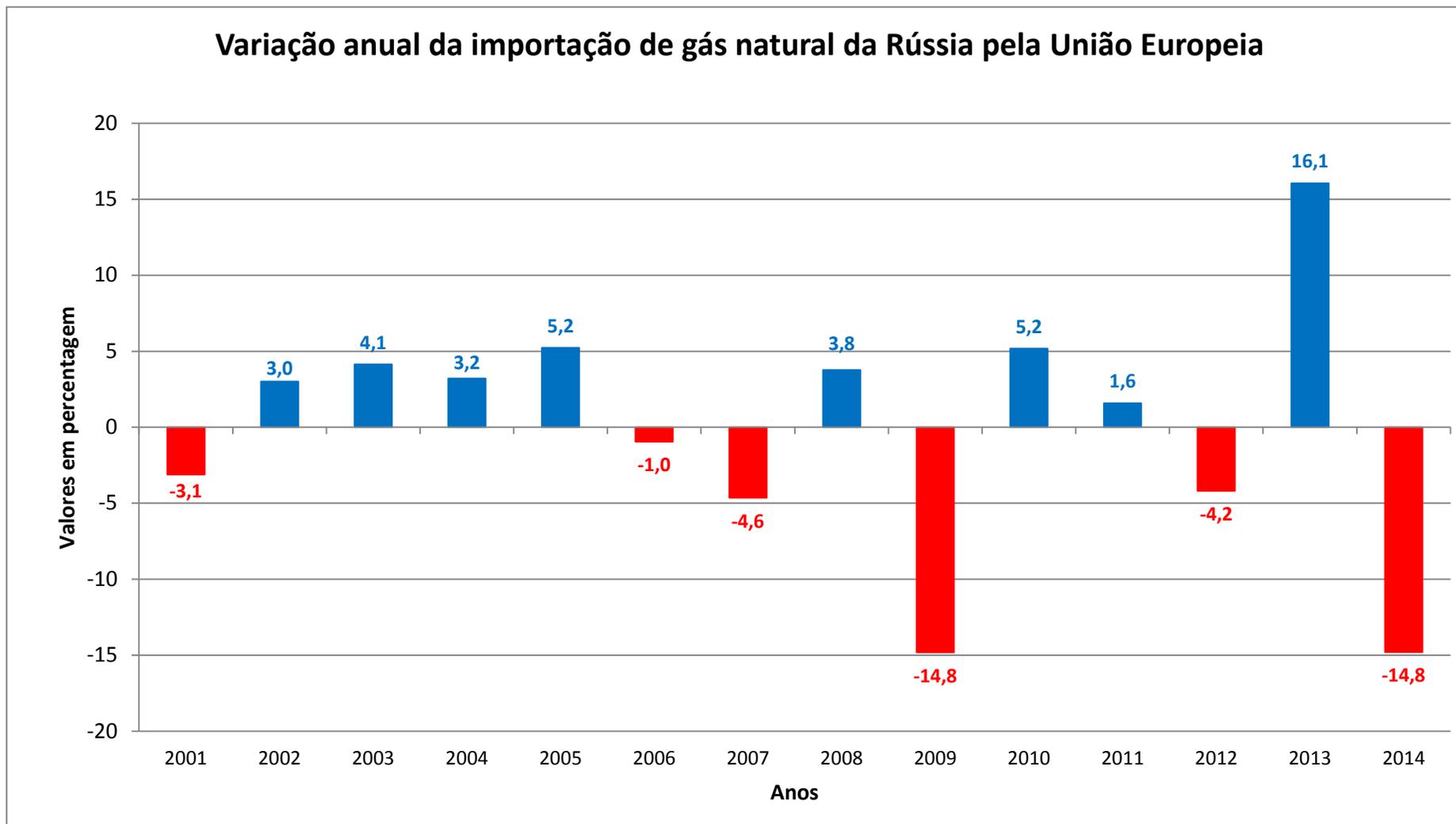


Gráfico B23 – Variação anual da importação de gás natural da Rússia pela União Europeia (2001-2014). Valores em porcentagem. Elaboração e cálculos próprios, com base nos dados da tabela B12.

Tabela B13 – Proporção do consumo de gás natural pelo setor industrial na União Europeia, por Estado-membro, face às restantes fontes de energia (2000-2014). Valores em percentagem. Elaboração e cálculos próprios, com base nos dados disponibilizados em Eurostat (2014e).

Estados-membros/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	33,4	32,9	32,9	30,2	32,0	32,6	31,3	32,5	32,6	32,4	32,4	31,2	31,5	31,6	30,8
Áustria	28,9	29,2	30,6	29,6	28,0	28,3	27,0	26,3	26,5	28,4	28,5	29,1	29,6	28,8	28,3
Bélgica	32,4	30,0	36,1	34,0	35,3	33,9	37,7	39,5	38,3	37,2	35,9	31,2	32,6	31,5	29,7
Bulgária	30,2	26,1	24,2	23,9	23,8	25,9	26,9	27,2	28,7	27,0	27,2	31,2	29,3	29,4	29,9
Chipre															
Croácia	36,5	36,1	34,8	34,4	34,4	33,8	32,4	33,3	33,7	35,8	37,5	37,4	34,3	31,4	32,1
Dinamarca	26,6	27,8	26,4	26,3	24,8	25,1	24,8	25,5	26,9	28,5	29,5	29,6	30,0	31,5	32,5
Eslováquia	24,6	23,6	26,7	20,7	18,5	20,6	19,9	21,2	20,8	18,7	20,6	22,0	19,9	19,7	18,4
Eslovénia	34,5	34,3	34,1	33,3	33,3	32,9	32,4	34,2	35,5	36,8	37,9	34,4	34,5	32,9	31,8
Espanha	36,1	36,8	37,7	39,6	41,0	42,9	34,6	36,7	36,2	35,5	36,2	36,0	40,6	43,4	43,8
Estónia	21,3	23,3	19,7	25,2	23,5	23,0	24,8	22,6	19,0	18,3	19,9	18,7	20,8	22,7	17,6
Finlândia	6,8	7,1	6,3	6,1	6,0	6,2	6,1	6,4	6,1	6,2	6,1	6,0	5,7	5,9	5,6
França	33,1	33,2	34,6	36,2	33,9	29,0	28,6	28,2	30,4	30,8	31,9	30,7	34,0	39,2	35,7
Grécia	5,5	6,5	7,0	7,6	9,2	10,2	10,5	8,9	10,8	11,8	10,8	16,7	17,0	18,9	15,0
Hungria	39,0	43,1	42,5	40,9	38,9	38,6	38,3	37,4	37,0	33,4	34,6	35,1	32,1	33,1	31,4
Irlanda	18,8	17,8	18,0	18,2	19,5	17,8	19,2	20,9	21,0	20,4	20,7	25,6	28,6	28,4	30,5
Itália	41,8	42,9	42,9	41,6	35,6	34,8	34,3	33,1	31,1	33,2	33,1	30,9	31,1	32,6	32,7
Letónia	36,0	41,4	45,3	43,9	42,6	42,2	39,1	39,1	38,5	32,5	31,3	23,2	21,9	18,6	15,1
Lituânia	26,2	28,1	28,2	27,4	29,1	29,4	29,9	28,3	30,3	32,0	31,9	29,2	28,9	25,8	24,2
Luxemburgo	39,0	40,8	41,3	40,1	38,9	40,3	39,2	41,1	40,2	41,3	39,5	38,4	41,5	41,3	36,0
Malta															
Países Baixos	36,1	34,2	33,1	32,1	31,8	32,4	32,0	30,6	31,0	31,5	32,3	32,1	31,8	32,9	31,8
Polónia	12,3	13,4	13,9	14,3	16,3	18,2	18,9	18,8	20,3	21,9	21,9	21,6	21,8	21,6	21,2
Portugal	10,4	13,4	14,5	15,5	16,3	16,5	16,8	17,7	18,4	18,3	19,3	21,5	24,4	23,6	24,0
Reino Unido	38,4	38,1	36,6	36,5	35,1	35,1	34,1	32,0	28,9	27,7	28,4	29,1	28,5	28,0	28,1
República Checa	25,7	26,8	27,0	26,3	25,0	25,0	25,4	25,6	25,0	24,0	29,0	27,2	26,9	28,1	27,1
Roménia	42,8	42,8	41,5	44,0	39,7	40,3	36,6	37,0	41,5	41,4	40,6	41,5	38,1	37,9	38,0
Suécia	2,1	2,6	2,4	2,6	2,7	2,7	2,8	2,8	2,4	2,6	2,6	2,8	3,0	2,4	3,0
União Europeia	30,5	30,9	31,1	30,8	30,0	29,9	28,5	28,5	28,5	28,5	28,8	28,2	28,9	29,8	29,0

Tabela B14 – Proporção do consumo de gás natural pelo setor residencial na União Europeia, por Estado-membro, face às restantes fontes de energia (2000-2014). Valores em percentagem. Elaboração e cálculos próprios, com base nos dados disponibilizados em Eurostat (2014e).

Estados-membros/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	35,9	35,4	36,8	37,3	37,3	36,7	35,5	38,7	36,6	37,3	38,3	36,2	38,2	37,7	35,5
Áustria	17,9	19,0	18,4	19,1	19,0	18,4	18,3	17,6	17,5	18,1	18,7	17,7	17,7	18,8	17,8
Bélgica	34,8	36,7	37,1	36,5	37,6	37,5	38,8	39,7	36,8	39,0	41,4	39,2	40,5	41,5	39,1
Bulgária	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	0,7	1,1	1,6	1,8	2,4	2,2	2,4	2,3	2,0	2,1
Chipre															
Croácia	17,7	18,6	18,0	19,1	19,0	19,8	20,1	20,2	21,3	21,6	21,6	20,7	20,1	19,7	19,8
Dinamarca	15,5	15,5	15,3	16,0	15,9	15,6	15,1	14,1	14,1	14,2	15,1	14,5	14,8	14,7	14,2
Eslováquia	63,5	53,8	53,5	56,7	55,8	55,8	55,6	53,4	55,5	56,2	57,6	55,3	52,3	53,3	53,1
Eslovénia	5,2	5,5	5,9	6,9	7,9	8,3	8,1	8,1	9,2	8,8	8,5	9,0	9,5	9,4	8,5
Espanha	16,4	17,7	19,4	21,2	20,5	20,9	23,3	24,0	23,3	23,0	25,1	21,8	22,6	21,5	21,0
Estónia	4,5	4,4	4,0	4,0	4,2	5,1	5,2	5,1	5,2	5,2	5,3	5,5	5,7	5,6	5,9
Finlândia	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,6	0,6	0,6	0,6
França	31,0	30,3	32,3	30,9	33,4	33,6	34,5	33,1	33,0	33,7	32,2	30,0	30,8	29,3	28,9
Grécia	0,1	0,1	0,2	0,3	0,6	1,3	2,5	3,3	4,0	5,3	5,5	6,3	6,1	6,2	6,1
Hungria	54,0	55,0	56,7	59,8	58,5	60,8	58,7	57,1	59,1	57,6	56,8	54,2	52,9	51,8	52,3
Irlanda	17,4	18,1	18,1	19,6	20,9	20,5	20,4	20,0	20,8	19,8	21,5	20,5	21,8	21,6	20,6
Itália	54,3	54,5	53,2	54,7	57,1	55,3	52,5	49,3	47,6	49,4	52,8	55,6	52,7	52,8	51,3
Letónia	4,8	5,0	5,5	5,8	6,4	6,7	7,0	7,5	7,7	6,7	9,0	8,0	7,8	8,0	8,2
Lituânia	7,6	7,6	7,6	8,0	8,6	8,9	8,9	9,8	9,4	9,2	9,9	9,4	8,8	8,4	8,5
Luxemburgo	33,5	34,4	36,2	37,5	38,2	38,9	36,5	37,4	39,3	38,0	45,2	47,4	40,7	42,2	47,1
Malta															
Países Baixos	78,6	79,3	78,4	78,3	77,4	76,5	76,3	74,1	76,0	75,7	78,0	73,6	74,4	75,1	70,1
Polónia	17,7	17,0	16,3	16,2	16,0	16,6	16,2	16,4	16,0	16,1	16,1	16,1	16,3	16,8	16,6
Portugal	2,6	4,1	4,9	5,1	5,6	6,2	6,3	6,8	7,4	8,3	10,0	9,3	9,5	9,3	10,0
Reino Unido	66,5	66,3	67,4	67,2	67,4	66,9	66,0	65,8	65,6	64,7	66,4	62,3	65,2	64,6	61,2
República Checa	33,3	35,3	35,3	36,3	36,0	36,4	35,1	33,4	33,7	33,8	35,7	33,5	32,7	31,7	29,0
Roménia	26,4	27,4	32,6	32,8	31,9	28,8	32,4	27,5	27,1	26,8	27,2	29,7	31,6	31,7	29,4
Suécia	1,0	1,2	0,6	0,5	0,6	0,6	0,5	0,6	0,6	1,0	0,9	0,9	0,6	0,4	0,4
União Europeia	37,4	37,3	37,9	38,2	38,8	38,3	37,7	37,4	37,0	37,2	38,4	36,2	37,3	37,2	35,0

Tabela B15 – Proporção do consumo de gás natural pelo setor dos serviços na União Europeia, por Estado-membro, face às restantes fontes de energia (2000-2014). Valores em percentagem. Elaboração e cálculos próprios, com base nos dados disponibilizados em Eurostat (2014e).

Estados-membros/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alemanha	22,5	22,0	22,2	27,8	28,2	27,8	31,6	30,0	29,0	28,1	28,2	28,1	27,5	31,0	30,2
Áustria	23,4	28,3	26,3	26,8	32,5	27,6	27,0	26,4	24,6	22,0	22,6	21,0	19,7	19,9	18,6
Bélgica	44,5	45,1	42,6	41,7	43,2	42,7	39,2	34,9	35,9	37,5	38,8	35,3	37,4	39,4	35,6
Bulgária	1,9	2,3	2,7	3,7	4,5	5,3	6,9	7,9	8,5	7,0	8,1	7,9	8,0	8,1	9,0
Chipre															
Croácia	16,3	19,3	16,9	16,6	17,0	17,7	17,3	17,1	17,7	17,9	20,2	18,5	17,9	19,0	18,6
Dinamarca	8,6	8,4	8,8	10,4	10,4	11,0	12,0	11,4	11,3	11,5	10,6	9,1	10,0	10,3	8,3
Eslováquia	61,8	39,8	28,9	36,2	22,5	51,4	53,1	49,3	46,8	29,4	40,0	22,3	44,4	45,1	43,4
Eslovénia	3,6	11,2	12,7	9,4	10,5	5,4	3,2	3,1	2,4	3,7	4,4	7,4	2,9	6,8	8,6
Espanha	8,9	10,3	10,8	2,3	3,9	8,2	9,6	8,7	9,0	9,5	10,6	17,2	16,1	15,6	16,4
Estónia	3,7	7,6	9,3	18,9	15,4	11,9	12,5	10,9	7,8	6,5	7,0	7,7	8,2	10,4	14,6
Finlândia	1,2	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,0	1,0	1,0	1,3	1,1	1,2	1,0
França	24,9	24,6	23,0	26,4	26,6	27,1	24,9	25,7	23,5	27,2	29,1	26,1	29,9	31,3	29,1
Grécia	0,7	0,8	1,2	1,7	2,4	3,8	4,3	4,9	5,8	6,7	7,1	8,8	7,1	6,9	7,3
Hungria	58,6	60,2	60,0	61,3	67,8	65,0	61,1	53,7	51,7	52,6	54,7	54,9	50,2	57,6	55,4
Irlanda	21,4	22,0	19,8	18,6	17,4	18,1	19,1	20,4	21,1	25,7	28,9	27,5	30,0	31,1	32,4
Itália	48,3	48,9	45,7	47,1	46,1	49,4	48,6	46,6	50,7	50,9	50,7	46,1	45,7	45,8	41,0
Letónia	9,4	9,5	13,1	13,2	15,1	15,8	16,0	16,7	18,9	19,5	19,3	18,8	15,7	13,9	14,9
Lituânia	6,7	7,2	7,9	7,7	9,6	9,0	8,9	11,4	11,3	10,5	11,0	10,2	10,3	10,6	9,8
Luxemburgo	43,9	32,8	36,6	34,9	34,1	31,1	37,1	33,6	36,7	37,7	34,4	28,5	32,2	30,1	25,8
Malta															
Países Baixos	51,7	52,6	49,9	51,3	52,9	50,8	49,8	46,3	48,3	48,5	51,7	46,4	50,6	50,7	45,6
Polónia	18,6	22,2	23,9	25,4	24,8	24,4	20,4	22,0	21,3	22,5	22,6	22,2	23,1	22,6	20,6
Portugal	4,1	4,6	5,7	6,4	7,5	6,2	7,6	8,3	9,3	9,9	10,5	11,8	11,9	12,3	11,3
Reino Unido	37,1	36,9	38,1	41,1	42,1	40,9	39,0	37,5	47,2	43,9	45,5	44,7	45,0	45,0	41,6
República Checa	37,1	40,3	39,8	36,9	36,0	41,0	39,9	41,4	42,6	42,6	43,2	41,9	39,7	40,1	35,3
Roménia	34,8	46,1	16,5	40,2	53,4	46,8	66,2	53,5	47,6	52,8	49,8	42,6	43,3	44,0	43,9
Suécia	0,7	0,6	1,3	1,8	1,9	2,0	2,2	2,3	2,4	1,2	2,3	2,3	3,0	2,7	2,2
União Europeia	28,4	28,3	27,3	29,4	30,2	30,7	31,0	29,5	30,9	30,5	31,5	30,0	30,7	32,1	29,6

Tabela B16 – Fluxo de gás entre a Rússia e a União Europeia, por ponto fronteiriço (2009-2015). Valores em milhões de metros cúbicos. Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados em IEA (2016b).

Ponto fronteiriço	Origem	Destino	Fluxo máximo (Milhões de m ³ /h)	Anos						
				2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Beregdaróc	Ucrânia	Hungria	2,35	4849	6979	5800	5579	6324	6390	5839
Drozdowicze	Ucrânia	Polónia	0,69	1478	3371	3948	3773	3846	3404	3656
Imatra	Rússia	Finlândia	0,80	3248	4707	4101	3661	3484	3057	2709
Isaccea	Ucrânia	Roménia	4,00	7861	16673	19903	19284	19314	17680	16436
Kondratki	Bielorrússia	Polónia	4,06	15165	27425	27458	28509	34077	34026	33378
Korneti	Rússia	Letónia	0,79	110	2474	2640	2531	2556	2182	1955
Kotlovka	Bielorrússia	Lituânia	1,30	2495	4270	5416	5385	4771	4533	4147
Mediesu Aurit	Ucrânia	Roménia	0,38	80	306	718	263	244	44	
Narva	Rússia	Estónia	0,13		43	43	29	14	43	30
Nord Stream	Rússia	Alemanha	6,67			649	11272	23525	34027	36019
Privalka	Bielorrússia	Lituânia	0,01	11	19	14	15	11	6	3
Tietierowka	Bielorrússia	Polónia	0,03	49	72	78	92	91	71	74
Varska	Rússia	Estónia	0,17	250	302	286	237	272	86	103
Velke Kapusany	Ucrânia	Eslováquia	9,01	31590	66585	68748	49964	52552	30833	37027
Wysokoje	Bielorrússia	Polónia	0,66	1633	3257	3238	3222	2929	2536	2542

Apêndice C

Rede de infraestruturas

LISTA DE FIGURAS

Figura C1 – Rede de gasodutos da Europa.....	229
Figura C2 – Rede de oleodutos e gasodutos da Rússia e da UE	230
Figura C3 – Rede de transporte de gás da Ucrânia, com a indicação dos pontos de entrada e saída	231
Figura C4 – Mapa do percurso dos gasodutos Trans-Adriático, Trans-Anatoliano e do Sul do Cáucaso	232
Figura C5 – Mapa do percurso do Interconector Azerbaijão-Geórgia-Roména, do Oleoduto Pan-europeu e do <i>White Stream</i>	233



Figura C1 – Rede de gasodutos da Europa. Adaptado de IEA (2016a).



Figura C2 – Rede de oleodutos e gasodutos da Rússia e da UE. Inclui algumas das rotas projetadas desde finais da década de 2000. Legendado em inglês. Fonte: Understanding a World in Crisis (2013).

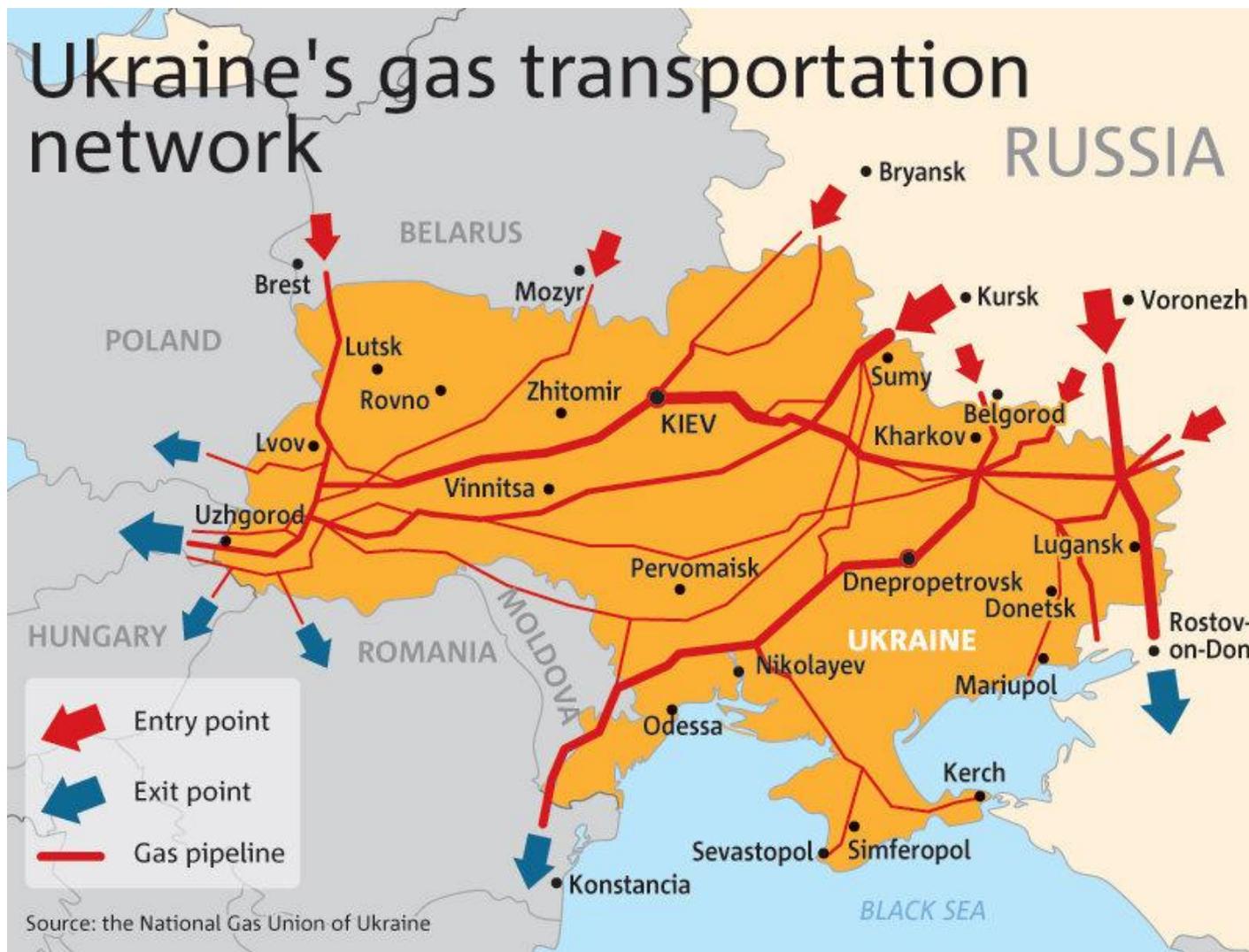


Figura C3 – Rede de transporte de gás da Ucrânia, com a indicação dos pontos de entrada e saída. Legendado em inglês. Fonte: UAposition (2014).

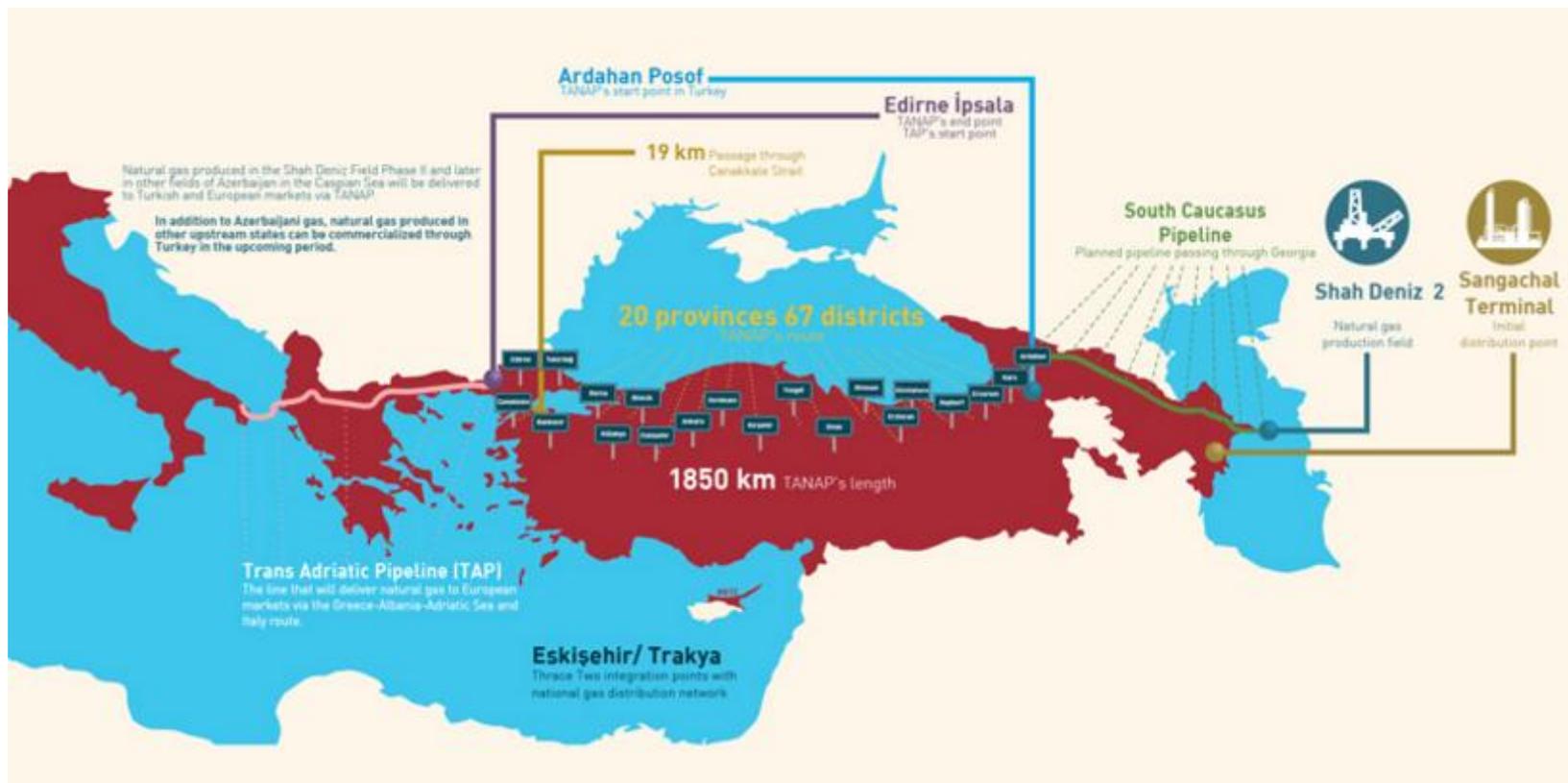


Figura C4 – Mapa do percurso dos gasodutos Trans-Adriático, Trans-Anatoliano e do Sul do Cáucaso. Legendado em inglês. Retirado de TANAP (2016).



Figura C5 – Mapa do percurso do Interconector Azerbaijão-Geórgia-Roménia, do Oleoduto Pan-europeu e do *White Stream*. Adaptado de IEA (2016a), com base nos dados disponíveis em Trend (2010), eKathimerini (2007) e White Stream (2016a).

Apêndice D

Diálogo Energético

LISTA DE FIGURAS

Figura D1 – Diagrama cronológico dos coordenadores e coordenadores delegados do Diálogo Energético	237
Figura D2 – Organograma da estrutura organizacional do Diálogo Energético entre 2005 e 2006	238
Figura D3 – Organograma da estrutura organizacional do Diálogo Energético entre 2007 e finais de 2011	239
Figura D4 – Organograma da estrutura organizacional do Diálogo Energético entre finais de 2011 e 2014.....	240
Figura D5 – Organograma da estrutura organizacional do Diálogo Energético desde 2014	241
Figura D6 – Diagrama cronológico dos grupos temáticos do Diálogo Energético	242

LISTA DE TABELAS

Tabela D1 – Cronologia do Diálogo Energético	243
Tabela D2 – Projetos desenvolvidos no quadro do Diálogo Energético	250
Tabela D3 – Membros do Conselho Consultivo do Gás	252

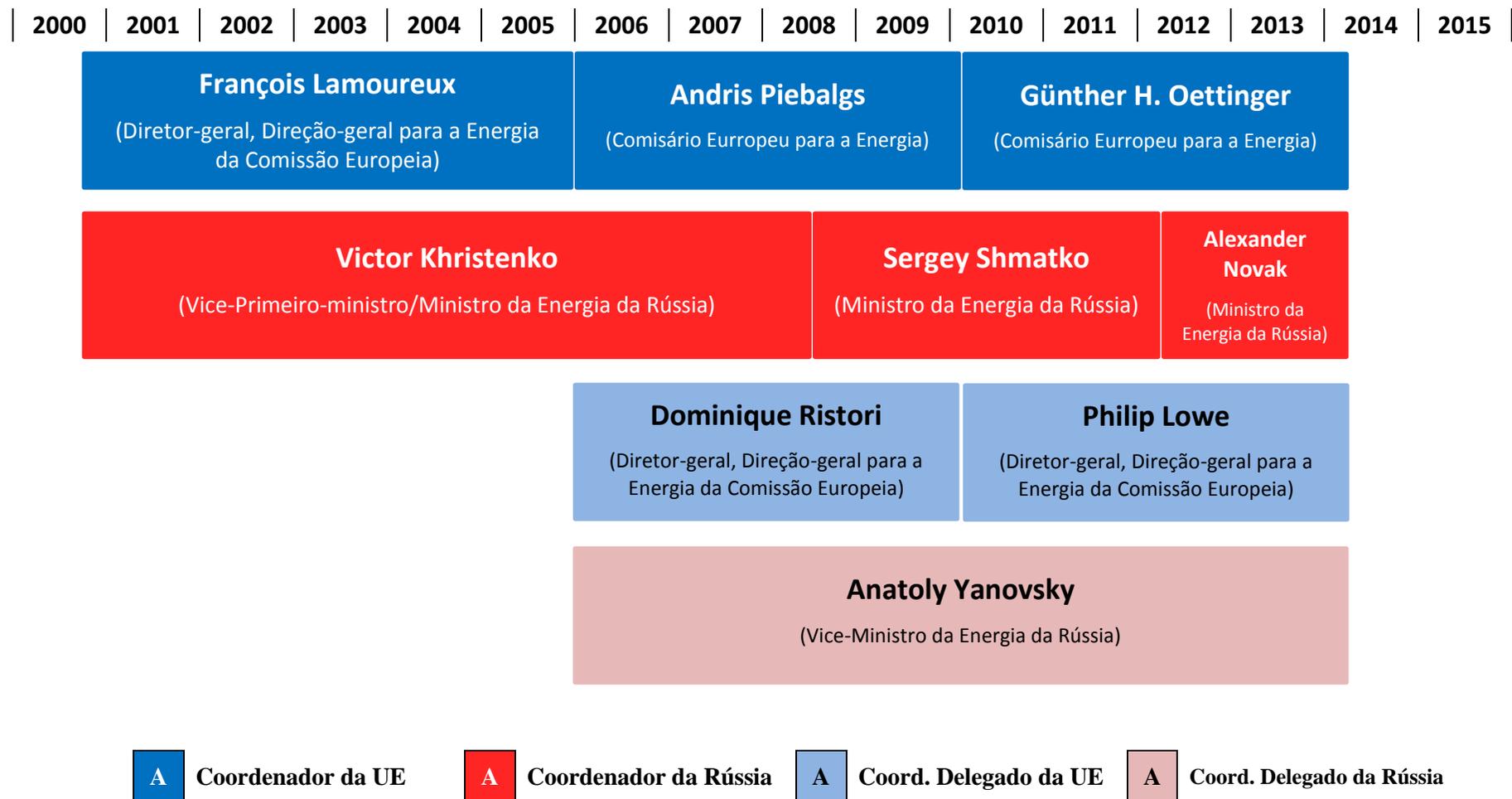


Figura D1 – Diagrama cronológico dos coordenadores e coordenadores delegados do Diálogo Energético. Elaboração própria, com base nos relatórios anuais do Diálogo Energético.

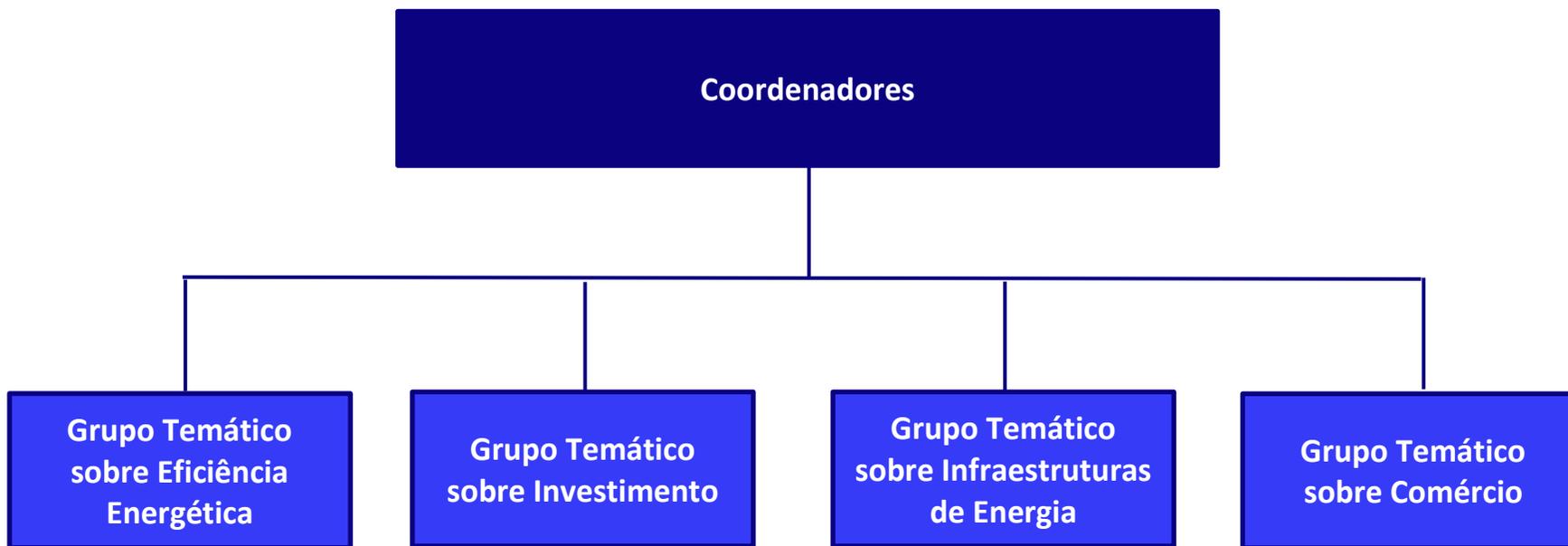


Figura D2 – Organograma da estrutura organizacional do Diálogo Energético entre 2005 e 2006. Elaboração própria, com base nos relatórios anuais e dos grupos temáticos do Diálogo Energético, publicados nesse período.



Figura D3 – Organograma da estrutura organizacional do Diálogo Energético entre 2007 e finais de 2011. Composição dos grupos temáticos em finais de 2007. Elaboração própria, com base nos relatórios anuais e dos grupos temáticos do Diálogo Energético, publicados nesse período.

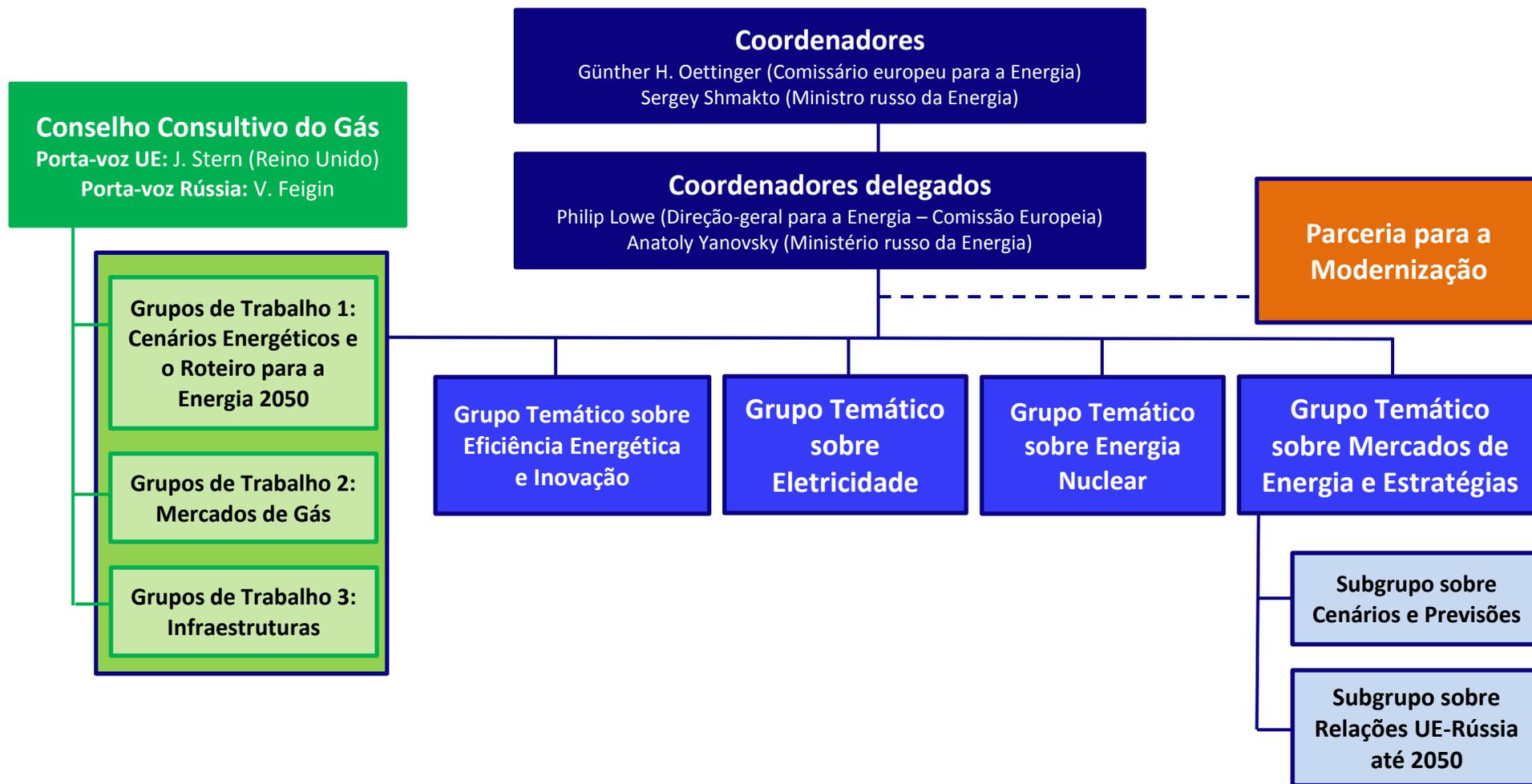


Figura D4 – Organograma da estrutura organizacional do Diálogo Energético entre finais de 2011 e 2014. Elaboração própria, com base nos relatórios anuais e dos grupos temáticos do Diálogo Energético, publicados nesse período.

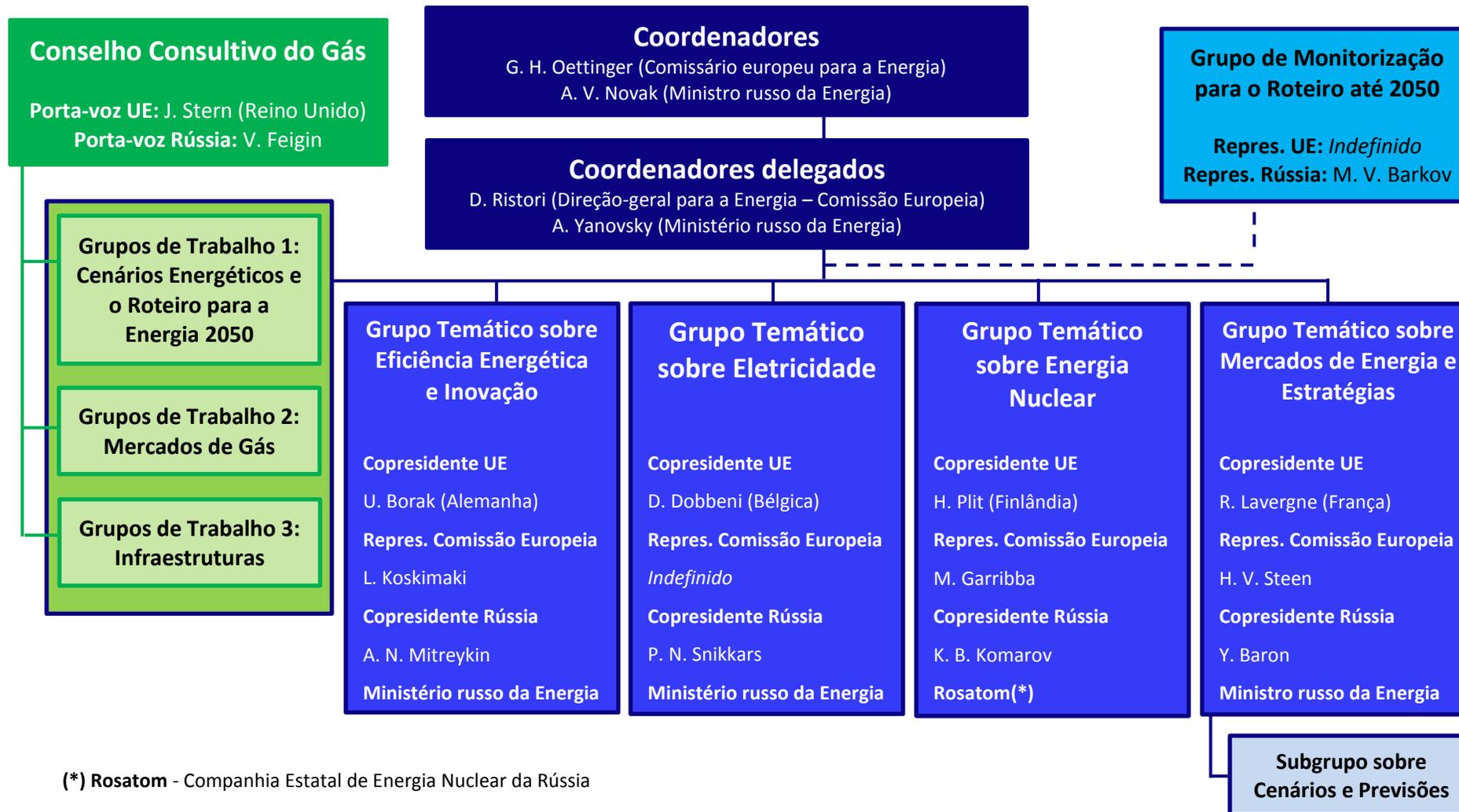


Figura D5 – Organograma da estrutura organizacional do Diálogo Energético desde 2014. Composição dos grupos temáticos em 2014. Adaptado de UE-Rússia (2014a).

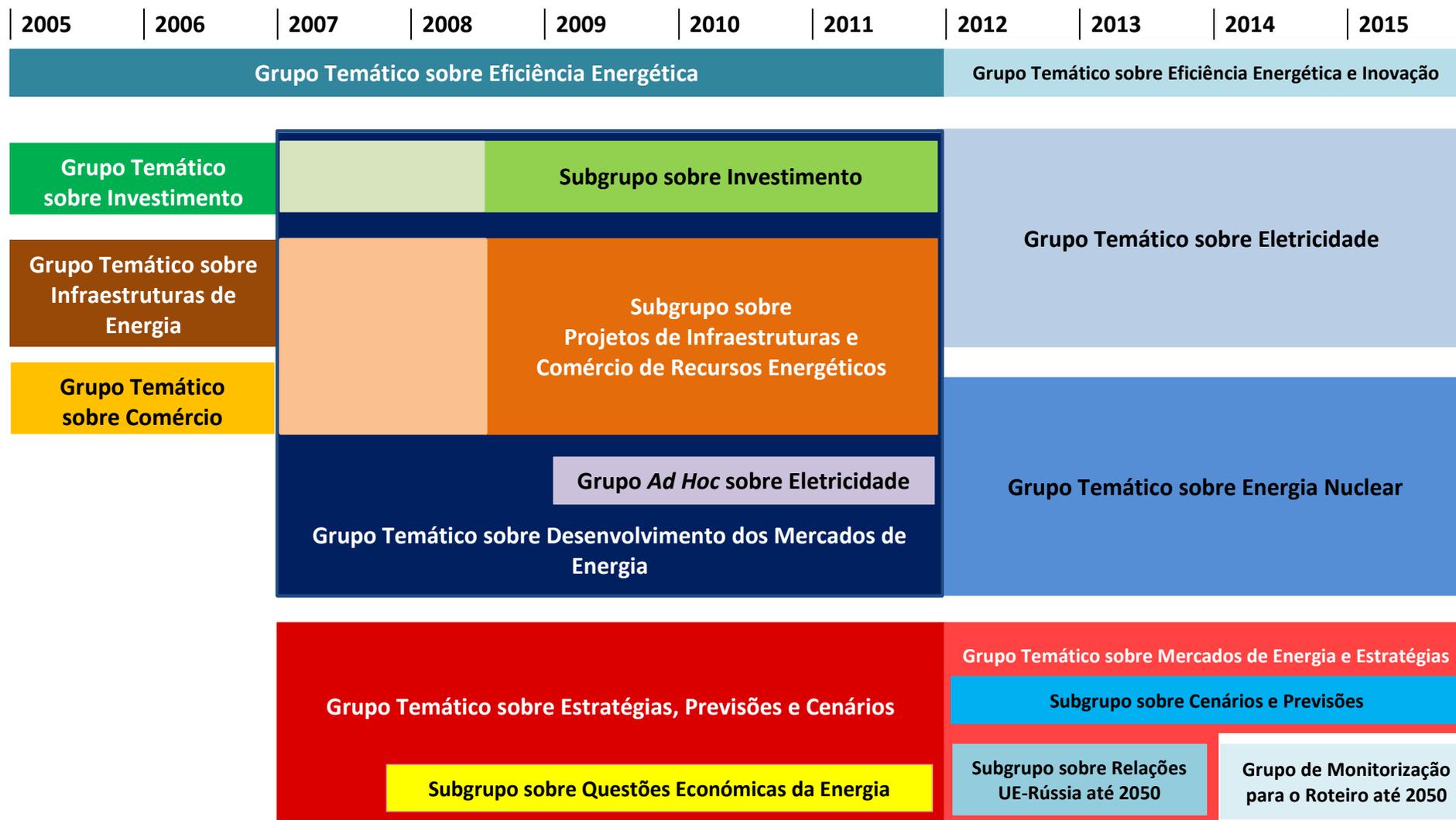


Figura D6 – Diagrama cronológico dos grupos temáticos do Diálogo Energético. Elaboração própria, com base nos relatórios anuais do Diálogo Energético.

Tabela D1 – Cronologia do Diálogo Energético. Elaboração própria, com base na informação veiculada pelos relatórios anuais do Diálogo Energético e dos Espaços Comuns.

CRONOLOGIA DO DIÁLOGO ENERGÉTICO		
Data	Local	Evento
2000		
30 de outubro	Paris	6. ^a Cimeira UE-Rússia Estabelecimento do Diálogo Energético
2001		
setembro	Bruxelas/Moscovo	1.º Relatório do Diálogo Energético
dezembro	Moscovo	1. ^a Reunião dos Coordenadores
2002		
março	Bruxelas	2. ^a Reunião dos Coordenadores
20 de março	Varsóvia	Protocolo sobre a Estreita Cooperação entre o Conselho para a Energia Elétrica da Comunidade dos Estados Independentes e a União da Indústria da Eletricidade
22 de abril	Bruxelas	Reunião de especialistas para o comércio de energia
29 de maio	Moscovo	3. ^a Reunião dos Coordenadores
5 de novembro		2.º Relatório do Diálogo Energético
11 de novembro		Inauguração do Centro Tecnológico de Energia
11 de novembro	Bruxelas	3.º Relatório do Diálogo Energético
2003		
16 de outubro	Moscovo	Mesa redonda sobre Eletricidade
17 de outubro		Mesa redonda sobre Estratégias Energéticas
6 de novembro	Roma	4.º Relatório do Diálogo Energético
2004		
maio	Moscovo	Seminário sobre Estratégias dos Transportes
22 de junho		Mesa redonda sobre o Desenvolvimento de Energias Renováveis
outubro		Mesa redonda sobre Energias Renováveis e Eficiência Energética nos Edifícios
	Nizhny Novgorod	Mesa redonda sobre Estratégias e Políticas Regionais Sustentáveis
25 de novembro	Haia	5.º Relatório do Diálogo Energético
2005		
10 de maio		Adoção do Roteiro para o Espaço Económico Comum UE-Rússia

julho	Moscovo	Adoção dos Termos de Referência do Grupo Temático sobre Infraestruturas de Energia
		1.ª Reunião do Grupo Temático sobre Infraestruturas de Energia
1 de julho		Adoção dos Termos de Referência do Grupo Temático sobre Investimento
		1.ª Reunião do Grupo Temático sobre Investimento
6 de julho		Adoção dos Termos de Referência do Grupo Temático sobre Comércio
		1.ª Reunião do Grupo Temático sobre Comércio
7 de julho		Adoção dos Termos de Referência do Grupo Temático sobre Eficiência Energética
		1.ª Reunião do Grupo Temático sobre Eficiência Energética
setembro		2.ª Reunião do Grupo Temático sobre Infraestruturas de Energia
15 de setembro		2.ª Reunião do Grupo Temático sobre Eficiência Energética
16 de setembro		2.ª Reunião do Grupo Temático sobre Comércio
outubro		3.ª Reunião do Grupo Temático sobre Infraestruturas de Energia
3 de outubro	Londres	1.º Conselho Permanente de Parceria sobre Energia
4 de outubro		6.º Relatório do Diálogo Energético
2006		
28 de fevereiro		Lançamento da Iniciativa para a Eficiência Energética UE-Rússia
10 de março		3.ª Reunião do Grupo Temático sobre Comércio
5 de abril		3.ª Reunião do Grupo Temático sobre Eficiência Energética
30 de outubro	Moscovo	Conferência conjunta – Análise Comparativa das Estratégias Energéticas da UE e da Rússia
24 de novembro	Helsínquia	7.º Relatório do Diálogo Energético
8 de dezembro	Moscovo	2.º Conselho Permanente de Parceria sobre Energia
2007		
18 de setembro	Moscovo	Adoção dos Termos de Referência do Grupo Temático sobre Desenvolvimento dos Mercados de Energia
		1.ª Reunião do Grupo Temático sobre Desenvolvimento dos Mercados de Energia
26 de setembro		Adoção dos Termos de Referência do Grupo Temático sobre Estratégias, Previsões e Cenários

		1.ª Reunião do Grupo Temático sobre Estratégias, Previsões e Cenários
27 de setembro	Moscovo	Adoção dos Termos de Referência do Grupo Temático sobre Eficiência Energética (prolongamento)
		4.ª Reunião do Grupo Temático sobre Eficiência Energética
16 de outubro	Bruxelas/Moscovo	8.º Relatório do Diálogo Energético
2008		
28 de fevereiro	Moscovo	Reunião conjunta do Grupo Temático sobre Eficiência Energética e o Subgrupo sobre Alterações Climáticas (Diálogo Ambiental UE-Rússia)
11 de abril	Bruxelas	5.ª Reunião do Grupo Temático sobre Eficiência Energética
22 de maio		2.ª Reunião do Grupo Temático sobre Estratégias, Previsões e Cenários
junho	Arkhangelsk	Conferência sobre Eficiência Energética e Fontes de Energia Renovável
4 de outubro	Moscovo	Seminário “Certificação de Energias Renováveis: Experiência da UE e o Mecanismo de Funcionamento na Rússia”
8 de outubro	Paris	9.º Relatório do Diálogo Energético
		3.º Conselho Permanente de Parceria sobre Energia
dezembro		Estabelecimento do Subgrupo sobre Questões Económicas da Energia
3 de dezembro		3.ª Reunião do Grupo Temático sobre Estratégias, Previsões e Cenários
4 de dezembro	Moscovo	Seminário temático para Partilha de Boas Práticas nas Empresas de Serviços Energéticos
		2.ª Reunião do Grupo Temático sobre Desenvolvimento dos Mercados de Energia
5 de dezembro		6.ª Reunião do Grupo Temático sobre Eficiência Energética
2009		
6 de fevereiro		Reunião dos Coordenadores
17 de fevereiro	Moscovo	1.ª Reunião do Subgrupo sobre Questões Económicas da Energia
18 de março		Reunião conjunta dos Grupos Temáticos sobre Desenvolvimento dos Mercados de Energia e sobre Estratégias, Previsões e Cenários para avaliar o Mecanismo de Alerta Rápido

19 de março	Moscovo	Reunião conjunta do Grupo Temático sobre Desenvolvimento dos Mercados de Energia e o Subgrupo sobre Investimento para discutir os principais obstáculos ao investimento nos projetos de produção de petróleo e gás natural na Rússia
20 de março		Reunião dos Coordenadores
16 de abril	Bruxelas	7.ª Reunião dos Copresidentes do Grupo Temático sobre Eficiência Energética
30 de abril	Moscovo	4.º Conselho Permanente de Parceria sobre Energia
		Reunião dos Coordenadores
29 de maio	Bruxelas	2.ª Reunião do Subgrupo sobre Questões Económicas da Energia
21 de julho	Moscovo	3.ª Reunião do Subgrupo sobre Questões Económicas da Energia
23 de julho	Bruxelas	8.ª Reunião do Grupo Temático sobre Eficiência Energética
15 de outubro		Reunião dos Coordenadores
16 de outubro	Moscovo	3.ª Reunião do Subgrupo sobre Investimento
27 de outubro	Bruxelas	5.ª Reunião do Grupo Temático sobre Desenvolvimento dos Mercados de Energia
10 de novembro	Moscovo	Conferência “Entender o Potencial de Poupança Energética da Rússia, Aumentando a Eficiência Energética da Economia Russa” no Fórum das Tecnologias Inovadoras (EMBIZ 2009)
16 de novembro		Reunião dos Coordenadores
		Estabelecimento do Mecanismo de Alerta Rápido
		10.º Relatório do Diálogo Energético
dezembro		Reunião dos Coordenadores
15 de dezembro	Moscovo	9.ª Reunião do Grupo Temático sobre Eficiência Energética
		Seminário “Cooperação UE-Rússia para estabelecer um centro comum para testar, certificar, monitorizar, formar e aconselhar sobre energias renováveis e equipamento energético eficiente”
2010		
27 de janeiro	Bruxelas	1.ª Reunião do Subgrupo sobre Projetos de Infraestruturas e Comércio de Recursos Energéticos
8 de abril	Moscovo	Reunião dos Coordenadores
22 de abril	Paris	4.ª Reunião do Subgrupo sobre Questões Económicas da Energia

maio	Bruxelas	Reunião dos Coordenadores
4 de junho		4. ^a Reunião do Subgrupo sobre Investimento
17 de junho	Moscovo	6. ^a Reunião do Grupo Temático sobre Desenvolvimento dos Mercados de Energia
13 de julho		Reunião dos Coordenadores Delegados
30 de julho	Bruxelas	10. ^a Reunião do Grupo Temático sobre Eficiência Energética
setembro		Reunião dos Coordenadores Delegados
2-3 de setembro	Moscovo	<i>Workshop</i> “Eficiência Energética nos Edifícios”
16 de setembro		5. ^a Reunião do Subgrupo sobre Investimento
		6. ^a Reunião do Subgrupo sobre Investimento
17 de setembro	Bruxelas	2. ^a Reunião do Subgrupo sobre Projetos de Infraestruturas e Comércio de Recursos Energéticos
20 de setembro	Moscovo	Mesa redonda “Indicadores de Eficiência Energética na Rússia”
21 de setembro		5. ^a Reunião do Grupo Temático sobre Estratégias, Previsões e Cenários, com a participação do Grupo Temático de Eficiência Energética
5 de outubro		<i>Workshop</i> sobre a Cooperação Bilateral nas áreas da Eficiência Energética e as Energias Renováveis
20 de outubro	Moscovo	1. ^a Reunião do Grupo <i>Ad Hoc</i> sobre Eletricidade
3 de novembro		Reunião dos Copresidentes do Grupo Temático sobre Eficiência Energética
22 de novembro	Bruxelas	7. ^a Reunião do Grupo Temático sobre Desenvolvimento dos Mercados de Energia
		Conferência do 10. ^o Aniversário do Diálogo Energético
		11. ^o Relatório do Diálogo Energético
		5. ^o Conselho Permanente de Parceria sobre Energia
2011		
18 de fevereiro	Bruxelas	6. ^a Reunião do Grupo Temático sobre Estratégias, Previsões e Cenários
24 de fevereiro		Reunião dos Coordenadores
		Assinatura de um Memorando que revê o Mecanismo de Alerta Rápido
março		Seminário sobre Indicadores de Eficiência Energética
abril		Participação de representantes do Diálogo Energético na reunião dos Coordenadores da Parceria para a Modernização

11 de abril	Bruxelas	3. ^a Reunião do Subgrupo sobre Projetos de Infraestruturas e Comércio de Recursos Energéticos
maio	Moscovo	Reunião dos Coordenadores
		Reunião de especialistas para a elaboração do <i>Roteiro para a Cooperação Energética UE-Rússia até 2050</i>
23 de maio		7. ^a Reunião do Grupo Temático sobre Estratégias, Previsões e Cenários
junho	Bruxelas	Reunião de especialistas para a elaboração do <i>Roteiro para a Cooperação Energética UE-Rússia até 2050</i>
7 de junho	Moscovo	8. ^a Reunião do Grupo Temático sobre Desenvolvimento dos Mercados de Energia
24 de junho	Bruxelas	Conferência sobre usos alternativos do gás natural
julho		Seminário sobre Eficiência Energética dos Edifícios
30 de setembro	Bruxelas	Reunião técnica entre os Operadores de Sistemas de Eletricidade da Rússia e a Rede Europeia de Operadores das Redes de Transporte de Eletricidade
2 de outubro	Moscovo	7. ^a Reunião do Subgrupo sobre Investimento
17 de outubro	Viena	1. ^a Reunião do Conselho Consultivo do Gás
novembro		Participação de representantes do Diálogo Energético na reunião dos Coordenadores da Parceria para a Modernização
22 de novembro	Moscovo	4. ^a Reunião do Subgrupo sobre Projetos de Infraestruturas e Comércio de Recursos Energéticos
25 de novembro	Bruxelas	Reunião dos Coordenadores
		8. ^a Reunião do Grupo Temático sobre Estratégias, Previsões e Cenários
1 de dezembro	Moscovo	6. ^o Conselho Permanente de Parceria sobre Energia
		12. ^o Relatório do Diálogo Energético
13 de dezembro	Bruxelas	1. ^a Reunião do Grupo Temático de Eficiência Energética e Inovação
2012		
24 de janeiro	Viena	2. ^a Reunião do Conselho Consultivo do Gás
março		1. ^a Reunião do Grupo Temático sobre Mercados de Energia e Estratégias
abril		2. ^a Reunião do Grupo Temático de Eficiência Energética e Inovação
25 de abril	Viena	3. ^a Reunião do Conselho Consultivo do Gás

junho		Reunião dos Coordenadores
		1.ª Reunião do Subgrupo sobre Cenários e Previsões
julho		2.ª Reunião do Grupo Temático sobre Mercados de Energia e Estratégias
20 de julho	Bruxelas	4.ª Reunião do Conselho Consultivo do Gás
outubro	Moscovo	Reunião dos Coordenadores
		2.ª Reunião do Subgrupo sobre Cenários e Previsões
		3.ª Reunião do Grupo Temático de Eficiência Energética e Inovação
19 de outubro		5.ª Reunião do Conselho Consultivo do Gás
30 de outubro	Bruxelas	1.ª Reunião do Grupo Temático sobre Energia Nuclear
dezembro		Reunião dos Coordenadores
12 de dezembro	Nicósia	7.º Conselho Permanente de Parceria sobre Energia
2013		
29 de janeiro	Viena	6.ª Reunião do Conselho Consultivo do Gás
22 de março		Apresentação do <i>Roteiro para a Cooperação Energética UE-Rússia até 2050</i>
abril	Bruxelas	3.ª Reunião do Grupo Temático sobre Mercados de Energia e Estratégias
		4.ª Reunião do Grupo Temático de Eficiência Energética e Inovação
junho	São Petersburgo	2.ª Reunião do Grupo Temático sobre Energia Nuclear
14 de junho	Bruxelas	7.ª Reunião do Conselho Consultivo do Gás
novembro	Moscovo	4.ª Reunião do Grupo Temático sobre Mercados de Energia e Estratégias
19 de novembro		8.ª Reunião do Conselho Consultivo do Gás
2014		
17 de janeiro	Moscovo	13.º Relatório do Diálogo Energético
20-21 de março	Bruxelas	O Conselho Europeu suspendeu as relações bilaterais com a Rússia, incluindo o Diálogo Energético

Tabela D2 – Projetos desenvolvidos no quadro do Diálogo Energético. Adaptado de UE-Rússia (2010a).

PROJETOS DO DIÁLOGO ENERGÉTICO
Liberalização do mercado de gás (Rússia)
Racionalização do Mercado Federal Grossista de Eletricidade e Energia – FOREM (Rússia)
Registo de propriedade nos setores do gás, petróleo e transportes – Roszemcadastr (Rússia)
Análise da situação legal do processo de reforma do setor da eletricidade (Rússia)
Estudo da eficiência do fornecimento de aquecimento para o desenvolvimento de infraestruturas de mercado - Principais instituições (Rússia)
<i>Keeping warmth</i> – Cumprimento dos objetivos do programa europeu de eficiência energética na região de Murmansk (Rússia)
Estudo do setor energético (Rússia)
Apoio institucional para a implementação do Protocolo de Quioto na Rússia
PHOENIX – Introdução do conceito internacional das companhias de serviços energéticos para a poupança de energia e a utilização de resíduos na produção energética
Programas regionais de eficiência energética nas regiões de Arkhangelsk, Astracã e Kaliningrado (Rússia)
Implementação de uma política de energia renovável e reabilitação de centrais hidroelétricas de pequena dimensão (Rússia)
Apoio ao desenvolvimento de novos modelos de geração para estimar e prever as emissões de gases com efeito de estufa e os resultados das medidas e políticas de mitigação das alterações climáticas na Rússia
Promoção de investimento em projetos regionais de poupança energética (Rússia)
Apoio à criação de um sistema de gestão de eficiência energética na Rússia
Análise dos indicadores de eficiência energética na Rússia
Harmonização das políticas de energia da UE e da Rússia
Análise do impacto da crise financeira na cooperação energética
SPIN – Eficiência energética no planeamento do desenvolvimento urbano
ESAPP – Poupança energética em edifícios públicos (Suécia e Rússia)
<i>Pontes Energéticas</i> – Fazer a ponte entre diferentes experiências de gestão de energia em Kaliningrado, Lituânia e Itália
Rede Báltica de Eficiência Energética na Construção de Edifícios – Programa de Vizinhança Inter-região IIIB da Região do Mar Báltico (UE e Rússia)
Implementação de normas de aquecimento urbano na Rússia – Programa de Vizinhança Sudeste da Finlândia-Rússia
<i>Karelian Villages</i> – Serviços Inteligentes de Energia – Programa de Vizinhança da Euro-região da Carélia

Colheita e exportação de turfa da Carélia – Programa de Vizinhança da Euro-região da Carélia
POWER – Desenvolvimento de energia eólica em zonas marítimas (Lituânia, Polónia e Rússia)
<i>EastWind</i> – Implementação do uso de energia eólica na Rússia - Programa de Vizinhança Inter-região IIIB da Região do Mar Báltico (UE e Rússia)
Gestão sustentável de energia nos municípios – Programa de Vizinhança Inter-região IIIB da Região do Mar Báltico (UE e Rússia)
BIO-INTEGRATION – Desenvolvimento de uma rede de inovação e produção entre pequenas e médias empresas no setor da bioenergia (Finlândia e Rússia)

Tabela D3 – Membros do Conselho Consultivo do Gás. Adaptado de UE-Rússia (2012b).

MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO DO GÁS (2012)	
Rússia	
Y. L. Baron	Vice-Diretor do Departamento de Cooperação Internacional – Ministério da Energia da Rússia
V. V. Antoshin	Vice-Diretor do Departamento de Extração e Transporte de Petróleo e Gás – Ministério da Energia da Rússia
A. V. Davidenko	Vice-Diretor do Departamento de Eficiência Energética, Modernização e Desenvolvimento do Setor Energético – Ministério da Energia da Rússia
L. M. Grigoriev	Vice-Diretor-geral da Agência da Energia da Rússia
T. I. Shtilkind	Assessor do Diretor-geral da Agência da Energia da Rússia
M. R. Lastovskaya	Chefe de Unidade da Agência da Energia da Rússia
V. I. Feigin	Presidente do Instituto de Energia e Finanças
V. S. Prostasov	Chefe de Setor no Departamento da Energia do Instituto de Energia e Finanças
D. N. Semenov	Chefe adjunto da Direção de Planeamento Prospetivo da Atividade Económica Externa – Gazprom
I. V. Gudkov	Chefe adjunto da Direção de Apoio Jurídico da Atividade Económica Externa – Gazprom Export
S. L. Komlev	Chefe da Direção de Contratos e Preço – Gazprom Export
D. A. Leonov	Chefe adjunto da Direção de Estruturação de Contratos e Preços – Gazprom Export
R. A. Stolyarov	Vice-Diretor do Departamento de <i>Marketing</i> e Venda de Gás – Novatek
S. V. Cheremnykh	Vice-diretor do Departamento de Extração de Petróleo e Gás – Rosneft
A. A. Konoplyanik	Consultor do Conselho da Gazprombank
T. A. Mitrova	Chefe de Unidade do Instituto de Investigação em Energia – Academia de Ciências da Rússia
A. I. Gromov	Instituto da Estratégia Energética
União Europeia	
Walter Boltz	Membro do Conselho Executivo da Energie-control (Áustria)
Stephan Kamphues	Presidente da Rede Europeia de Operadores de Transporte de Gás
Jean-Michel Glachant	Professor na Escola de Regulação de Florença (Itália)
Jonathan Stern	Professor e Diretor do Programa de Gás no Instituto de Estudos Energéticos de Oxford (Reino Unido)

Arne Mogren	Diretor do Programa da Fundação Europeia para o Clima
S. Blakey*	Presidente da Eurogas
<i>Indefinido</i>	Associação de Produtores de Petróleo e Gás
Thierry Bros	Analista Sénior sobre gás natural na Europa
Laszlo Varro	Agência Internacional da Energia, Paris
Reiner Hartmann	Associação de Empresários Europeus na Rússia
Steinar Solheim	Presidente do Grupo de Trabalho sobre Gás – Federação Internacional dos Consumidores Industriais de Energia (Europa)
Manfred Hafner	Professor na Fundação ENI Enrico Mattei (Itália)
George Verberg	Presidente da Ultra Centrifuge (Países Baixos)
Piotr Grzegorz Wozniak	Subsecretário de Estado do Ministério do Ambiente da Polónia e Presidente do Conselho Administrativo da Agência de Cooperação dos Reguladores de Energia
Gilberto Dialuce	Diretor-geral – Ministério do Desenvolvimento Económico (Itália)
Kristof Kovacs	Direção-geral da Energia da Comissão Europeia

(*) Posição inicialmente ocupada por J. Cirelli.